

TRANSIÇÃO DA FECUNDIDADE E
RELAÇÕES DE GÊNERO NO BRASIL

JOSÉ EUSTÁQUIO DINIZ ALVES

ORIENTADORA: Dra. MARIA DO CARMO FONSECA

Tese apresentada ao Centro de
Desenvolvimento e Planejamento
Regional da Faculdade de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de
Minas Gerais como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor
em Demografia.

Belo Horizonte

28 de fevereiro de 1994

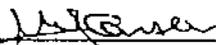
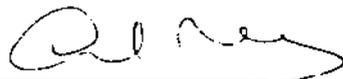
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA

TESE DE DOUTORADO: "Transição da Fecundidade e Relações de Gênero no Brasil".

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Economia da População

AUTOR: José Eustáquio Diniz Alves

APROVAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

 _____ Prof. Maria do Carmo Fonseca Professora Orientadora	<u>100</u> NOTA
 _____ Prof. Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto Professor Co-orientador	<u>100</u> NOTA
 _____ Prof. Roberto do Nascimento Rodrigues	<u>100</u> NOTA
 _____ Prof. Laura Lúcia Rodríguez Wong	<u>95</u> NOTA
 _____ Prof. Maria Helena Lavinias de Moraes	<u>95</u> NOTA

LOCAL E DATA DE APROVAÇÃO: Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 1994.

Dedico esta tese a:

minha mãe, Eufrosina

minha querida companheira, Maria Eugênia

meu filho, Frederico

minha filha, Bárbara

"Woman is the nigger of the world...
Woman is the slave to the slaves...
Think about it... do something about it".

John Lennon e Yoko Ono

AGRADECIMENTOS

É com muita satisfação que agradeço a todas as pessoas e instituições que contribuíram para tornar possível a conclusão desta tese.

Em primeiro lugar, muito obrigado à professora Maria do Carmo pela tranquila e frutífera orientação. Sem seu apoio, boa vontade e enorme capacidade, teria sido impossível superar todos os obstáculos surgidos durante a elaboração deste trabalho. Muito obrigado, Eduardo, co-orientador que muito me ajudou na parte teórica sobre a transição da fecundidade e deu sugestões fundamentais para o capítulo empírico.

Muito obrigado a todos os professores do CEDEPLAR pelo muito que me ensinaram através de aulas, palestras, publicações e "papos no corredor". Muito obrigado, Laura, pela leitura e comentários ao projeto e, principalmente, pelas inúmeras e valiosas sugestões feitas à primeira versão desta tese. Muito obrigado, Marianne, pelo curso (junto com Maria do Carmo) "Mulher e desenvolvimento" e pelo esclarecimento e afirmação da necessidade de se estudar as relações de gênero. Muito obrigado, Léa, Stephen, Roberto, Eduardo e Maria do Carmo, dentre tantas outras coisas, pelas construtivas críticas e sugestões durante o exame de qualificação.

Muito obrigado a todos os funcionários do CEDEPLAR pela competência e eficiência que sempre demonstraram no dia-a-dia da instituição e pela amizade e alegre convivência ao longo destes

anos. Muito obrigado, Léo e Maurício, do CPD, pelo fornecimento dos dados da PNAD/84.

Muito obrigado, Joana, por seu imenso carinho e pela normalização deste trabalho. Muito obrigado, Carlinhos, amigo e companheiro de muitas lutas, pela revisão do texto final.

Muito obrigado a todos os colegas de todas as "coortes" pelo companheirismo, o espírito de cooperação e a seriedade acadêmica que me fizeram acreditar que o trabalho intelectual vale a pena e pode ser desenvolvido num ambiente de prosperidade mútua. Muito obrigado aos colegas da "coorte 1991" com os quais convivi nestes dois últimos anos fazendo muitas disciplinas como "ouvinte". Muito obrigado, em especial, aos colegas Fernando, Frank, Ignês e Pepe pela enorme amizade.

Muito obrigado ao CNPq e à CAPES pelo suporte financeiro durante quatro anos. Muito obrigado aos colegas do Departamento de Engenharia Gerencial e Econômica (DENGE) e à UFOP pela liberação integral durante os anos de 1991 e 1992 sem a qual este trabalho não teria sido concluído a contento.

Muito obrigado a todos os familiares, tanto do meu lado quanto do lado da minha esposa, que me apoiaram com paciência durante os últimos anos e acreditaram que um dia eu chegaria lá.

Cada um de vocês contribuiu, direta ou indiretamente, para a consolidação desta tese. A responsabilidade pelos erros e omissões remanescentes, no entanto, é exclusivamente minha.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	01
2.	ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A TRANSIÇÃO DA FECUNDIDADE.....	08
	2.1. Introdução: o fenômeno da transição demográfica.....	08
	2.2. Abordagem macro: Modernização.....	12
	2.3. Abordagem microeconômica: "New Home Economics"..	19
	2.4. Abordagens culturais: Inovação-difusão e secularização.....	25
	2.5. Abordagens sociológicas: Respostas multifásicas e adaptação.....	30
	2.6. Abordagens iconoclastas: Caldwell e Greenhalgh..	33
	2.7. À guisa de conclusão	40
3.	ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE GÊNERO E FECUNDIDADE.....	42
	3.1. Introdução.....	42
	3.2. O conceito de gênero.....	44
	3.3. Abordagem antropológica: Huber.....	50
	3.4. Abordagens do patriarcalismo: Folbre e Cain.....	55
	3.5. Abordagens da divisão sexual do trabalho: Youssef e Jelin.....	62
	3.6. Abordagem multidimensional: Mason.....	66
	3.7. À guisa de conclusão	71
4.	ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A TRANSIÇÃO DA FECUNDIDADE NO BRASIL.....	73
	4.1. Abordagem estrutural: Carvalho, Paiva e Sawyer..	73
	4.2. Abordagem institucional: Faria.....	80
	4.3. Abordagem da "modernização": Merrick e Berquó...	89
	4.4. Abordagem educacional: Lam et al.....	93
	4.5. As mudanças na estrutura familiar.....	97
	4.6. À guisa de conclusão	107
5.	ARCABOUÇO TEÓRICO.....	108
	5.1. Introdução.....	108
	5.2. Geração e gênero.....	109
	5.3. Divisão sexual e social do trabalho e a estrutura familiar.....	111
	5.4. O custo/benefício dos filhos e a estratégia de mobilidade.....	114
	5.5. Ambiente institucional.....	118
	5.6. Fatores externos.....	120
	5.7. O significado do arcabouço teórico.....	121

6. A TRANSIÇÃO DA FECUNDIDADE NO BRASIL.....	123
6.1. Introdução.....	123
6.2. Estabilidade e declínio da fecundidade antes de 1970.....	124
6.3. O declínio da fecundidade na década de 70.....	128
6.4. O declínio da fecundidade entre 1980 e 1984.....	134
6.5. Os diferenciais por renda, emprego e educação...	140
6.6. Os determinantes próximos da fecundidade.....	148
6.7. À guisa de conclusão.....	153
 7. AS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS-INSTITUCIONAIS.....	 156
7.1. Introdução: o período pré-transição da fecundidade.....	156
7.2. Urbanização e industrialização.....	161
7.3. O mercado de trabalho feminino.....	167
7.4. Educação.....	171
7.5. Padrão de consumo e características dos domicílios.....	175
7.6. Previdência social e saúde.....	179
7.7. Telecomunicações e mídia.....	184
7.8. Crescimento e distribuição da renda.....	185
7.9. Reforma monetária e financeira.....	192
7.10. Reforma fiscal.....	195
7.11. Transformações na agricultura.....	198
7.12. À guisa de conclusão.....	202
 8. ANÁLISE DOS DADOS.....	 204
8.1. Introdução.....	204
8.2. Fonte de dados.....	205
8.3. Variáveis estudadas.....	207
8.4. Relação entre as variáveis e as hipóteses teóricas.....	212
8.5. Análise univariada.....	219
8.6. Participação feminina no mercado de trabalho....	234
8.7. Análise multivariada.....	240
8.7.1. Regressão linear.....	241
8.7.2. Regressão logística.....	252
8.8. À guisa de conclusão.....	259
 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 262
 APÊNDICE.....	 269
 BIBLIOGRAFIA.....	 281

1. INTRODUÇÃO

Das três variáveis dinâmicas da demografia, sempre tive uma predileção pelo estudo da fecundidade. No início dos anos 80, quando iniciei o curso de mestrado do CEDEPLAR, existia, da minha parte, muita dúvida se estaria havendo uma tendência sustentável de queda da fecundidade no Brasil. Entre as publicações demográficas brasileiras, o termo "transição" era muito pouco utilizado, havendo uma clara hegemonia da expressão "desestabilização dos níveis de fecundidade".

Ao longo da década de 80, entretanto, o termo desestabilização foi perdendo terreno diante da constatação inequívoca de uma brusca e acelerada redução da fecundidade. Minhas dúvidas foram se dissipando, mas enquanto crescia a certeza de que a redução do tamanho de família era uma realidade que veio para ficar, aumentava o mistério sobre os motivos e as causas da transição da fecundidade no Brasil.

Já matriculado no curso de doutorado em demografia, tentei fugir deste tema, mas depois de vacilar bastante, resolvi enfrentar as dificuldades e os mistérios que este assunto suscita. A importância do tema é inquestionável: Carlsson (1966) considera que a transição da fecundidade se constitui em uma das maiores mudanças de atitude e comportamento de massas de nossa era. Hammel (1982) observa que talvez a mudança social mais fundamental dos últimos 100 anos tenha sido o declínio da fecundidade que hoje já afeta a maior parte da população mundial.

Como não poderia ser diferente, dada a sua grande importância, muitos pesquisadores e estudiosos já se debruçaram sobre este tema, dando origem a diversas abordagens teóricas. Apesar de existir divergências sobre vários aspectos, a transição da fecundidade é um fenômeno suficientemente complexo que comporta uma extensa gama de explicações. Conhecer a multiplicidade destas explicações teóricas já é parte da tarefa que me coloquei para decifrar o mistério desta mudança no comportamento reprodutivo das massas populares de todo o mundo e, especificamente, do Brasil.

Entender a transição da fecundidade requer o estudo da situação da mulher na família e na sociedade e isto eu já tinha compreendido desde a época do mestrado, pois minha dissertação versou sobre a participação feminina no mercado de trabalho. A posição assimétrica entre homens e mulheres na sociedade é uma constatação óbvia, mas muitas vezes desconsiderada nos estudos demográficos. A demografia é um campo de estudo no qual não se pode ignorar a mulher, pois sexo e idade são variáveis de controle presentes em todas as análises demográficas.

Mas sexo não quer dizer gênero e reconhecer esta diferença já contribui para solucionar uma parte do problema. Huber (1986) observa que: "where there is theory, women are invisible. Where women are visible, there is no theory" (p. 477). O conceito de gênero ou "relações sociais de gênero" surgiu para preencher a ausência de um marco teórico que realce a situação da mulher.

No presente trabalho não se pretende contrapor as diversas abordagens sobre a transição da fecundidade ao estudo das relações

de gênero. Ao contrário, trata-se de promover um casamento entre estes temas, tornando explícito que os custos econômicos e sociais da reprodução são distribuídos de forma diferenciada entre os sexos. Não se trata de fazer uma nova teoria da fecundidade, mas verificar até que ponto o conceito de gênero pode contribuir para o estudo da transição da fecundidade e tornar visível o papel desempenhado pela mulher neste processo. No campo da reprodução da espécie a mulher nunca foi mera coadjuvante, mas pouco tem sido feito para reconhecer seu papel de protagonista.

Os três capítulos teóricos seguintes buscam reconstituir, de forma didática e sem a pretensão de serem exaustivos, as diversas contribuições e interpretações sobre os dois temas centrais do presente trabalho. Esta revisão bibliográfica visa, por um lado, a familiaridade com o assunto, e por outro, avaliar em que medida podemos estabelecer um fio condutor que possibilite tratar em um mesmo marco teórico, as abordagens da transição da fecundidade sob a ótica das relações de gênero.

O segundo capítulo mostra que a transição da fecundidade é um fenômeno complexo, multifacetado e multidimensional, que pode ser visto por diversos prismas. Nenhuma abordagem tem o monopólio da verdade e, certamente, facetas de cada uma podem ser contempladas em cada experiência concreta. Mesmo existindo algumas divergências até certo ponto irreconciliáveis, existem também muitos pontos de união. Do amplo espectro das formulações, pretendemos sintetizar

algumas condições que são comuns a todo processo de redução da fecundidade.

O terceiro capítulo trata da questão de gênero. Esta tem sido uma temática pouco trabalhada pelas diversas abordagens teóricas sobre a transição demográfica, apesar do papel central que a mulher desempenha na reprodução. A estratificação de gênero é vista como resultado dos mecanismos sociais, econômicos e culturais e não das características biológicas inerentes a cada sexo. Historicamente, o entrelaçamento entre a divisão sexual e a divisão social do trabalho criou relações assimétricas entre os sexos. Estas relações não são estáticas, mas sim mutáveis, precisando ser contextualizadas.

O conceito de gênero aponta para o caráter relacional do feminino e do masculino. Não se trata, pois, de focar exclusivamente a mulher, mas sim como esta se relaciona com o homem em situações históricas concretas e em realidades dinâmicas. Ao considerarmos o efeito dos determinantes da fecundidade marital sobre as relações de gênero procuraremos levar em conta: (1) o efeito sobre a posição da mulher; (2) o efeito sobre a posição do homem; (3) o efeito sobre a posição da mulher e do homem (casal) conjuntamente.

O quarto capítulo trata das abordagens sobre a transição da fecundidade no Brasil. Apesar das diferenças de enfoque, estas abordagens mais se complementam que se excluem. A abordagem

estrutural mostra como se forjou o regime de alta fecundidade no Brasil e como se deu o processo da desestabilização deste regime e a subsequente limitação do tamanho da família. A abordagem institucional, por sua vez, chama atenção para a contribuição das políticas públicas que, isoladas ou em conjunto, contribuíram para um novo padrão ideal de família. A abordagem da modernização dá grande ênfase ao efeito das mudanças de longo prazo ligadas ao processo de desenvolvimento econômico na formação deste novo padrão de família. Falta, entretanto, um elo de ligação entre estes diversos enfoques, o que será proposto no capítulo seguinte.

O capítulo quinto trata do arcabouço teórico que busca organizar as abordagens sobre a transição da fecundidade no Brasil, tendo em vista as contribuições resenhadas nos capítulos dois e três. Especificamente, geração e gênero estão no centro do arcabouço, pois, os determinantes gerais afetam a fecundidade na medida em que modificam o fluxo intergeracional de riqueza e as relações de gênero. Por outro lado, os determinantes gerais sofrem os efeitos das mudanças estruturais-institucionais próprias de uma economia em transformação como a brasileira durante as últimas décadas. Estas mudanças também afetam a estrutura familiar e fazem com que os casais adotem novas estratégias de segurança-mobilidade.

Sendo assim, o objetivo deste arcabouço não é fazer previsões, mas sim organizar, ao nível conceitual, a literatura resenhada anteriormente, criando pontes entre o micro e o macro, entre o social e o familiar, entre o estrutural e o institucional,

de forma a focar a transição da fecundidade dando destaque para a situação da mulher.

O capítulo sexto apresenta uma visão empírica do processo de declínio das taxas de fecundidade no Brasil, baseada nos diversos trabalhos dos especialistas desta área. Enfoca-se, prioritariamente, o período compreendido entre 1960 e 1984, a partir das taxas de fecundidade total para o país como um todo e desagregados para as regiões. São apresentados, também, as taxas de fecundidade específicas e os diferenciais por renda, emprego e educação. Por fim, mesmo não sendo o objetivo central, apresenta-se uma análise dos determinantes próximos da fecundidade.

O capítulo sétimo trata das principais mudanças estruturais e institucionais ocorridas no Brasil a partir dos anos 60 e como estas mudanças contribuíram para a transição da fecundidade no Brasil. A importância deste capítulo está no fato de resenhar a história social e econômica do Brasil e estabelecer as relações entre as mudanças estruturais-institucionais, o fluxo intergeracional e as relações de gênero, traçando o caminho teórico da queda da fecundidade.

O capítulo oitavo trata das evidências empíricas, buscando comprovar as hipóteses estabelecidas no capítulo anterior. Não se trata de medir o fluxo intergeracional ou as relações de gênero. Estabelecidas as relações teóricas, buscaremos fazer uma análise,

cross section, mostrando que as mudanças estruturais-institucionais afetam os diferenciais da fecundidade ao nível individual. A análise estatística, tanto univariada quanto multivariada, leva em conta a fecundidade acumulada - parturição - e a fecundidade corrente. O ano de 1984 é muito importante pois está no meio da transição, o que justifica a análise dos diferenciais.

O capítulo nono apresenta as considerações finais e mostra a importância do estudo da transição da fecundidade, principalmente, em relação às mudanças vindouras na estrutura etária da população e suas consequências para o planejamento das políticas públicas.

2. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A TRANSIÇÃO DA FECUNDIDADE

2.1. Introdução: o fenômeno da transição demográfica

Até o século passado, a história demográfica da humanidade era a história de altas taxas de mortalidade e fecundidade¹.

As taxas de mortalidade em todo o mundo, até poucos séculos atrás, eram altas e sujeitas a violentas flutuações, resultado de fomes e epidemias. A partir da segunda metade do século XVIII, alguns países europeus começaram a apresentar um lento mas contínuo declínio da mortalidade. Por volta de 1850, os países da Europa ocidental, América do Norte e Oceania apresentavam uma expectativa de vida média em torno de 40 anos, chegando a 50 anos na virada do século. Nas primeiras décadas do século XX, os demais países do mundo ainda apresentavam expectativa de vida bastante baixas, sendo 30 anos para África e Ásia e 40 anos para América Latina. (Antonovsky, 1967; Kitagawa, 1977).

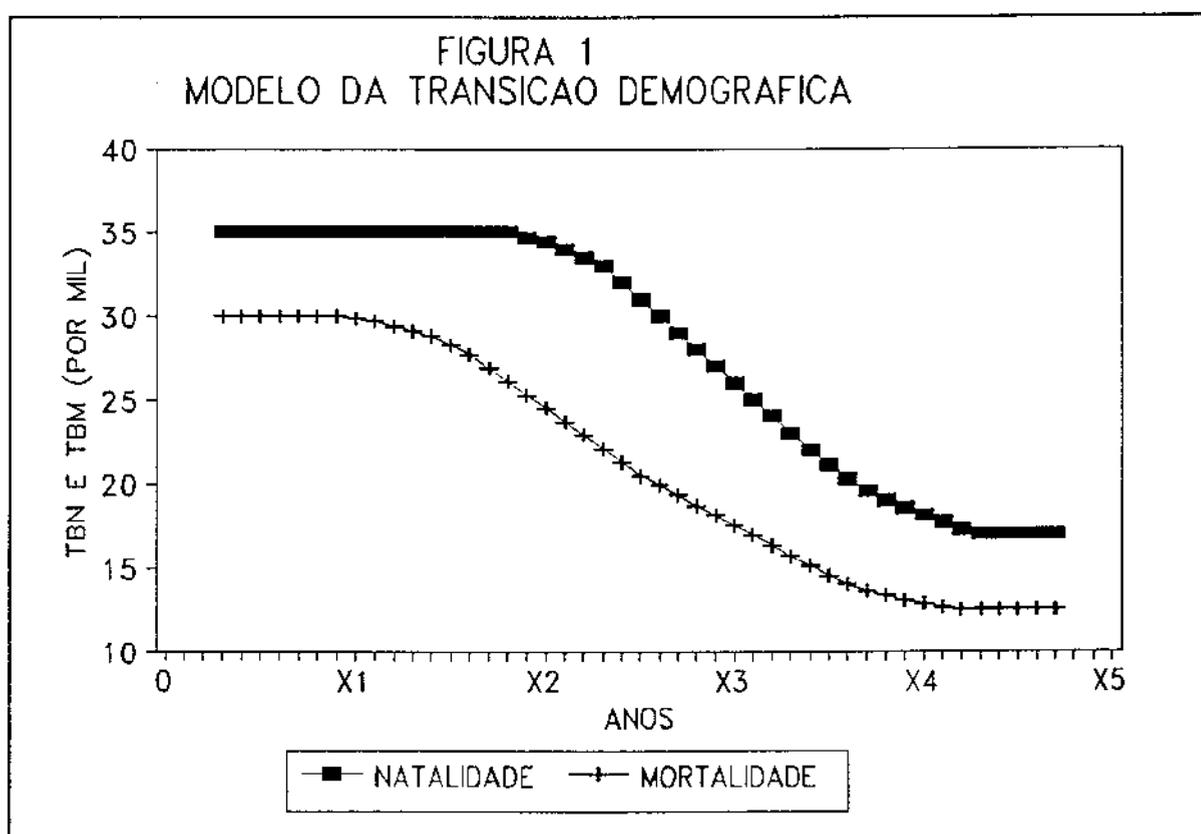
Quanto às taxas de fecundidade marital, Knodel e Van de Walle (1979) mostram que, com exceção da França que teve uma transição mais precoce, todos os demais países europeus iniciaram a transição da fecundidade a partir do último quartel do século XIX. Para a grande maioria dos países do mundo o início da transição só começou a partir da segunda metade do século XX. Os diferenciais existentes entre as taxas de fecundidade total dos diversos países e regiões antes do controle deliberado da fecundidade marital, decorriam,

¹ Estamos desconsiderando propositalmente a migração.

essencialmente, do efeito das variáveis intermediárias e, particularmente, das taxas de nupcialidade e da idade ao casar.

A redução das taxas de mortalidade e, principalmente, das taxas de fecundidade é, portanto, um fenômeno relativamente recente na história da humanidade. À esta passagem de altos a baixos níveis destas taxas dá-se o nome de "transição demográfica", que nada mais é do que uma descrição, com alto grau de generalidade e, *a posteriori*, do processo de redução da mortalidade e da fecundidade.

O fenômeno da transição demográfica, formulado originalmente por Thompson (1929) e compartilhado por Notestein (1945), compreende quatro etapas, como mostra a Figura 1:



Primeira: Existência de altas taxas brutas de mortalidade (TBM) e natalidade (TBN), resultando em lento crescimento populacional.

Segunda: A taxa de mortalidade cai e a taxa de natalidade permanece elevada, provocando um crescimento do hiato entre TBN e TBM, e um rápido crescimento populacional.

Terceira: A taxa de natalidade cai rapidamente, provocando a redução do hiato e a diminuição do ritmo de crescimento populacional.

Quarta: Existência de baixas taxas de mortalidade e natalidade, resultando em lento crescimento populacional.

Obviamente, este modelo esquemático não pode ser aplicado em sua totalidade às múltiplas experiências concretas, podendo apenas ser utilizado para demarcar parâmetros e questões que, usualmente, são discutidas no processo de transição demográfica. Uma série de perguntas pode ser levantada em cada etapa. Por exemplo, para se entender a transição da fecundidade (terceira etapa) cabe colocar as seguintes perguntas: a) qual o início da queda da fecundidade marital? b) quais são os determinantes gerais desta queda? c) qual o efeito das variáveis intermediárias sobre a taxa de fecundidade total? d) a queda da mortalidade sempre precede a redução da fecundidade? e) quais os meios contraceptivos utilizados? f) qual é o efeito da migração? g) qual o ritmo de redução e a duração do hiato (TBN-TBM)?

Estas questões são temas de diversas abordagens teóricas sobre a transição demográfica e, mais especificamente, sobre a transição da fecundidade. Não faz sentido, portanto, falar em uma Teoria da Transição Demográfica, pois, enquanto descrição de um fenômeno, não passaria de um truísmo².

Ao invés de uma teoria, temos, então, diversas abordagens que utilizam instrumentais teóricos das diversas ciências sociais e que consideram a interrelação entre a dinâmica demográfica e as condições econômicas, políticas e culturais da sociedade. Devido à natureza complexa do tema, estas diversas abordagens teóricas não são necessariamente antagônicas, ao contrário, elas coexistem sem haver um claro domínio de uma sobre as outras.

Dada a grande extensão da literatura, trataremos a seguir de abordagens que cubram os vários determinantes da fecundidade e, em especial, os determinantes da fecundidade marital. Não é objetivo desta revisão bibliográfica cobrir toda a literatura existente, nem se trata de encontrar uma teoria que sobrepuje as outras, mas sim esclarecer como cada arcabouço teórico em particular pode contribuir para a explicação de um fenômeno cujos determinantes são complexos e historicamente condicionados.

² "Stated so simply, the demographic transition can scarcely be called a theory. At this level, it is a tautological framework within which aspects of historical population change can be organised" (Simmons, 1985, p. 31).

2.2. Abordagem Macro: Modernização

As abordagens "macro" tratam de forças que atuam sobre a dinâmica demográfica definidas fora do ambiente domiciliar, a partir de alto grau de agregação.

Notestein (1945) foi um dos primeiros autores a descrever o fenômeno da transição demográfica a partir de uma abordagem macro. Segundo ele, nas sociedades pré-modernas as taxas de mortalidade e fecundidade eram elevadas e o crescimento populacional era lento. O processo de modernização ocorrido nos países da Europa ocidental, América do Norte e Oceania, trouxe grandes ganhos de produtividade possibilitando o aumento da oferta de bens de subsistência, resultando em melhorias no padrão de vida da população. Este fato, e mais o controle sobre doenças obtido pelos avanços médicos e sanitários, possibilitaram a redução das taxas de mortalidade, e como resultado, uma aceleração do crescimento populacional, uma vez que a taxa de fecundidade não reage de imediato a estas mudanças.

Segundo Notestein, isto ocorre por dois fatores: a mortalidade responde rapidamente às forças da modernização porque não existem obstáculos sociais à sua redução, ao contrário, existe um desejo universal em reduzi-la ao menor patamar; por outro lado, a continuidade de altas taxas de fecundidade decorre do fato da sociedade manter na memória o período de alta mortalidade, período no qual as leis, doutrinas religiosas, códigos morais, educação, costumes comunitários, hábitos de casamento e as organizações

familiares estavam orientadas para a obtenção de um grande número de filhos.

Após um determinado lapso de tempo, a pressão do crescimento populacional e das mesmas forças que atuaram sobre a mortalidade atuariam no sentido de reduzir a fecundidade. O processo de modernização, entendido como industrialização e urbanização, provocaria o crescimento do individualismo e uma menor dependência da organização familiar. A família começa, então, a perder muitas de suas funções para as organizações sociais como a fábrica, a escola e as empresas comerciais. Os velhos tabus são superados e o controle da fecundidade passa a ser adotado em larga escala.

A abordagem da modernização de Notestein pressupõe, pois, que o crescimento da população é uma variável dependente e o desenvolvimento econômico uma variável independente. Pressupõe, também, que a fecundidade só cai após a queda da mortalidade e esta queda é uma função do grau de modernização do país.

Sob a influência da abordagem da modernização, Coale e Hoover (1966) publicaram, originalmente em 1958, um trabalho visando discutir a experiência dos países de baixa renda, exemplificados pela Índia e México. Eles analisam os efeitos do desenvolvimento econômico sobre o crescimento da população e vice-versa. Nos países desenvolvidos - aqueles que completaram a passagem de uma economia agrária e rural para uma economia urbana e industrial - a transição demográfica ocorreria tal como descrita acima por Notestein, vale

dizer: as mesmas forças responsáveis pela queda da mortalidade, provocariam, de forma endógena, a queda da fecundidade.

Nos países de baixa renda, entretanto, a queda da mortalidade se deu de forma exógena. O aperfeiçoamento de antibióticos e inseticidas, a criação de organizações de saúde pública eficazes e a descoberta de métodos sanitários convenientes e de baixo custo, possibilitaram, sem uma grande transformação na estrutura interna de suas economias, uma redução substancial das taxas de mortalidade. Concluem, então, que o desenvolvimento econômico não é uma **condição necessária** para a transição da mortalidade nestes países.

Por outro lado, os autores consideram que um certo "limiar"³ de desenvolvimento deveria ser atingido para que a fecundidade começasse a cair. Mas como dificilmente os países de baixa renda atingiriam, no médio prazo, o nível de desenvolvimento econômico dos países europeus predominante na época em que a fecundidade começou a sofrer declínio significativo, era de se esperar a manutenção de altas taxas de fecundidade e um rápido crescimento populacional nestes países. Na ausência das forças da modernização tenderia a prevalecer as "atitudes, crenças e tradições", ou seja, as "escoras culturais pró-natalistas"⁴ que sustentavam um grande tamanho de família.

Os autores retomam, por esta via, as preocupações malthusianas de um crescimento da população independente e sem

³Threshold, no original

⁴"Pro-natalist cultural props", no original

controle. Este crescimento desenfreado, ou explosão populacional, poderia dificultar o desenvolvimento econômico, retardando, desta forma, aquelas forças capazes de reduzir as taxas de fecundidade. Assim, os países de baixa renda não teriam uma verdadeira transição demográfica e poderiam cair no círculo vicioso da pobreza, que resultaria na estagnação econômica e na volta de altas taxas de mortalidade.

Mais de uma década depois, Coale (1979), revisando a "teoria da transição demográfica" e baseado nos estudos da Universidade de Princeton, reavalia a interdependência entre o crescimento populacional e as condições econômicas e conclui que o desenvolvimento econômico é uma condição suficiente, mas não necessária, à queda da fecundidade.

Esta reavaliação representa um claro rompimento com as posições anteriores, permitindo maior flexibilidade e maior sofisticação na análise do fenômeno da transição demográfica.

Em primeiro lugar, Coale rediscute a transição da mortalidade. Existem duas escolas principais que buscam explicar este processo: uma que atribui a queda da mortalidade à melhoria no padrão de vida da população e enfatiza a contribuição do desenvolvimento sócio-econômico (McKeown et alii, 1975). A outra que enfatiza a contribuição da inovação médica, dos programas de saúde pública e do avanço do saneamento básico e higiene pessoal (Preston e Nelson, 1974). Coale (1979) concorda com a segunda.

Naturalmente, esta nova posição difere daquela adotada no texto de Coale e Hoover (1966) e também da posição adotada por Notestein (1945). Deste novo ponto de vista, as forças responsáveis pela redução da mortalidade seriam aproximadamente as mesmas nos países ricos e pobres, e o papel do desenvolvimento econômico no início do processo da transição demográfica passa a ser reavaliado. O declínio da mortalidade, portanto, dentro de certos limites, pode ser considerado **independente** do grau de urbanização, industrialização e da renda per capita.

Em segundo lugar, Coale rediscute a transição da fecundidade. Ele abandona a idéia anterior da necessidade de um certo limiar de desenvolvimento para a limitação do tamanho da família. A reavaliação da experiência dos países da Europa Ocidental mostra que a queda das taxas de fecundidade total aconteceu muito antes do que supunha a abordagem da modernização, e não foi uma simples consequência da redução das taxas de mortalidade.

Esta redução se deveu, em primeiro lugar, ao adiamento da idade ao casar, à baixa proporção de mulheres casadas durante a idade reprodutiva e à alta fração de celibatárias, ou seja, um padrão europeu ocidental de casamento, como definido por Hajnal (1965). Coale considera que por este motivo o nível da fecundidade na Europa Ocidental antes da industrialização era mais baixo que em outras regiões. Mais ainda, ele considera que as forças sociais que contribuíram para este padrão de nupcialidade foram diferentes das forças que motivaram o declínio da fecundidade marital através da utilização de métodos modernos de contracepção. Existiria, pois,

uma independência relativa entre queda da fecundidade e desenvolvimento econômico.

Nota-se, pelo exposto acima, um rompimento com as visões simplistas que caracterizaram as primeiras abordagens da modernização e que se baseavam numa relação mecânica e linear entre o crescimento urbano-industrial, a redução da mortalidade e a posterior queda da fecundidade.

Coale não discorda, entretanto, de que um alto grau de desenvolvimento econômico possa levar ao declínio da fecundidade, apenas considera que a limitação do tamanho da família pode se dar em outros contextos históricos. Mas argumenta que, se os contextos sócio-econômicos podem variar, existem algumas pré-condições necessárias a todo processo de transição da fecundidade. Em termos genéricos, ele estabelece três condições:

"First, fertility must be within the calculus of conscious choice (...) Second, individual couples must perceive reduced fertility as advantageous. Third, effective techniques of fertility reduction must be available, understood by husband and wife, and not, for example, misperceived as dangerous to physical or mental health" (Coale, 1979, p.17).

Em síntese, a abordagem da modernização estabelece uma relação positiva entre desenvolvimento econômico e transição da fecundidade, sendo que esta última é a variável dependente. Nas primeiras formulações, o desenvolvimento econômico era considerado

necessário e suficiente para a transição da fecundidade; mas nas formulações posteriores, passa a ser considerado suficiente, mas não indispensavelmente necessário. Se estas últimas formulações representam um avanço teórico, representam também um enfraquecimento do arcabouço inicial, pois se está admitindo que a transição da fecundidade pode ocorrer em sociedades com baixo grau de modernização.

Para países do Terceiro Mundo, como o Brasil, que passaram pelo processo "desenvolvimento excludente", isto é, modernização com exclusão de uma grande parcela da população dos benefícios do desenvolvimento, a abordagem acima não explica como se dá a transição da fecundidade desta parcela populacional "excluída". Cabe ressaltar, ainda, que os teóricos da modernização tiveram uma visão muito otimista do efeito do desenvolvimento econômico sobre a situação da mulher e dedicaram pouca atenção aos condicionantes das desigualdades de gênero sobre a fecundidade.

2.3. Abordagem microeconômica: "New home economics"⁵

Como vimos anteriormente, as abordagens "macro" tratam de forças que atuam sobre a dinâmica demográfica definidas fora do ambiente domiciliar, a partir de um alto grau de agregação. As abordagens "micro", ao contrário, consideram os determinantes da fecundidade ao nível da família. Ambas envolvem implicações para cada nível de agregação, mas o enfoque é diferente.

O instrumental microeconômico não foi desenvolvido, originalmente, para o estudo do comportamento reprodutivo, mas sim para as relações de mercado. A "Teoria do Comportamento do Consumidor" afirma que o objetivo de qualquer unidade familiar é consumir sua limitada renda monetária de forma a obter o máximo bem-estar econômico. Para que isto ocorra são precisas as seguintes pressuposições: primeiro, cada indivíduo ou unidade familiar deve ter uma noção perfeita de quanto será sua renda em determinado período de tempo; segundo, o consumidor deve ter pleno conhecimento do preço exato de cada bem e serviço disponível no mercado e da capacidade deles para satisfazer suas necessidades (Ferguson, 1986).

A utilização do instrumental microeconômico para a análise do comportamento reprodutivo começou no início da década de 60 através

⁵ Centraremos a análise nos fatores de demanda por filhos e nos aspectos centrais da abordagem "New home economics". Foge do escopo desta tese tratar dos fatores de oferta e do custo de regulação da fecundidade, motivo pelo qual não termos resenhado os importantes trabalhos de Easterlin (1978) e Easterlin e Grimmins (1985).

de trabalhos pioneiros, como os de Becker (1960). Ele argumentava que a fecundidade envolvia uma decisão econômica entre um número ótimo de filhos, os bens de consumo e uma renda familiar limitada.

Para Becker (1981) as famílias buscam maximizar a função utilidade, U , derivada do número de filhos, N , da qualidade destes filhos, Q , e da quantidade de outros bens de consumo, Z , sujeito à restrição da "renda ao longo da vida"⁶, isto é:

$$\text{Maximizar } U = U(N, Q, Z)$$

$$\text{Sujeito a } (pn)N + (pq)Q + (pz)Z = I$$

onde pn , pq e pz representam o preço de N , Q e Z ;

e, I representa a renda ao longo da vida.

Para o autor, não existe um único tipo de filho, razão por que considera importante distinguir entre quantidade e qualidade. Cada filho tem um preço e um custo diferente de acordo com sua qualidade. A mudança na demanda de filhos ocorreria devido:

a) mudanças na renda familiar

Não sendo um bem inferior, tanto a qualidade quanto a quantidade de filhos deveriam crescer com o crescimento da renda e a capacidade orçamentária das famílias. Entretanto, se a elasticidade-renda em quantidade fosse muito pequena comparada com a elasticidade em qualidade, o efeito líquido poderia resultar em uma diminuição do número de filhos, apesar de haver um crescimento no gasto total.

⁶Lifetime income, no original.

b) mudança nos preços relativos

Um aumento no preço relativo dos filhos reduziria a demanda por crianças e aumentaria a demanda por outros bens (mantendo constante a renda real). No meio rural, por exemplo, o preço dos alimentos, o custo de moradia e de outros itens básicos são, geralmente, menores que no meio urbano e os filhos tendem a contribuir mais nas atividades domésticas e no trabalho agrícola. Ou seja, o custo relativo dos filhos é menor, uma das razões pelas quais a abordagem microeconômica explicaria a maior fecundidade rural.

O efeito preço e o efeito renda agem, muitas vezes, em sentido oposto, como exemplificado pela maior educação da mulher. A abordagem microeconômica considera que, sendo um investimento em capital humano, maiores níveis educacionais resultariam em maiores salários e maiores oportunidades de emprego, o que provocaria um aumento do custo de oportunidade dos filhos. A elevação dos salários provocaria um efeito substituição através do aumento da oferta de trabalho e a redução do tempo gasto em atividades tempo intensivas, como é a criação de crianças. A elevação dos salários provocaria também um efeito renda, aumentando a demanda por filhos. O resultado líquido destes dois efeitos pode ser diferente para homens e mulheres. Se a mulher dedica maior tempo à criação de filhos, então um aumento nos salários femininos provocará um aumento maior no custo de oportunidade das crianças do que um aumento nos salários masculinos. Se a mulher é menos ativa no mercado de trabalho que seu marido, então um aumento nos salários

femininos provocará um menor efeito renda. A combinação destes efeitos sugere que um aumento da educação e, em consequência dos salários femininos, deverá provocar uma maior redução da fecundidade do que o mesmo aumento para o caso masculino.

O modelo microeconômico de Becker conquistou uma legião de adeptos que acrescentaram, ao longo do tempo, novas formulações e adendos, mas, concomitantemente, se tornou um dos modelos mais discutidos e criticados da literatura demográfica.

As críticas começam pelos pressupostos gerais da teoria microeconômica que estabelece que o consumidor, para maximizar sua função de utilidade, tenha noção perfeita de quanto será sua renda e pleno conhecimento dos preços e da utilidade dos bens e serviços disponíveis. A veracidade destes pressupostos já é questionada quando se consideram os produtos propriamente de mercado, mais ainda quando se trata do comportamento reprodutivo. Os filhos não são "produzidos" no mercado, e mesmo atribuindo-lhes uma relação de custo/benefício, existem motivações e necessidades de ordem afetiva e psicológica de difícil mensuração. A decisão de ter uma criança pode ser tomada, por exemplo, devido ao desejo de um dos cônjuges, ou do casal, de perpetuar sua estirpe, independentemente de qualquer consideração de preços ou pressuposições sobre a renda futura.

Simmons (1985) apresenta as seguintes limitações da abordagem microeconômica: Primeiro, todos os modelos utilizam uma função utilidade estática, pois os casais precisam saber com antecedência

o conjunto de oportunidades que estarão disponíveis, incluindo as ocupações e renda futuras. Segundo, como as decisões sobre a fecundidade são tomadas tendo como base um longo espaço de tempo, isto cria problemas para se definir, em termos empíricos e em termos teóricos, a "renda ao longo da vida". Terceiro, certos eventos - como a falha dos meios contraceptivos (gravidez indesejada) ou a preferência por menino ou menina, numa situação em que o sexo da criança é uma variável aleatória - são tratados de forma imperfeita nos modelos. Finalmente, os modelos microeconômicos utilizam uma única função utilidade para analisar as decisões de fecundidade que envolvem pelo menos duas pessoas, não considerando a natureza da relação marido/esposa, nem a influência exercida sobre o casal pela família extensiva ou pelos fatores institucionais.

Esta última questão é bastante criticada pelas abordagens feministas que enfatizam a necessidade de se considerar a distribuição de custos e ganhos dentro da família a partir de uma análise de gênero. Folbre (1983), por exemplo, considera como uma das maiores fraquezas desta abordagem o fato da microeconomia da fecundidade tratar a família como uma "caixa preta" e não levar em consideração as mudanças nas relações de poder entre marido e esposa e os processos de dominação/resistência e conflito/compromisso próprios da instituição familiar.

Outro tipo de crítica, mais geral, pondera que não se deve analisar o comportamento reprodutivo de certas sociedades a partir

da demanda por filhos. Potter (1983) mostra que nas "economias camponesas" não existe maximização do lucro e, portanto, um eventual *tradeoff* se daria entre a "desutilidade" de um trabalhador adicional e a utilidade de um consumo adicional.

Cleland e Wilson (1987) julgam que muita atenção tem sido dada à análise de custo/benefício dos filhos, comparada à pouca atenção dispensada às "forças ideativas"⁷. Para eles as mudanças mais importantes acontecem ao nível das idéias (cultura). O importante seria, por um lado, a predominância do pensamento lógico, racional, secular e cosmopolita em superação ao fatalismo, à passividade e às tradições religiosas e paroquiais que predominam em sociedades tradicionais.

Analisando o comportamento reprodutivo das sociedades pré-modernas, estes autores consideram que: a) a fecundidade natural predominava na maioria das populações antes da transição, apesar dos diferenciais existentes devido à interferência de outras variáveis intermediárias que não o uso de meios contraceptivos; b) a ausência de formas de limitação da família não implica, necessariamente, que os filhos representam um retorno líquido para os pais; c) os diferenciais e mudanças nos níveis de fecundidade natural não estão, em larga escala, relacionados com fatores econômicos.

Desta forma, observam que os fatores microeconômicos da demanda tiveram um pequeno peso no processo de transição da

⁷Ideational forces, no original.

fecundidade e que, muitas vezes, a homogeneidade cultural da população foi um fator primordial para a difusão de novas idéias e comportamentos.

2.4. Abordagens culturais: Inovação-difusão e Secularização

Knodel e Van de Walle (1979) criticam os enfoques da transição demográfica que dão ênfase excessiva aos determinantes econômicos, tanto micro quanto macro, e ao que se poderia chamar o slogan da abordagem da modernização: "O desenvolvimento é o melhor contraceptivo". Por trás deste slogan está a concepção de que a experiência européia da queda da fecundidade é universal e pode ser copiada por todos os países do mundo.

Ao contrário destas concepções, os autores defendem a abordagem da inovação-difusão, que valoriza os determinantes culturais. Relacionando uma série de índices sócio-econômicos com o início da redução da fecundidade em 17 países europeus e 4 países em desenvolvimento⁸, eles fazem uma reinterpretação da experiência européia e argumentam o seguinte:

Primeiro, o declínio da fecundidade marital teve lugar em uma ampla variedade de condições sociais e econômicas. O primeiro país a passar pela transição da fecundidade foi a França, em 1800, a

⁸os autores consideram o início da transição quando a fecundidade marital declina pelo menos 10% em relação ao seu nível máximo.

qual não poderia ser considerada um país industrializado, pois possuía mortalidade infantil de 185 por mil, alta proporção de população rural (81%) e grande proporção de analfabetos.

Entre os demais países, as diferenças entre os níveis de mortalidade infantil eram enormes, ao contrário do que supunha Notestein (1945). O início da transição da fecundidade ocorreu quando a mortalidade infantil era de 69 por mil na Irlanda e 76 por mil na Noruega, contrastando com taxas de 221 por mil na Alemanha e 250 por mil na Hungria. As diferenças entre os níveis de alfabetização também eram enormes.

Com relação ao grau de urbanização os dados mostram que o declínio da fecundidade ocorreu quando a proporção da população rural era de 26% na Holanda e 27% na Escócia, contra taxas de 78% na Suíça e de 85% na Finlândia. No Chile, o declínio da fecundidade ocorreu quando 71% de sua população era urbana, enquanto que na Tailândia o declínio ocorreu com uma população predominantemente rural (85%).

Em segundo lugar, os autores consideram que o "controle da fecundidade por terminação" ou "controle por parturição"⁹ era desconhecido pelas populações da Europa Ocidental. Os métodos tradicionais de contracepção não eram eficientes o suficiente para evitar a gravidez indesejada. A menor fecundidade só podia ser alcançada através do adiamento da idade ao casar, da abstinência sexual e de métodos pouco efetivos como o coitus interruptus.

⁹terminate chilbearing e parity-dependent birth control

Prevalecia, então, uma alta fecundidade marital em amplos segmentos da população, mesmo havendo uma motivação latente pela redução do número de filhos. Por causa disto, os autores chegam a afirmar que a alta mortalidade poderia ser uma acomodação à alta fecundidade e não o contrário.

A transição da fecundidade, nesta perspectiva, não requeria necessariamente uma prévia redução da mortalidade, nem a obtenção de um limiar mínimo de desenvolvimento econômico, mas sim atitudes culturais inovadoras. A novidade que possibilitou a limitação do tamanho de família foi o controle da fecundidade por parturição, considerado uma **inovação** na Europa, começando entre pequenos segmentos da população, mas que se espalhou através de um processo de **difusão**, acelerando o ritmo de declínio.

Em terceiro lugar, Knodel e Van de Walle (1979) consideram que o processo de limitação do tamanho da família, uma vez iniciado, é contínuo e irreversível. Para eles, limitação do tamanho da família é um processo em que os casais decidem parar de ter filhos assim que se alcance o número desejado, e difere do controle via adiamento do início da idade de reprodução, do espaçamento dos filhos e outras práticas que não estejam relacionadas com o fim da parturição.

Em quarto lugar, os autores consideram que o contexto cultural influenciou o início e a extensão do declínio da fecundidade na Europa independentemente das condições sócio-econômicas. Áreas próximas com condições sócio-econômicas similares iniciaram o período de transição em épocas diferentes, enquanto

áreas com diferentes níveis sócio-econômicos mas com culturas similares iniciaram a transição ao mesmo tempo.

Concluindo, os autores questionam a importância dos determinantes da demanda e da oferta de crianças, que é a base das teorias microeconômicas da fecundidade. Em relação à demanda por filhos, dizem:

"We believe the historical record suggests the relative lack of importance of income and prices in determining the demand for children prior to or during early stages of the fertility decline" (Knodel e Van de Walle, 1979, p. 239).

Ou seja, não existiria racionalidade na adoção de famílias numerosas, mas apenas desconhecimento das possibilidades da efetivação de uma família pequena. Os autores não consideram importante a relação custo/benefício na determinação da demanda de filhos, atribuindo a variação do tamanho da família apenas aos gostos e preferências.

Apesar da aparente oposição em relação às abordagens anteriores, existem, entretanto, possibilidades de diálogo. Retherford e Palmore (1983) buscaram conciliar as abordagens da inovação-difusão e modernização. Para eles estas duas abordagens se completam, pois, em grande medida, o processo de modernização facilita o surgimento de grupos inovadores e a difusão de novas idéias. Consideram, ainda, que a abordagem de Knodel e Van de Walle

é compatível com as três condições indispensáveis para a transição da fecundidade sistematizadas por Coale (1979).

Nesta mesma linha, Lesthaeghe e Wilson (1986) também concordam com as três condições de Coale (1979) e consideram que as duas forças que modelam o comportamento social são: as circunstâncias econômicas e a religião.

Por circunstâncias econômicas eles consideram fundamental a análise da mudança do modo de produção familiar e intensivo em trabalho para um modo de produção urbano-industrial e não baseado no trabalho familiar, onde haja possibilidade de crescimento do salário real, onde a educação seja percebida como um veículo de mobilidade lateral¹⁰ ou ascendente e onde as gerações jovens alcancem grande independência.

Mas, além destas circunstâncias estruturais, os autores consideram que um elemento decisivo para se entender o declínio da fecundidade é o fator cultural, mais especificamente o enfraquecimento da moral religiosa e do sistema ético tradicional provocado pela difusão dos ideais seculares. Analisando a transição ocorrida na Europa Ocidental, eles observam que menores taxas de fecundidade já tinham sido alcançadas devido ao casamento tardio,

¹⁰É interessante o conceito de mobilidade lateral dos autores: "By lateral mobility we refer to individuals or children with parents who were at the bottom of the social stratification system in the traditional sectors and then moved to new types of work provided by the growth of urban and industrial sectors, but stayed at the lower echelons of these new sectors" (Lesthaeghe e Wilson, 1986, p. 268).

mas a queda da fecundidade marital só ocorreu com o avanço do processo de secularização.

2.5. Abordagens sociológicas: Respostas multifásicas e Adaptação

Normalmente as ciências sociais estudam fenômenos intrincados, situados em planos de causalidade e determinação complexos, onde se torna difícil isolar causas e motivações exclusivas. É desta forma que as abordagens sociológicas encaram o problema da transição demográfica¹¹.

Davis (1963) observa que as mudanças demográficas ocorrem de maneira racional, e discorda daqueles que enxergam a alta fecundidade como função, simplesmente, de uma "cultura tradicional" ou "sistema de valores". Discorda principalmente das visões malthusianas que viam o comportamento reprodutivo de maneira extremamente simplificada, como função do "impulso sexual", pelo lado da fecundidade, e dos "meios de subsistência", pelo lado da mortalidade.

Davis considera que as mudanças demográficas são reflexivas e comportamentais: reflexiva no sentido de que a mudança em um componente é, eventualmente, alterada pela mudança por ela induzida

¹¹ Como um dos objetivos centrais desta tese é discutir os determinantes da fecundidade marital e não as variáveis intermediárias ou determinantes próximos, não serão resenhados aqui os importantes trabalhos de (Davis e Blake, 1966) e Bongaarts (1983), sobre os quais faremos referências em outro capítulo.

em outros componentes; e comportamental no sentido que o processo de mudanças envolve decisões humanas na busca de metas, através de vários meios e condições.

O autor considera que uma população responde de maneira multifásica aos "fatores de pressão"¹². Por exemplo, as respostas multifásicas a um alto crescimento populacional, podem vir através da migração, quando o processo de herança torna a escassez de terras um problema crônico, ou através da nupcialidade com a adoção de alta proporção de celibatos permanentes, ou através do aborto ou de outros meios contraceptivos. Assim como algumas ou todas as respostas podem ser adotadas ao mesmo tempo.

Semelhante ao escopo acima, a abordagem da adaptação de Carlsson (1966)¹³ busca um enfoque sociológico para explicar o declínio secular da fecundidade - que ele considera uma das maiores mudanças de atitudes e comportamentos de massa de nossa era. Assim como Davis (1963), o autor considera que uma população sob pressão para limitar seu crescimento tende a reagir de mais de uma maneira. Fecundidade, nupcialidade e migração são vistas de maneira conjunta e como respostas intercambiáveis.

Testando a abordagem da difusão para o caso da Suécia, ele considera que o uso de meios contraceptivos não foi uma inovação,

¹² Strains, no original

¹³ Paradoxalmente, o trabalho de Carlsson (1966) foi mais citado entre os defensores da abordagem da difusão, talvez pela maneira inovadora em que o autor colocou o debate adaptação versus difusão.

mas sim fruto de "fatores de pressão", como, por exemplo, a queda da mortalidade infantil. Já existia, anteriormente, o conhecimento das técnicas contraceptivas, a novidade foi apenas a generalização de seu uso. Neste caso o mecanismo de propagação se deu de pessoa a pessoa. Este mecanismo foi, para o autor, mais efetivo do que as campanhas formais de controle da natalidade. A conclusão do autor é que a transição da fecundidade deve ser entendida como um processo de adaptação demográfica ao novo panorama sócio-econômico ao invés de ser encarada como um processo de inovação-difusão.

Contra esta conclusão de Carlsson, entretanto, temos a posição de Knodel e Van de Walle (1979), que consideram fundamental o processo de inovação-difusão, apesar de não discordarem que os fatores sócio-econômicos também contribuem para a transição da fecundidade. Estes autores acima distinguem o "controle da fecundidade independente da parturição", que afeta apenas o espaçamento dos filhos e é consistente com o conceito de fecundidade natural; e o "controle da fecundidade dependente da parturição", ou limitação da família, que envolve uma limitação consciente do tamanho da prole e implica numa fecundidade abaixo da fecundidade natural.

Retherford e Palmore (1983) defendem a posição de Knodel e Van de Walle mostrando que, na Europa, a queda da fecundidade entre os filhos legítimos e ilegítimos ocorreu ao mesmo tempo, o que reforça a abordagem da inovação-difusão. Caso a abordagem da adaptação se aplicasse neste caso, se esperaria que a redução da "fecundidade ilegítima" ocorresse com uma certa antecedência, pois

os filhos ilegítimos são não-desejados. Eles consideram, entretanto, que "both innovation and adjustment processes are involved in marital fertility transition" (p. 322).

2.6. Abordagens iconoclastas: Caldwell e Greenhalgh

Todas as abordagens anteriores sobre a transição demográfica trouxeram contribuições importantes que não podem ser olvidadas, mas estão marcadas por grande dose de eurocentrismo, pois foram formuladas a partir da experiência dos países europeus ou de países com predominância de populações européias. As duas abordagens tratadas nesta seção, ao contrário, estão mais voltadas para a experiência do Terceiro Mundo. Esta observação é importante, pois os países de transição demográfica "tardia" não tendem simplesmente a reproduzir o modelo europeu de transição, e o estudo dos vários regimes de fecundidade existentes na atualidade podem contribuir para enriquecer o conhecimento demográfico.

Por outro lado, o instrumental teórico já desenvolvido contribui enormemente para a compreensão das transições atuais. O caráter inovador das abordagens que estamos chamando de iconoclastas está, justamente, em buscar fazer uso criativo das contribuições da sociologia, da antropologia, da psicologia, da medicina e da economia, dentre outras ciências, para a elucidação das diversas facetas de uma realidade em mutação. Outras duas

características destas abordagens são: primeiro, a tentativa de construir uma ponte micro-macro ligando o processo de tomada de decisão ao nível familiar com as mudanças ocorridas ao nível macroeconômico e social; segundo, a preocupação em compreender os condicionantes institucionais que afetam os regimes de fecundidade.

Caldwell (1976), afirma, de forma corajosa, que só existem dois tipos de regimes de fecundidade (com exceção do período de transição): um, em que prevalecem altas taxas de nascimento, não há ganhos econômicos para os pais em controlar a fecundidade; e o outro, em que prevalecem baixas taxas, há frequentemente ganhos econômicos em tal controle. Em ambas situações o comportamento dos indivíduos é não somente racional, mas economicamente racional.

Aparentemente simples, esta assertiva contrasta com várias concepções anteriores. Contrasta, por exemplo, com a afirmativa de Marx de que "todo modo histórico de produção tem suas leis próprias de população" e com as demais abordagens que tratam a fecundidade como variável dependente. Não que Caldwell trate a fecundidade como variável independente, apenas qualifica o caráter desta dependência, ou seja, a fecundidade é vista, podemos dizer assim, como uma variável dependente dicotômica. Os determinantes da demanda por filhos geram apenas duas alternativas: um regime de alta fecundidade ou um regime de baixa fecundidade.

No regime de alta fecundidade o fluxo de riquezas¹⁴ vai dos filhos para os pais, ou das novas para as velhas gerações (fluxo positivo); enquanto no regime de baixa fecundidade há uma reversão deste fluxo, indo dos pais para os filhos, ou das velhas para as novas gerações (fluxo negativo). A questão chave para se entender a transição demográfica, por conseguinte, passa a ser a compreensão da **direção e magnitude do fluxo intergeracional de riquezas**.

A opção por uma fecundidade ilimitada é considerada economicamente racional quando o resultado líquido do fluxo intergeracional é positivo, e uma fecundidade nula¹⁵ se torna economicamente racional quando o resultado líquido do fluxo se torna negativo. Entretanto, após a reversão do fluxo de riqueza entre as gerações, os casais continuam tendo crianças, mas somente em pequeno número e por razões não-econômicas.

Conquanto a introdução da variável **geração** guarde alguma semelhança com a relação custo/benefício dos filhos enfocada em outras abordagens, trata-se, evidentemente, de uma variável nova e de suma importância para a compreensão do processo da transição demográfica. O estudo das relações intergeracionais permite suprir algumas lacunas e quebra-cabeças existentes neste processo, particularmente, em relação à rede complexa de obrigações entre

¹⁴ Por riqueza, Caldwell (1976) entende: moeda, bens, serviços e proteção contra riscos.

¹⁵ Os casais sem filhos já possuem até uma sigla e fazem parte da preocupação de escritores, como deduzimos desta pergunta: "Nosso futuro ideal será não termos filhos, como os casais hedonistas consumistas *dink* (double income no kids) nos Estados Unidos?" (Miranda, 1993, p. 133).

pais e filhos, ou de forma mais ampla, entre parentes das velhas e novas gerações.

Segundo Caldwell, muitos teóricos da transição demográfica não entendem o processo de reversão do fluxo intergeracional de riqueza devido ao **etnocentrismo**, ou seja, devido à tendência para considerar a cultura de seu próprio povo como a medida de todas as outras. Segundo ele, existem quatro armadilhas que têm contribuído para o não entendimento da transição demográfica:

1) A compreensão da magnitude e direção do fluxo intergeracional é difícil, pois em sociedades pré-modernas grande parte da riqueza está ainda fora da economia monetarizada.

2) A família na pesquisa sobre fecundidade é freqüentemente uma coisa artificial. Não há explicação satisfatória do intrincado sistema de decisões e obrigações que vão além da família nuclear ou do grupo residencial e no qual a família nuclear deveria ser considerada como uma sub-unidade.

3) O tamanho da família pode ser, freqüentemente, o produto de decisões tomadas por razões que não visam, primeiramente, a determinação da fecundidade. Quando há decisões a serem tomadas, elas podem não ser decisões do casal simplesmente.

4) Não tem sido feita distinção entre ocidentalização¹⁶ e modernização, já que uma coisa não leva necessariamente à outra.

¹⁶ O termo ocidental(ização), tal como empregado aqui, tem um sentido mais amplo e mais complexo que sua concepção literal sugere, não se referindo simplesmente ao hemisfério à oeste do Meridiano de Greenwich.

Para Caldwell (1982), a transição demográfica requer, ao invés da modernização, uma "revolução social", que nos países do Terceiro Mundo pode vir em decorrência do fenômeno da ocidentalização. A reversão do fluxo intergeracional, entretanto, não é mecanicamente determinada pelas condições econômicas, mas sim, por um fenômeno social e que ocorre quando existe uma mudança da família extensiva à família nuclear. O que muda o comportamento de uma parcela da população é a importação de uma nova cultura forânea e a adoção de padrões ocidentais de vida. A ocidentalização significa a erosão das estruturas tradicionais da família e promoção de um processo de nuclearização que tem como consequência o declínio da fecundidade. Por isto, as forças que sustentam uma fecundidade economicamente irrestrita podem ser fortalecidas pelo processo de modernização se não forem acompanhadas por mudanças sociais específicas.

Para Caldwell (1982) este processo de nuclearização teve início na Europa ocidental há séculos e nas últimas décadas tem penetrado profundamente no Terceiro Mundo, quase que independentemente do sucesso da industrialização e urbanização, provocando a reversão do fluxo intergeracional de riquezas e a redução do crescimento populacional. Não é a ausência de "racionalidade" que explicaria a queda da fecundidade, mas sim a atitude dos indivíduos diante da família, parentes e ancestrais.

A outra abordagem tratada nesta seção também dá grande importância ao entendimento das relações entre a dinâmica familiar e a dinâmica sócio-econômica para a compreensão do regime de fecundidade. Como nas abordagens sociológicas, a mudança na fecundidade é vista enquanto uma resposta ou uma adaptação às mudanças macroeconômicas da sociedade.

O arcabouço teórico de Susan Greenhalgh (1988) busca ligar aspectos macro-institucionais e aspectos micro-institucionais para explicar a transição da fecundidade. Ela estuda especificamente o caso chinês, mas sugere a aplicação deste arcabouço para outros contextos.

Greenhalgh parte do seguinte pressuposto: a meta básica de qualquer população é garantir e, se possível, melhorar seu status social e sua posição econômica e política na sociedade. A fecundidade faz parte das estratégias e comportamentos utilizados para se alcançar esta meta. A fecundidade pode ser tratada em termos de segurança e mobilidade. A segurança é o primeiro degrau que, uma vez alcançado, serve de base para os degraus seguintes a serem galgados pelo processo de mobilidade. Este *continuum* é chamado **sistema segurança-mobilidade**.

A fecundidade faz parte, desta forma, de um conjunto maior de comportamentos ou estratégias que visam, dentro de uma meta hierárquica, garantir primeiro a segurança e, em segundo lugar, o status social (fecundidade como mobilidade). Como diz a autora:

"Linking security to mobility provides a broader framework that should embrace a wider range of intersocietal and intertemporal variations in fertility. A fertility-as-mobility approach also has a theoretical advantage. Because mobility strategies vary with political and economic institutions, viewing fertility as an aspect of mobility allows us to incorporate fertility behavior and change into broad social science theories of economic and political development" (Greenhalgh, 1988, p. 638).

A autora não define mobilidade apenas como um movimento objetivo entre dois pontos da escala ocupacional. Sua ênfase é sobre as "aspirações subjetivas de mobilidade" e os motivos de segurança. Ela enfatiza o valor que os filhos têm para os pais para se alcançarem as metas sociais específicas de segurança e mobilidade. O comportamento reprodutivo dos indivíduos é sempre racional e a escolha de metas e estratégias de segurança e mobilidade são condicionadas pelas estruturas sociais mais amplas.

Greenhalgh considera que a aspiração de segurança e mobilidade (tanto quanto a fecundidade) é determinada, parcialmente, pelas instituições políticas, econômicas e sociais que formam o ambiente no qual os indivíduos atuam, e parcialmente pelo tipo de cultura. O ambiente institucional (e cultural) determina o custo dos filhos e os termos nos quais o cálculo do custo/benefício é feito. As instituições econômicas, educacionais, sócio-políticas e de saúde são consideradas particularmente importantes.

O sistema segurança-mobilidade define o **benefício dos filhos**. As metas de segurança e mobilidade, tanto em termos econômicos quanto políticos, são universais: 1. Sobrevivência; 2.

moral da família: "A mãe ativa é quase sempre forçada a negligenciar os cuidados com a família, os filhos e a educação" (p. 158).

O fato é que as condições econômicas, sociais e jurídicas, até a década de 60, reforçavam a presença do patriarcalismo restringindo o papel da mulher ao âmbito doméstico e à esfera da reprodução, segregando e dificultando sua inserção na vida pública:

"[O] Código Civil de 1916, inspirado no Direito Romano, identificava o status civil da mulher casada ao dos menores, silvícolas e alienados - tornando-a portanto civilmente incapaz. Esta legislação esteve em vigor até 1962, quando foi revogada pela Lei 4121/62" (Alves e Pitanguy, 1982, p. 73).

Nesta ótica, devemos ver o processo de proletarização não apenas pelas mudanças econômicas em si, mas pelas mudanças provocadas na estrutura familiar e, principalmente, no que diz respeito às relações entre gêneros e entre gerações, como veremos noutra seção deste capítulo.

haver vantagens nesta limitação, ou em outros termos, mudanças na relação custo/benefício dos filhos; (3) os casais deveriam ter acesso a métodos contraceptivos eficientes. Caldwell (1982) faz uma generalização mais ampla, mas de grande utilidade como referência teórica: ele introduz a variável geração e diz que todo processo de transição da fecundidade requer, de forma intrínseca, a reversão do fluxo intergeracional de riquezas. Greenhalgh (1988) mostra que as famílias adotam (ao nível micro) estratégias de segurança-mobilidade diante das mudanças (ao nível macro) econômicas, sociais e culturais.

As abordagens tratadas neste capítulo deram pouco destaque à contribuição da mulher ao processo de transição da fecundidade. Algumas por opção e outras por omissão. No entanto, consideramos que é possível tornar visível a situação da mulher e utilizar muito do instrumental desenvolvido pelas diversas abordagens revistas neste capítulo. Para isto precisamos unir o conceito de gênero com o instrumental das abordagens revistas acima.

suas palavras: "É mais plausível se supor que o número total de filhos não resultasse de decisão deliberada do casal sobre o tamanho da família" (p. 229).

Posteriormente, ele utiliza o arcabouço da abordagem microeconômica para mostrar que o processo de proletarização (e monetarização), ao subordinar a reconstituição da força de trabalho aos mecanismos de mercado, expõe a aquisição dos bens de subsistência às variações dos preços relativos, e a regulação da fecundidade passa a ser uma decisão do casal.

Ao tratar a questão da regulação desta forma, Paiva deixa de considerar os desejos e decisões do casal no regime de alta fecundidade, assim como não considera o papel das instituições no processo de transição. Ao se concentrar nas mudanças dos preços relativos dos bens de subsistência, ele deixou de analisar a influência da variável educação e das políticas públicas sobre o declínio da fecundidade, temas centrais em outras abordagens (como veremos mais à frente).

A segunda questão refere-se à ausência de qualquer referência às relações de gênero. Paiva (1985) analisa o regime de alta fecundidade de uma ótica essencialmente econômica, não levando em consideração a distribuição desigual de prestígio e poder entre os sexos.

No antigo regime de alta fecundidade no Brasil as relações de gênero eram extremamente desfavoráveis às mulheres. Existia uma rígida divisão sexual do trabalho que segregava a mulher ao âmbito domiciliar e às tarefas da reprodução e limitava seus direitos.

femininos e mostrar que a desigualdade entre os sexos, pelo lado biológico, pode resultar em igualdade entre os gêneros.

Por exemplo, a tradição religiosa ocidental afirma que Deus criou, em primeiro lugar, o homem, e só depois a mulher. As mulheres são, portanto, o "segundo sexo", e cada sexo tem seus dons "naturais". A passividade, sensibilidade, altruísmo e a disposição para alimentar os filhos são considerados dons femininos. O ideal da mulher como "objeto sexual passivo, mãe devotada e esposa obediente" é o estereótipo feminino mais difundido, e o senso comum se encarrega de estendê-lo a outras áreas (Rosaldo e Lamphere, 1979, p. 18).

As expressões idiomáticas estão marcadas por estereótipos deste tipo. O dicionário Aurélio define o vocábulo homem como "ser humano", "espécie humana", "humanidade" e, só em quarto lugar, como "varão". Entretanto, esta suposta naturalidade que identifica "homem" com "humanidade" encobre, muitas vezes, as desigualdades de gênero existentes na espécie humana. Outro exemplo de uma utilização sexista e estereotipada da linguagem é a utilização do vocábulo "matrimônio" significando casamento, e "patrimônio" significando "herança paterna", "bens de família" ou "riqueza" (ex.: patrimônio moral, cultural e intelectual)¹⁷.

¹⁷ A utilização destes termos remonta ao latim: *matrimoniu* e *patrimoniu*.

trabalho não-assalariadas. Estas formas não-assalariadas de produção agrícola cresceram com a expansão da produção capitalista no setor urbano industrial viabilizando a manutenção do regime de alta fecundidade.

Na economia de subsistência, o acesso aos bens básicos se dava sem a intermediação do mercado. O cesto típico de consumo era muito pouco diversificado. A maior parte dos itens de alimentação era produzida domesticamente e os bens comprados na fazenda, através do sistema de 'cadernetas', não exigiam transação monetária.

Entretanto, estas características da produção de subsistência começaram a ser abaladas por várias transformações econômicas que já estavam em gestação na economia brasileira e que se intensificaram na segunda metade dos anos 60, provocando a desestabilização do regime de alta fecundidade. O chamado processo de proletarização provocou a desestabilização da fecundidade através de mudanças estruturais que ocorreram em três níveis:

1. monetarização da economia;
2. ampliação e diversificação do cesto de consumo através da inclusão de bens industrializados;
3. destruição da economia de base familiar (subsistência) e expansão e homogeneização do mercado de trabalho assalariado.

Nota-se que a abordagem acima é diametralmente oposta à abordagem "clássica" da proletarização na Europa: Tilly (1984)

"A primeira compreende a idéia que o equipamento biológico sexual inato não dá conta da explicação do comportamento diferenciado masculino e feminino observado na sociedade. Diferentemente do sexo, o gênero é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações. E, segundo, envolve a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social" (pp. 15 e 16).

Lobo (1991) chama atenção para o fato de que o estudo do gênero - como categoria analítica não identificada com o tema específico das mulheres - é mais apropriado para se incorporar aos campos teóricos das disciplinas, sem se restringir aos "estudos das mulheres". Isto ocorre porque a categoria gênero é vista como uma relação social-histórica que implica relações de poder que perpassam todo o tecido social e não se constitui num campo à parte do contexto das relações sociais. É uma categoria interdisciplinar por excelência que deve ser incorporada à teoria sobre família, mercado de trabalho, cidadania, e outros.

Bandeira e Oliveira (1990), consideram a introdução da questão do gênero nos estudos feministas um avanço de caráter epistemológico, que marcou uma ruptura de ordem teórico-metodológica com conceitos pouco elaborados e com as tendências empiricistas prevalecentes até então. Segundo elas, não se trata de construir um novo marco teórico para os estudos feministas, mas sim colocar a questão da relação entre os sexos como central, trazendo transparência à dimensão de equivalência e mobilidade entre os gêneros. O sexo é distinguido como a dimensão biológica e o gênero como a dimensão sócio-cultural nas relações entre homens e

4. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL

4.1. Abordagem estrutural: Carvalho, Paiva e Sawyer

A abordagem da proletarização, Carvalho, Paiva e Sawyer (1981) e Paiva (1985), teve o grande mérito de propor uma explicação para o regime de alta fecundidade no Brasil e os fatores que forjaram a sua desestabilização.

Paiva (1985) remonta aos tempos da economia primário-exportadora brasileira para mostrar que a estrutura produtiva predominante naquela época, aliada a uma baixa esperança de vida ao nascer, induziu à adoção de um padrão de casamento precoce e, em consequência, um regime de alta fecundidade²⁷.

Resumidamente, ele argumenta que, pelo lado demográfico, a população, para se repor, teria de ter um padrão de casamento em idade bem jovem de forma a contrapor as altas taxas de mortalidade²⁸ e, pelo lado da estrutura econômica, não deveria haver restrições a este padrão de casamento.

Estas condições estavam presentes nos dois tipos dominantes de economia agrícola de exportação: cafeeira e açucareira. Na economia cafeeira o trabalho foi organizado sob o sistema de colonato. Neste sistema, a renda familiar era constituída de uma

²⁷ Considerando-se uma situação onde prevalecia uma fecundidade marital natural.

²⁸ Paiva (1985) chega a afirmar: "A mortalidade parece ter sido a variável determinante dos processos demográficos no Brasil" (p. 222).

do ônus do trabalho doméstico e do cuidado dos filhos; eliminação das formas institucionais de discriminação; conquista da igualdade política; estabelecimento da liberdade de escolha sobre a gravidez; adoção de medidas adequadas contra a violência e o controle masculino sobre as mulheres.

Pinto (1992) mostra que a participação de mulheres em movimentos sociais faz com que sua posição na rede de poderes no interior da comunidade seja transformada:

"[A] participação da mulher no movimento rompe sempre com sua condição de invisibilidade pública. Este rompimento não é feito, na maioria das vezes, sem tensões no interior da família. A decisão de participar é quase sempre acompanhada de resistência à participação por parte de pais, maridos e até filhos, entendida na maioria das vezes como resistência à quebra do cotidiano familiar e de padrões morais acordados no interior da família e da comunidade" (p. 133).

Castro (1991) busca relacionar classe social e gênero advertindo para o risco de duas posturas, aparentemente antagônicas, mas ambas maniqueístas:

a) Reduccionismo economicista - pelo qual se entende que as diferenças entre homens e mulheres têm como causa única a forma de organização da produção. Questiona-se, portanto, com tal termo, a redução da compreensão da identidade da mulher pelas operações do capitalismo.

b) Relativismo idealista - que aponta a ideologia ou a cultura em abstrato como planos por excelência para a compreensão da situação da mulher. Os significados sociais de componentes do que é próprio de homens e o que é próprio das mulheres não variam

entre os níveis educacionais entre os sexos e a diferente exposição às influências ocidentais. A maior segregação das mulheres as torna menos dispostas a mudarem seus comportamentos reprodutivos.

Entretanto, as autoras, revisando a literatura empírica, não encontraram dados suficientes que fossem conclusivos quanto às diferenças de gênero nas metas reprodutivas. As diferenças encontradas foram pequenas e dos dois tipos (homens mais pró-natalistas que as mulheres e vice-versa). As maiores diferenças, entretanto, foram encontradas onde predominam condições pré-modernas e o patriarcalismo é mais forte e, ao contrário, as menores diferenças nas metas reprodutivas foram encontradas onde predominam condições modernas e existe maior igualdade nas relações de gênero.

3.7. À guisa de conclusão

A análise empreendida ao longo deste capítulo mostra que os custos e benefícios da fecundidade são distribuídos de forma desproporcional entre homens e mulheres. No regime de alta fecundidade cabe, à mulher, os maiores custos sociais e econômicos da reprodução, enquanto, ao homem, cabem os maiores benefícios.

Todas as formas patriarcais de segregação feminina e todas as formas de subordinação feminina nas relações de gênero favorecem uma fecundidade mais elevada pois os filhos passam a ser uma fonte de apoio diante da insegurança econômica e social da mulher. Neste

2. **Relações de dependência, poder e prestígio:** a desigualdade de gênero se dá em várias dimensões, pois existem uma assimetria e uma hierarquia nas relações entre homens e mulheres, com diferentes graus de acesso e controle sobre os recursos, com desigualdade no processo de tomada de decisões e com a presença de relações de dominação/subordinação entre os sexos. Ao incorporar as dimensões das relações de dependência, poder e prestígio, a noção de gênero extrapola o conceito de "papéis sexuais" e vai além das formulações que se restringem, simplesmente, a explicar as causas da opressão feminina.

3. **Historicamente variável:** as relações entre os sexos são assimétricas mas não estáticas, isto é, são relações dinâmicas, mutáveis e sofrem variações tanto estruturais, quanto conjunturais. Isto quer dizer que as relações de gênero são historicamente variáveis e precisam ser contextualizadas.

Estas dimensões do conceito de gênero estão presentes, de forma explícita ou implícita, nas abordagens seguintes que buscam tratar a transição da fecundidade sem desconsiderar as desigualdades sociais entre homens e mulheres.

C) Efeitos via custo de regulação da fecundidade

6. A autonomia da mulher influencia seu acesso aos conhecimentos e modos de ação modernos e, portanto, sua propensão em engajar-se em comportamentos inovadores, incluindo limitação da família.

7. Igualdade social e intimidade emocional entre os cônjuges tende a influenciar a fecundidade através do peso que o bem-estar e a saúde da esposa desempenham no processo de tomada de decisões, e pela influência no uso efetivo de contraceptivos.

Finalmente, Mason e Taj (1987) examinam as diferentes metas reprodutivas entre homens e mulheres. Alguns autores argumentam que as mulheres desejam famílias menores, enquanto outros argumentam que existe uma grande demanda por filhos entre aquelas com relativa falta de poder na família e na sociedade. A existência ou não de diferentes metas reprodutivas entre homens e mulheres pode ter um impacto sobre a transição da fecundidade e no regime de contracepção adotado.

Além disto, a existência ou não de diferentes metas reprodutivas entre os gêneros está ligada a uma outra controvérsia teórica importante: se existe conflito ou consenso nas decisões em relação à fecundidade dentro da família.

Uma das causas fundamentais da possível diferença entre as metas reprodutivas entre os sexos se deve à questão fisiológica. A mulher tem um papel sem igual na reprodução, assumindo uma parte maior dos custos de ter filhos, o que se traduz em maior dor,

ferramentas e condições de criação de crianças se interagiam nas diversas sociedades.

A divisão sexual do trabalho já existia no mais antigo tipo de sociedade conhecido, que se baseava na caça e na coleta e que cobriu a maior parte da história humana até aproximadamente 10 mil a 12 mil anos atrás. Os homens caçavam grandes animais, para todo o grupo, e as mulheres coletavam raízes, sementes, plantas, nozes e caçavam pequenos animais, geralmente para a família. Os caçadores tendiam a ter mais prestígio e poder que os coletores.

O que afastava a mulher da caça? Acredita-se que as caças requeriam jornadas longas e distantes que eram incompatíveis com a criação das crianças. Naquele tempo, dada a alta mortalidade infantil e a baixa expectativa de vida, as mulheres estavam grávidas ou alimentando a maior parte de suas vidas adultas. Portanto, a necessidade de reposição da população excluía a mulher das atividades de maior poder e prestígio.

A utilização da enxada na atividade agrícola começou há cerca de 9 mil anos e possibilitou maior oferta alimentar. Acredita-se que as mulheres produziam a metade da oferta alimentar e em consequência a sua situação social tenha sido mais elevada que na sociedade anterior.

A utilização do arado de metal começou há cerca de 5 mil anos e aumentou ainda mais a oferta alimentar, mas o homem monopolizou o uso do arado e, em consequência, passou a ter maior controle sobre os recursos. O grande excedente alimentar possibilitou maior concentração de riquezas nas mãos de uma elite. A existência de

dimensões se dá através de um processo de independência/controle/autonomia.

Além de ser um fenômeno multidimensional, existem dois outros aspectos que contribuem para a confusão de termos: primeiro, existem múltiplas posições sociais decorrentes da posição que a mulher ocupa nas diversas unidades tais como o domicílio, a vizinhança e a comunidade, nas quais os gêneros se interagem. Segundo, as desigualdades de gênero podem variar conforme o ciclo de vida da mulher.

As três dimensões da desigualdade entre gêneros derivam de condicionantes institucionais, como o sistema de parentesco e o sistema jurídico ou normativo que restringe os direitos da mulher à herança, ao divórcio, à propriedade, à liberdade de recorrer a contraceptivos ou aborto, etc.

Em outro texto, Mason (1988) examina sete hipóteses de como o processo de independência/controle/autonomia afeta a fecundidade. As duas primeiras hipóteses estão relacionadas com a variável intermediária **idade ao casar**; as três seguintes com a **fecundidade marital**; e as duas últimas com os **custos de regulação da fecundidade**.

A) Efeitos via idade ao casar da mulher

1. A idéia aqui é que a baixa idade ao casar é uma estratégia dos membros mais velhos da família para controlar a sexualidade das mulheres solteiras. Um aumento da autonomia feminina facilita o

socialistas, o que obscurece o fato de que as mulheres tiveram um pequeno papel nestes movimentos.

Huber (1988) observa que um movimento maciço que representaria as reivindicações ocupacionais das mulheres só apareceria após a participação feminina em larga escala na força de trabalho. Mas a entrada da mulher no mercado de trabalho só ocorreu após a concretização de três tendências surgidas com a industrialização nos países ocidentais: a) redução das taxas de mortalidade infantil - como resultado de melhores condições de nutrição e menor exposição à doenças; b) aumento do nível educacional das mulheres; c) queda da fecundidade - devido à reversão do fluxo intergeracional de riquezas, consequência das duas tendências anteriores.

Ao contrário do senso comum, a autora considera que a queda da fecundidade, que já vinha ocorrendo desde o final do século passado, aconteceu antes da entrada maciça da mulher no mercado de trabalho, pelo menos nos chamados países do Primeiro Mundo. Durante a segunda metade do século XX, uma combinação de fatores propiciou que a participação feminina em atividades extra-domésticas continuasse a crescer enquanto a fecundidade, no longo prazo, mantinha a tendência de queda²⁰.

Desta forma, Huber (1988) considera que as três tendências surgidas com o processo de industrialização - queda da mortalidade, elevação dos níveis educacionais e queda da fecundidade -

²⁰ Ela considera que o baby boom foi apenas uma elevação temporária da fecundidade, um "accident of history".

consideram o trabalho doméstico uma "inatividade" econômica. Ela entende que, embora o aumento da participação feminina em atividades extradomésticas seja uma meta para as mulheres, a participação na esfera pública só seria benéfica de fato com mudanças em sua posição domiciliar e o fim das restrições impostas pelo mercado de trabalho.

Um outro importante componente, nos países do Terceiro Mundo, é o grau em que os serviços sociais básicos - serviços de saúde, seguro desemprego, financiamento da casa própria, educação e previdência - são fornecidos pelo Estado ao invés de supridos pela rede de parentesco e pela estrutura familiar.

Jelin (1982) observa que para se compreenderem os fenômenos demográficos e, especialmente a fecundidade, é preciso observar como se relacionam as atividades econômicas e as atividades domésticas, como as atividades econômicas das mulheres se relacionam com as atividades econômicas dos homens e como a divisão sexual do trabalho se modifica com processo de desenvolvimento econômico.

Em síntese, Youssef (1982) e Jelin (1982) chamam a atenção para os tipos de atividade que a mulher desempenha na família e a interação entre a divisão sexual e social da trabalho, como forma de se compreender o processo de transição da fecundidade.

atividades domésticas. Apesar da análise da autora estar centrada na situação dos países industrializados e ser um tanto otimista, ela traz contribuições importantes ao relacionar as mudanças no fluxo intergeracional e nas relações de gênero.

3.4. Abordagens do patriarcalismo: Folbre e Cain

Folbre (1983) observa que apesar da questão da maternidade estar no centro de todas as teorias feministas, pouca atenção tem sido dada ao processo de transição da fecundidade²¹. A tese principal da autora é que a transição para o capitalismo - processo de industrialização - em primeiro lugar, enfraquece o patriarcalismo, possibilitando a reversão do fluxo intergeracional de riqueza.

Por outro lado, Folbre (1983) critica as diversas teorias sobre a transição da fecundidade que não consideram as desigualdades econômicas entre os sexos e a desigualdade de gênero na família. Estas desigualdades favorecem as atitudes patriarcais e forçam as mulheres a sustentarem a maior parte dos custos da criação dos filhos. As mães que sacrificam seu tempo de lazer para o cuidado de crianças estão impondo sobre si próprias os custos de

²¹ "Feminists have had remarkably little to say about a long-run secular trend that has transformed family life - the demographic transition to lower fertility rates" (p. 261).

Ela sugere que a situação social da mulher será melhor onde:

- a) a mulher contribui mais para a produção de subsistência, do que nas sociedades onde ela contribui menos;
- b) haja direito à propriedade privada;
- c) o controle da mulher sobre a propriedade e os direitos à herança sejam maiores;
- d) tiver substancial controle sobre os frutos do seu trabalho produtivo;
- e) tiver substancial controle sobre os frutos do trabalho masculino;
- f) tiver substancial controle sobre o fruto do trabalho conjunto;
- g) estiver organizada para as atividades econômicas.

O poder de decisão na família, que é um elemento crucial entre a situação da mulher e a fecundidade, também depende da divisão sexual do trabalho. A autora levanta uma série de hipóteses sobre esta questão:

- a) padrões diferentes de alocação de trabalho entre os sexos estão associados com maior ou menor participação da mulher nas decisões da família;
- b) as mulheres que desempenham atividades de valor econômico para a família terão maior poder nas decisões familiares;
- c) as mulheres têm maior poder de decisão familiar nas sociedades onde há pequena diferenciação nos papéis sexuais com respeito a divisão de trabalho;
- d) as mulheres têm pequeno poder nas decisões familiares nas sociedades onde há segregação por sexo na divisão do trabalho na família, tendo, por consequência, incentivos para uma alta fecundidade;
- e) quanto maior a influência e poder da mulher no processo de decisão familiar, maior será seu controle sobre a fecundidade;
- f) os trabalhos que geram renda e sobre os quais a mulher tem algum controle estarão

outros meios contraceptivos. No mundo, as restrições mais severas às atividades femininas acontecem através da prática do *pardah*²³.

Marx e Engels, citados por Folbre (1983), argumentaram que o desenvolvimento capitalista poderia minar as bases da família patriarcal. O proletariado estava sendo destituído da propriedade privada que era, segundo eles, a causa primária da desigualdade sexual. A mulher trabalhadora estava sendo forçada a vender sua força de trabalho, o que provocaria a perda de sua dependência econômica em relação ao homem. A mulher assumiria um novo papel na luta pelo socialismo e a superação do capitalismo eliminaria para sempre os vestígios da desigualdade sexual.

Folbre considera, entretanto, que o marxismo negligenciou a possibilidade dos interesses patriarcais poderem estar presentes entre os trabalhadores, sindicatos e no Estado. Eles ignoraram também a possibilidade do trabalho assalariado da mulher não substituir a produção doméstica e a criação das crianças, mas apenas aumentar a duração da jornada de trabalho (dupla jornada). Mas a autora considera que o marxismo estava certo ao considerar que o controle patriarcal sobre os filhos poderia ser enfraquecido pelo crescimento do trabalho assalariado.

O processo de desenvolvimento do capitalismo, ao criar oportunidades de emprego extradoméstico, permitiu que os filhos contassem menos e menos com a herança paterna, particularmente quando os ativos da família eram muito pequenos comparado com o

²³ O *pardah* é um rigoroso sistema de segregação da mulher presente, principalmente, em países muçulmanos.

Por fim, Cain et al.(1979) observam que o desemprego e a segregação feminina no mercado de trabalho são determinantes macro-institucionais da alta fecundidade e da estratificação de gênero:

"The degree of labor market segregation is not simply a neutral accommodation of women's childrearing role. Rather, market segregation is both a consequence of and a means for perpetuating the system of patriarchy" (p. 428).

Em síntese, enquanto Folbre (1983) vê o patriarcalismo como o "domínio dos pais (homens)", Cain et al.(1979) o vê, podemos dizer, como o "domínio do marido". No primeiro caso, a dominação masculina se justifica pois o pai se apropria da riqueza gerada pelos filhos, enquanto no segundo caso, o marido se apropria da riqueza gerada tanto pelos filhos (em nível vertical), quanto pela esposa (em nível horizontal). Enquanto Folbre considera que uma alta fecundidade favorece ao pai, Cain et al. mostram que a segregação feminina e uma rígida divisão sexual do trabalho tornam a alta fecundidade uma alternativa de apoio para a mulher diante da insegurança econômica e dos riscos de um declínio abrupto da posição social. A consequência desta segunda abordagem é que não basta a reversão do fluxo intergeracional para modificar as relações de gênero, é preciso, também, modificar a divisão sexual do trabalho na família e na sociedade.

das desigualdades entre homem e mulher, ela sugere que a principal consequência é a diminuição dos benefícios econômicos dos filhos sem a criação de novas formas de suporte da criação das crianças. A decisão de criar filhos vai se tornando uma atividade extremamente custosa e que não oferece virtualmente nenhum benefício. Por isto ela pergunta: "Who should pay the costs of rearing the next generation?" (p. 279).

Cain et al.(1979), estudando o caso de Bangladesh, definem patriarcalismo como um "poderoso sistema de dominação do homem", que produz uma rígida divisão sexual do trabalho, uma alta segregação no mercado de trabalho e um sistema de estratificação que impinge à mulher um alto risco de um abrupto declínio em seu status econômico, independente do processo de diferenciação por classe social.

O patriarcalismo se manifesta em um conjunto de relações sociais, que tem uma base material que permite ao homem controlar a propriedade, a renda e o trabalho da mulher e é, mutuamente, reforçado por fatores institucionais, como o sistema de parentesco, o sistema político e a religião.

Em Bangladesh, o sistema de parentesco é não somente patriarcal, mas patrilocal - a mulher recém-casada segue o marido passando a morar no local onde ele mora - e patrilinear - a sucessão é definida pela linha paterna. Este sistema enfraquece os laços da mulher casada com as pessoas de sua família e local de

das desigualdades entre homem e mulher, ela sugere que a principal consequência é a diminuição dos benefícios econômicos dos filhos sem a criação de novas formas de suporte da criação das crianças. A decisão de criar filhos vai se tornando uma atividade extremamente custosa e que não oferece virtualmente nenhum benefício. Por isto ela pergunta: "Who should pay the costs of rearing the next generation?" (p. 279).

Cain et al.(1979), estudando o caso de Bangladesh, definem patriarcalismo como um "poderoso sistema de dominação do homem", que produz uma rígida divisão sexual do trabalho, uma alta segregação no mercado de trabalho e um sistema de estratificação que impinge à mulher um alto risco de um abrupto declínio em seu status econômico, independente do processo de diferenciação por classe social.

O patriarcalismo se manifesta em um conjunto de relações sociais, que tem uma base material que permite ao homem controlar a propriedade, a renda e o trabalho da mulher e é, mutuamente, reforçado por fatores institucionais, como o sistema de parentesco, o sistema político e a religião.

Em Bangladesh, o sistema de parentesco é não somente **patriarcal**, mas **patrilocal** - a mulher recém-casada segue o marido passando a morar no local onde ele mora - e **patrilinear** - a sucessão é definida pela linha paterna. Este sistema enfraquece os laços da mulher casada com as pessoas de sua família e local de

Por fim, Cain et al.(1979) observam que o desemprego e a segregação feminina no mercado de trabalho são determinantes macro-institucionais da alta fecundidade e da estratificação de gênero:

"The degree of labor market segregation is not simply a neutral accommodation of women's childrearing role. Rather, market segregation is both a consequence of and a means for perpetuating the system of patriarchy" (p. 428).

Em síntese, enquanto Folbre (1983) vê o patriarcalismo como o "domínio dos pais (homens)", Cain et al.(1979) o vê, podemos dizer, como o "domínio do marido". No primeiro caso, a dominação masculina se justifica pois o pai se apropria da riqueza gerada pelos filhos, enquanto no segundo caso, o marido se apropria da riqueza gerada tanto pelos filhos (em nível vertical), quanto pela esposa (em nível horizontal). Enquanto Folbre considera que uma alta fecundidade favorece ao pai, Cain et al. mostram que a segregação feminina e uma rígida divisão sexual do trabalho tornam a alta fecundidade uma alternativa de apoio para a mulher diante da insegurança econômica e dos riscos de um declínio abrupto da posição social. A consequência desta segunda abordagem é que não basta a reversão do fluxo intergeracional para modificar as relações de gênero, é preciso, também, modificar a divisão sexual do trabalho na família e na sociedade.

outros meios contraceptivos. No mundo, as restrições mais severas às atividades femininas acontecem através da prática do *pardah*²³.

Marx e Engels, citados por Folbre (1983), argumentaram que o desenvolvimento capitalista poderia minar as bases da família patriarcal. O proletariado estava sendo destituído da propriedade privada que era, segundo eles, a causa primária da desigualdade sexual. A mulher trabalhadora estava sendo forçada a vender sua força de trabalho, o que provocaria a perda de sua dependência econômica em relação ao homem. A mulher assumiria um novo papel na luta pelo socialismo e a superação do capitalismo eliminaria para sempre os vestígios da desigualdade sexual.

Folbre considera, entretanto, que o marxismo negligenciou a possibilidade dos interesses patriarcais poderem estar presentes entre os trabalhadores, sindicatos e no Estado. Eles ignoraram também a possibilidade do trabalho assalariado da mulher não substituir a produção doméstica e a criação das crianças, mas apenas aumentar a duração da jornada de trabalho (dupla jornada). Mas a autora considera que o marxismo estava certo ao considerar que o controle patriarcal sobre os filhos poderia ser enfraquecido pelo crescimento do trabalho assalariado.

O processo de desenvolvimento do capitalismo, ao criar oportunidades de emprego extradoméstico, permitiu que os filhos contassem menos e menos com a herança paterna, particularmente quando os ativos da família eram muito pequenos comparado com o

²³ O *pardah* é um rigoroso sistema de segregação da mulher presente, principalmente, em países muçulmanos.

Ela sugere que a situação social da mulher será melhor onde:

- a) a mulher contribui mais para a produção de subsistência, do que nas sociedades onde ela contribui menos;
- b) haja direito à propriedade privada;
- c) o controle da mulher sobre a propriedade e os direitos à herança sejam maiores;
- d) tiver substancial controle sobre os frutos do seu trabalho produtivo;
- e) tiver substancial controle sobre os frutos do trabalho masculino;
- f) tiver substancial controle sobre o fruto do trabalho conjunto;
- g) estiver organizada para as atividades econômicas.

O poder de decisão na família, que é um elemento crucial entre a situação da mulher e a fecundidade, também depende da divisão sexual do trabalho. A autora levanta uma série de hipóteses sobre esta questão:

- a) padrões diferentes de alocação de trabalho entre os sexos estão associados com maior ou menor participação da mulher nas decisões da família;
- b) as mulheres que desempenham atividades de valor econômico para a família terão maior poder nas decisões familiares;
- c) as mulheres têm maior poder de decisão familiar nas sociedades onde há pequena diferenciação nos papéis sexuais com respeito a divisão de trabalho;
- d) as mulheres têm pequeno poder nas decisões familiares nas sociedades onde há segregação por sexo na divisão do trabalho na família, tendo, por consequência, incentivos para uma alta fecundidade;
- e) quanto maior a influência e poder da mulher no processo de decisão familiar, maior será seu controle sobre a fecundidade;
- f) os trabalhos que geram renda e sobre os quais a mulher tem algum controle estarão

atividades domésticas. Apesar da análise da autora estar centrada na situação dos países industrializados e ser um tanto otimista, ela traz contribuições importantes ao relacionar as mudanças no fluxo intergeracional e nas relações de gênero.

3.4. Abordagens do patriarcalismo: Folbre e Cain

Folbre (1983) observa que apesar da questão da maternidade estar no centro de todas as teorias feministas, pouca atenção tem sido dada ao processo de transição da fecundidade²¹. A tese principal da autora é que a transição para o capitalismo - processo de industrialização - em primeiro lugar, enfraquece o patriarcalismo, possibilitando a reversão do fluxo intergeracional de riqueza.

Por outro lado, Folbre (1983) critica as diversas teorias sobre a transição da fecundidade que não consideram as desigualdades econômicas entre os sexos e a desigualdade de gênero na família. Estas desigualdades favorecem as atitudes patriarcais e forçam as mulheres a sustentarem a maior parte dos custos da criação dos filhos. As mães que sacrificam seu tempo de lazer para o cuidado de crianças estão impondo sobre si próprias os custos de

²¹ "Feminists have had remarkably little to say about a long-run secular trend that has transformed family life - the demographic transition to lower fertility rates" (p. 261).

consideram o trabalho doméstico uma "inatividade" econômica. Ela entende que, embora o aumento da participação feminina em atividades extradomésticas seja uma meta para as mulheres, a participação na esfera pública só seria benéfica de fato com mudanças em sua posição domiciliar e o fim das restrições impostas pelo mercado de trabalho.

Um outro importante componente, nos países do Terceiro Mundo, é o grau em que os serviços sociais básicos - serviços de saúde, seguro desemprego, financiamento da casa própria, educação e previdência - são fornecidos pelo Estado ao invés de supridos pela rede de parentesco e pela estrutura familiar.

Jelin (1982) observa que para se compreenderem os fenômenos demográficos e, especialmente a fecundidade, é preciso observar como se relacionam as atividades econômicas e as atividades domésticas, como as atividades econômicas das mulheres se relacionam com as atividades econômicas dos homens e como a divisão sexual do trabalho se modifica com processo de desenvolvimento econômico.

Em síntese, Youssef (1982) e Jelin (1982) chamam a atenção para os tipos de atividade que a mulher desempenha na família e a interação entre a divisão sexual e social da trabalho, como forma de se compreender o processo de transição da fecundidade.

socialistas, o que obscurece o fato de que as mulheres tiveram um pequeno papel nestes movimentos.

Huber (1988) observa que um movimento maciço que representaria as reivindicações ocupacionais das mulheres só apareceria após a participação feminina em larga escala na força de trabalho. Mas a entrada da mulher no mercado de trabalho só ocorreu após a concretização de três tendências surgidas com a industrialização nos países ocidentais: a) redução das taxas de mortalidade infantil - como resultado de melhores condições de nutrição e menor exposição à doenças; b) aumento do nível educacional das mulheres; c) queda da fecundidade - devido à reversão do fluxo intergeracional de riquezas, consequência das duas tendências anteriores.

Ao contrário do senso comum, a autora considera que a queda da fecundidade, que já vinha ocorrendo desde o final do século passado, aconteceu antes da entrada maciça da mulher no mercado de trabalho, pelo menos nos chamados países do Primeiro Mundo. Durante a segunda metade do século XX, uma combinação de fatores propiciou que a participação feminina em atividades extra-domésticas continuasse a crescer enquanto a fecundidade, no longo prazo, mantinha a tendência de queda²⁰.

Desta forma, Huber (1988) considera que as três tendências surgidas com o processo de industrialização - queda da mortalidade, elevação dos níveis educacionais e queda da fecundidade -

²⁰ Ela considera que o baby boom foi apenas uma elevação temporária da fecundidade, um "accident of history".

dimensões se dá através de um processo de independência/controle/autonomia.

Além de ser um fenômeno multidimensional, existem dois outros aspectos que contribuem para a confusão de termos: primeiro, existem múltiplas posições sociais decorrentes da posição que a mulher ocupa nas diversas unidades tais como o domicílio, a vizinhança e a comunidade, nas quais os gêneros se interagem. Segundo, as desigualdades de gênero podem variar conforme o ciclo de vida da mulher.

As três dimensões da desigualdade entre gêneros derivam de condicionantes institucionais, como o sistema de parentesco e o sistema jurídico ou normativo que restringe os direitos da mulher à herança, ao divórcio, à propriedade, à liberdade de recorrer a contraceptivos ou aborto, etc.

Em outro texto, Mason (1988) examina sete hipóteses de como o processo de independência/controle/autonomia afeta a fecundidade. As duas primeiras hipóteses estão relacionadas com a variável intermediária **idade ao casar**; as três seguintes com a **fecundidade marital**; e as duas últimas com os **custos de regulação da fecundidade**.

A) Efeitos via idade ao casar da mulher

1. A idéia aqui é que a baixa idade ao casar é uma estratégia dos membros mais velhos da família para controlar a sexualidade das mulheres solteiras. Um aumento da autonomia feminina facilita o

ferramentas e condições de criação de crianças se interagem nas diversas sociedades.

A divisão sexual do trabalho já existia no mais antigo tipo de sociedade conhecido, que se baseava na caça e na coleta e que cobriu a maior parte da história humana até aproximadamente 10 mil a 12 mil anos atrás. Os homens caçavam grandes animais, para todo o grupo, e as mulheres coletavam raízes, sementes, plantas, nozes e caçavam pequenos animais, geralmente para a família. Os caçadores tendiam a ter mais prestígio e poder que os coletores.

O que afastava a mulher da caça? Acredita-se que as caças requeriam jornadas longas e distantes que eram incompatíveis com a criação das crianças. Naquele tempo, dada a alta mortalidade infantil e a baixa expectativa de vida, as mulheres estavam grávidas ou alimentando a maior parte de suas vidas adultas. Portanto, a necessidade de reposição da população excluía a mulher das atividades de maior poder e prestígio.

A utilização da enxada na atividade agrícola começou há cerca de 9 mil anos e possibilitou maior oferta alimentar. Acredita-se que as mulheres produziam a metade da oferta alimentar e em consequência a sua situação social tenha sido mais elevada que na sociedade anterior.

A utilização do arado de metal começou há cerca de 5 mil anos e aumentou ainda mais a oferta alimentar, mas o homem monopolizou o uso do arado e, em consequência, passou a ter maior controle sobre os recursos. O grande excedente alimentar possibilitou maior concentração de riquezas nas mãos de uma elite. A existência de

C) Efeitos via custo de regulação da fecundidade

6. A autonomia da mulher influencia seu acesso aos conhecimentos e modos de ação modernos e, portanto, sua propensão em engajar-se em comportamentos inovadores, incluindo limitação da família.

7. Igualdade social e intimidade emocional entre os cônjuges tende a influenciar a fecundidade através do peso que o bem-estar e a saúde da esposa desempenham no processo de tomada de decisões, e pela influência no uso efetivo de contraceptivos.

Finalmente, Mason e Taj (1987) examinam as diferentes metas reprodutivas entre homens e mulheres. Alguns autores argumentam que as mulheres desejam famílias menores, enquanto outros argumentam que existe uma grande demanda por filhos entre aquelas com relativa falta de poder na família e na sociedade. A existência ou não de diferentes metas reprodutivas entre homens e mulheres pode ter um impacto sobre a transição da fecundidade e no regime de contracepção adotado.

Além disto, a existência ou não de diferentes metas reprodutivas entre os gêneros está ligada a uma outra controvérsia teórica importante: se existe conflito ou consenso nas decisões em relação à fecundidade dentro da família.

Uma das causas fundamentais da possível diferença entre as metas reprodutivas entre os sexos se deve à questão fisiológica. A mulher tem um papel sem igual na reprodução, assumindo uma parte maior dos custos de ter filhos, o que se traduz em maior dor,

2. **Relações de dependência, poder e prestígio:** a desigualdade de gênero se dá em várias dimensões, pois existem uma assimetria e uma hierarquia nas relações entre homens e mulheres, com diferentes graus de acesso e controle sobre os recursos, com desigualdade no processo de tomada de decisões e com a presença de relações de dominação/subordinação entre os sexos. Ao incorporar as dimensões das relações de dependência, poder e prestígio, a noção de gênero extrapola o conceito de "papéis sexuais" e vai além das formulações que se restringem, simplesmente, a explicar as causas da opressão feminina.

3. **Historicamente variável:** as relações entre os sexos são assimétricas mas não estáticas, isto é, são relações dinâmicas, mutáveis e sofrem variações tanto estruturais, quanto conjunturais. Isto quer dizer que as relações de gênero são historicamente variáveis e precisam ser contextualizadas.

Estas dimensões do conceito de gênero estão presentes, de forma explícita ou implícita, nas abordagens seguintes que buscam tratar a transição da fecundidade sem desconsiderar as desigualdades sociais entre homens e mulheres.

entre os níveis educacionais entre os sexos e a diferente exposição às influências ocidentais. A maior segregação das mulheres as torna menos dispostas a mudarem seus comportamentos reprodutivos.

Entretanto, as autoras, revisando a literatura empírica, não encontraram dados suficientes que fossem conclusivos quanto às diferenças de gênero nas metas reprodutivas. As diferenças encontradas foram pequenas e dos dois tipos (homens mais pró-natalistas que as mulheres e vice-versa). As maiores diferenças, entretanto, foram encontradas onde predominam condições pré-modernas e o patriarcalismo é mais forte e, ao contrário, as menores diferenças nas metas reprodutivas foram encontradas onde predominam condições modernas e existe maior igualdade nas relações de gênero.

3.7. À guisa de conclusão

A análise empreendida ao longo deste capítulo mostra que os custos e benefícios da fecundidade são distribuídos de forma desproporcional entre homens e mulheres. No regime de alta fecundidade cabe, à mulher, os maiores custos sociais e econômicos da reprodução, enquanto, ao homem, cabem os maiores benefícios.

Todas as formas patriarcais de segregação feminina e todas as formas de subordinação feminina nas relações de gênero favorecem uma fecundidade mais elevada pois os filhos passam a ser uma fonte de apoio diante da insegurança econômica e social da mulher. Neste

do ônus do trabalho doméstico e do cuidado dos filhos; eliminação das formas institucionais de discriminação; conquista da igualdade política; estabelecimento da liberdade de escolha sobre a gravidez; adoção de medidas adequadas contra a violência e o controle masculino sobre as mulheres.

Pinto (1992) mostra que a participação de mulheres em movimentos sociais faz com que sua posição na rede de poderes no interior da comunidade seja transformada:

"[A] participação da mulher no movimento rompe sempre com sua condição de invisibilidade pública. Este rompimento não é feito, na maioria das vezes, sem tensões no interior da família. A decisão de participar é quase sempre acompanhada de resistência à participação por parte de pais, maridos e até filhos, entendida na maioria das vezes como resistência à quebra do cotidiano familiar e de padrões morais acordados no interior da família e da comunidade" (p. 133).

Castro (1991) busca relacionar classe social e gênero advertindo para o risco de duas posturas, aparentemente antagônicas, mas ambas maniqueístas:

a) Reduccionismo economicista - pelo qual se entende que as diferenças entre homens e mulheres têm como causa única a forma de organização da produção. Questiona-se, portanto, com tal termo, a redução da compreensão da identidade da mulher pelas operações do capitalismo.

b) Relativismo idealista - que aponta a ideologia ou a cultura em abstrato como planos por excelência para a compreensão da situação da mulher. Os significados sociais de componentes do que é próprio de homens e o que é próprio das mulheres não variam

4. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL

4.1. Abordagem estrutural: Carvalho, Paiva e Sawyer

A abordagem da proletarização, Carvalho, Paiva e Sawyer (1981) e Paiva (1985), teve o grande mérito de propor uma explicação para o regime de alta fecundidade no Brasil e os fatores que forjaram a sua desestabilização.

Paiva (1985) remonta aos tempos da economia primário-exportadora brasileira para mostrar que a estrutura produtiva predominante naquela época, aliada a uma baixa esperança de vida ao nascer, induziu à adoção de um padrão de casamento precoce e, em consequência, um regime de alta fecundidade²⁷.

Resumidamente, ele argumenta que, pelo lado demográfico, a população, para se repor, teria de ter um padrão de casamento em idade bem jovem de forma a contrapor as altas taxas de mortalidade²⁸ e, pelo lado da estrutura econômica, não deveria haver restrições a este padrão de casamento.

Estas condições estavam presentes nos dois tipos dominantes de economia agrícola de exportação: cafeeira e açucareira. Na economia cafeeira o trabalho foi organizado sob o sistema de colonato. Neste sistema, a renda familiar era constituída de uma

²⁷ Considerando-se uma situação onde prevalecia uma fecundidade marital natural.

²⁸ Paiva (1985) chega a afirmar: "A mortalidade parece ter sido a variável determinante dos processos demográficos no Brasil" (p. 222).

"A primeira compreende a idéia que o equipamento biológico sexual inato não dá conta da explicação do comportamento diferenciado masculino e feminino observado na sociedade. Diferentemente do sexo, o gênero é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações. E, segundo, envolve a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social" (pp. 15 e 16).

Lobo (1991) chama atenção para o fato de que o estudo do gênero - como categoria analítica não identificada com o tema específico das mulheres - é mais apropriado para se incorporar aos campos teóricos das disciplinas, sem se restringir aos "estudos das mulheres". Isto ocorre porque a categoria gênero é vista como uma relação social-histórica que implica relações de poder que perpassam todo o tecido social e não se constitui num campo à parte do contexto das relações sociais. É uma categoria interdisciplinar por excelência que deve ser incorporada à teoria sobre família, mercado de trabalho, cidadania, e outros.

Bandeira e Oliveira (1990), consideram a introdução da questão do gênero nos estudos feministas um avanço de caráter epistemológico, que marcou uma ruptura de ordem teórico-metodológica com conceitos pouco elaborados e com as tendências empiricistas prevalecentes até então. Segundo elas, não se trata de construir um novo marco teórico para os estudos feministas, mas sim colocar a questão da relação entre os sexos como central, trazendo transparência à dimensão de equivalência e mobilidade entre os gêneros. O sexo é distinguido como a dimensão biológica e o gênero como a dimensão sócio-cultural nas relações entre homens e

trabalho não-assalariadas. Estas formas não-assalariadas de produção agrícola cresceram com a expansão da produção capitalista no setor urbano industrial viabilizando a manutenção do regime de alta fecundidade.

Na economia de subsistência, o acesso aos bens básicos se dava sem a intermediação do mercado. O cesto típico de consumo era muito pouco diversificado. A maior parte dos itens de alimentação era produzida domesticamente e os bens comprados na fazenda, através do sistema de 'cadernetas', não exigiam transação monetária.

Entretanto, estas características da produção de subsistência começaram a ser abaladas por várias tranformações econômicas que já estavam em gestação na economia brasileira e que se intensificaram na segunda metade dos anos 60, provocando a desestabilização do regime de alta fecundidade. O chamado processo de proletarização provocou a desestabilização da fecundidade através de mudanças estruturais que ocorreram em três níveis:

1. monetarização da economia;
2. ampliação e diversificação do cesto de consumo através da inclusão de bens industrializados;
3. destruição da economia de base familiar (subsistência) e expansão e homogeneização do mercado de trabalho assalariado.

Nota-se que a abordagem acima é diametralmente oposta à abordagem "clássica" da proletarização na Europa: Tilly (1984)

femininos e mostrar que a desigualdade entre os sexos, pelo lado biológico, pode resultar em igualdade entre os gêneros.

Por exemplo, a tradição religiosa ocidental afirma que Deus criou, em primeiro lugar, o homem, e só depois a mulher. As mulheres são, portanto, o "segundo sexo", e cada sexo tem seus dons "naturais". A passividade, sensibilidade, altruísmo e a disposição para alimentar os filhos são considerados dons femininos. O ideal da mulher como "objeto sexual passivo, mãe devotada e esposa obediente" é o estereótipo feminino mais difundido, e o senso comum se encarrega de estendê-lo a outras áreas (Rosaldo e Lamphere, 1979, p. 18).

As expressões idiomáticas estão marcadas por estereótipos deste tipo. O dicionário Aurélio define o vocábulo homem como "ser humano", "espécie humana", "humanidade" e, só em quarto lugar, como "varão". Entretanto, esta suposta naturalidade que identifica "homem" com "humanidade" encobre, muitas vezes, as desigualdades de gênero existentes na espécie humana. Outro exemplo de uma utilização sexista e estereotipada da linguagem é a utilização do vocábulo "matrimônio" significando casamento, e "patrimônio" significando "herança paterna", "bens de família" ou "riqueza" (ex.: patrimônio moral, cultural e intelectual)¹⁷.

¹⁷ A utilização destes termos remonta ao latim: *matrimoniu* e *patrimoniu*.

suas palavras: "É mais plausível se supor que o número total de filhos não resultasse de decisão deliberada do casal sobre o tamanho da família" (p. 229).

Posteriormente, ele utiliza o arcabouço da abordagem microeconômica para mostrar que o processo de proletarização (e monetarização), ao subordinar a reconstituição da força de trabalho aos mecanismos de mercado, expõe a aquisição dos bens de subsistência às variações dos preços relativos, e a regulação da fecundidade passa a ser uma decisão do casal.

Ao tratar a questão da regulação desta forma, Paiva deixa de considerar os desejos e decisões do casal no regime de alta fecundidade, assim como não considera o papel das instituições no processo de transição. Ao se concentrar nas mudanças dos preços relativos dos bens de subsistência, ele deixou de analisar a influência da variável educação e das políticas públicas sobre o declínio da fecundidade, temas centrais em outras abordagens (como veremos mais à frente).

A segunda questão refere-se à ausência de qualquer referência às relações de gênero. Paiva (1985) analisa o regime de alta fecundidade de uma ótica essencialmente econômica, não levando em consideração a distribuição desigual de prestígio e poder entre os sexos.

No antigo regime de alta fecundidade no Brasil as relações de gênero eram extremamente desfavoráveis às mulheres. Existia uma rígida divisão sexual do trabalho que segregava a mulher ao âmbito domiciliar e às tarefas da reprodução e limitava seus direitos.

haver vantagens nesta limitação, ou em outros termos, mudanças na relação custo/benefício dos filhos; (3) os casais deveriam ter acesso a métodos contraceptivos eficientes. Caldwell (1982) faz uma generalização mais ampla, mas de grande utilidade como referência teórica: ele introduz a variável geração e diz que todo processo de transição da fecundidade requer, de forma intrínseca, a reversão do fluxo intergeracional de riquezas. Greenhalgh (1988) mostra que as famílias adotam (ao nível micro) estratégias de segurança-mobilidade diante das mudanças (ao nível macro) econômicas, sociais e culturais.

As abordagens tratadas neste capítulo deram pouco destaque à contribuição da mulher ao processo de transição da fecundidade. Algumas por opção e outras por omissão. No entanto, consideramos que é possível tornar visível a situação da mulher e utilizar muito do instrumental desenvolvido pelas diversas abordagens revistas neste capítulo. Para isto precisamos unir o conceito de gênero com o instrumental das abordagens revistas acima.

moral da família: "A mãe ativa é quase sempre forçada a negligenciar os cuidados com a família, os filhos e a educação" (p. 158).

O fato é que as condições econômicas, sociais e jurídicas, até a década de 60, reforçavam a presença do patriarcalismo restringindo o papel da mulher ao âmbito doméstico e à esfera da reprodução, segregando e dificultando sua inserção na vida pública:

"[O] Código Civil de 1916, inspirado no Direito Romano, identificava o status civil da mulher casada ao dos menores, silvícolas e alienados - tornando-a portanto civilmente incapaz. Esta legislação esteve em vigor até 1962, quando foi revogada pela Lei 4121/62" (Alves e Pitanguy, 1982, p. 73).

Nesta ótica, devemos ver o processo de proletarização não apenas pelas mudanças econômicas em si, mas pelas mudanças provocadas na estrutura familiar e, principalmente, no que diz respeito às relações entre gêneros e entre gerações, como veremos noutra seção deste capítulo.

"Linking security to mobility provides a broader framework that should embrace a wider range of intersocietal and intertemporal variations in fertility. A fertility-as-mobility approach also has a theoretical advantage. Because mobility strategies vary with political and economic institutions, viewing fertility as an aspect of mobility allows us to incorporate fertility behavior and change into broad social science theories of economic and political development" (Greenhalgh, 1988, p. 638).

A autora não define mobilidade apenas como um movimento objetivo entre dois pontos da escala ocupacional. Sua ênfase é sobre as "aspirações subjetivas de mobilidade" e os motivos de segurança. Ela enfatiza o valor que os filhos têm para os pais para se alcançarem as metas sociais específicas de segurança e mobilidade. O comportamento reprodutivo dos indivíduos é sempre racional e a escolha de metas e estratégias de segurança e mobilidade são condicionadas pelas estruturas sociais mais amplas.

Greenhalgh considera que a aspiração de segurança e mobilidade (tanto quanto a fecundidade) é determinada, parcialmente, pelas instituições políticas, econômicas e sociais que formam o ambiente no qual os indivíduos atuam, e parcialmente pelo tipo de cultura. O ambiente institucional (e cultural) determina o custo dos filhos e os termos nos quais o cálculo do custo/benefício é feito. As instituições econômicas, educacionais, sócio-políticas e de saúde são consideradas particularmente importantes.

O sistema segurança-mobilidade define o **benefício dos filhos**. As metas de segurança e mobilidade, tanto em termos econômicos quanto políticos, são universais: 1. Sobrevivência; 2.

A abordagem de Faria (1989) busca ligar fatores macro - "transformações materiais, sociais e culturais responsáveis pela mercantilização e secularização da vida social", com fatores micro - "orientações normativas e valorativas dos atores, seus interesses, suas preferências e o leque de suas alternativas de escolha"³¹ (p. 71). Usando uma linguagem própria dos enfoques culturais³², ele considera as políticas públicas como "vetores institucionais" (difusão) que são portadoras de "conteúdos de consciência" (inovação), sendo que o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, ou processo de proletarização, seria "o vetor institucional determinante, básico e geral, do aumento na demanda por regulação da fecundidade no Brasil" (p.73).

1. A política de crédito direto ao consumidor

Dois fatores importantes para a desestabilização da fecundidade no Brasil, conforme a abordagem da proletarização, foram a monetarização da economia e a diversificação e ampliação do consumo. É desta mesma forma que Faria (1989) trata a política de crédito direto ao consumidor, que num contexto de alta concentração de renda, achatamento salarial e difundida pobreza, possibilitou a incorporação de grandes contingentes populacionais ao mercado de bens e serviços.

³¹ A abordagem de Faria vem reforçar a formulação de segurança-mobilidade de Greenhalgh (1988), vista no segundo capítulo.

³² Reforçando a abordagem da inovação-difusão de Knodel e Van de Walle (1979), também vista no capítulo segundo.

Este "vetor institucional", ao possibilitar a integração dos indivíduos e famílias ao mercado consumidor, contribuiu para o processo de "mercantilização e secularização" e uma nova racionalidade no comportamento reprodutivo. Como diz o autor:

"[E]sta integração reitera, cotidianamente, a necessidade do exercício do cálculo econômico racional como instrumento de sobrevivência social e institucionaliza essa norma com padrão de regulação da sociabilidade, para além dos efeitos semelhantes e igualmente poderosos da conversão da força de trabalho em mercadoria" (p. 78).

Além disto, Faria considera que pelo fato desta política de crédito ter sido seletiva, favorecendo a compra de bens de consumo duráveis "terminou por elevar os custos de produção dos filhos e, sobretudo, o custo de oportunidade dos gastos com sua manutenção na compra dos chamados bens de primeira necessidade". Por fim, ele afirma que, ao fazer parte do manejo econômico mais geral, os objetivos de controle da natalidade não foram levados em consideração quando da elaboração dessa política. Sendo assim, o impacto de seus efeitos sobre a demanda por filhos é uma consequência não antecipada da mesma.

No sentido de completar a análise do autor, é importante considerar que também a política do sistema financeiro de habitação, o sistema de poupança, a correção monetária e várias outras medidas presentes na reforma monetária e financeira implementada após o golpe de 64 tiveram efeitos semelhantes ao da política de crédito direto ao consumidor sobre a fecundidade, como veremos no capítulo sétimo.

2. A política de benefícios previdenciários

Como vimos no capítulo segundo, devido principalmente às contribuições de Cain et al. (1979), os filhos se tornam uma fonte de apoio e segurança na velhice para as mulheres em face de possíveis riscos econômicos e na ausência de instituições públicas ou privadas de seguridade social.

Analisando o caso brasileiro, Faria (1989) mostra que houve uma grande expansão do sistema previdenciário a partir dos anos 60 e acrescenta três motivos pelos quais a cobertura previdenciária contribuiu para o declínio da fecundidade. Em primeiro lugar, porque consagrou o direito à aposentadoria como uma dimensão estratégica da cidadania. Em segundo lugar, porque deslocou, progressivamente, do âmbito familiar e comunitário para o âmbito estatal e público a responsabilidade por proporcionar os meios de se enfrentar os riscos de uma perda abrupta de status. Em terceiro lugar, a inclusão de crescentes contingentes no âmbito de cobertura da Previdência Social no Brasil passou a ser, também, condição essencial para o acesso aos serviços de atenção a saúde, que se constitui em outro mecanismo de institucionalização da demanda por regulação da fecundidade.

Assim como a política anterior, o autor diz que desconhece intenções controlistas na expansão do sistema previdenciário e que o impacto sobre a fecundidade foi um efeito não antecipado. Ao contrário, ele chama atenção para o caráter pró-natalista de alguns

benefícios, como o auxílio maternidade e o salário família, dentre outros.

3. A política de telecomunicações

Constatando o papel da expansão das telecomunicações, Faria (1989) busca analisar a contribuição dos meios de comunicação de massa - e muito em particular, a televisão - para a institucionalização da demanda por regulação da fecundidade. Ele considera que a televisão é o "vetor institucional" por excelência na transmissão de novos "conteúdos de consciência", estando, pois, no campo de uma abordagem essencialmente cultural, buscando os agentes de inovação e os fatores de difusão. Ele distingue três dimensões por intermédio das quais a televisão influencia o comportamento reprodutivo.

Primeira, em decorrência da exposição em si. Segundo Faria a exposição à televisão, independente do conteúdo de suas mensagens, transforma o comportamento dos agentes sociais através de vários mecanismos: a) dando acesso a informações que vão muito além dos estreitos limites do domicílio; b) minando as esferas privadas de autoridade, através da democratização das informações entre os membros da família; c) mudando a relação tradicional entre homem e mulher, ao trazer o mundo para dentro das quatro paredes do domicílio e romper com a rígida separação entre esfera privada (mundo feminino) e esfera pública (mundo masculino).

A segunda dimensão diz respeito aos conteúdos genérico das mensagens que estão voltados para a promoção do consumo:

"A presença maciça e reiterada da mensagem televisiva, cujos conteúdos estão estruturalmente voltados para 'transformar a população em mercado ativo de consumo', constitui um importante, senão o principal, instrumento de integração, sobretudo simbólica, na sociedade de consumo, emprestando sentido e significado à ação social dos atores, estruturando-lhes as preferências e construindo os universos do possível, do desejável e do imaginável" (Faria, 1989, p.87).

Vemos então que não se trata "apenas" de aumentar o mercado consumidor, mas sim reificar o consumo e criar novas aspirações, mesmo que no plano simbólico. Desta forma, a influência da televisão amplia e reforça os efeitos, já analisados, da política de crédito direto ao consumidor.

A terceira dimensão diz respeito aos conteúdos específicos, como diz o autor:

"Tais conteúdos englobam desde a reiteração da desejável separação entre atividade sexual e atividade reprodutiva, passando pelo culto à juventude e à beleza corporal, até a divulgação da família pequena, igualitária e consumista como padrão 'normal' de organização familiar, transformando normas e valores em esferas comportamentais diretamente pertinentes à fecundidade e seu controle, independente da intenção controlista ou não dessas mensagens" (p. 87)

4. A política de atenção à saúde

A política de atenção à saúde, tal como desenvolvida pelo governo militar, se caracterizou por: a) expansão da medicina

curativa-hospitalar, especializada e tecnicada, em detrimento da medicina preventiva; b) crescimento da medicina privada, embora subsidiada pelo governo; c) expansão da cobertura dos serviços e do pessoal médico e paramédico.

Este processo potencializou a chamada **medicalização** da sociedade, isto é: a hegemonia e a afirmação da autoridade e do controle médicos sobre a população. Através da medicalização, novos "conteúdos de consciência" foram estabelecidos reforçando a tendência de secularização, reafirmando a autoridade médica em eventos de grande significação familiar e social como o nascimento, a doença e a morte, além da possibilidade de discussão dos problemas íntimos do casal. Tudo isto possibilitou um deslocamento da autoridade tradicional, como mostra o autor:

"Não é difícil perceber, portanto, como essa progressiva medicalização, independentemente de uma posição militante e explicitamente controlista por parte do pessoal de saúde, pela conjugação das influências antes mencionadas, contribuiu para a institucionalização da demanda por regulação da fecundidade. Por um lado, porque enfraqueceu as autoridades tradicionais (padres, pais, irmãos e maridos) no campo da sexualidade e da reprodução, reduziu os custos psicológicos da regulação e legitimou o uso dos meios de regulação, especialmente os meios 'medicalizados'; por outro, porque aumentou os custos de criação dos filhos, ao estabelecer novos parâmetros para o cuidado dos mesmos e insistir no **trade-off** da qualidade versus a quantidade, reduzindo sua demanda numérica" (Faria, 1989, p. 91).

Além destes efeitos tão importantes sobre a fecundidade, acrescenta-se o fato de que é através das instituições médicas e da rede de farmácias que a população tem acesso aos meios efetivos de contracepção.

O autor considera que, das quatro políticas analisadas neste trabalho, é quanto à política de atenção à saúde que é mais difícil avaliar até que ponto houve intenções implícitas de promover o controle da natalidade³³.

Por último, Faria (1989) chama atenção para o fato de que, apesar das pressões para uma elevação da regulação da fecundidade incidir sobre pobres e ricos, a oferta de meios de regulação se deu através do mercado, o que ele chama de "efeito perverso":

"[A] inexistência de uma política de oferta de meios de regulação da fecundidade, através de outros mecanismos que os de mercado, terminou por prejudicar os segmentos sociais mais modestos. E é justamente nisso que reside o efeito perverso dessa ausência" (idem: 96).

Uma avaliação crítica da abordagem de Faria, visando sua integração com outras abordagens, requer duas considerações:

A primeira se refere à política de ensino, pois causa estranheza o fato de que o autor não tenha incluído a Política Educacional do Governo entre as políticas que constituem o que ele chama de "determinantes estruturais próximos". Tanto a literatura nacional como a literatura internacional realçam o papel da educação, principalmente da mulher, como um dos maiores fatores responsáveis pelo declínio da fecundidade (como veremos em outra secção deste capítulo). A expansão da rede pública e privada de

³³ Fonseca Sobrinho (1991) atribui o início da política de planejamento familiar no Brasil à institucionalização, pelo Ministério da Saúde, do PAISM (Programa da Assistência Integral à Saúde da Mulher).

ensino no pós-64 foi marcante e o governo incentivou esta expansão através de várias medidas como salário educação, crédito educativo e outras. Particularmente importante foi o crescimento dos níveis educacionais e a redução do analfabetismo entre as mulheres.

A inclusão da variável educação em nada enfraqueceria a rica abordagem institucional feita por Faria, ao contrário, apenas a reforçaria, introduzindo mais um "vetor institucional" portador de importantes "conteúdos de consciência". Ao meu ver, esta ausência se deve a um postura equivocada do autor que a tratou de forma excludente ao papel da mídia: "cresce a importância dos meios de comunicação de massa - e da televisão, em particular - em relação à educação de massa" (p. 82). O efeito da educação e da mídia sobre a transição da fecundidade devem ser vistos, entretanto, como complementares.

A segunda questão se refere às relações de gênero. Ao meu ver, o impacto destas quatro políticas públicas, assim como o da educação, é diferenciado por gênero, pois a mulher é, proporcionalmente, mais afetada por estas políticas. Faria, de forma implícita, trata da questão de gênero ao analisar o sistema de saúde e das telecomunicações, mostrando que ambos estão mais voltados para o universo dos problemas femininos. Mas trata-se de explicitar o efeito de todos os "vetores institucionais" e "conteúdos de consciência" sob a ótica das relações de gênero, para melhor compreensão da transição da fecundidade no Brasil, o que buscaremos fazer no capítulo sétimo.

4.3. Abordagem da modernização: Merrick e Berquó

A abordagem de Merrick e Berquó (1983) enfoca questões que foram pouco realçadas pelas duas abordagens anteriores, principalmente no que diz respeito ao aumento simultâneo dos níveis educacionais e das taxas de participação da mulher no mercado de trabalho. Os autores consideram que as hipóteses seguintes podem explicar o declínio da fecundidade entre as mulheres brasileiras na década de 70:

a) o declínio da fecundidade marital foi o principal componente da aceleração da transição da fecundidade;

b) o principal determinante próximo deste declínio foi o aumento do controle da natalidade dentro do casamento (contracepção, esterilização e aborto);

c) o declínio da fecundidade marital pode ser atribuído, principalmente, à difusão do controle da fecundidade aos grupos e regiões de baixa renda, que não participaram do declínio no período anterior a 1970;

d) que estes grupos experimentaram mudanças sócio-econômicas que contribuíram para o estabelecimento de normas de família menor.

A transição da fecundidade se acelerou, portanto, devido à convergência de dois conjuntos de forças: o primeiro foi o aumento da disponibilidade de meios contraceptivos eficientes; e o segundo foi a emergência de condições sócio-econômicas que motivaram os casais a usarem os meios contraceptivos disponíveis para reduzir, retardar ou finalizar a reprodução.

Quanto à crescente disponibilidade de meios contraceptivos os autores observam que, apesar do Brasil não ter uma política explícita de controle da natalidade, o acesso à contracepção foi garantido através do setor privado. Eles chamam atenção para o fato de que a produção anual de pílulas no Brasil ter passado de 1,7 milhões de ciclos em 1964 para 13,5 milhões em 1970 e 61,2 milhões de ciclos em 1980. O crescimento do número de esterilizações é realçado pelos autores, mas eles não dispunham ainda de informações mais detalhadas. Da mesma forma o aborto é considerado uma prática difundida mas difícil de ser quantificada.

Quanto aos fatores sócio-econômicos que teriam acelerado o declínio da fecundidade, os autores listam, em primeiro lugar, o aumento dos níveis educacionais e a redução do analfabetismo entre ambos os sexos, mas principalmente entre as mulheres. Em segundo lugar, o aumento da taxa de participação feminina no mercado de trabalho. Existe um efeito simultâneo entre estes dois fatores, pois quanto maior o nível educacional da mulher, maior é sua participação no mercado de trabalho. Na década de 70, foram as mulheres casadas com mais de 30 anos que mais aumentaram sua participação em atividades extradomésticas.

Em terceiro lugar, eles consideram o efeito de uma mudança no padrão de consumo através da difusão de bens de consumo duráveis (televisão, geladeira, fogão a gás, etc.) entre os grupos de baixa renda. O crescimento das expectativas de consumo foi parcialmente atendido pela possibilidade de compras à prestação, que por sua vez, passou a comprometer a maior parte do orçamento doméstico.

Nestas circunstâncias, o controle da fecundidade passou a ser uma das alternativas consideradas pelos casais diante das restrições orçamentárias. A análise aqui se assemelha bastante às abordagens vistas anteriormente.

No meio rural, Merrick e Berquó (1983) chamam atenção para o aumento da escassez de terras nas áreas mais povoadas que tende a reduzir o valor dos filhos e dificultar o acesso à terra através da herança. A fecundidade tende a ser menor nas áreas mais povoadas, mas deve se levar em conta que o acesso à terra depende da distribuição da renda e da propriedade. Outro fator que tem um impacto na redução da fecundidade entre as mulheres no meio rural é o grau de proletarização e assalariamento.

No caso brasileiro, entretanto, um fator que não pode ser desconsiderado é a distribuição da renda. Apesar do declínio da fecundidade ter ocorrido durante um período de rápido crescimento da renda per capita, houve uma grande desigualdade da distribuição dos benefícios deste crescimento. Carvalho et al. (1981) examinam a hipótese da redução da fecundidade como resposta às adversidades econômicas e à queda no padrão de vida.

Berquó (1980) chegou mesmo a considerar a hipótese de que o padrão de vida das camadas populares tenha caído a tal nível que tenha chegado a afetar a capacidade fisiológica e psicológica da reprodução e reduzido a fertilidade e a freqüência do intercuro sexual. Contudo, os autores observam que mesmo que isto tenha ocorrido, não chegou a afetar de forma significativa o comportamento reprodutivo, apesar de que as pressões econômicas

sobre o poder de compra das famílias de baixa renda possa ter sido um elemento importante no processo de transição da fecundidade.

Na análise de Merrick e Berquó existem dois mecanismos, aparentemente contraditórios, através dos quais as mudanças sócio-econômicas podem ter acelerado o declínio da fecundidade. Um é o processo de modernização e o outro é a pressão econômica sobre as parcelas mais pobres da população. Mas eles argumentam que estes dois mecanismos não são competitivos, mas sim podem atuar em conjunto para mudar o comportamento reprodutivo dos casais:

"[T]he 'modernization' hypothesis focuses on changes in couples' reproductive aspirations and their ability to realize them, while hypotheses focusing on economic pressures and structural change place greater emphasis on institutional forces. However, the various hypotheses are not necessarily competitive. In fact, given the range of changes in fertility observed at both the regional and socioeconomic class levels, it is likely that recent experience reflects a combination of reinforcing factors rather than any single mechanism" (Merrick e Berquó, 1983: 84).

A abordagem de Wood e Carvalho (1988) também chega a conclusões bastante parecidas com as de Merrick e Berquó. Para eles a queda da fecundidade marital foi resultado do aumento do uso de meios contraceptivos, e os determinantes que provocaram o aumento da demanda pela regulação da fecundidade foram os seguintes: a) o crescimento da economia urbano-industrial; b) aumento do nível educacional, principalmente das mulheres; c) o aumento da participação feminina no mercado de trabalho; d) e a proletarização do trabalhador rural.

4.4. Abordagem educacional: Lam et al.

Enquanto Paiva (1985) analisou os fatores estruturais (proletarização), Faria (1989) examinou os fatores institucionais (políticas públicas) e Merrick e Berquó (1983) consideraram as variáveis relacionadas ao processo de modernização, Lam, Sedlacek e Duryea (1992) se concentraram na contribuição da educação para o início e o subsequente ritmo do rápido declínio da fecundidade no Brasil.

De fato, a relação entre educação e fecundidade é uma das questões mais estudadas na literatura demográfica, principalmente em países do Terceiro Mundo. A influência da educação sobre a fecundidade é um fenômeno amplamente documentado:

"The inverse relationship between fertility and education is the most consistently confirmed correlation in the literature on fertility transition" (Handwerker, 1986, p. 17).

Baseado nesta realidade, Lam et al. (1992) fazem uma análise retrospectiva, por um lado, do comportamento reprodutivo das mulheres brasileiras a partir das coortes nascidas em 1930 (usando os dados de histórias de nascimento da PNAD/84), e por outro lado, da evolução, nas últimas décadas, da cobertura educacional para homens e mulheres (usando dados da PNAD/85).

Quanto à evolução da educação, os autores examinam, em primeiro lugar, o substancial aumento dos níveis médios de escolaridade para ambos os sexos. Para os homens, o número médio de

anos de escolaridade subiu de 3 anos da coorte de 1925-27 para 6 anos da coorte de 1961-63, ou seja, dobrou neste período de quatro décadas. Para as mulheres o aumento do número médio de anos de escolaridade foi ainda maior, passando de 2,66 anos da coorte de 1925-27 para 6,35 anos da coorte de 1961-63. O aumento mais rápido ocorreu para as coortes nascidas entre 1940 a 1954. Apesar deste grande crescimento dos níveis educacionais, Lam et al. observam que eles se encontram muito abaixo dos padrões internacionais, mesmo quando comparado com países de menor nível de desenvolvimento econômico. Enquanto na Tailândia, em 1987, 95% das mulheres entre 20-24 anos completavam pelo menos 4 anos de estudos, no Brasil, em 1985, apenas 55% das mulheres entre 22-24 completavam estes mesmos 4 anos de estudo.

Em segundo lugar, os autores observam que houve uma inversão na desigualdade dos níveis educacionais entre os sexos. O aumento médio dos anos de escolaridade, como visto acima, não apenas foi maior para o sexo feminino, mas os resultados mostram que a coorte de mulheres nascidas em 1955-57 alcançou os mesmos níveis de escolaridade masculina e as coortes seguintes ultrapassaram os níveis médios de educação dos homens.

Em terceiro lugar, houve uma grande redução da parcela da população, de ambos os sexos, com menos de 1 ano de estudo e, novamente, a redução foi maior entre as mulheres. A percentagem de pessoas com menos de 1 ano de estudo caiu, entre os homens, de

37,3% da coorte de 1925-27 para 11,8% da coorte de 1961-63, enquanto entre as mulheres, a percentagem caiu de 42,9% para 9,2% no mesmo período.

Quanto ao comportamento reprodutivo, os autores mostram que o declínio da fecundidade no Brasil começou por volta de 1966 a partir da coorte nascida em 1940. As coortes nascidas antes de 1940 não mostraram mudanças substanciais na fecundidade quando comparada com as coortes anteriores. As coortes que iniciaram o rápido declínio da fecundidade são justamente aquelas que apresentaram os maiores aumentos dos níveis de escolaridade.

Os diferenciais de fecundidade por nível de escolaridade, de acordo com a PNAD/84, mostram que as mulheres em idades entre 45-54 anos, com zero ano de estudo (analfabetas) tinham em média 7 filhos, enquanto as mulheres com quatro anos de estudo tinham em média 4,6 filhos e as mulheres com mais de dez anos de estudo tinham em média 3 filhos ou menos.

Além deste efeito direto sobre a fecundidade, os autores mostram que a educação contribui para a redução da mortalidade infantil. Em 1984, as mulheres analfabetas, entre 45-54 anos, perderam em média 1,3 filhos, enquanto as mulheres com mais de onze anos de estudo perderam em média cerca de 0,15 filhos.

Recorrendo a análise de regressão, os autores mostram que o efeito negativo da educação da mulher sobre a fecundidade é maior que o efeito negativo da educação do seu marido. Utilizando este mesmo tipo de análise para estimar a importância do aumento dos níveis educacionais no declínio da fecundidade, eles concluem que

o aumento do nível educacional para ambos os sexos pode explicar de 40% a 80% deste recente declínio da fecundidade no Brasil.

Por tudo isto, os autores discordam das abordagens que enfatizam o papel da "pressão econômica" sobre as parcelas mais pobres da população (empobrecimento) como explicação da transição da fecundidade no Brasil. Eles consideram que as taxas de fecundidade caíram tanto no período de rápido crescimento econômico, quanto no período recessivo e que, em ambos períodos: "both cross-sectional evidence and previous time-series evidence suggest a negative relationship between income and fertility" (Lam et al. 1992, p. 91)

Portanto, a despeito da influência das flutuações da renda no curto prazo, os autores consideram que a elevação dos níveis educacionais da população nas últimas décadas teve um efeito maior sobre o declínio da fecundidade. Ao invés do ciclo econômico, eles consideram mais importante o papel do investimento de longo prazo em capital humano, que eleva os salários femininos e aumenta as oportunidades de emprego para as mulheres, reduzindo, de acordo com a teoria microeconômica, o número de filhos desejados.

É inegável que a educação tem uma grande influência no processo de transição da fecundidade no Brasil e este fato já tinha sido examinado por Merrick e Berquó (1983) e Wood e Carvalho (1988). Sem dúvida, a análise acima veio enriquecer ainda mais a nossa compreensão sobre as relações entre educação e fecundidade.

Entretanto, Lam et al.(1992) deixaram de lado as abordagens anteriores que mostram a importância dos fatores estruturais (abordagem da proletarização) e dos fatores institucionais (abordagem das políticas públicas) para a redução da fecundidade. Por exemplo, é quase impossível negar o papel desempenhado pelo sistema de saúde (incluindo a rede de farmácias) na transmissão de novos comportamentos ("conteúdos de consciência") e na difusão de meios contraceptivos modernos entre a população e, principalmente entre as mulheres. Como já foi comentado, a transição da fecundidade é um fenômeno complexo, multidimensional e multifacetado que não pode ser reduzido apenas às mudanças de uma variável.

4.5. As mudanças na estrutura familiar

A estrutura familiar, através de sua rede de parentesco e obrigações mútuas, é o mais poderoso condicionante institucional do regime de alta fecundidade (Matos, 1993). Caldwell (1982) fala da "economia de base familiar" ou "modo de produção familiar" onde os filhos, ou de forma mais geral, as gerações mais novas, desempenham um grande papel econômico e onde as gerações mais velhas, principalmente os homens, se beneficiam de sua posição na estrutura familiar para obter vantagens materiais e vantagens em termos de poder³⁴. O modo de produção familiar é encontrado em economias

³⁴ Situational advantage, no original.

caracterizadas pela produção de subsistência e com limitadas transações de mercado. Neste contexto, os filhos têm alto valor (baixo custo e elevados benefícios) e o fluxo intergeracional de riquezas vai das novas para as mais velhas gerações.

A reversão deste fluxo intergeracional e, em consequência, a transição da fecundidade, é provocada pela transformação do modo de produção familiar para um outro modo de produção de base não-familiar, como aconteceu historicamente com o surgimento do modo de produção capitalista. Esta passagem destrói a rede de parentesco e as relações de produção dentro da família e estabelece relações impessoais de trabalho e novos vínculos empregatícios em base individual, regulamentados pelo mercado. Os bens e serviços que eram produzidos pela família passam a ser adquiridos no mercado, o setor monetarizado da economia se expande em detrimento do setor de produção doméstico e a contribuição econômica dos filhos diminui.

Paiva (1985) mostrou que um processo semelhante aconteceu no Brasil, pois uma economia de subsistência de base familiar cresceu e se manteve em "simbiose" com a economia capitalista hegemônica no setor primário exportador e no setor urbano que estava se industrializando:

"Até os anos 60, a produção agrícola teria crescido, principalmente pela expansão das áreas cultivadas, mantendo-se relações não-assalariadas no trabalho. Teria sido, exatamente, esta dinâmica peculiar da economia brasileira, onde as formas não-assalariadas de produção agrícola cresceram com a expansão da produção capitalista no setor urbano industrial, que teria viabilizado a manutenção do padrão de crescimento demográfico que se generalizou no final do século XIX" (p. 234).

Paiva (1985) mostra que a estrutura familiar mais ampla favorecia o regime de alta fecundidade pois, o contrato de trabalho era assinado com toda a família e existiam laços de obrigações mútuas entre empregados e empregadores:

"O sistema de contrato de trabalho familiar é uma indicação da preferência do empregador por trabalhador casado. O costume do patrão ser o padrinho de filhos de empregado é outro indicador. Se o patrão reprovasse o crescimento da família, ele talvez nunca aceitasse esta situação" (pp. 226 2 227).

Outros autores mostram como as condições locais da colonização brasileira favoreceram o estabelecimento de uma estrutura econômica de base agrária, latifundiária e escravocrata e a instalação de uma sociedade de tipo paternalista, onde as relações de caráter pessoal e as desigualdades de poder dentro da estrutura familiar assumiam vital importância:

"A família patriarcal era a base desse sistema mais amplo e, por suas características quanto à composição e relacionamento entre seus membros, estimulava a dependência na autoridade paterna e a solidariedade entre os parentes. Neste contexto, era quase uma contingência para os indivíduos se incorporarem a famílias e grupos de parentesco, que funcionavam, ao mesmo tempo, como organizações defensivas e centros de propulsão econômica" (Samara, 1989, p. 15).

Apesar das possíveis diferenças nas formas específicas de organização desta família patriarcal entre as classes e as regiões brasileiras, existe um consenso em descrever a posição da mulher nesta estrutura como complementar e subordinada ao marido. O chefe da família ou do grupo de parentes cuidava dos negócios e se

arvorava, por princípio, defensor da linhagem e da honra, mantendo sua autoridade sobre a mulher, os filhos e demais dependentes:

"[A] posição da mulher, enquanto tal, era inferior à do homem: não são de desprezar os relatos que temos de fazendeiros que encerravam suas mulheres quando saíam em viagem, ou a existência dos famosos recolhimentos, onde as mulheres adúlteras ou as filhas sem dote passavam o resto de suas vidas; sem falar nos impunes assassinos de mulheres de que nossa crônica colonial está cheia." (Corrêa, 1982, p. 29).

Nas condições da estrutura familiar do patriarcado os benefícios do esforço coletivo não eram repartidos de forma igualitária. O homem, enquanto chefe de família, se apropriava de uma parcela maior destes benefícios, pois era ele que gerenciava principalmente os recursos monetários³⁵. A mulher tinha uma posição subordinada pois seu papel principal era de geradora de novas crianças e de cuidar de outras tarefas ligadas à reprodução e subsistência. Os filhos de ambos os sexos desde cedo contribuíam com sua parte, ajudando nas tarefas domésticas ou cuidando de pequenos animais e trabalhando na colheita. A família patriarcal brasileira era caracterizada da seguinte forma: "Pai taciturno, mulher submissa e filho aterrorizado" (Almeida et alii, 1982, p. 30).

O papel submisso da mulher é um resultado das desigualdades de gênero que permeavam inextricavelmente a estrutura familiar

³⁵ Por exemplo, o contrato de trabalho familiar era assinado como o homem = marido/pai.

brasileira da época pré-transicional. Como visto no segundo capítulo, esta desigualdade se dá em três dimensões: dependência/poder/prestígio. A análise anterior mostrou que a mulher era dependente em termos materiais, sociais e jurídicos e o poder de decisões estava concentrado na figura paterna. Em termos de prestígio, entretanto, existia uma valorização da mulher, mas fundamentalmente, enquanto mãe de família. É através da maternidade que se dava a valorização da mulher na estrutura de parentesco e na sociedade:

"Conclamada a ser mãe em nome da natureza, convocada a cumprir seu dever de mãe em nome das carências desta mesma natureza, a mulher se defronta com deveres de mãe que são não apenas enunciados como elementos de sua identidade, que além de enunciados são hierarquizados. Quanto mais 'natural' se apresenta um dever de mãe, tanto maior sua importância e mais forte sua marca na identidade ser mãe" (Giacomini, 1985, p. 79, grifos no original).

Esta tentativa de biologizar a desigualdade de gênero reforçando o papel de mãe e reprodutora faz parte da ideologia dominante do regime de alta fecundidade. A mulher é glorificada e entronizada como "rainha do lar" a partir do espaço interno da família, em oposição ao mundo exterior. A mulher é definida em relação aos outros - o marido e os filhos ("alter-definida"):

"Ser mãe é estabelecer uma relação com o filho no espaço da família, espaço no qual está presente uma terceira personagem - o homem, o chefe de família. Identificada enquanto mãe pela sua relação com o filho, a mulher é identificada enquanto esposa - mãe de família também pelas suas relações com o marido" (Giacomini, 1985, p. 84).

A autora mostra que embora possa parecer que o ser mãe e o ser esposa constituem identidades que se opõem, por remeterem a duas fidelidades distintas, esta aparente oposição é resolvida pela identidade mãe de família: a mulher se torna mãe e esposa, como bem ilustra este soneto de um poeta ouropretano:

"Ser Mãe

*Ser mãe é ser mulher glorificada
Na devoção do amor que ela engrandece
Ao sentir-se feliz ou conformada
Na alegria ou tristeza duma prece.*

*Ser mãe é ver no filho ou filha amada
Tudo o que é belo, encanta e que entenece,
É ter a vida sempre dedicada
Ao perdão que a consola e que a enobrece.*

*Ser mãe é consagrar a vida inteira
À missão mais sublime e mais divina,
De ser amante, esposa e companheira,*

*Com a faceirice e encantos de menina,
A mística humildade de uma freira
E a força e o destemor duma heroína".*

Moacyr do Amaral Lisboa
Ouro Preto, 1959

Fica claro que a meta ideal da mulher solteira é o casamento e a meta da mulher casada a maternidade. A missão "mais sublime e mais divina" da mulher, portanto, é ser mãe e esposa e, enquanto mãe de família, deve ser santa como uma freira e dedicada e nobre como uma heroína.

Neste papel de mãe de família a mulher prestava um serviço não só à grandeza da família mas, também, à grandeza da pátria, isto porque prevalecia no Brasil incentivos pró-natalistas:

"[P]revalecia, no Brasil, uma postura 'pró-natalista', difusamente presente na cultura nacional, a qual formou-se lentamente, desde o século XIX, permanecendo praticamente incontestada até meados da década de 60" (Fonseca Sobrinho, 1991, p. 4).

Fonseca Sobrinho (1991) mostra também que a legislação trabalhista estava marcada desde seu início por uma busca de não prejudicar as concepções pró-natalistas, através de mecanismos que protegiam o trabalho da mulher:

"Desde 1923, através do Decreto n. 16.300 de dezembro daquele ano, iniciara-se a formulação de medidas legais de proteção ao trabalho da mulher, vista enquanto 'mulher reprodutora'" (p. 54).

Estas medidas, na maioria das vezes, só contribuíam para manter a mulher fora do mercado de trabalho e segregada ao espaço da família, onde ela era valorizada e chamada de rainha.

Desta forma podemos concluir que no plano econômico (produção familiar de subsistência), no plano da ideologia e no culto da maternidade e no plano cultural mais amplo existiam incentivos que sustentavam um regime de alta fecundidade. Do ponto de vista demográfico é importante realçar o fato da consolidação da família como unidade de produção, reprodução e consumo.

Com o processo de proletarização o trabalho familiar foi substituído pelo trabalho assalariado individual. No campo, os fazendeiros começaram a substituir de maneira crescente os colonos residentes por trabalhadores assalariados individualmente em contrato temporário. As razões para esta substituição são complexas, mas Stolcke (1982) mostra que a decretação do Estatuto do Trabalhador Rural, no governo João Goulart, em 1963, contribuiu para a generalização do assalariamento na produção de café. No restante da economia rural o processo de proletarização no campo e a concentração fundiária contribuiu para a destruição das formas de produção familiar. No meio urbano, o assalariamento foi intensificado pelas mudanças estruturais da economia brasileira pós-64.

Qual é o efeito deste processo sobre a família?

A família deixa de ser uma unidade de produção, reprodução e consumo e passa a ser uma unidade apenas de **reprodução e consumo**, sendo mais de consumo que de reprodução. Os bens de subsistência familiar passam a ser adquiridos no mercado e não mais produzidos pela própria família (processo de monetarização da economia).

Esta mudança foi fundamental para o enfraquecimento da estrutura familiar. Os filhos deixam de ser fonte da riqueza familiar. A relação produtores/consumidores dentro da família se altera radicalmente, pois os filhos deixam de ser produtores para serem simplesmente consumidores, devido às restrições impostas ao trabalho das crianças, o que contribui para a reversão do fluxo intergeracional de riquezas.

O papel da mulher também sofre uma mudança radical. Nas novas condições de assalariamento ela não pode ser apenas reprodutora por dois motivos: primeiro porque os filhos não são mais a fonte da riqueza familiar; e segundo porque a mulher precisa participar da produção pois os bens de subsistência são, agora, adquiridos no mercado. As bases de subordinação da mulher, presente na família patriarcal são abaladas, embora o patriarcalismo possa persistir como ideologia e tradição, por um lado, e devido a manutenção da divisão sexual do trabalho na família e à segregação e discriminação do trabalho feminino no mercado de trabalho, por outro lado.

Em grandes linhas podemos dizer que: na produção familiar (colonato, meeiro, etc.) a família era uma unidade de produção, reprodução e consumo, mas cabia às mulheres as atividades ligadas às atividades de reprodução, pois os filhos eram a fonte da riqueza familiar e os bens de subsistência eram produzidos pela própria família. Com o fim da produção familiar, a família deixa de ser uma unidade de produção, os laços de parentesco são enfraquecidos, os filhos se transformam de produtores em consumidores, e a nova realidade requer que a mulher deixe de ser reprodutora para ser produtora, ou seja, assalariada do setor formal ou informal.

O efeito destas mudanças na família, aliadas às mudanças ocorridas na economia e na sociedade após 1964, tiveram um efeito de reduzir as taxas de fecundidade. Por um lado, houve mudanças estruturais e institucionais como veremos no capítulo sexto. Mas, nesta época, houve também a emergência do que Sobrinho (1991) chama

de "coalizão antinatalista" em oposição ao pensamento pró-natalista hegemônica na sociedade brasileira, abrindo um debate ideológico sobre a dinâmica demográfica.

Mas, talvez, o acontecimento mais importante da década de 60 que teve grande influência sobre a situação da mulher na família e que ocorreu em quase todo o mundo, inclusive no Brasil, foi a chamada "Revolução sexual". A separação entre sexualidade e reprodução passou a fazer parte do cotidiano das mulheres e um número crescente de publicações femininas e feministas se tornou disponível. Em reportagem recente sobre "As mulheres em busca do prazer", a revista Veja mostra o crescimento da literatura que trata da sexualidade feminina e conclui: "Sob o prisma social, a condição sexual da mulher evoluiu mais dos anos 60 até aqui [1993] do que de Cristo até os anos 60" (Veja, 1993, p. 82)

Tudo isto forma um quadro mais geral da queda generalizada da fecundidade que ocorreu no Brasil em todas as regiões, classes sociais, áreas urbanas ou rurais, etc. Ou seja, houve uma mudança maior nas relações de gênero e na estrutura familiar que afetou a fecundidade, advinda da mudança do papel da mulher dentro da família e na sociedade. Isto não quer dizer, entretanto, que esta mudança maior tenha eliminado as desigualdades de gênero. Simplesmente estabeleceu novas relações.

4.6. À guisa de conclusão

Literatura demográfica revista neste capítulo mostra que existia no Brasil um regime de alta fecundidade devido a uma combinação de um padrão de casamentos precoces com a existência de uma fecundidade marital natural. Este regime era uma resposta às altas taxas de mortalidade prevalecentes e a uma economia de base familiar e/ou voltada para a produção de subsistência e onde a estrutura de parentesco funcionava como uma rede de apoio social e o Estado tinha pouca participação no fornecimento de serviços sociais básicos.

As explicações para a queda da fecundidade podem ser agrupadas em três grandes blocos: Carvalho, Paiva e Sawyer (1981) dão ênfase aos fatores estruturais - assalariamento de ambos os sexos, monetarização e ampliação e diversificação do consumo; Faria (1989) dá ênfase aos fatores institucionais - políticas públicas de crédito direto ao consumidor, telecomunicações/mídia, previdência e saúde; Merrick e Berquó dão ênfase aos fatores de modernização - urbanização/industrialização, crescimento das aspirações de consumo, aumento da participação feminina no mercado e elevação dos níveis educacionais³⁶.

Estas explicações não são excludentes. Ao contrário elas podem ser integradas em um único arcabouço, como veremos a seguir, tendo como referência a questão de geração e gênero revistas nos capítulos dois e três.

³⁶ Lam et al. (1992) dão ênfase exclusiva à variável educação.

5. ARCABOUÇO TEÓRICO

5. 1. Introdução

O arcabouço teórico proposto aqui está centrado nos determinantes da demanda da fecundidade marital³⁷ e considera que as decisões sobre o comportamento reprodutivo são tomadas ao nível familiar (privado) mas são influenciadas pela estrutura e instituições extradomiciliares (público) que formam a unidade sócio, cultural, econômica e política do país e, que por sua vez, fazem parte de um sistema mundial maior.

No centro do arcabouço estão as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho que fazem a ligação entre a família e a sociedade e possibilitam, de acordo com o objetivo precípua desta tese, analisar a transição da fecundidade, tornando visível a situação da mulher neste processo. O custo dos filhos é definido, primordialmente, ao nível macro-social e o benefício ao nível micro-familiar. Uma combinação de fatores de oferta e demanda entre o sistema social-produtivo e o sistema familiar-reprodutivo define os determinantes da fecundidade que estão associados, de forma simultânea, com as relações de gênero. Tudo isto é visto de forma dinâmica, possibilitando tratar, explicitamente, as transformações estruturais e institucionais que afetam o processo de transição da fecundidade.

³⁷ Não estamos considerando o lado da oferta e o custo de regulação da fecundidade.

Estes inter-relacionamentos estão mostrados na figura 2.

A seguir apresentamos um desdobramento mais detalhado deste esquema básico.

5. 2. Geração e gênero

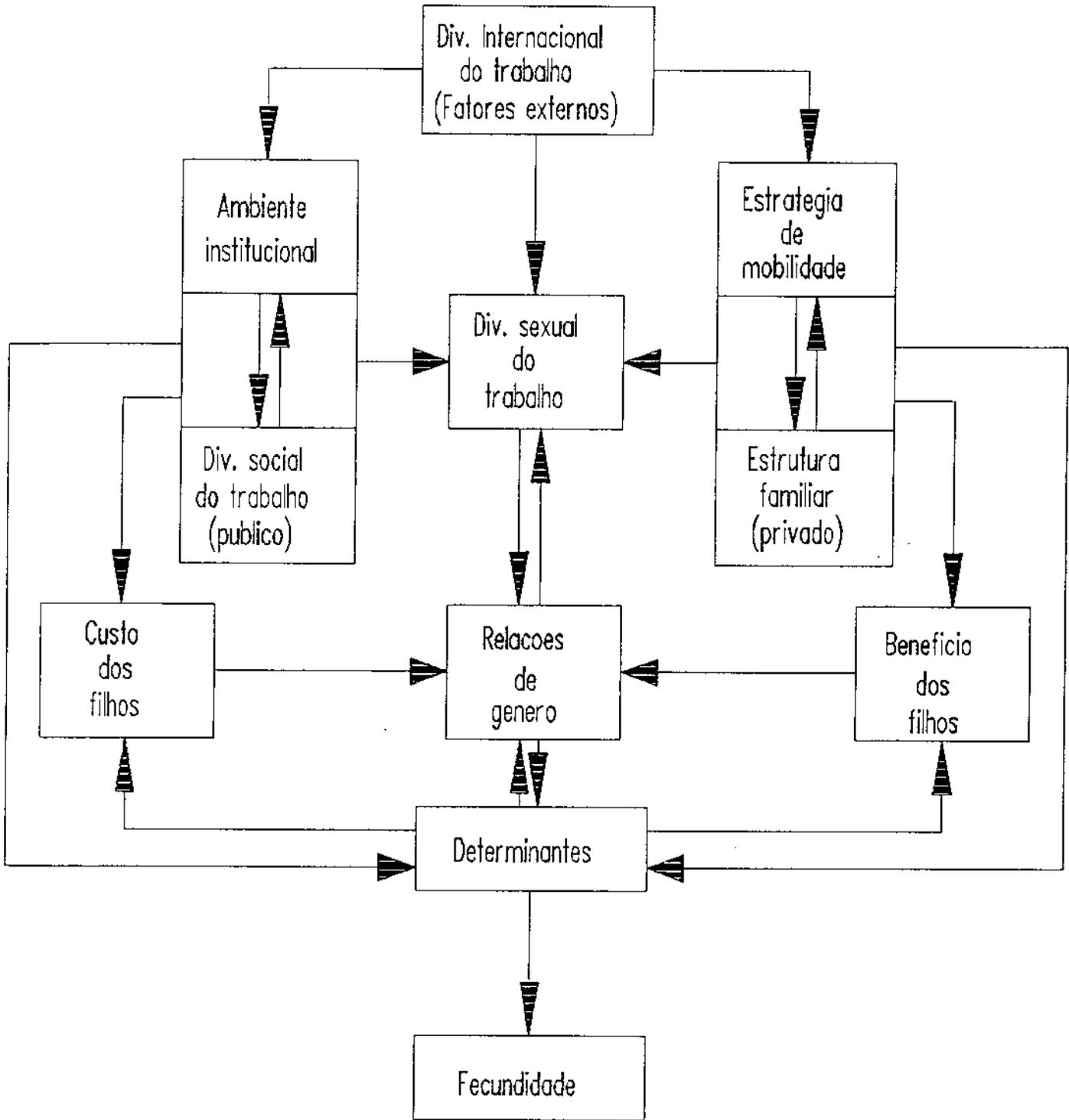
As duas variáveis demográficas chaves são sexo e idade. Com elas se constrói a pirâmide etária - o pilar central dos estudos demográficos. Entretanto, quando se trata de estudar as relações sócio-familiares, estas duas variáveis se transmutam em gênero e geração. Sexo e idade são atributos "físicos", enquanto gênero e geração são atributos "relacionais".

No estudo da fecundidade, os cálculos das taxas de fecundidade são feitos tomando-se a mulher como referência. A justificativa técnica para isto é que o período de fertilidade da mulher é menor e mais preciso que o do homem, e a prova de maternidade é mais garantida que a de paternidade. Entretanto, a mulher deve estar no centro do estudo da fecundidade, não apenas por estas características biológicas, mas por sua posição na estrutura familiar, na gestação e criação dos filhos e por sua forma de inserção na sociedade.

Baseado em Caldwell (1982) podemos dizer que geração é uma variável fundamental, pois todo processo de transição da fecundidade requer a reversão do fluxo intergeracional de rique-

Figura 2

Paradigma e interrelações dos componentes do arcabouço teórico



za. Este tipo de afirmação, pelo alto grau de generalidade, tem a vantagem de poder sintetizar em uma única variável um conjunto de determinantes presentes em diversas abordagens que nem sempre têm um ponto comum de diálogo.

Por outro lado, a revisão do capítulo terceiro mostrou que as desigualdades de gênero são um poderoso determinante do regime de alta fecundidade. Huber (1988) observa que a reversão do fluxo intergeracional afeta as relações de gênero e Folbre (1983) argumenta que são os homens que mais perdem com tal reversão. Entretanto, Cain et al. (1979) e Youssef (1982) observam que as desigualdades de gênero afetam a fecundidade em qualquer situação, isto é, a segregação e a maior divisão sexual do trabalho tendem a ter um efeito direto sobre a fecundidade³⁸.

5.3. Divisão sexual e social do trabalho e a estrutura familiar

Historicamente, as responsabilidades pela reprodução sempre incidiram em maior proporção sobre o sexo feminino. Este fato contribuiu, em grande parte, para afastar a mulher das atividades mais produtivas ou do controle da distribuição dos bens e recursos

³⁸ Para o Brasil, o enfoque baseado em geração e gênero pode ajudar a estabelecer uma união entre as diversas abordagens teóricas que têm se mantido estanques e segmentadas. No capítulo sétimo veremos que as mudanças estruturais e institucionais afetam a fecundidade na medida em que contribuem para modificar o fluxo intergeracional e as relações de gênero.

na família e na sociedade. A divisão sexual do trabalho consolidou, de modo geral, uma separação de atividades onde caberiam à mulher as tarefas domésticas e ao homem as tarefas extradomésticas. Isto se reflete em dois fatos: mesmo havendo um grande crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, as taxas de atividade masculinas permanecem bastante superiores às femininas, enquanto as tarefas domésticas permanecem essencialmente um "trabalho de mulher", mesmo quando a mulher/esposa trabalha fora (Brines, 1993).

Mas a divisão sexual do trabalho vai além do domicílio, ou seja, ela está presente na divisão social do trabalho. A divisão do trabalho no plano social se expressa na divisão setorial da economia entre os setores primário, secundário e terciário³⁹, na diferenciação ocupacional e na posição de cada indivíduo na estrutura social e nas relações de propriedade. Geralmente, esta divisão social do trabalho é marcada por uma clara divisão sexual, onde as mulheres com atividades extradomésticas estão concentradas, apesar de uma certa melhora nas duas últimas décadas, no sub-setor serviços do setor terciário, em ocupações de menor prestígio e remuneração e em empregos intermitentes (Bruschini, 1989). Isto quer dizer que as mulheres têm uma posição subordinada no mercado de trabalho, onde as ocupações são sexualizadas e existe uma hierarquia de gênero, como afirma Lobo (1991): "a classe operária tem dois sexos".

³⁹ O setor primário inclui agricultura, pecuária, pesca e extração vegetal; o secundário inclui extração mineral, indústria de transformação, construção e serviços industriais e de utilidade pública; e o terciário inclui comércio, transporte, comunicação e serviços.

Mas o inter-relacionamento entre divisão sexual e social do trabalho não é estática. O processo de desenvolvimento econômico modifica a estrutura ocupacional da economia, reduzindo o peso relativo do setor primário, e aumento o peso relativo dos setores secundário e terciário.

Neste processo se modifica também a estrutura familiar. Numa economia rural e agrária o setor primário absorve a grande maioria da mão-de-obra economicamente ativa, e a família tende a agir como uma unidade de produção, reprodução e consumo. Os bens de subsistência são produzidos em sua maioria pelos membros da família e a rede de parentesco funciona como uma forma de apoio coletivo aos indivíduos. Com o processo de urbanização-industrialização a família perde sua função de unidade de produção e passa a ser apenas uma unidade de reprodução e consumo. O mercado adquire uma onipresença total, pois os membros da família passam a se relacionar com o mercado de trabalho e a se adaptar às suas exigências. Também o consumo tem que ser adquirido no mercado. A família tem que se adaptar ao processo de mercantilização e monetarização da economia.

É dentro deste processo de inter-relacionamento entre divisão sexual e social do trabalho e entre as mudanças sociais provocadas pelo desenvolvimento econômico e a estrutura familiar que devemos buscar compreender a transição da fecundidade. No capítulo sétimo vamos analisar, na medida do possível, como se deu este processo no Brasil.

5. 4. O custo/benefício dos filhos e a estratégia de mobilidade

A racionalidade das decisões sobre o comportamento reprodutivo e a relação custo/benefício dos filhos são duas questões fundamentais para se entender o processo de transição da fecundidade. Esta racionalidade é principalmente econômica, mas deve-se considerar também os fatores sociais e culturais.

As teorias microeconômicas da demanda por filhos apresentam modelos que enfatizam esta relação custo/benefício. Entretanto, estes modelos não incorporam as transformações macroeconômicas que ocorrem na infra-estrutura ou superestrutura social. No arcabouço aqui proposto, estas mudanças estruturais-institucionais têm um papel preponderante pois são elas que alteram os custos dos filhos, enquanto os benefícios são definidos no âmbito micro-familiar.

O custo dos filhos é determinado predominantemente ao nível macro, conforme propõe Greenhalgh (1988). As mudanças sócio-econômicas afetam o custo dos filhos, e no caso da transição da fecundidade brasileira, os custos diretos se elevaram através de uma série de mecanismos⁴⁰.

Os custos de oportunidade também crescem à medida que se aumenta o investimento em capital humano dos pais e, principalmente, aumentam as oportunidades de emprego e melhores salários para as mulheres. Tanto os custos diretos quanto os de oportunidade sofreram modificações com as mudanças estruturais-

⁴⁰ Custos em alimentação, vestuário, habitação, educação, saúde, etc.

institucionais ocorridas no Brasil a partir, principalmente, dos anos 60.

O benefício dos filhos é definido ao nível micro. Os filhos fazem parte das estratégias de mobilidade e são importantes para as famílias: a) como fonte de trabalho na produção familiar ou fonte potencial de renda monetária; b) como estratégia de diversificação e ocupação de oportunidades econômicas, sociais e políticas; c) como rede de expansão e entrelaçamento dos vínculos familiares; d) como perpetuação da linhagem familiar; e) como proteção física; f) como forma de acumulação de riquezas; g) como forma de acesso aos graus mais elevados de educação formal (por exemplo: ter um(a) filho(a) com título universitário); h) como fonte de ajuda nas atividades domésticas; i) como seguro contra riscos de uma queda econômica abrupta e apoio na velhice; j) como fonte de satisfação emocional, dentre outros.

O número de filhos desejados por uma família depende das metas de segurança-mobilidade, que dependem, por sua vez, das condições estruturais-institucionais. Uma alteração do custo direto dos filhos ou do custo de oportunidade pode alterar a estratégia para se chegar às metas traçadas pela família. Na estratégia de mobilidade é importante considerar o papel do marido, da esposa, dos filhos e demais pessoas ou parentes. O número de filhos desejados depende do benefício que irão trazer e do papel que desempenharão juntamente com os demais membros da família.

Nas estratégias de mobilidade, muitos benefícios dos filhos podem ser alcançados por uma mudança no papel desempenhado pela

mulher. Este é um dos grandes motivos pelo qual as mudanças nas relações de gênero têm uma grande influência nas relações intergeracionais.

Nesta perspectiva, este arcabouço teórico considera que a família toma decisões racionais quanto às alternativas demográficas e responde de modo multifásico diante de mudanças no ambiente estrutural-institucional. Por exemplo, o comportamento reprodutivo ou a decisão de migrar são estratégias deliberadas que visam atingir determinadas metas (sobrevivência, suficiência ou ascensão social) e estão sujeitas a reavaliações dependendo das mudanças no ambiente social mais amplo.

Toda família tem uma estratégia de sobrevivência e mobilidade. Em primeiro lugar, ela tem o desejo de não cair na escala social, isto é, segurança. Alcançado este objetivo, a família traça uma meta de ascensão social. Segurança é o primeiro degrau para a ascensão social. Segurança e mobilidade formam uma meta hierárquica, de forma que satisfeita as metas de segurança, busca-se obter as metas de mobilidade, que além da melhoria das condições econômicas de renda e riqueza, inclui a melhoria na posição política, poder, status social e prestígio. As metas de mobilidade, em termos econômicos, sociais ou políticos, passam pela sobrevivência, suficiência ou status. A fecundidade é um subconjunto entre as várias estratégias para se alcançar estas metas (Greenhalgh, 1988).

As metas de segurança-mobilidade são decididas pelos membros da família levando-se em consideração as condições estruturais e institucionais, porque o custo direto dos filhos e o custo de oportunidade são definidos em termos macro. Mudanças neste nível podem alterar a divisão sexual do trabalho, a forma de alocação do tempo da mulher e o número de filhos desejados.

As relações de gênero e as relações intergeracionais são fundamentais neste ponto. As mudanças estruturais-institucionais podem induzir ou favorecer mudanças nas relações de gênero - através de uma redefinição no tipo de subordinação feminina - ou nas relações entre gerações - através da reversão do fluxo intergeracional de riqueza. Além disto, mudanças nas relações de gêneros estão interrelacionadas com mudanças nas relações entre as gerações.

No caso brasileiro, a família reagiu às mudanças da estrutura familiar com novas estratégias de segurança-mobilidade. Nas novas condições sociais, não fazia mais sentido a continuidade de altas taxas de fecundidade, pois maior número de membros consumidores apenas reduziria o padrão de vida da família. Não fazia mais sentido, também, uma rígida divisão sexual do trabalho e a segregação da mulher ao mundo domiciliar e às atividades de reprodução. Tanto a segurança quanto uma possível ascensão passou a depender da inserção da mulher no mercado de trabalho ou de um posicionamento melhor do marido frente às novas condições institucionais.

5. 5. Ambiente institucional

O ambiente institucional refere-se à superestrutura política, cultural e ideológica. Cada vez se tem dado mais atenção ao papel do Estado, da cultura e da ideologia sobre a transição da fecundidade, evitando-se, desta forma, cair no determinismo econômico que considera qualquer mudança da fecundidade como um resultado "em última instância" das forças que atuam ao nível da infra-estrutura da sociedade.

Cultura se refere a normas, valores, crenças, língua e religião. Em alguns estudos sobre a transição da fecundidade, a questão cultural tem tido um lugar de destaque. Davis e Blake (1956) observaram o efeito dos condicionantes culturais sobre as variáveis intermediárias. As teorias da Modernização e da Difusão consideram que a queda da fecundidade só ocorre com a eliminação das "escoras culturais pró-natalistas". Alguns autores assumem que a adoção de um padrão de família pequena é o resultado da atuação de "forças ideativas", ao invés de econômicas.

O Estado tende a ter um peso muito importante nos países de capitalismo tardio. Ao contrário de ser apenas um instrumento a serviço das classes dominantes, o Estado adquire uma certa autonomia e passa a ter um papel importante na promoção do desenvolvimento e, conseqüentemente, na dinâmica populacional. Em alguns países o Estado chega a elaborar uma política populacional explícita (pró ou antinatalista). Mas mesmo que isto não ocorra, as políticas sociais e desenvolvimentistas, por si só, interferem, de

forma intencional ou não, sobre o comportamento demográfico. Alguns estudos chamam a atenção para o papel das políticas públicas no declínio da fecundidade.

A ideologia se refere ao sistema de idéias, mais especificamente aos valores culturais que justificam as relações sócio-econômicas, políticas e de gênero. A ideologia dominante geralmente busca reforçar a organização social que lhe serve de substrato. No espectro ideológico mais amplo no Brasil, as questões populacionais passaram de uma posição pró natalista para uma posição mais antinatalista. No que se refere às relações de gênero, predominava no Brasil (e de forma diferente ainda predomina) a ideologia patriarcal e "machista" que visava justificar a posição de subordinação da mulher na família e na sociedade.

O ambiente institucional determina ou influencia, também, o custo de regulação da fecundidade, tanto o custo direto quanto emocional. A chamada "modernização cultural" diminui os custos emocionais da regulação, criando um ambiente favorável às práticas anticonceptivas e enfraquecendo o papel da religião e demais crenças e tabus reprodutivos. Além disso, as políticas públicas, ao favorecer a disponibilidade de meios modernos e mais efetivos de contracepção, permitem a prática generalizada da limitação do tamanho da família. Por exemplo, as esterilizações gratuitas realizadas na rede pública ou privada são a forma predominante de controle da natalidade no Nordeste, enquanto na Região Sul a pílula é o meio mais utilizado.

5. 6. Fatores externos

O Brasil, assim como outros países da América Latina, é um país de capitalismo tardio, que ocupa uma posição periférica na divisão internacional do trabalho e por isto mesmo é país receptor de influências internacionais, principalmente das áreas européia e norte-americana. Mais do que isto, não é país "inovador" nem ao nível econômico, nem ao nível social. Como ex-colônia, o país adaptou as formas sociais das matrizes e construiu estruturas econômicas subordinadas.

O período colonial marcou profundamente a história brasileira. Depois tivemos os períodos "primário exportador" e "industrialização restringida". Na década de 60 começou o verdadeiro período industrial com a internacionalização da produção industrial com a vinda das multinacionais aliadas à burguesia nacional. No plano econômico o Brasil é um país dependente financeira e tecnologicamente. Neste sentido, recebe novidades dos inovadores externos, tanto em termos de modernização quanto de ocidentalização.

A difusão de um padrão de comportamento ocidental se dá por meio de livros, jornais, música, filmes, etc. divulgados através de rádio, cinema, televisão, etc. Neste sentido, a população brasileira recebe uma grande dose de influência cultural vinda do exterior.

7. O significado do arcabouço teórico

O objetivo do arcabouço delineado acima é estabelecer, de forma sintética, um conjunto de relações causais entre o comportamento reprodutivo, levando-se em consideração a estrutura familiar e a organização social. Não se trata, pois, de apresentar resultados, mas sim delinear o sentido de uma pesquisa. O arcabouço teórico pode ser definido como um mapa que serve de guia para a formulação de hipóteses e as inter-relações dos vários componentes teóricos da análise:

"The conceptual framework (...) like all frameworks, is not falsifiable in the same way that a null hypothesis can be rejected on the basis of a particular empirical finding. The framework can, and hopefully does, generate theories and hypotheses that, in turn, are subject to empirical verification. But the framework itself is more properly regarded as the conceptual map of the terms and relational principles that allow us systematically to join different types of data within a coherent model of the overall socio-demographic system" (Wood e Carvalho, 1988, p. 48).

Este arcabouço busca respeitar as várias facetas e enfoques revistos nos capítulos 2 a 4, criando um modelo global coerente, mas não tem como objetivo comprovar todos os caminhos traçados ou estabelecer predições. O objetivo é organizar a literatura à luz das relações entre gerações e entre gêneros, propiciando a criação de um fio condutor entre as diversas abordagens.

No capítulo seguinte vamos buscar traçar um painel das mudanças nas taxas de fecundidade, enquanto no capítulo sétimo

buscaremos mostrar como estas mudanças estão associadas às transformações estruturais e institucionais ocorridas nas últimas décadas no Brasil, além de levantar uma série de hipóteses que serão testadas no capítulo oitavo.

6. A TRANSIÇÃO DA FECUNDIDADE NO BRASIL

6.1. Introdução

Carvalho, Paiva e Sawyer (1981) observam que a despeito da grande queda dos níveis de mortalidade verificada desde 1930 bem como do rápido crescimento econômico, o nível de fecundidade no Brasil permaneceu mais ou menos constante até o início da década de 1960. De fato, a fecundidade no Brasil se manteve em níveis elevados - acima de 6 filhos em média por mulher - até o final da década de 50, havendo uma ligeira queda na década de 60 e uma aceleração do declínio a partir de 1970, conforme as estimativas apresentadas abaixo:

TABELA 1
TAXAS DE FECUNDIDADE TOTAL (TFT)
BRASIL
1930/40 a 1979/84

1930/40	1940/50	1950/60	1960/70	1975/80	1979/84
6.5	6.3	6.3	5.8	4.3	3.6

Fonte: Fernandez, R., Carvalho, J.A.M. Evolução da fecundidade no Brasil, período 1957-1979. Revista brasileira de Estudos de População, Campinas, v.3 n.2, p. 67-87, jul/dez. 1986.

Estes dados sugerem que a transição da fecundidade no Brasil tenha começado em meados da década de 60 e continuado de forma acelerada desde então. Uma compreensão mais aprofundada deste

processo, entretanto, requer uma maior desagregação dos dados, devida às dimensões continentais e às consideráveis diversidades do país, como veremos a seguir.

6.2. Estabilidade e declínio da fecundidade antes de 1970

A estabilidade, em níveis elevados, das taxas de fecundidade para o Brasil como um todo antes de 1960 é um fato marcante que merece ser melhor analisado. A tabela 2 mostra as TFTs por regiões e para o Brasil como um todo segundo cálculos do IBGE. Nota-se, em primeiro lugar, que existe uma coincidência muito grande com as estimativas de TFT para o Brasil feitas por Fernandez e Carvalho (1986), sendo que os dados da tabela 2 mostram um ligeiro aumento na fecundidade entre 1940 e 1960.

TABELA 2
ESTIMATIVAS DE TFTs
BRASIL E REGIÕES
1940, 1950 e 1960

REGIÕES	1940	1950	1960	1960/ 1940
Norte	7,17	7,97	8,56	19%
Nordeste	7,15	7,50	7,39	3%
Sudeste	5,69	5,45	6,34	11%
Sul	5,65	5,70	5,89	4%
Centro-Oeste	6,36	6,86	6,74	6%
Brasil	6,16	6,21	6,28	2%

Fonte: SIMÕES, C.C.S, OLIVEIRA, L.A.P. Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil. RJ: IBGE, 1988, p. 25.

Nota-se, em segundo lugar, que este aumento aconteceu em todas as regiões do país, independentemente do grau de desenvolvimento econômico regional, de tal forma que o diferencial de fecundidade entre as regiões Sudeste e Nordeste, por exemplo, eram relativamente pequenos em 1960. A explicação mais plausível para esta elevação refere-se à rápida queda da mortalidade, já que a redução das perdas intra-uterinas eleva a sobrevivência materna, contribuindo para o aumento da fecundidade⁴¹.

Após o período de estabilidade, a transição da fecundidade teve o seu início⁴² em meados da década de 60 nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, conforme mostra a tabela 3. As regiões Sul e Amazônia apresentaram queda de 7% e 4%, respectivamente, enquanto para o Brasil como um todo a queda foi de 8 por cento. Devemos realçar, então, que, num primeiro momento, um maior grau de desenvolvimento econômico na região Sudeste não foi capaz de romper com a estabilidade das TFTs, mas, num segundo momento, contribuiu, sem dúvida, para o início da transição. Estes dados sugerem que "algo mais" tenha acontecido após a segunda metade dos anos 60 para desestabilizar as taxas anteriores, como será discutido no próximo capítulo.

⁴¹ Os cálculos de Fernandez e Carvalho (1986) e Simões e Oliveira (1988) diferem, fundamentalmente, em relação às estimativas da região Sudeste.

⁴² O início da transição da fecundidade ocorre após uma queda igual ou superior a 10% em relação ao teto máximo anterior (Knodel e Van de Walle, 1979).

TABELA 3

ESTIMATIVAS DE TFTs
BRASIL E REGIÕES
1950/60 e 1960/70

Regiões	50/60	60/70	var. percentual
Amazônia	8,2	7,9	- 4
NE Setentrional	7,3	7,3	*
NE Central	7,4	7,6	*
NE Meridional	7,3	7,5	*
Minas Gerais	6,2	6,3	*
Rio de Janeiro	4,5	4,0	-11
São Paulo	4,7	4,1	-12
Sul	6,0	5,6	- 7
Centro-Oeste	6,7	6,5	*
BRASIL	6,3	5,8	- 8

Fonte: Fernandez, R., Carvalho, J.A.M. Evolução da fecundidade no Brasil, período 1957-1979. Revista brasileira de Estudos de População, Campinas, v.3 n.2, p. 67-87, jul/dez. 1986.

(*) variação negativa ou positiva menor do que 3%

A tabela 4 apresenta dados relativos ao mesmo período, mas agrupados por grandes regiões, segundo as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Nota-se uma grande aproximação entre as duas estimativas. Para o Brasil como um todo a queda da fecundidade foi de 8,0% segundo a tabela 3 e de 8,3% segundo a tabela 4. A grande diferença ocorre na Região Sudeste que apresentou uma queda de 28,1% na tabela 4, enquanto a tabela 3 mostrou uma queda de 11% e 12% para Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, e um ligeiro aumento para Minas Gerais (e Espírito Santo).

TABELA 4

ESTIMATIVAS DE TFTs
BRASIL E REGIÕES
1960 e 1970

Regiões	1960	1970	var. percentual
Norte	8,56	8,25	- 4,8
Nordeste	7,39	7,53	1,9
Sudeste	6,34	4,56	-28,1
Sul	5,89	5,42	- 8,0
Centro-Oeste	6,74	6,42	- 4,7
Brasil	6,28	5,76	- 8,3

Fonte: SIMÕES, C.C.S, OLIVEIRA, L.A.P. Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil. RJ: IBGE, 1988, p. 25.

Esta diferença reflete em parte estimativas discordantes, mas por outro lado reflete o efeito de mudanças na composição. Isto é, como o crescimento demográfico de São Paulo foi mais rápido que o de Minas Gerais e Espírito Santo (devido à migração), houve uma mudança no percentual de população entre os estados da Região Sudeste, o que fez que o declínio médio da fecundidade na região fosse maior que o declínio em cada estado separadamente.

Na verdade, esta queda de 28% na Região Sudeste confirma, mesmo que de forma um tanto exagerada, que Rio de Janeiro e São Paulo realmente iniciaram a transição da fecundidade na década de 60 apesar de terem recebido grande número de migrantes de outras regiões de alta fecundidade.

A tabela 4 mostra ainda que a Região Nordeste apresentou uma ligeira alta nas taxas de fecundidade na década de 60, enquanto as

regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram queda de aproximadamente 5 por cento, seguidas da Região Sul com queda de 8 por cento.

Nesta primeira década da transição da fecundidade os diferenciais de fecundidade entre as regiões aumentaram. Em 1970, a Região Sudeste apresentou a menor taxa de fecundidade (4,56 filhos por mulher), uma diferença absoluta de 3,7 filhos em relação à Região Norte (8,25 filhos) e de 3,0 filhos em relação ao Nordeste (7,53 filhos).

6.3. O declínio da fecundidade na década de 1970

Durante a década de 70, o declínio da fecundidade se acelerou e se generalizou, apesar de ritmos diferentes, para todas as regiões do país. O diferencial de fecundidade urbano-rural aumentou na década de 70, refletindo o maior declínio do número médio de filhos entre as mulheres urbanas das regiões setentrionais do país. Mais uma vez, nota-se o efeito das mudanças na composição, pois o processo de urbanização ocorrido na década 70 fez com que a queda da fecundidade no Brasil como um todo (25%) fosse maior que o declínio médio das áreas urbana (20%) e rural (17%).

Entre as regiões, os maiores declínios na fecundidade se deram no Sul, Centro-Oeste e Sudeste, respectivamente. Isto fez com que os diferenciais relativos nas TFTs entre estas três regiões aumentassem em relação ao Norte e Nordeste, como já tinha ocorrido na década de 60.

Para as regiões Sudeste e Sul que já possuíam as menores taxas de fecundidade urbanas, o maior declínio ocorreu nas áreas rurais, enquanto que nas outras regiões o maior declínio se deu no meio urbano. Nas cidades, todas as outras regiões apresentaram declínios superiores ao do Sudeste, reduzindo ligeiramente os diferenciais urbanos. No meio rural, entretanto, as maiores quedas ocorreram nas regiões Sul (34%) e Sudeste (24%), o que contribuiu para elevar o diferencial principalmente em relação ao Nordeste rural, que apresentou menor queda da fecundidade (10%).

TABELA 5
ESTIMATIVAS DE TFTs POR CONDIÇÃO DE DOMICÍLIO
BRASIL E REGIÕES
1970 e 1980

Regiões	1970			1980			Var. Percentual		
	T	U	R	T	U	R	T	U	R
Norte	8,3	6,6	9,6	6,5	5,2	8,0	-21	-21	-16
Nordeste	7,5	6,4	8,5	6,1	4,9	7,7	-19	-23	-10
Sudeste	4,6	3,8	7,1	3,5	3,2	5,5	-24	-17	-24
Sul	5,4	4,1	6,9	3,6	3,2	4,6	-33	-21	-34
Centro-Oeste	6,4	5,3	7,7	4,5	4,0	6,0	-30	-20	-17
Brasil	5,8	4,5	7,7	4,4	3,6	6,4	-25	-20	-17

Fonte: SIMÕES, C.C.S, OLIVEIRA, L.A.P. Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil. RJ: IBGE, 1988, p. 25.

Os dados acima parecem mostrar que a transição da fecundidade no Brasil começou durante a década de 60 nas áreas urbanas das regiões mais desenvolvidas, atingindo as áreas rurais destas

regiões e, principalmente, as áreas urbanas das demais regiões, na década de 70.

Fernandez e Carvalho (1986)⁴³ mostram que a nível nacional a queda da fecundidade se inicia a partir de 1965, atingindo uma queda de 10% em relação ao seu nível mais elevado entre 1968-69. Para a população urbana, a queda já vinha ocorrendo desde o final da década de 50 mas só atinge uma queda de 10% entre 1967-68. A fecundidade rural se manteve elevada durante toda a década de 60 começando uma queda rápida a partir de 1971-72. Para o Brasil como um todo, pode-se localizar o início da transição da fecundidade na segunda metade dos anos 60.

A nível regional a queda da fecundidade se deu de diferentes maneiras. Nas regiões Sudeste e Sul as taxas de fecundidade urbanas apresentaram uma queda de 10% por volta de 1965-66 e as taxas de fecundidade rurais por volta de 1969-71. Nestas regiões a fecundidade urbana caiu mais na segunda metade da década de 60 continuando em menor ritmo na década seguinte, enquanto a queda da fecundidade rural somente tomou ritmo na década de 70.

A Região Centro-Oeste tem um padrão de queda parecido com as regiões anteriores, mas com um pequeno hiato na transição, principalmente da queda da fecundidade rural que foi concentrada na década de 70.

As regiões Norte e Nordeste só atingiram uma queda de 10% na fecundidade urbana entre 1969-71 e na fecundidade rural entre 1978-

⁴³ Os autores utilizam a Técnica dos Filhos Próprios que permite obter estimativas das taxas de fecundidade para uma série de anos consecutivos.

79. Isto explica porque a queda da fecundidade urbana nestas regiões foi maior que as regiões do Centro-Sul, enquanto a queda da fecundidade rural foi menor.

Estes dados mostram a seguinte seqüência na transição da fecundidade no Brasil: a queda começou nas regiões urbanas do Centro-Sul do país, se difundiu em seguida para as áreas rurais destas regiões e às áreas urbanas do Norte e Nordeste, chegando por fim ao meio rural das regiões setentrionais do país. Naturalmente este processo contribuiu para aumentar, no início da transição, os diferenciais de fecundidade entre as regiões.

Os diferenciais de fecundidade podem ser explicados também pela maior ou menor incidência da mortalidade. A tabela 6 apresenta o número médio de filhos sobreviventes à idade de 15 anos. Nota-se que para o país como um todo, o número médio de filhos sobreviventes permaneceu praticamente constante, variando de 4,6 a 4,8, no período 1930/40 a 1960/70⁴⁴. Apenas São Paulo e o Extremo Sul apresentaram uma pequena diminuição no número de filhos sobreviventes. Nas outras regiões o número médio de sobreviventes por mulher aumentou suavemente.

Os diferenciais do número de filhos sobreviventes também aumentaram neste período, refletindo os diferentes ritmos de queda da fecundidade. Contudo, esta diferença foi inferior àquela

⁴⁴ Este indicador deve ser visto com cuidado pois pode estar sendo afetado pela composição etária da população, uma vez que nas áreas onde as mulheres em idade fértil são mais jovens os filhos deverão ser, em média, mais jovens, afetando, portanto, o número de filhos que chegam à idade de 15 anos.

encontrada para as taxas de fecundidade total. Parece, então, que o efeito da mortalidade teria sido no sentido de manter mais homogêneo regionalmente o tamanho médio de família. Ou seja, a mortalidade foi maior onde era maior a fecundidade, com isto os diferenciais no número médio de filhos sobreviventes se tornaram menores que os diferenciais de fecundidade.

TABELA 6

NÚMERO MÉDIO DE FILHOS SOBREVIVENTES
 À IDADE DE 15 ANOS POR MULHER
 BRASIL e REGIÕES
 1930/40 a 1960/70

Regiões	30/40	40/50	50/60	60/70	60/70 30/40
Amazônia	4,7	5,2	6,4	6,5	1,38
NE Setentrional	4,8	5,1	5,6	5,9	1,23
NE Central	4,9	4,7	4,9	5,4	1,10
NE Meridional	4,6	4,9	5,4	6,0	1,30
Minas Gerais	5,2	5,2	5,1	5,4	1,04
Rio de Janeiro	3,1	3,1	3,8	3,5	1,13
São Paulo	4,0	4,0	4,0	3,6	0,90
Paraná	4,3	4,5	5,4	5,7	1,33
Extremo Sul	5,0	5,3	5,1	4,6	0,92
Centro-Oeste	4,7	5,1	5,4	5,3	1,13
BRASIL	4,6	4,6	4,9	4,8	1,04

Fonte: PAIVA, P.T.A. O processo de proletarização como fator de desestabilização dos níveis de fecundidade no Brasil. In: MIRÓ, C. et. al. Transição da fecundidade. São Paulo: CLACSO, 1985 p. 233.

Quanto ao padrão de fecundidade por idade nota-se não somente queda de nível, mas também modificação da estrutura da função de fecundidade, como mostra a tabela 7, onde se apresenta a

distribuição etária proporcional das TFTs para o país como um todo, em 1960/70 e 1975/80, desagregados por setor rural e urbano.

Tanto na população rural quanto na urbana, houve um aumento da participação relativa das mulheres jovens até 30 anos de idade e uma diminuição, a ritmo crescente, da participação relativa das mulheres acima de 30 anos. Foram as mulheres adolescentes (15-19 anos), principalmente estas, e as jovens (20-24 anos), que mais elevaram sua participação relativa.

TABELA 7

DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA PROPORCIONAL DAS TFTs POR SETOR DOMICILIAR
BRASIL
1960/70 e 1975/80

Grupo de Idade	RURAL			URBANO			TOTAL		
	60/70	75/80	%	60/70	75/80	%	60/70	75/80	%
15-19	6,3	8,3	31,7	6,7	9,3	38,8	6,5	9,0	38,5
20-24	20,6	22,8	10,7	22,6	25,3	11,9	21,7	24,3	12,0
25-29	24,1	24,1	0,0	27,1	27,5	1,5	25,6	26,1	2,0
30-34	21,4	20,1	-6,1	20,9	20,0	-4,3	21,2	19,9	-6,1
35-39	16,8	15,2	-9,5	14,5	12,1	-16,6	15,7	13,4	-14,6
40-44	8,5	7,8	-8,2	6,5	4,9	-24,6	7,3	6,1	-16,4
45-49	2,3	1,7	-26,1	1,7	0,9	-47,1	2,0	1,2	-40,0
Total	100,0	100,0	--	100,0	100,0	--	100,0	100,0	--

Fonte: Fernandez, R., Carvalho, J.A.M. Evolução da fecundidade no Brasil, período 1957-1979. Revista brasileira de Estudos de População, Campinas, v.3, n.2, p. 67-87, jul/dez. 1986.

Isto parece refletir duas coisas. Primeiro, uma maior liberação da prática sexual entre as adolescentes, que se reflete em maior número de mães jovens. Em segundo, sugere que as mulheres

mais velhas estão limitando proporcionalmente mais o tamanho da família, provavelmente a partir do momento que se atinge uma determinada parturição. Isto sugere, que não se trata de simples aumento do espaçamento entre os filhos, mas sim do controle da fecundidade dependente da parturição.

A tabela acima mostra que a cúspide da fecundidade específica se encontrava no grupo 25-29 tanto para 1970 quanto 1980, mas com uma tendência de mudança para o grupo 20-24 anos, pois foram os dois primeiros grupos etários que apresentaram o maior crescimento proporcional da fecundidade específica. Isto indica uma tendência de concentração da fecundidade nas idades mais jovens e uma generalização da prática de limitação do tamanho da família.

6.4. O declínio da fecundidade entre 1980 e 1984

Os dados da PNAD/84 mostraram não apenas a continuidade do declínio da fecundidade no Brasil nos primeiros anos da década de 80, mas uma aceleração no ritmo deste declínio. Durante a década de 70 houve uma queda da fecundidade em torno de 25 por cento, enquanto apenas nos primeiros anos da década de 80 esta queda ficou em torno de 19 por cento, como mostra a tabela 8.

TABELA 8

ESTIMATIVA DAS TFTs POR CONDIÇÃO DE DOMICÍLIO
BRASIL e REGIÕES
1980 e 1984

Regiões	1980			1984			Var. Percentual		
	T	U	R	T	U	R	T	U	R
Norte	6,5	5,2	8,0	-	4,0	-	-	-23	-
Nordeste	6,1	4,9	7,7	5,0	4,0	6,5	-20	-19	-16
Sudeste	3,5	3,2	5,5	3,0	2,7	5,0	-14	-15	-9
Sul	3,6	3,2	4,6	3,0	2,8	3,6	-16	-13	-20
Centro-Oeste	4,5	4,0	6,0	3,4	3,1	4,6	-25	-23	-24
Brasil	4,4	3,6	6,4	3,5	3,0	5,3	-19	-17	-17

Fonte: OLIVEIRA, L.A.P., SILVA, N.L.P. Tendências da fecundidade nos primeiros anos da década de 80. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 5, 1986, Águas de São Pedro, Anais... São Paulo, ABEP, 1986, v.1, p. 213-232.

(*) A Região Norte só possui dados para a área urbana em 1984.

A liderança do declínio coube às regiões que iniciaram de forma tardia a transição da fecundidade, com destaque para a Região Centro-Oeste. A Região Sudeste teve a menor queda, seguida da Região Sul. Desta forma os diferenciais regionais que vinham se alargando até 1980, começaram a se estreitar a partir desta data. Este estreitamento dos diferenciais regionais de fecundidade era, de certa forma, esperado, na medida em que as regiões mais desenvolvidas vão completando a passagem de altos a baixos níveis de fecundidade e o processo de difusão de família pouco numerosa se espraia pelas demais regiões do país.

Nas regiões Centro-Oeste e Sul o declínio maior se deu na área rural, ocorrendo o contrário nas regiões Nordeste e Sudeste. Nota-se que a TFT rural da Região Sul (3,6 filhos por mulher) apresentou uma queda acentuada no período, estando bem abaixo das demais. Mesmo a TFT rural da Região Centro-Oeste (4,6 filhos) ficou abaixo da taxa de fecundidade rural da Região Sudeste (5,0 filhos). Isto fez com que o diferencial da fecundidade rural aumentasse entre as regiões Sul e Nordeste.

No meio urbano, entretanto, os diferenciais se estreitaram, pois a Região Sudeste que apresentou a menor TFT (2,7 filhos) em 1984 foi a região com o menor declínio no início dos anos 80, enquanto as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste apresentaram as maiores quedas de fecundidade urbana no período. Em relação à Região Sudeste, os diferenciais de fecundidade da Região Nordeste diminuíram, tanto a nível urbano, quanto rural.

A tabela 9 mostra o comportamento das taxas específicas de fecundidade entre 1980 e 1984. Nota-se que houve um decréscimo das taxas específicas de fecundidade para todos os grupos etários entre 1980 e 1984, exceto para o grupo mais jovem. As maiores quedas concentram-se nos grupos de idade mais elevada, processo que ocorreu em todas as regiões do país. Este fato sugere que o controle da fecundidade esta se dando por terminação (limitação do tamanho da família), e não por espaçamento entre os filhos, o que parece reforçar a abordagem da inovação-difusão.

Os dados da tabela 9 mostram, também, que a cúspide da fecundidade específica passou para o grupo 20-24 em 1984, quando se encontrava no grupo imediatamente mais velho em 1980. Esta mudança ocorreu não devido à elevação da fecundidade neste grupo, mas sim devido a uma queda mais que proporcional nos grupos superiores. Este fato sugere um maior uso de meios contraceptivos entre a população acima de 25 anos, fato que será tratado mais à frente.

TABELA 9

TAXA ESPECÍFICA DE FECUNDIDADE E SUA DISTRIBUIÇÃO RELATIVA
BRASIL
1980-1984

Grupos Etários	taxa específica fec.			distribuição relativa		
	1980	1984	var %	1980	1984	var %
15-19	0,065	0,074	13,8	7,4	10,5	41,9
20-24	0,203	0,188	- 7,4	23,4	26,7	14,1
25-29	0,228	0,178	-21,9	26,2	25,4	- 3,1
30-34	0,178	0,138	-22,5	20,5	19,7	- 4,0
35-39	0,122	0,084	-31,1	14,1	11,9	-15,6
40-44	0,059	0,035	-40,7	6,7	5,0	-25,4
45-49	0,014	0,006	-57,1	1,6	0,8	-50,0
Total	4,35	3,53	-18,9	100,0	100,0	-

Fonte: OLIVEIRA, L.A.P., SILVA, N.L.P. Tendências da fecundidade nos primeiros anos da década de 80. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 5, 1986, Águas de São Pedro, Anais... São Paulo, ABEP, 1986, v.1, p. 213-232.

A tabela 10 mostra a tendência da concentração da fecundidade nas idades mais jovens para o Brasil e regiões. Para o meio urbano do Brasil, a idade média da fecundidade passou de 29,5 anos em 1970 para 27,8 anos. Para a região rural do Brasil, o valor da idade

média passou de 30,3 anos para 29,0 anos no período. A Região Centro-Oeste liderou a queda tanto urbana quanto rural. A maior redução da idade média da fecundidade se deveu ao controle da fecundidade entre as mulheres dos grupos etários mais velhos.

TABELA 10

IDADE MÉDIA DA FECUNDIDADE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO
BRASIL e REGIÕES
1970 -1984

Grandes Regiões	urbana			rural		
	1970	1980	1984	1970	1980	1984
Norte	30,5	28,9	27,9	30,6	29,5	-
Nordeste	30,3	29,4	28,6	30,7	30,0	29,5
Sudeste	29,2	28,1	27,6	30,2	29,2	29,2
Sul	28,9	28,0	27,5	29,9	29,0	28,0
Centro-Oeste	29,4	28,0	27,0	29,6	28,3	27,1
Brasil	29,5	28,4	27,8	30,3	29,5	29,0

Fonte: SIMÕES, C.C.S, OLIVEIRA, L.A.P. Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil. RJ: IBGE, 1988, p. 48.

A queda da fecundidade na primeira metade dos anos 80 é confirmada também pela DHS/86 (Demographic and Health Surveys). A tabela 11 mostra as taxas de fecundidade específicas por idade e a taxa de fecundidade total para 1986. Apesar do pouco espaço de tempo entre as duas pesquisas e às diferenças de cobertura, a tendência da transição permanece com a TFT passando de 3,53 filhos por mulher em 1984 para 3,40 filhos em 1986.

TABELA 11

TAXAS DE FECUNDIDADE ESPECÍFICAS E TFT
BRASIL
1986

	Total	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil	3,40	0,069	0,189	0,174	0,126	0,084	0,038

Fonte: SILVA, N.V., HENRIQUES, M. H., SOUZA, A. An analysis of reproductive behavior in Brazil. [s.l.: s.n.] 1990, p.41

Em síntese, antes de 1980 os diferenciais regional e rural/urbano da fecundidade estavam aumentando pois foram as regiões urbanas e mais desenvolvidas do Centro-Sul do país que lideraram o processo de declínio da fecundidade; e a maior taxa de fecundidade específica se encontrava no grupo etário 25-29 anos. Após 1980, entretanto, parece haver uma reversão desta tendência, através de um declínio da fecundidade mais acelerado nas regiões Norte e Nordeste e na zona rural; a cúspide da fecundidade específica passou para o grupo 20-24 anos refletindo uma generalização do uso de meios contraceptivos para limitar o tamanho da família.

6.5. Os diferenciais por renda, emprego e educação

Além dos diferenciais por regiões e situação de domicílio são muito estudados também os diferenciais por renda, educação e por condição de atividade da mulher. Num país heterogêneo como o Brasil, a análise destes diferenciais é importante para se compreender o processo de transição da fecundidade no Brasil.

A tabela 12 apresenta os diferenciais de fecundidade segundo a renda mensal familiar para o Brasil como um todo, em 1970 e 1976 e 1984. Os dados sugerem que o maior declínio da fecundidade (20,2%) ocorreu no estrato de renda mais baixo, durante a primeira metade dos anos 70. Isto pode ter ocorrido devido ao fato do declínio da fecundidade antes de 1970 ter se concentrado nos estratos de renda mais elevados.

TABELA 12

TAXAS DE FECUNDIDADE TOTAL SEGUNDO A RENDA MENSAL FAMILIAR
BRASIL
1970, 1976 e 1984

Renda mensal familiar	1970	1976	76/70 var %	1984	84/70 var %
Menos de 1 sal. mínimo	7,66	6,11	-20,2	5,85	-23,6
1 a 2 salários mínimos	6,20	5,94	- 4,2	5,04	-18,7
2 a 5 salários mínimos	4,35	4,07	- 6,4	-	-
5 salários mínimos e +	2,60	2,54	- 2,3	1,98	-23,8

Fonte: MERRICK, T.W., BERQUÓ, E. The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility. Washington: National Academy Press, 1983, p.67.

SIMÕES, C.C.S, OLIVEIRA, L.A.P. Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil. RJ: IBGE, 1988, p. 59.

Comparando-se, entretanto, o período 1970 a 1984 observa-se uma queda em torno de 24% para os estratos extremos, não indicando, pois, que o diferencial de fecundidade por renda tenha se estreitado no período.

Estes dados, entretanto, devem ser analisados com cuidado. Em primeiro lugar, a comparabilidade do salário mínimo é prejudicada pela mudança do poder de compra deste salário ocorrida no período. Em segundo lugar, devido à mobilidade das famílias entre os vários estratos de renda e ao conseqüente efeito da mudança na composição provocado por esta mobilidade. Em terceiro lugar devido aos diferenciais de renda entre as áreas urbanas e rurais e entre as regiões.

A tabela 13 mostra os diferenciais por renda, em cruzeiros, para toda a década de 70, desagregados por local de residência. Observa-se que a queda da fecundidade não ficou restrita a um estrato particular e que para o país como um todo o maior declínio (22,2%) ocorreu no terceiro estrato de renda (301-500 cruzeiros). No meio rural o maior declínio ocorreu entre os dois estratos de renda mais elevados, enquanto no meio urbano ocorreu o contrário, com os dois estratos mais baixos apresentando o maior declínio da fecundidade.

Estes dados sugerem, então, que no meio urbano os diferenciais de renda tenham se estreitado, pois o declínio da fecundidade teria começado entre os grupos de renda mais altos ainda na década de 60 e se difundido entre os grupos de renda mais

baixos na década de 70. No meio rural, que teve o início da transição da fecundidade posterior ao meio urbano, o declínio teria começado pelos estratos mais altos. Além disto, como vimos anteriormente, a área rural do Nordeste que concentra a maior parcela da população de baixa renda só iniciou a transição no final da década de 70. Espera-se, pois, que o Nordeste rural apresente uma queda da fecundidade mais acentuada nos anos 80.

TABELA 13

TFT SEGUNDO RENDA MENSAL FAMILIAR E LOCAL DE RESDÊNCIA
BRASIL
1970 -1980

Residência	Renda	1970	1980	var. %
Total	1-150	7,5	6,1	-18,7
	151-300	6,7	5,6	-16,4
	301-500	5,4	4,2	-22,2
	500 e +	3,3	2,9	-12,1
Urbano	1-150	7,0	5,2	-25,7
	151-300	6,0	4,0	-33,3
	301-500	4,8	4,0	-16,7
	500 e +	3,1	2,8	- 9,7
Rural	1-150	7,8	6,6	-15,4
	151-300	8,0	6,2	-22,5
	301-500	7,7	5,2	-32,5
	500 e +	5,9	4,0	-32,2

Fonte: WOOD, C.H., CARVALHO, J.A.M. The demography of inequality in Brazil. New York, Cambridge University, 1988. p. 157.

Nota: Cruzeiros de 1970

A tabela 14 mostra os elevados diferenciais de fecundidade por renda, segundo as grandes regiões em 1984. O maior diferencial

se encontra no estrato de renda familiar abaixo de um salário mínimo. A maior fecundidade nestes estratos é encontrada nas regiões setentrionais do país. No estrato de renda familiar acima de cinco salários mínimos, os diferenciais de fecundidade entre as regiões são menores, com as regiões meridionais do país apresentando menos de dois filhos em média por mulher. Nestas últimas regiões (Sudeste e Sul) a TFT total está mais próxima dos dois grupos superiores de renda, enquanto nas outras regiões está mais próxima dos grupos de baixa renda.

TABELA 14
TFT SEGUNDO A RENDA MENSAL FAMILIAR
BRASIL e REGIÕES
1984

Renda mensal familiar	BR	NO	NE	SE	S	CO
Menos de 1 sal. mínimo	5,85	5,94	6,94	4,45	4,85	5,46
1 a 2 sal. mínimos	5,04	5,67	5,93	4,64	4,19	4,78
2 a 3 sal. mínimos	3,61	5,30	4,26	3,38	3,24	3,28
3 a 5 sal. mínimos	2,94	3,77	2,44	2,78	2,75	2,81
5 sal. mínimos e +	1,98	2,55	2,35	1,86	1,95	2,28
Total	3,53	4,04	4,96	2,96	3,04	3,38

Fonte: SIMÕES, C.C.S, OLIVEIRA, L.A.P. Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil. RJ: IBGE, 1988, p. 61.
Nota: exclusiva a zona rural da região Norte.

A tabela 15 apresenta as taxas de fecundidade total das mulheres ativas e inativas para o Brasil e regiões em 1973. Nota-se que a participação da mulher no mercado de trabalho tem um efeito negativo sobre as taxas de fecundidade. Para o Brasil como um todo,

as mulheres ativas tinham em média 4,3 filhos e as inativas 6,4 filhos. O maior diferencial entre ativas e inativas ocorreu no Distrito Federal que tem um alto grau de urbanização, e o menor diferencial ocorreu no Sul. A tabela 15 mostra também que os diferenciais entre as mulheres ativas eram enormes, o que sugere que a participação feminina em atividades extradomésticas por si só não representa menor fecundidade. As condições do mercado de trabalho e a forma de inserção nas atividades produtivas podem ser uma das possíveis causas dos diferenciais entre as mulheres ativas, como veremos no capítulo oitavo.

TABELA 15
TFT DAS MULHERES ATIVAS E INATIVAS
BRASIL e REGIÕES
1973

Regiões	Ativas	Inativas	Inativas/ativas
Brasil	4,3	6,4	1,47
Rio de Janeiro	2,9	4,6	1,60
São Paulo	2,5	4,6	1,83
Sul	4,3	5,9	1,39
Minas Gerais	3,8	6,7	1,76
Nordeste	6,3	8,8	1,39
Distrito Federal	2,6	6,4	2,49
Amazônia	3,8	7,3	1,91
Centro Oeste	3,7	6,3	1,69

Fonte: ALVES, J.E. A mulher no desenvolvimento econômico: a participação feminina no mercado de trabalho em MG. BH, 1983, Dissertação, CEDEPLAR, p. 137

A tabela 16 mostra as TFT por anos de estudo e situação de domicílio, assim como a distribuição percentual das mulheres em

cada grupo de estudo, a variação percentual entre 1970 e 1976 e a idade média das mulheres no nascimento do primeiro filho para cada grupo. Os resultados desta tabela devem ser vistos com cuidado devido aos diferentes ritmos de declínio da fecundidade entre os grupos, aos problemas de mobilidade entre estes grupos, aos erros amostrais e ao já citado efeito da mudança na composição percentual entre os diversos grupos de educação.

Os dados abaixo mostram uma relação inversa entre anos de estudo e as TFTs. Em 1970, a TFT ajustada foi de 6,90 filhos para as mulheres analfabetas e de 2,91 filhos para as mulheres com cinco anos e mais de estudo, uma diferença de 4 filhos.

TABELA 16
TFT POR ANOS DE ESCOLARIDADE E SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA
BRASIL
1970 - 1976

Ano e Medidas	Total	urbana			rural	
		analf.	1-4	5+	analf.	1+
1970						
TFT ajustada	5,81	6,90	4,74	2,91	8,31	6,94
percentagem	100,0	13,6	27,6	22,1	20,8	15,9
1976						
TFT ajustada	4,42	5,70	4,06	2,37	7,84	5,18
percentagem	100,0	9,5	28,2	30,7	12,9	18,7
Var. percentual						
TFT ajustada	23,9	17,3	14,5	18,6	5,7	25,4
Idade média 1° filho						
1970	23,28	21,86	22,75	25,04	21,95	23,48
1976	23,84	21,91	22,30	26,08	22,08	23,70

Fonte: MERRICK, T.W., BERQUÓ, E. The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility. Washington: National Academy Press, 1983, p.63.

Entre 1970 e 1976 houve uma queda da fecundidade total urbana de 17,3% para o grupo de mulheres analfabetas, de 14,5% para o grupo de 1 a 4 anos de estudo e de 18,6% para o grupo de 5 anos e mais. No meio rural a queda foi de 5,7% e 25,4% para as mulheres analfabetas e para aquelas com algum nível educacional, respectivamente. Para o Brasil como um todo, entretanto, o declínio foi de 23,9 por cento.

No meio urbano, entre 1970 e 1976, houve uma redução de 13,6% para 9,5% na percentagem do grupo de mulheres sem escolaridade, enquanto a percentagem de mulheres com 5 anos e mais de estudo aumentou de 22,1% para 30,7% no período. No meio rural, a percentagem do grupo de mulheres sem escolaridade caiu de 20,8% em 1970 para 12,9% em 1976, enquanto a percentagem de mulheres com algum nível educacional subiu de 15,9% para 18,7%, no período. A tabela 16 mostra, ainda, a idade média das mulheres no nascimento do primeiro filho. Para o Brasil como um todo, houve uma pequena elevação da idade média das mulheres ao nascimento do primeiro filho entre 1970 e 1976.

A tabela 17 mostra as taxas de fecundidade por anos de estudo para as grandes regiões brasileiras em 1984. Nota-se que os diferenciais por nível educacional são maiores nas regiões Norte e Nordeste. Nestas duas regiões, as mulheres com menos de 1 ano de instrução tinham em média mais de dois filhos que as mulheres com o mesmo nível educacional das outras regiões brasileiras. Isto sugere que nestas últimas regiões o processo de transição da

fecundidade já tenha se difundido mesmo entre os grupos com níveis educacionais mais baixos.

TABELA 17
TFT SEGUNDO ANOS DE ESTUDO
BRASIL e REGIÕES
1984

Anos de estudo	Brasil	NO	NE	SE	S	CO
Sem instrução e menos de um ano	6,93	6,51	6,63	4,49	3,89	4,54
1 a 3 anos	5,41	5,12	5,77	3,74	3,47	4,07
4 anos	3,97	5,21	4,50	3,22	3,22	3,32
5 a 8 anos	4,01	3,61	3,52	2,65	2,86	3,10
9 anos e mais	3,15	2,54	2,70	2,13	2,42	2,54

Fonte: SIMÕES, C.C.S, OLIVEIRA, L.A.P. Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil. RJ: IBGE, 1988, p. 61.

Nota: exclusive a zona rural da região Norte

Em síntese, os dados mostram que existem grandes diferenciais de fecundidade por renda, educação e condição de atividade e uma relação inversa entre TFT e estas variáveis. Mostram, além disto, que apesar destes diferenciais, a transição da fecundidade atingiu, não somente todas as regiões do país, mas também todos os grupos sócio-econômicos.

6.6. Os determinantes próximos da fecundidade

Davis e Blake (1956) formularam um arcabouço conceitual que especifica a maneira como as condições sociais, econômicas e culturais afetam a fecundidade: as chamadas "variáveis intermediárias". Bongaarts (1978) criou uma série de equações que possibilitaram quantificar um número limitado destas variáveis intermediárias: os "determinantes próximos".

Os determinantes próximos incluem um índice da proporção de casamentos (C_m , igual a um, se todas as mulheres em idade reprodutiva estiverem casadas; zero, se não); um índice de contracepção (C_c , igual a um, na ausência de contracepção e igual a zero se todas as mulheres férteis usarem meios contraceptivos efetivos); um índice de aborto (C_a , igual a um, na ausência de aborto induzido e igual a zero se toda gravidez for abortada); e um índice de infertilidade pós-parto (C_i , igual a um, na ausência de lactação e abstinência pós-parto e zero, para infertilidade permanente).

A tabela 18 apresenta as estimativas para os determinantes próximos no Brasil. Os autores consideram que as mudanças na distribuição das mulheres por status marital, os aumentos na proporção de mulheres permanecendo solteiras e o aumento da idade média ao casar (ou da idade média das mulheres ao nascimento do primeiro filho) não foram as principais causas do declínio da fecundidade no Brasil na década de 70. Para eles, o determinante próximo principal na transição da fecundidade no Brasil foi o

crescente controle da fecundidade entre as mulheres casadas (fecundidade marital) através de contraceptivos, esterilização e aborto. Na tabela abaixo o índice de aborto (Ca) caiu de 0,96 em 1970 a 0,82 em 1980, e o índice de contracepção (Cc) caiu de 0,72 a 0,55 no mesmo período, o que possibilitou a redução da fecundidade marital apesar de um ligeiro aumento na proporção de mulheres casadas, no período em questão.

TABELA 18
ESTIMATIVAS DOS DETERMINANTES PRÓXIMOS DA FECUNDIDADE
BRASIL
1970 - 1980

Medidas	1970	1976	1980
Taxa total de fertilidade	15,3	15,3	15,3
Infertilidade pós-parto (Ci)	0,89	0,91	0,93
Fecundidade natural	13,6	13,9	14,2
Aborto (Ca)	0,96	0,94	0,82
Contracepção (Cc)	0,72	0,54	0,55
Fecundidade marital	9,34	7,04	6,42
Não-casamento (Cm)	0,63	0,63	0,64
Taxa de fecundidade total	5,89	4,43	4,11

Fonte: MERRICK, T.W., BERQUÓ, E. The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility. Washington: National Academy Press, 1983, p.56.

Sendo a contracepção, esterilização e aborto os principais determinantes próximos da transição da fecundidade no Brasil, é importante compreender melhor como se deu este processo. Como os dados sobre aborto são limitados e imprecisos vamos examinar os métodos contraceptivos.

TABELA 19

MULHERES USUÁRIAS DE MÉTODOS ANTICONCEPCIONAIS
 IDADE = 15-44 ANOS
 BRASIL e REGIÕES
 1986

Região e Residência	Esterilização	Pílula	Outros	Total

Mulheres Casadas/União				
Regiões				
Rio de Janeiro	33,0	25,5	12,4	70,9
São Paulo	31,4	24,3	15,9	71,6
Sul	18,3	41,0	14,8	74,1
Centro Leste	25,7	23,5	14,4	63,6
Nordeste	24,6	17,3	11,2	53,1
Norte-C.Oeste	42,0	24,7	8,2	74,9
Total	26,9	25,2	13,5	65,6
Residência				
Rural	18,3	25,2	14,0	57,5
Urbana	30,1	25,1	13,3	68,5
Todas as mulheres				
Total	17,2	17,0	9,1	43,4
Rural	12,7	17,0	5,7	35,4
Urbana	18,7	17,0	12,1	47,8

Fonte: ALENCAR, J.A., ANDRADE, E.C. A esterilização feminina no Brasil. In: Encontro Nacional de Economia, 17, 1989. Fortaleza. Anais... [s.l.] ANPEC, 1989, v.2, p. 1051

A tabela 19 mostra a percentagem de mulheres usando métodos anticoncepcionais. Para o Brasil como um todo, em 1986, 65,6% das mulheres casadas estavam usando algum método anticoncepcional, sendo 57,5% no meio rural e 68,5% no meio urbano. Entre os métodos utilizados se destaca a esterilização feminina e a pílula. Para o Brasil como um todo a esterilização é o método predominante tanto entre as mulheres casadas (26,9%), quanto entre o total de mulheres

em idade fértil (17,2), com destaque para o meio urbano, onde a esterilização é mais freqüente que no meio rural. A pílula é o segundo método mais utilizado e entre os outros métodos se destacam o coito interrompido, ritmo-tabela e condon.

Entre as regiões, nota-se uma menor prevalência no Nordeste, sendo que a maior taxa de prevalência ocorreu na região Norte/Centro-Oeste. Nesta região se destaca a maior incidência de mulheres casadas esterilizadas (42,0%). A região Sul é a única que apresentou a pílula como método anticoncepcional mais utilizado. A pílula predomina também no meio rural, enquanto a esterilização predomina no meio urbano.

Os dados acima mostram que a esterilização é o principal método anticonceptivo utilizado no país. Mas até que ponto a esterilização contribuiu para a transição da fecundidade?

A tabela 20 mostra a evolução da esterilização feminina no Brasil. Nota-se que quase 80% das esterilizações foram feitas após 1979, sendo 82,6% no meio rural e 76,9% no meio urbano. Antes de 1975, o número de esterilizações era muito pequeno no meio urbano e insignificante no meio rural.

Isto sugere que a esterilização não teve um papel importante no início da transição da fecundidade no Brasil, mas passou a ter importância fundamental na aceleração do declínio da fecundidade, principalmente a partir de 1979. Alencar e Andrade (1989) consideram que a esterilização está positivamente correlacionada

com educação e renda das mulheres. Os dados levam a crer, entretanto, que a esterilização deve estar se generalizando como meio contraceptivo e deverá desempenhar um papel cada vez mais destacado na continuidade da transição da fecundidade no Brasil.

TABELA 20
EVOLUÇÃO ANUAL DA ESTERILIZAÇÃO
1971 - 1986

Residência	Antes de 1971	71-74	75-78	79-82	83-86	Total
Rural	0,9	2,4	14,1	32,2	50,4	100,0
Urbana	1,5	6,5	15,2	37,4	39,5	100,0
Total	1,3	5,8	14,9	36,5	41,4	100,0

Fonte: ALENCAR, J.A., ANDRADE, E.C. A esterilização feminina no Brasil. In: Encontro Nacional de Economia, 17, 1989. Fortaleza. Anais... [s.l.] ANPEC, 1989, v.2, p. 1051

A tabela 21 mostra que 14,5% das mulheres em São Paulo e 21,4% no Nordeste já estavam esterilizadas antes dos 30 anos. O grupo etário 30-39 anos é o que concentrava a maior proporção de mulheres esterilizadas em 1986. Para as coortes mais velhas, acima de 40 anos, as taxas diminuem. Esta estrutura etária da esterilização sugere que o número de mulheres usuárias deste método deve continuar crescendo nos próximos anos.

TABELA 21

ESTERILIZAÇÃO FEMININA POR GRUPOS DE IDADE
SÃO PAULO - NORDESTE
1986

Idade	São Paulo	Nordeste
15-19	0,16	0,41
20-24	2,51	4,32
25-29	11,79	16,69
30-34	21,07	21,82
35-39	22,80	21,76
40-44	18,87	18,61
45-49	13,84	11,14
50-54	8,96	5,25

Fonte: BERQUÓ, E., GOLDANI, A.M. Thinking about fertility in Brazil. [s.l; s.n; s.d.] p. 6.

As principais razões da esterilização, segundo pesquisa feita com as próprias mulheres, são: problemas de saúde (43,4%) e não desejam mais filhos (37,7%). Berquó e Goldani (s.d.) consideram que a primeira razão alegada reflete o processo de "medicalização" da sociedade brasileira. A segunda razão tem um significado diferente segundo a região: em São Paulo 57,6% das mulheres utilizaram a esterilização quando tinham até três filhos, enquanto no Nordeste 44,6% utilizaram a esterilização após cinco filhos.

6.7. À guisa de conclusão do capítulo

Como explicar o processo de transição da fecundidade no Brasil?

A abordagem da modernização, por exemplo, relaciona cinco variáveis estão relacionadas com as menores taxas de fecundidade: menor mortalidade infantil, maior urbanização/industrialização, maior renda familiar, maior nível educacional da mulher e maior participação feminina no mercado de trabalho, principalmente urbano.

Acontece que ao relacionar estas 5 variáveis acaba-se caindo numa **circularidade auto-explicativa**: maior nível educacional significa maior salário em potencial, o que leva a uma maior participação no mercado de trabalho e a obtenção de uma renda maior. Maiores níveis de educação e renda estão relacionados com menor mortalidade infantil. Desta forma, as regiões do país que apresentam maior nível de educação, de renda, maiores oportunidades de trabalho para as mulheres e menor mortalidade infantil vão ser aquelas a apresentar as menores taxas de fecundidade.

Mas para explicar a transição da fecundidade no Brasil é preciso explicar não apenas o efeito do processo de modernização econômica, mas porque as parcelas populacionais "excluídas" deste processo também apresentaram um declínio da fecundidade. Ou seja:

1. Por que a fecundidade caiu nas regiões mais ricas (Centro-Sul) e nas mais pobres (Nordeste-Norte) ?

2. Por que a fecundidade caiu nas áreas rurais e urbanas se as diferenças sócio-econômicas são tão grandes?

3. Por que a fecundidade caiu para aquelas famílias que estavam tendo ganhos reais de renda e para aquelas que sofriam com o arrocho salarial?

4. Por que a fecundidade caiu entre as mulheres com maior nível educacional e para as analfabetas?

5. Por que a fecundidade caiu nas regiões de alta mortalidade infantil se a queda da mortalidade das crianças é um dos pré-requisitos para o declínio da fecundidade?

6. Por que a fecundidade caiu entre as mulheres ativas e inativas?

7. Por que a fecundidade não caiu antes de 1965, se em várias regiões do país já se tinha atingido um nível razoável de desenvolvimento econômico?

Seria impossível responder às perguntas acima somente com o arcabouço de uma única abordagem, assim como não se trata de desconsiderar a influência das 5 variáveis acima listadas. O capítulo seguinte busca relacionar as mudanças estruturais e institucionais ocorridas no Brasil e como estas mudanças estão associadas com a mudança no fluxo intergeracional e nas relações de gênero, condições básicas para a queda da fecundidade.

7. AS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS E INSTITUCIONAIS

7.1. Introdução: o período pré-transição da fecundidade

No capítulo anterior vimos que mesmo a região Sudeste, aquela com maior grau de desenvolvimento, apresentou uma ligeira elevação da fecundidade entre 1940 e 1960 (tabela 2). Esta realidade parece contrariar os teóricos da modernização e, na prática, possibilitou o surgimento de vozes que consideravam a permanência de taxas elevadas e estáveis de fecundidade como resultado da "irracionalidade" e do "comportamento tradicional" das populações latino-americanas (Blanch, 1970; Kiser, 1970).

Entretanto, a perspectiva adotada neste trabalho é a de que o crescimento econômico pode reforçar um regime de alta fecundidade, se não vier acompanhado por mudanças sociais mais amplas (Caldwell, 1982). O que pretendemos caracterizar nesta seção é que as mudanças econômicas ocorridas antes de 1960 não chegaram a afetar as condições que permitiram e incentivaram a manutenção de uma fecundidade marital natural no Brasil.

O ano de 1930 é considerado pela literatura econômica como um importante ponto de inflexão da economia brasileira. Devido às condições adversas da economia internacional, o modelo primário-exportador, que caracterizava a economia da República Velha e que dependia da dinâmica da demanda econômica externa entrou em crise. A Revolução de 30 foi o início de grandes mudanças políticas e

econômicas, mas não chegou a mudar o regime de fecundidade prevalecente no país.

Em parte porque o processo de substituição de importações, baseado na dinâmica econômica interna, não se deslancharia antes dos anos 50. Até este período a economia brasileira ficou marcada pela fase que se convencionou chamar de "industrialização restringida". Em 1950, 63% dos domicílios existentes no país classificavam-se como rurais, e mais de três quartos (76%) da população residia em áreas rurais, vilas ou cidades com menos de 10 mil habitantes. Até meados desta década as vendas externas de café representavam mais de 60% das exportações brasileiras (Vianna, 1992).

O aprofundamento das grandes transformações econômicas só teriam impulso a partir de 1956, quando o presidente Juscelino Kubitschek (JK) lançou o Plano de Metas. Este Plano se tornou "a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país" (Lessa, 1981). Podemos classificar as metas deste Plano em quatro conjuntos: o primeiro, constituído pelos investimentos do governo em transporte e energia. Destacam-se aqui a grande expansão do transporte rodoviário, que marcou o início de uma ampla integração do território nacional, e a expansão da rede elétrica industrial e domiciliar. O segundo, constituído pela expansão e integração das indústrias de bens intermediários. O terceiro, constituído das indústrias produtoras de bens de capital e de bens de consumo duráveis, com prioridade para as primeiras. E em quarto lugar, a construção de Brasília.

Era de se esperar que o Plano de Metas tivesse um impacto no sentido de reduzir as taxas de fecundidade no Brasil. Ao contrário do que pregavam os teóricos da modernização, entretanto, o avanço da urbanização e industrialização no Brasil, pelo menos em suas fases iniciais, não teve o efeito esperado sobre o comportamento reprodutivo da maioria da população. A explicação para isto pode ser sintetizada em três pontos:

a) o Plano de Metas não traçou metas específicas para o meio rural e não chegou a alterar profundamente as formas não-assalariadas de produção e as demais estruturas agrárias advindas da fase primário-exportadora;

b) a combinação de formas não-assalariadas de trabalho no campo com formas assalariadas no meio urbano parece ter contribuído para a manutenção da estrutura familiar forjada no período marcado pela economia de subsistência;

c) o Plano de Metas não foi capaz de desenvolver um sistema de intermediação financeira adequado às necessidades de produção e consumo industriais nem de desenvolver outras medidas institucionais compatíveis com as necessidades do Estado Industrial moderno.

Nesta situação não é de se estranhar que as condições sociais, econômicas e culturais que propiciaram o regime de alta fecundidade tenham encontrado ambiente para se difundir e manterem-se intactas. A queda da mortalidade que já vinha ocorrendo não

afetou a fecundidade num primeiro momento, com possível exceção de uma parcela da população das grandes metrópoles do Sudeste.

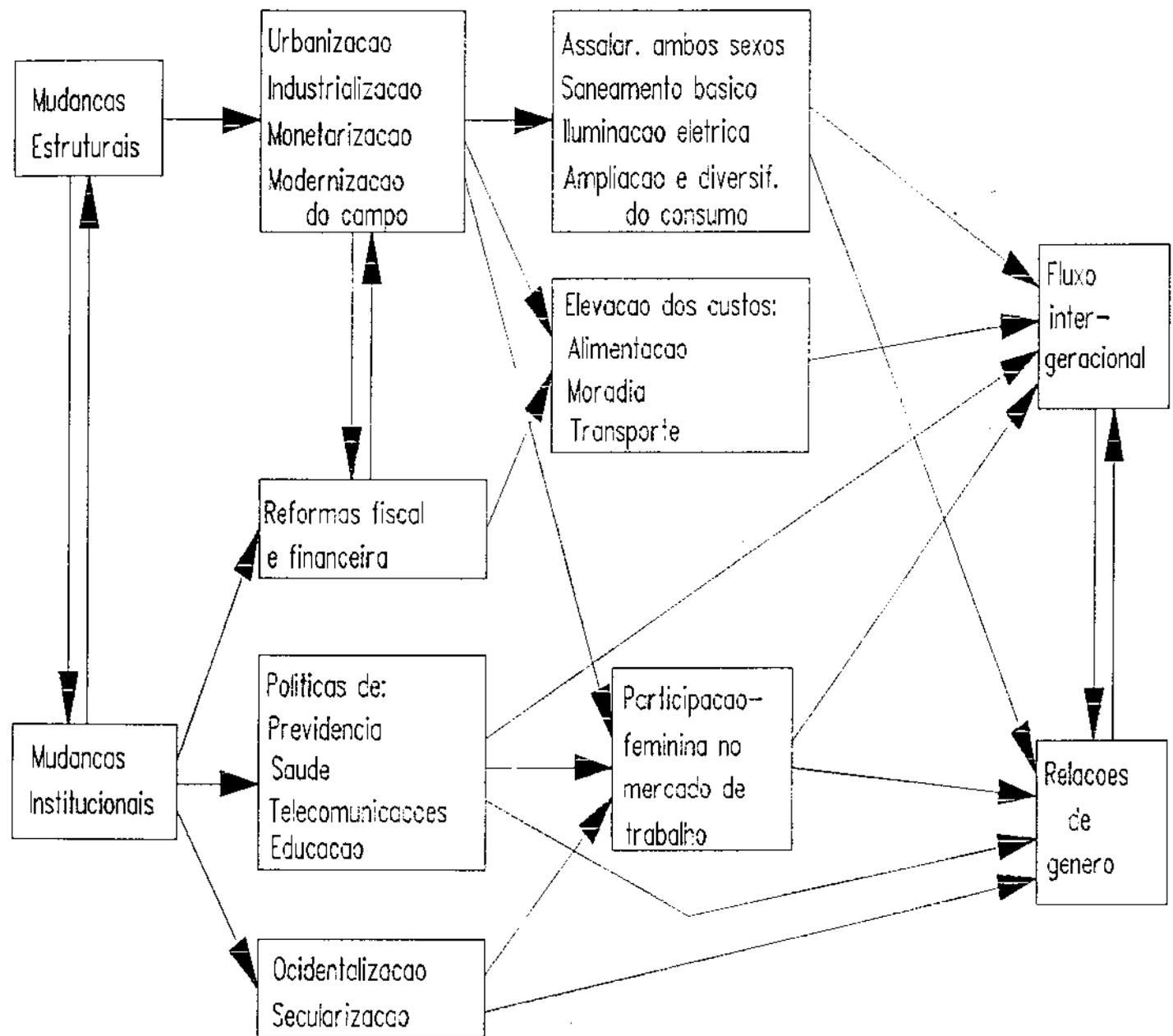
Foi o golpe militar de 64, entretanto, que criou as condições políticas para viabilizar uma alternativa conservadora de modernização econômica, de desenvolvimento excludente e de internacionalização da economia. Criada as condições políticas, implementou-se uma série de reformas que, além de aprofundar as transformações estruturais que já vinha ocorrendo desde 1930⁴⁵, modificou radicalmente o ambiente institucional brasileiro.

Ao invés de procurarmos a causa do início da transição da fecundidade na Revolução de 1930, devemos, pois, procurá-la nas mudanças estruturais e institucionais promovidas ou reforçadas pelo golpe militar de 1964. Esta postura não representa uma visão maniqueísta ou conspiratória da história, mas apenas um reconhecimento de que o ano de 1964 é o verdadeiro ponto de ruptura com a estrutura econômica existente desde o século passado, que se manteve durante a República Velha e os Governos Populistas pré-1964.

A Figura 3, adiantando o que será discutido neste capítulo, apresenta um resumo esquemático das relações entre as mudanças estruturais-institucionais, os determinantes da fecundidade, o fluxo intergeracional e as relações de gênero.

⁴⁵ Reforçando, inclusive, o caráter periférico e dependente do capitalismo nacional.

Figura 3



7.2. Urbanização e Industrialização

Uma característica marcante da dinâmica demográfica brasileira no período 1960-1980 foi o acelerado processo de emigração rural e o grande crescimento da população das cidades. Em 1960 a população urbana representava 44,9% da população brasileira, passando a representar mais de dois terços (67,6%) em 1980. Em termos absolutos, a população urbana passou de 31,5 milhões para 80,5 milhões. A população rural cresceu em termos absolutos na década de 60 e caiu na década de 70, chegando em 1980 a um número, em termos absoluto, ligeiramente menor do que o de 1960, conforme mostra a tabela 22:

TABELA 22
POPULAÇÃO BRASILEIRA TOTAL SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO
BRASIL
1960 - 1980

(em milhares)

População	1960	%	1970	%	1980	%
Total	70.191,4	100,0	93.139,0	100,0	119.002,7	100,0
Urbana	31.533,7	44,9	52.085,0	55,9	80.454,7	67,6
Rural	38.657,7	55,1	41.054,1	44,1	38.616,2	32,4

Fonte: Censo Demográfico - Brasil. Rio de Janeiro: IBGE 1960; 1970; 1980.

O processo de urbanização nestas duas décadas foi o maior da história brasileira, antes ou depois deste período. Além disto,

podemos dizer que antes de 1960 a vida rural influenciava muito a vida urbana, enquanto vinte anos depois acontecia o contrário. Naquela época, uma considerável parcela da população urbana poderia ser entendida como integrante de uma "sociabilidade rural" e duas décadas depois, ao contrário, pode-se afirmar que grande parte da população rural participa de uma "sociabilidade urbana".

Esta urbanização acelerada está associada às transformações da economia brasileira, com mudanças significativas na absorção de mão-de-obra em cada setor produtivo. O setor primário que absorvia 54,0% da PEA total em 1960, passou a absorver 29,9% em 1980, conforme mostra a tabela 23:

TABELA 23
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SETOR DE ATIVIDADE
BRASIL
1960 - 1980

(em milhares)

PEA	1960	%	1970	%	1980	%
Total	22.750,0	100,0	29.557,2	100,0	43.796,8	100,0
Primário	12.276,9	54,0	13.087,5	44,3	13.109,4	29,9
Secundário	2.940,2	12,9	5.295,4	17,9	10.675,0	24,4
Terciário	7.532,9	33,1	11.174,3	37,8	20.012,4	45,7

Fonte: Censo Demográfico - Brasil. Rio de Janeiro: IBGE 1960; 1970; 1980.

O setor secundário que tinha uma participação muito pequena na PEA em 1960, praticamente dobrou esta participação relativa nos 20 anos seguintes e mais que triplicou sua participação em termos

absolutos. Em termos relativos foi a PEA do setor secundário que mais cresceu nestas duas décadas. O setor terciário, entretanto, foi o que apresentou maior crescimento absoluto passando de 7,5 milhões de pessoas empregadas em 1960 para 20,0 milhões em 1980.

Ao contrário do período anterior, o processo de urbanização e industrialização entre 1960 e 1980 teve um grande efeito sobre o antigo regime de fecundidade. Em parte, devido ao crescimento em si - a la abordagem da modernização; mas também por um conjunto simultâneo de transformações que possibilitaram a reversão do fluxo intergeracional de riqueza e mudanças nas relações de gênero, como veremos ao longo deste capítulo.

Por agora, vamos examinar três itens que, frutos do processo de urbanização e industrialização, contribuíram para elevar o custo dos filhos e para a mudança do fluxo intergeracional:

a) Alimentação

No período pré-transição⁴⁶ da fecundidade a alimentação era barata pois prevalecia a produção para o auto-consumo, produzida localmente em propriedade própria, cedida ou arrendada. Não existia grandes custos de armazenamento e transporte. A rede familiar

⁴⁶ Estamos considerando o meio da década de 1960 como ponto divisório entre os períodos pré e pós transição da fecundidade. Naturalmente esta divisão é um pouco forçada mas será utilizada aqui apenas como referência geral para facilitar a exposição.

cuidava do abastecimento e mesmo as famílias urbanas podiam contar com a ajuda dos parentes ligados à terra⁴⁷. Predominava o fogão à base de lenha, e esta era obtido gratuitamente.

No período pós-transição da fecundidade, a produção alimentar se voltou para o mercado. Apesar dos ganhos de produtividade, houve uma elevação do preço final dos produtos agropecuários, que passaram a se basear no cálculo capitalista que inclui: custo de produção + lucro do produtor + custos e lucro do intermediário + custos e lucro do comerciante + custos e lucro de transporte e armazenamento + impostos. O fogão a lenha foi substituído pelo fogão a gás na cozinha, principalmente nos domicílios urbanos. Ambos - fogão e gás - são produtos industrializados, que exigem renda monetária para sua obtenção e o gás, ao contrário da lenha, passou a pesar no orçamento doméstico mensal das parcelas mais pobres da população.

Qual é o efeito desta mudança sobre a fecundidade? Em primeiro lugar o aumento do preço da alimentação tem um impacto direto sobre o custo dos filhos. Em segundo lugar, a alimentação comprada no mercado exige renda monetária e impossibilita a participação das crianças em sua produção, o que contribui para a redução do benefício dos filhos. Aumento do custo e redução dos benefícios dos filhos, como vimos em capítulos anteriores, é um dos componentes fundamentais para a reversão do fluxo intergeracional de riqueza e, em consequência, do declínio da fecundidade.

⁴⁷ Mesmo não morando no mesmo domicílio, os laços da família extensiva se faziam presentes.

b) Moradia

No meio rural era comum que o proprietário de terras construísse, em sua propriedade, casas para os seus empregados ou agregados. Em alguns ramos industriais existiam as vilas operárias ao redor da indústria. Em ambos os casos os custos de moradia para os trabalhadores era muito baixo e, como o local de residência era próximo ao local de trabalho, se evitavam ainda os custos de transportes. Mesmo não sendo a norma geral, algumas categorias profissionais tinham casas construídas pelas empresas como os ferroviários, ou pelos institutos, como os conjuntos do IAPI⁴⁸.

Em meados da década de 60, além da rapidez do processo de urbanização, os trabalhadores rurais foram sendo retirados, gradativamente, das propriedades onde trabalhavam e moravam, e para isto contribuiu o decreto que instituiu o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963. É nesta época que surgem os trabalhadores volantes, ou bóias-frias, e a separação entre local de trabalho e residência se estendeu ao campo, com aumento nos custos de moradia e transporte.

A criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH/BNH), financiado pela caderneta de poupança e pelo FGTS⁴⁹, foi uma tentativa do governo de minorar o problema da habitação no país frente a uma demanda crescente dos setores populares.

⁴⁸ Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários.

⁴⁹ Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Os maiores custos de habitação contribuem para o aumento do custo dos filhos, pressionando o orçamento doméstico e reduzindo o desejo de uma família numerosa.

c) Transportes

No período pré-transição da fecundidade, era grande a presença do transporte animal (cavalos, carroças e charretes) no meio rural. Com exceção de Rio e São Paulo não existiam grandes metrópoles⁵⁰, e parece que o custo de transporte urbano tinha um peso menor no orçamento doméstico.

No período pós-transição, com o crescimento das cidades, os pobres foram morar nas periferias dos grandes centros urbanos. Principalmente após os choques do petróleo de 1973 e 1979, o preço das passagens começou a pesar no bolso da população pobre, e mesmo a classe média foi afetada pelo aumento dos custos de manutenção do transporte privado individual. A separação entre local de trabalho e residência, e a maior distância para se obter escola e serviços elevaram o tempo e os gastos com transporte.

A locomoção nos grandes centros passou a exigir, desta forma, renda monetária no dia-a-dia das pessoas e o custo de transporte passou ter um peso grande no orçamento mensal do trabalhador. A instituição do "vale transporte" é um reconhecimento por parte do

⁵⁰ A região metropolitana de Belo Horizonte tinha uma população inferior a 900 mil habitantes em 1960.

governo desta nova realidade. Também por esta via, houve um aumento no custo dos filhos.

Em síntese, o aumento dos custos de alimentação, moradia e transporte, por um lado, incide diretamente sobre o custo de criação dos filhos, e por outro lado, reflete o processo de mercantilização e monetarização da economia, ou seja, de predominância do mercado sobre a economia de subsistência. A conjugação destes fatores contribue para elevar a razão custo/benefício dos filhos, reverter o fluxo intergeracional e, conseqüentemente, reduzir a fecundidade.

7.3. Mercado de trabalho feminino

O mercado de trabalho extradoméstico sempre foi considerado em toda a história brasileira como um espaço, preferencialmente, masculino. A participação feminina se restringia, em sua maioria, a profissões que eram uma extensão da atividade do lar. Até 1970, cerca de 80% das mulheres estavam empregadas em apenas 10 tipos de ocupações, todas de baixa remuneração e prestígio (Alves, 1983). Mas apesar da discriminação ocupacional, as mulheres têm aumentado sua participação nas atividades extradomésticas e, a partir de 1970, têm conseguido, lentamente, ampliar o leque ocupacional.

A taxa de atividade das mulheres passou de 16,5% em 1960 para 26,9% em 1980, enquanto, em termos absolutos, a população

economicamente ativa (PEA) feminina passou de 4,1 milhões para 12,1 milhões de pessoas no mesmo período, um crescimento bastante expressivo, mesmo considerando possíveis vieses de enumeração. O número de mulheres participando do mercado de trabalho triplicou neste período, enquanto a PEA masculina cresceu bem menos, cerca de 70 por cento, conforme mostra a tabela 24:

TABELA 24
 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)
 TAXA DE ATIVIDADE ESPECÍFICA (TAE) SEXO FEMININO
 BRASIL
 1960 - 1980

Grupos	1960		1970		1980	
	PEA	TAE%	PEA	TAE%	PEA	TAE%
10-19	1197592	15,0	1661530	14,8	2693277	19,9
20-29	1237560	20,8	1975874	26,1	4095714	37,5
30-39	721154	17,0	1133123	20,9	2511277	35,1
40-49	483157	16,6	782223	19,8	1610329	30,7
50-59	264637	14,5	399996	15,4	814043	21,1
60-69	122823	11,5	154423	10,1	260476	10,6
70- +	38514	6,3	43062	4,7	43815	2,8
total	4076861	16,5	6165447	18,5	12038930	26,9

Fonte: Censo Demográfico - Brasil. Rio de Janeiro: IBGE 1960; 1970; 1980.

Enquanto as taxas de atividade masculinas diminuíram nestas duas décadas, as taxas de atividade feminina cresceram em todos os grupos etários com exceção das mulheres acima de 60 anos, devida, provavelmente, à maior cobertura da previdência social.

O maior crescimento da PEA feminina ocorreu entre as mulheres em idade fértil. O grupo etário 20-29 anos que concentra as maiores taxas de fecundidade, teve uma elevação da participação feminina no mercado de trabalho de 20,8% em 1960 para 37,5% em 1980. O grupo etário 30-39 anos dobrou sua participação relativa, passando de 17% em 1960 para 36,3% em 1980. Também o grupo 40-49 anos teve uma elevação significativa das taxas de atividade, passando de 16,6% para 30,7% no período. Até mesmo as mulheres entre 50-59 anos tiveram um crescimento de suas taxas de atividade.

Este crescimento acelerado da entrada da mulher no mercado de trabalho, que ocorreu, principalmente, no meio urbano, tem uma grande influência nas relações de gênero e no comportamento reprodutivo das mulheres. A maior elevação das taxas de atividade ocorreu entre as mulheres casadas, o que contribuiu para a generalização da prática contraceptiva, a limitação do tamanho da família e a queda da fecundidade marital (Merrick, Berquó 1983).

No período pré-transição da fecundidade, o mercado de trabalho era pouco diferenciado e baseado em relações não-assalariadas. Para as mulheres, o leque de oportunidades era bastante restrito e a discriminação ocupacional e salarial era a norma. A grande disponibilidade de terras e a produção familiar se constituíam em opções ao mercado de trabalho, ou seja, as pessoas tinham outros meios para se sustentar além das relações que envolviam salários. Até 1960, grande parte dos direitos trabalhistas cobria apenas uma pequena parte da força de trabalho urbana e não se aplicava ao meio rural, sendo que mais da metade da

PEA se encontrava no setor primário. Além disto a legislação trabalhista como um todo, de certa forma, buscava desestimular a entrada da mulher no mercado de trabalho.

No período pós-transição, o mercado de trabalho passa a ser um meio de acesso à previdência, à saúde e à moradia. O mercado de trabalho formal aumentou as exigências de qualificação. Mas a insuficiência de demanda de mão-de-obra no setor moderno da economia gerou a convivência com um grande setor informal e a manutenção de um grande desemprego estrutural.

O efeito da participação da mulher no mercado de trabalho sobre a fecundidade não é apenas de incompatibilidade de tempo. Naturalmente existe um *trade off* entre o tempo gasto no emprego e a criação das crianças, o que eleva os custos de oportunidade dos filhos. Mas existe também um efeito sobre as relações de gênero, pois existe um crescimento da independência da mulher, maior controle sobre os recursos e maior poder de decisão dentro da família.

Por tudo isto é de se esperar que a mulher que participe do mercado de trabalho apresente uma menor fecundidade, principalmente, aquelas que possuam um maior grau de formalização no emprego.

7.4. Educação

Uma das mudanças mais importantes ocorridas nas últimas décadas, e particularmente nas duas décadas em questão, foi a elevação do nível educacional da população, especialmente entre as mulheres brasileiras, como visto em capítulos anteriores. Existe um consenso de que maiores níveis educacionais contribuem para a queda da fecundidade, mas as diversas abordagens divergem quanto ao marco explicativo de como se dá este processo:

1. A abordagem microeconômica considera a educação como investimento em capital humano. Maiores níveis educacionais para as mulheres resultariam em maiores salários e maiores oportunidades de emprego, o que provocaria uma elevação do custo de oportunidade da criação dos filhos e uma conseqüente redução da fecundidade. Isto quer dizer que o efeito da educação sobre a fecundidade é intermediado pelo mercado de trabalho pois a atividade de criação dos filhos é muito intensiva em tempo e competitiva com as atividades extradomésticas.

2. A abordagem da modernização considera que a sociedade urbana-industrial exige maiores níveis educacionais de toda a população, inclusive da mulher, e maior mobilidade ocupacional e espacial. Uma maior escolaridade contribui para a elevação do status da mulher, que, junto ao surgimento de atividades femininas extradomésticas, reduz as vantagens econômicas da família numerosa e possibilita a redução da fecundidade.

3. As abordagens de gênero consideram que níveis educacionais mais elevados contribuem para maior independência, controle e autonomia da mulher, reduzindo as desigualdades sócio-econômicas e culturais entre os sexos. A maior educação da mulher muda a relação de poder dentro da família, rompe com o balanço tradicional que favorece o lado masculino e propicia uma maior comunicação entre os cônjuges. Maiores níveis de educação e autonomia feminina estão associadas com maior idade ao casar e maior uso de meios contraceptivos, e em conseqüência, com menores taxas de fecundidade, independentemente da participação ou não da mulher no mercado de trabalho. Neste caso, a educação da mulher tem um efeito negativo maior sobre a fecundidade do que a educação do marido. O "domínio das letras", ou seja, a aquisição de um ou dois anos de estudo já pode ser suficiente para modificar as expectativas da mulher quanto ao relacionamentto com o companheiro e sua expectativa com relação aos filhos, ampliando o mundo da mulher na medida em que a auxilia na decodificação de mensagens e na absorção de novos valores.

4. A abordagem da inovação-difusão considera que maiores níveis de educação permitem que as pessoas adotem um padrão menor de família (inovação) e facilitem o processo de difusão, porque: a) a pessoa escolarizada está mais propensa a mudar seu comportamento reprodutivo; b) o processo educacional em si enfraquece as tradições e costumes - escoras culturais pró-natalistas; c) a educação atual esta baseada no modelo ocidental e isto implica uma

perspectiva mais "racional" de visão de mundo. Neste caso o efeito da educação sobre a fecundidade é independente da entrada da mulher no mercado de trabalho.

5. Caldwell (1979) considera que maior nível de escolaridade feminina significa: a) mulheres com melhores condições de rejeitar métodos tradicionais de regulação da fecundidade e menos fatalistas em relação ao comportamento reprodutivo; b) mulheres mais aptas a enfrentar o mundo moderno e com mais condição de compreender a linguagem médica, de descobrir onde e como obter ajuda para o controle da fecundidade, além de ter maior consciência sobre seu corpo e de seus direitos. Aqui também a abordagem educacional tem um efeito negativo sobre a fecundidade independentemente da participação da mulher no mercado de trabalho. Pelas mesmas razões acima, as mulheres menos fatalistas estão mais aptas a compreender o mundo moderno, a linguagem médica e a cuidar da saúde e das doenças das crianças, o que possibilita a redução da mortalidade infantil e, em consequência, facilita a transição da fecundidade.

6. Cochrane (1983) observa que o efeito negativo da educação sobre a fecundidade é menor nas amostras que incluem apenas mulheres casadas, do que nas amostras que incluem tanto mulheres casadas quanto solteiras. Isto porque, um dos maiores efeitos da alta escolaridade ocorre através do adiamento da idade ao casar e do nascimento do primeiro filho. Também as taxas de nupcialidade e

de recasamento são menores entre as mulheres com mais alto nível de educação.

7. O maior nível educacional dos filhos é um dos mais fortes componentes dos custos diretos da criação das crianças, e um forte motivo para que os pais reduzam a fecundidade. Na abordagem microeconômica, isto significa investir em qualidade dos filhos, ao invés de se investir em quantidade. Na abordagem de Caldwell, o maior custo na criação dos filhos pode ser um dos fatores para a reversão do fluxo intergeracional de riqueza.

Em síntese, acreditamos que os diferentes enfoques acima expressam diversas facetas de um fenômeno que é complexo e multifacetado, pois o efeito de maiores níveis de educação sobre a fecundidade passa necessariamente por diversos caminhos. Entretanto, como forma de resumir, podemos dizer, sem receio de contradizer qualquer das abordagens, que a educação contribui para a transição da fecundidade na medida que possibilita a reversão do fluxo intergeracional de riqueza e altera as relações de gênero.

7.5. Padrão de consumo e características dos domicílios

A mudança no padrão de consumo através da diversificação, ampliação e introdução de bens industriais é considerado um dos itens importantes para a transição da fecundidade no Brasil. A tabela 25, mostra as mudanças ocorridas nos domicílios particulares em termos de abastecimento de água, instalação sanitária, tipo de fogão, iluminação elétrica e alguns bens industriais.

O número de domicílios brasileiros passou de 13,5 milhões em 1960 para 25,2 milhões em 1980. A percentagem de domicílios próprios teve um pequeno aumento, passando de 57,1% para 61,7% neste período. As maiores mudanças ocorreram nos outros itens. Quanto ao abastecimento de água, houve um grande crescimento do número de domicílios ligados à rede geral, passando de 21,1% em 1960 para 54,9% em 1980. Já o número de domicílios ligados a rede geral de esgotos teve um crescimento menor, passando de 13,1% para 27,7% no período. Mas houve um crescimento dos domicílios com fossa séptica e uma redução significativa dos domicílios sem instalação sanitária. A melhoria das condições de saneamento básico tem um grande impacto demográfico, pois reduz a mortalidade infantil, o que geralmente está associado a uma redução da fecundidade.

TABELA 25

DOMICÍLIOS PARTICULARES SEGUNDO PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
BRASIL
1960 - 1980

Características Dos Domicílios	1960 %	1970 %	1980 %
Total	100,0	100,0	100,0
Condição de Ocupação			
Próprios	57,1	60,3	61,7
Alugados	22,3	19,0	22,5
Outros	20,6	20,7	15,6
Abastecimento de Água			
Rede geral	21,1	32,8	54,9
Poço ou nascente	33,1	24,6	29,8
Outros	45,8	42,6	15,2
Instalação Sanitária			
Rede geral	13,1	13,2	27,7
Fossa séptica	10,7	13,4	15,5
Outros	26,1	34,0	33,1
Não tem	50,1	39,4	21,8
Fogão			
Gás	18,3	42,7	62,7
Lenha	61,4	45,1	30,7
Outros	20,3	12,2	6,6
Existência de:			
Iluminação elétrica	38,5	47,6	68,5
Rádio	35,4	58,9	76,2
Televisão	4,6	24,1	56,1
Geladeira	11,6	26,1	50,4
Automóvel	-	9,0	22,7

Fonte: Censo Demográfico - Brasil. Rio de Janeiro: IBGE 1960;
1970; 1980.

Outro item que apresentou grande modificação foi o tipo de fogão. A percentagem de domicílios com fogão a gás passou de 18,3% em 1960 para 62,7% em 1980, enquanto a percentagem de domicílios

com fogão a lenha diminuiu de 61,4% para 30,7% no período. Esta mudança decorre, em grande parte, do acelerado processo de urbanização do país. Mas, de qualquer forma, esta mudança aparentemente simples tem dois efeitos que não podem ser desprezados: 1) o gás, que é um produto industrial, tem um custo maior que o da lenha e exige renda monetária para sua aquisição, o que eleva o custo dos filhos; 2) o fogão a gás, juntamente com outros bens, facilita o trabalho doméstico da mulher, liberando-a para outras atividades.

Os domicílios com iluminação elétrica cresceram de 38,5% em 1960 para 68,5% em 1980, acompanhando, também, o processo de urbanização do país. Os outros bens industriais não tiveram pior desempenho. No período em questão, a percentagem de domicílios com rádio passou de 35,4% para 76,2 por cento. Com geladeira passou de 11,6% para 50,4 por cento. E com televisão, o que mais cresceu, passou de 4,6% para 56,1 por cento. A percentagem de domicílios com automóvel mais que dobrou na década de 70, passando de 9,0% para 22,7 por cento.

Estas mudanças no padrão de consumo e nas características dos domicílios tiveram um impacto sobre as relações de gênero, sobre a renda familiar disponível e sobre o custo dos filhos. O acesso a água, esgoto, luz elétrica, fogão a gás, geladeira e outros eletrodomésticos reduz o tempo que a mulher precisa dedicar às atividades domésticas, liberando-a para outras atividades extradomésticas. Por outro lado, estes "bens" são caros e exigem

renda monetária. Para obter esta renda, mais membros da família (provavelmente a mulher) têm que participar do mercado de trabalho. Além disto, o preço da água, da luz elétrica, do gás, etc. contribuem para elevar o custo dos filhos, pois no período pré-transição da fecundidade, o padrão de consumo era pouco diferenciado, a cesta típica de consumo era limitada e não incluía produtos industrializados.

No período pós-transição houve, portanto, uma ampliação e diversificação do consumo, com muitos produtos industrializados passando a fazer parte do consumo de amplas parcelas da população, como sapato, fogão, gás, rádio, televisão e geladeira. As classes médias ampliaram ainda mais o consumo incluindo: brinquedos, eletrodomésticos, automóvel, etc. Além disto, o custo de tarifas de transporte, água, esgoto, luz e outros serviços passaram a fazer parte do orçamento mensal das famílias, pesando diretamente sobre o custo dos filhos. Muitos bens e serviços tiveram, também, grande impacto sobre o trabalho doméstico da mulher, facilitando as atividades do lar.

O efeito conjunto de tudo isto, foi provocar um impacto negativo sobre o número de filhos desejados.

7.6. Previdência social e saúde

A Previdência Social no Brasil foi inspirada no modelo Alemão, criado por Bismarck. Desde o tempo das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), passando pelos Institutos (IAPs), sua estrutura se baseava no conceito de ajuda mútua: as contribuições deveriam se repartir entre os empregados, empregadores e o Estado.

Até 1930, a previdência, através das CAPs, beneficiava apenas algumas categorias mais mobilizadas e que eram importantes para a manutenção da economia primário-exportadora: principalmente os ferroviários e os trabalhadores das docas e navios. Neste ano as CAPs cobriam cerca de 140 mil segurados ativos, 8 mil aposentados e 7 mil pensionistas.

O novo governo criou os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), que aumentaram a cobertura previdenciária ao congregar categorias profissionais ao nível nacional. Foram criados os IAPs do Marítimos (IAPM), em 1933, dos Comerciantes (IAPC), em 1934, dos Industriários (IAPI), em 1948, etc.

Ao longo de sua história, a previdência foi ampliando sua atuação em três áreas:

- a) os programas de seguro social (aposentadorias, etc.);
- b) atendimento médico ambulatorial e hospitalar;
- c) assistência social (principalmente a crianças e idosos).

Em 1960, através da Lei 3807, de 26 de agosto, foi aprovado a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), que visava uma melhor organização dos Institutos.

Mas foi a partir de 1966, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que se deu um caráter mais amplo ao sistema previdenciário, rompendo com a organização baseada em categorias profissionais. Foi a partir de então que se iniciou a fase de universalização da previdência a todas as pessoas que exercem atividade econômica. Passaram a ser cobertos os empregadores, trabalhadores autônomos, trabalhadores rurais, empregados domésticos, trabalhadores temporários, etc.

Em 1971 havia 9,7 milhões de contribuintes e 2,3 milhões de segurados inativos, passando, respectivamente, para 23,8 milhões e 7,8 milhões em 1980. A década de 70 foi a de maior expansão da previdência, com o número de contribuintes crescendo 144% e o número de segurados crescendo em 244%.

O atendimento médico também se expandiu bastante. Em 1971 foram realizadas 44,7 milhões de consultas e 2,9 milhões de internações, contra 179,8 milhões de consultas e 11,7 milhões de internações em 1980.

O impacto que o sistema previdenciário tem sobre a fecundidade foi realçado principalmente por Cain et al. (1979) e, como assinalado por Faria (1989), as políticas previdenciária e de saúde foram vetores institucionais importantes para a transição da fecundidade no Brasil.

É importante acrescentar as ligações da previdência-saúde com o mercado de trabalho. Apesar da universalização, não basta ser trabalhador para estar coberto pela previdência. Geralmente os trabalhadores mais necessitados, mas que estão inseridos no mercado informal de trabalho e não contribuem como autônomos, não estão cobertos pelo sistema. Ou seja, o direito de proteção contra doenças, acidentes, velhice e desamparo está baseado no dever das contribuições deduzidas do salário. As receitas da previdência estão sustentadas na folha de salários urbanos através da contribuição dos empregados e empresas.

Desta forma, a carteira de trabalho assinada passa a ser de fundamental importância para os trabalhadores⁵¹. Apesar da precariedade dos serviços e benefícios do sistema, estes se constituem na única forma de acesso à previdência e saúde por parte dos trabalhadores. É através da carteira de trabalho que os trabalhadores têm acesso ao FGTS, o que em muitos casos pode significar o acesso à casa própria. A carteira de trabalho e previdência social (CTPS) passa a ser o passaporte para a cidadania. Isto tem um impacto muito grande sobre a fecundidade, como veremos mais na frente.

No período pré-transição da fecundidade, a previdência estatal estava limitada a alguns Institutos. Para a maioria da população, a norma era a previdência baseada na rede familiar, principalmente nos filhos. No período pós-transição houve o

⁵¹ Com exceção daqueles que contribuem como autônomos ou os funcionários públicos estatutários.

processo de universalização da previdência e a extensão dos benefícios aos associados. O processo de filiação ocorre via mercado de trabalho formal ou a contribuições autônomas. As mulheres podem ser dependentes do marido. Entretanto, com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, um número maior de mulheres passou a ser contribuinte direto do sistema previdência-saúde. A maior cobertura do sistema previdenciário, principalmente para as mulheres, afeta a fecundidade via aumento do custo de oportunidade da criação dos filhos e diminuição de seus benefícios.

No período pré-transição da fecundidade, os serviços de saúde eram precários, mas seus custos eram baixos. Predominava o "médico de família", que era um profissional liberal. O governo investia de forma limitada em saúde pública. A alta mortalidade infantil e a baixa esperança de vida refletiam, em parte, a precariedade do sistema de saúde. No período pós-transição, passou a predominar a medicalização e a mercantilização da medicina, com ênfase na medicina hospitalar e curativa, como mostrou Faria (1989). O custo com a saúde se elevou e a população trabalhadora passou a depender das contribuições deduzidas do salário para ter acesso ao INANPS. O acesso à saúde, para grande parte da população, ficou dependente da participação no mercado de trabalho formal.

O custo da saúde aumentou para toda a família e particularmente para os filhos. Isto reduz a demanda por crianças. Por outro lado, devido ao processo de medicalização, ao crescimento

da rede hospitalar e de farmácias e o predomínio do saber médico, o custo psicológico da regulação da fecundidade diminuiu e o acesso aos métodos contraceptivos modernos e efetivos se tornou disponível, facilitando o processo de difusão da limitação da família.

No período pré-transição da fecundidade, os meios contraceptivos eram tradicionais e pouco eficientes. A contracepção era usada de maneira restrita e a limitação do tamanho de família (por terminação) não era uma prática difundida. No período pós-transição, houve a introdução de meios modernos e eficientes. A oferta se expandiu com a rede médica e de farmácias e cultura médica favoreceu a difusão destes métodos.

O custo de regulação é um importante fator na transição da fecundidade. O acesso a informações e aos meios contraceptivos é fundamental para a limitação do tamanho da família numa situação que a oferta de filhos excede a demanda. Apesar de não haver uma política explícita de controle da natalidade no Brasil, o setor público, conveniado ou não com entidades privadas, oferece meios efetivos de contracepção, como, por exemplo, as esterilizações gratuitas feitas no Nordeste. Além disto, outros meios de limitação da fecundidade, como pílula, DIU, condom, podem ser adquiridos no mercado privado.

7.7. Telecomunicações e mídia

A expansão das telecomunicações teve, no Brasil, uma importância estratégica para a transição da fecundidade. Em 1960, apenas 30% dos domicílios brasileiros possuíam rádio e a televisão só podia ser encontrada em poucos domicílios de algumas capitais, sendo que a programação reduzia-se a umas poucas horas por dia. Na segunda metade da década passada, 80% dos domicílios possuíam pelo menos um aparelho de rádio. A televisão, entretanto, tornou-se o meio de comunicação de massa por excelência. Nas áreas urbanas metropolitanas, cerca de 90% dos domicílios possuem televisão, cifra que atinge 70% nas áreas urbanas não-metropolitanas de mais de 20 mil habitantes e quase 20% nas demais áreas. Mais de 95% de todos os municípios brasileiros e a totalidade dos municípios de mais de 10 mil habitantes recebem emissões de pelo menos uma rede de televisão. (Faria, 1989).

Foi no ambiente pós-transição que houve uma grande expansão das telecomunicações e a televisão se tornou um meio de comunicação de massa por excelência. Como vimos no terceiro capítulo, a exposição à televisão tornou-se o meio mais freqüente e mais universalmente difundido dos indivíduos se relacionarem com o mundo, para além dos limites estreitos da família, da comunidade e do local de trabalho.

A televisão age no sentido de difundir o novo padrão de consumo estabelecido pela sociedade industrial, um novo padrão de comportamento de vida (como o cuidado do corpo e da liberdade

individual), reitera a separação entre atividade sexual e reprodutiva e reforça o ideal de família pequena como sendo a forma ideal de organização familiar. Contribui para o aumento das aspirações de consumo, e mesmo não fazendo propaganda explícita de meios contraceptivos, a televisão atua de tal forma que, mesmo indiretamente, facilita a disseminação do uso de meios contraceptivos.

7.8. Crescimento e distribuição da renda

A renda é uma das variáveis mais controversas da análise demográfica. Malthus (1983) foi o primeiro teórico a estabelecer uma relação clara entre renda e fecundidade. Para ele existia uma relação direta entre estas duas variáveis, pois uma redução da renda provocaria uma redução das taxas de fecundidade total, não pela queda da fecundidade marital - uma vez que ele era contra o uso de meios contraceptivos - mas pelo adiamento da idade ao casar e a redução das taxas de nupcialidade.

Os teóricos da escola de Chicago (New Home Economics) também estabelecem uma relação direta entre estas duas variáveis. Para eles, as famílias buscam maximizar sua utilidade entre filhos e outros bens, sendo que, quanto mais alto o orçamento domiciliar maior será a quantidade de bens e filhos desejados pela família (em termos microeconômicos: a família passará para uma curva de indiferença mais elevada). Como as crianças não podem ser

consideradas "bens inferiores", quanto maior a renda do casal maior a quantidade de filhos. Em formulações posteriores, acrescentou-se o *tradeoff* entre quantidade e qualidade. Neste caso, maior renda poderia significar menor quantidade de filhos, mas de maior qualidade. Assim a formulação ficou mais interessante, mas o efeito da renda sobre a fecundidade ficou mais indefinido e menos falseável⁵².

A abordagem da modernização, ao contrário das visões acima, prediz uma relação inversa entre renda e fecundidade, pelos seguintes motivos: em primeiro lugar, a melhora do padrão de vida que acompanha o desenvolvimento econômico, reduz a mortalidade infantil e, em conseqüência, elimina o principal obstáculo a uma fecundidade mais baixa; em segundo lugar, a mudança da estrutura da produção, significando a diminuição da importância da família como unidade produtora, o aumento do processo de industrialização-urbanização e a maior mobilidade social e espacial, tende a diminuir as vantagens econômicas da família grande; em terceiro lugar, com os maiores níveis de educação e consumo e a proibição do trabalho de menores, as crianças passam a ser mais um ônus do que uma vantagem para o casal; finalmente, o conjunto de modificações sócio-econômicas enfraquece a força dos costumes e crenças tradicionais e reduz os custos psicológicos da regulação da fecundidade (Coale e Hoover, 1966).

⁵² Na concepção de Popper (1972, p. 345) os enunciados teóricos devem ser submetidos ao "critério de falseabilidade", isto é, a testes que podem resultar em refutação.

Caldwell (1976), por outro lado, apresenta uma abordagem bastante diferente. Para ele o que afeta a fecundidade não é a grandeza da renda em si, mas a magnitude e a direção do fluxo intergeracional de riquezas. Se a renda cair ou subir mas não houver uma reversão do fluxo intergeracional o regime de fecundidade deve continuar estável.

Mas apesar das divergências teóricas sobre o sentido da relação entre renda e fecundidade, as evidências empíricas mostram que esta relação é inversa, como mostrou Lam et al. (1992) e vários outros autores:

"In general, evidence from both the time-series (e.g. the demographic transition) and the cross-section (e.g. the numerous studies of fertility which show that families with high status have smaller numbers of children than do low status families) suggests that income and fertility should be negatively related" (Simmons, 1985, p. 38).

O Brasil apresentou acelerado crescimento econômico no período compreendido entre o fim da Segunda Guerra e o ano de 1980. Durante este período o PIB (ou Renda Nacional) cresceu em torno de 7% ao ano, sendo que o PIB per capita cresceu a uma taxa um pouco acima de 4% ao ano (Alves, 1983). Destaca-se, neste período, os 6 anos compreendidos entre 1968 e 1973, conhecidos como a época do "milagre econômico", em que o PIB cresceu a mais de 10% ao ano. Este período de acelerado crescimento foi interrompido pela recessão do início dos anos 80 e pelo péssimo desempenho econômico ocorrido na assim chamada "década perdida".

Portanto, entre os anos 1960 e 1980 que marcam o início da transição da fecundidade no Brasil, a Renda Nacional apresentou

altas taxas de crescimento. Este crescimento, entretanto, se deu de forma bastante desigual, o que acentuou o grau de heterogeneidade sócio-econômica do país. A diferença entre as partes ricas e as partes pobres se agravaram neste período e o Brasil ficou cada vez mais parecido com a "Belíndia", imagem utilizada por Edmar Bacha para retratar os "dois Brasis".

A desigual distribuição da renda é uma característica marcante da história brasileira. Esperava-se, entretanto, que houvesse alguma melhoria com o processo de desenvolvimento econômico. Ao contrário, o modelo de desenvolvimento excludente adotado no país apenas elevou ainda mais o grau da concentração da renda. O Brasil é conhecido como um dos países com maiores desigualdades na distribuição da renda, fato que vem se agravando nas últimas décadas.

A tabela 26, mostra o crescimento e a distribuição da renda pessoal na década de 60, evidenciando a perda na renda relativa em todos os decis, exceto o superior, com uma concentração adicional de 20,5% na percentagem da renda apropriada pelas pessoas deste decil.

Em termos absolutos, entretanto, houve um crescimento da renda real em todos os decis, sendo que o aumento maior (66,87%) se deu no decil superior. Em moeda constante, houve um aumento de 36,89% da renda da população economicamente ativa como um todo, durante a década de 60.

Isto quer dizer que o processo de concentração da renda foi dinâmico, ou seja, houve crescimento mas também houve mais concentração da renda ao mesmo tempo. Isto ocorre porque, apesar de um aumento geral dos rendimentos, o estrato social privilegiado se apropriou de uma maior proporção da renda gerada em relação aos demais estratos. Este mesmo processo parece ter ocorrido durante a década de 70. Em 1980 o decil superior já apropriava mais da metade da renda pessoal (50,9%), segundo cálculos de Serra (1982). O processo de concentração de renda, salvo pequenas flutuações, parece ter se mantido durante a década de 80, mas com um agravante: a crise econômica estancou o crescimento e provocou a estagnação da renda per capita da população como um todo (Romão 1991).

TABELA 26
DISTRIBUIÇÃO RELATIVA E ABSOLUTA DA RENDA
BRASIL
1960 e 1970

Per- centis	Percentagem da renda			Renda média-Cr\$ de 1970		
	1960	1970	var%	1960	1970	var%
10-	1,17	1,11	- 5,13	25	32	+28,00
10	2,32	2,05	-11,64	48	58	+20,83
10	3,42	2,97	-13,16	71	84	+18,31
10	4,65	3,88	-16,55	96	110	+14,58
10	6,15	4,90	-20,32	127	139	+ 9,45
10	7,66	5,91	-22,75	158	168	+ 9,45
10	9,41	7,37	-21,68	195	210	+ 6,33
10	10,85	9,57	-11,80	225	272	+ 7,69
10	14,69	14,15	- 1,64	305	411	+20,89
10+	39,66	47,69	+20,50	815	1360	+66,87
Total	100,00	100,00	--	206	282	+36,89

Fonte: RAMOS, L.R., REIS, J.G. A distribuição de renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil In: CAMARGO, J, GIAMBIAGI, F. Distribuição de renda no Brasil RJ: Paz e Terra, 1991 p.42

A tabela 27, mostra a evolução da desigualdade da renda através da percentagem de pessoas abaixo da linha de pobreza. A "linha de pobreza" definida como o mínimo necessário para satisfazer as necessidades básicas do indivíduo. Com exceção de uma menor proporção apresentada na década de 70, os(as) brasileiros(as) abaixo da linha de pobreza têm oscilado em torno de 40% nos últimos trinta anos.

TABELA 27

POPULAÇÃO ABAIXO DA LINHA DE POBREZA
BRASIL - REGIÕES
(ANOS SELECIONADOS)
%

BR e Regiões	1960	1970	1980	1983	1988
Brasil	41,4	39,3	24,4	41,9	39,3
Centro-Oeste	26,4	33,5	19,1	32,8	33,3
Norte	34,7	41,1	24,2	35,4	37,8
Nordeste	61,0	60,8	38,5	59,3	56,4
Sudeste	33,3	28,6	17,1	32,6	31,3
Sul	16,4	22,6	14,4	27,6	28,0

Fonte: ROMÃO, M.C. Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil. In: CAMARGO, J, GIAMBIAGI, F. Distribuição de renda no Brasil RJ: Paz e Terra, 1991 p.42

A tabela 27 mostra também a grande disparidade da incidência da pobreza a nível regional. Em 1970, por exemplo, a percentagem da população abaixo da linha de pobreza no Nordeste (60,8%) era mais de duas vezes a da região Sudeste (28,6%) e quase três vezes a da região Sul (22,6%). Na década de 70 a incidência da pobreza

diminuiu em todas as regiões, apresentando percentagem abaixo de 20% nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A pobreza voltou a aumentar na década de 80 com todas as regiões apresentando percentagens acima de 30%, com exceção da região Sul que tinha 28% da população abaixo da linha de pobreza.

É preciso considerar que no período pré-transição da fecundidade, a renda monetária não era o melhor parâmetro de riqueza. Apesar de haver uma grande concentração da propriedade, existia um maior acesso à terra, principalmente nas áreas de fronteira.

No período pós-transição a renda monetária passou a ser fundamental nas relações diárias. Houve um processo de arrocho salarial para os trabalhadores em geral, ao mesmo tempo que se ampliava o leque salarial. O grande crescimento da renda, ocorrido nas décadas de 60 e 70, ficou muito concentrado em uma pequena parcela da população. Isto provocou uma concentração relativa da renda. Aumentou, também, a concentração fundiária e o acesso à terra foi bastante restringido.

A concentração da propriedade, principalmente da terra, tem o efeito de expulsar parte da população do meio rural o que acaba por reduzir a fecundidade. A concentração da renda, ao criar uma classe média com um padrão de consumo mais elevado, pode criar um estrato que seja inovador em termos de comportamento reprodutivo e ajude a difundir um novo ideal de família. Por outro lado, o empobrecimento relativo de amplos segmentos da população numa

situação de crescimento do custo dos filhos, pode ter um efeito de redução da demanda por crianças.

O fato é que, mesmo por vias diferentes, a fecundidade no Brasil começou a cair em uma conjuntura de crescimento econômico e continuou a cair em uma conjuntura recessiva. Isto sugere que os determinantes de longo prazo tenham tido um efeito maior sobre a fecundidade do que o ciclo econômico. Isto reforça, também, a abordagem de Caldwell (1982) de que devemos pesquisar não a magnitude da renda em si, mas a direção do fluxo intergeracional de riqueza.

De qualquer forma, os determinantes de longo prazo, revistos neste capítulo, como urbanização, educação, previdência, ampliação e diversificação do consumo, etc. estão associados com maior renda, com a mudança no custo/benefício dos filhos e com alterações nas relações de gênero. Podemos considerar, então, que a relação entre renda e fecundidade seja negativa.

7.9. Reforma monetária e financeira

O período 64/67 foi marcado por uma série de reformas econômicas que, para o nosso ponto de interesse, marcaram a transição para uma economia plenamente monetária, com o desenvolvimento do setor financeiro, com mudanças no padrão de

consumo, mudanças radicais (conservadoras) na agricultura e transformação do mercado de trabalho e outras áreas sociais.

No período pré-64 o sistema monetário-financeiro se encontrava num estágio nitidamente atrasado. Não existia um Banco Central e o controle do sistema monetário se repartia entre o Tesouro Nacional, a SUMOC e o Banco do Brasil. O BB misturava as funções de um banco central, banco comercial e banco de fomento, tornando impossível o controle monetário. As altas taxas de inflação combinadas com a Lei de Usura (teto de 12% de juros nominais) de 1933, impossibilitava o desenvolvimento de um sistema de poupança e de créditos de médio e longo prazos.

A atrofia do sistema financeiro se tornou um obstáculo ao crescimento da economia. A indústria de bens de consumo implantada durante o governo JK não tinha como financiar suas vendas, pois não havia um sistema de créditos ao consumidor e nem de poupança. A construção residencial se tornava limitada pois não havia um sistema de financiamento de longo prazo e de hipotecas. O governo não tinha como elevar seus gastos e fazer uma política social ativa, pois não havia emissão de títulos públicos como alternativa ao financiamento inflacionário.

Estas limitações foram superadas logo após o golpe, com as seguintes medidas: a) Lei 4357 de 16/07/64, cria a correção monetária e as ORTNs. b) Lei 4380 de 21/08/64, cria o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e posteriormente o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que se tornaria a principal fonte de recursos para a construção habitacional. O SFH era composto ainda

pelo BNH, Caixa Econômica Federal e Estaduais, Sociedades de Crédito Imobiliário e pelas Associações de Poupança e Empréstimo.

c) Lei 4595 de 31/12/64, que criou o Banco Central, o Conselho Monetário Nacional (CMN) e promoveu uma ampla reforma bancária.

d) Lei 4829 de 5/11/65, cria o Sistema Nacional de Crédito Rural.

O crédito direto ao consumidor foi regulamentado em 22/05/67 e no mesmo mês foram regulamentadas as Associações de Poupança e Empréstimo.

Todas estas reformas vieram marcar a nova estrutura produtiva/financeira do país e garantir a monetarização da economia brasileira. Foram importantes também para a ampliação da produção de bens de consumo duráveis e a efetivação de um novo padrão de consumo, pois os consumidores passaram a ter mecanismos financeiros de endividamento (crédito direto ao consumidor) e de proteção contra a inflação (cadernetas de poupança). Não é de se estranhar que a retomada da economia (no período do "milagre") fosse liderada pela indústria da construção civil e de bens de consumo duráveis.

No período pré-transição da fecundidade, havia muitas transações diretas (escambo) e a moeda era pouco utilizada principalmente no meio rural. No período pós-transição, através das reformas monetária e financeira, o país passou a contar com um sistema financeiro moderno e um dos mais avançados do Terceiro Mundo. O processo de monetarização, aliado ao sistema de crédito, num ambiente de alta inflação, onde a correção monetária é acompanhada diariamente pelas pessoas, têm um claro efeito de colocar o cálculo econômico racional como forma de sobrevivência

das pessoas e famílias. As reformas financeira e monetária e o processo de monetarização facilitaram e possibilitaram tantas outras reformas estruturais e institucionais.

Ampliando, pois, a abordagem de Faria (1989) que considera a política de crédito direto ao consumidor um dos "vetores institucionais" que contribuiu para a adoção de um novo comportamento reprodutivo, podemos dizer que a reforma financeira contribuiu, de forma indireta, para reduzir a demanda por filhos.

7.10. Reforma fiscal

O sistema tributário é um dos instrumentos mais poderosos colocado à disposição do governo para o desempenho das funções e políticas estatais, seja para a dotação de capital social básico, seja para os gastos sociais.

Até 1930, o Estado pouco intervinha na economia e a questão social era considerada "caso de polícia", nos dizeres do presidente Washington Luis. A principal fonte de receita pública era o imposto sobre importações, que representava mais de 50% da Receita Tributária Federal. Só a partir de 1937, com o Estado Novo, é que os impostos internos passariam a constituir a principal base fiscal do Estado (Oliveira, 1981).

A Constituição de 1946 pouco alterou a estrutura tributária anterior e o Estado se viu estrangulado diante das necessidades de novos investimentos, principalmente durante e após o Plano de

Metas. Restava o recurso ao financiamento inflacionário, mas este nunca foi uma solução de longo prazo.

As debilidades do sistema tributário, aliados à inexistência de um setor de intermediação financeira adequado e à crise do Balanço de Pagamentos levaram à crise econômica da primeira metade dos anos 60.

O golpe militar superou, através da supressão das liberdades, a instabilidade política e promoveu uma ampla reforma fiscal. A princípio a reforma fiscal se encaixava dentro dos objetivos do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) de combater a inflação e reduzir o déficit público. Mas ela propiciou, juntamente com a reforma financeira, que a economia voltasse a crescer a partir de 1968, com o Estado cumprindo um papel importante para a acumulação de capital ao mesmo tempo que expandia as políticas sociais.

Apesar da tendência centralizadora que concentrava os tributos na esfera Federal, o sistema de transferências possibilitaram a ampliação das receitas a nível Estadual e Municipal. Para não entrar em maiores detalhes no momento, basta dizer que a Reforma Fiscal possibilitou aos governos Federal, Estadual e Municipal garantir fontes de receita e ampliar as políticas públicas nas áreas de educação, saúde, habitação, assistência ao menor e ao idoso, etc.

Além disto, a estrutura tributária ficou muito dependente dos impostos indiretos, principalmente aqueles ligados à circulação de mercadorias. Isto encarece o preço final dos produtos sobrecarregando o consumidor. Do ponto de vista demográfico é

importante realçar que os impostos indiretos, ao elevar o preço da cesta básica, encarece o custo dos filhos. Mesmo os impostos diretos têm um efeito sobre a renda familiar e podem ter um efeito sobre a fecundidade.

No período pré-transição da fecundidade, a presença do Estado era pequena e menor ainda a sua capacidade arrecadadora de impostos. Durante muito tempo o Estado dependeu dos impostos sobre importações, o que não afetava diretamente a maioria da população.

No período pós-transição, os impostos passaram a fazer parte do dia-a-dia da população. Principalmente depois da reforma fiscal de meados da década de 60, a arrecadação fiscal cresceu muito no país. Os impostos indiretos passaram a ter um papel importante no conjunto dos tributos arrecadados. Os impostos sobre circulação de mercadorias, por exemplo, incidem sobre os bens populares elevando os seus custos. Além disto, o aumento de impostos como o IPTU são fundamentais para as prefeituras e se tornam campos de batalhas entre os prefeitos, câmaras municipais e a população.

A elevação dos impostos se torna, assim, mais um componente da elevação do custo dos filhos e de pressão sobre o orçamento familiar, o que contribui, de forma indireta, para uma menor demanda por filhos.

7.11. Transformações na agricultura

Do ponto de vista demográfico, o processo de modernização e proletarianização da agricultura brasileira foi de importância fundamental:

"Em meados da década de 60, lançavam-se as bases institucionais de um projeto ambicioso para a agricultura brasileira. Essencialmente, pretendia-se alterar radicalmente a estrutura de produção agrícola, equiparando-a com a agricultura dos países já desenvolvidos em matéria de produtividade e rentabilidade. Articulado com o complexo industrial internacional, o novo modelo apoiava-se tanto na oligarquia rural preocupada com a efervescência dos movimentos sociais no campo, como nos setores mais modernos do capital urbano interessados na ampliação do seu raio de atuação" (Martine e Garcia, 1987, p.9).

A agricultura passou a ter um duplo papel, de um lado como produtora de matérias-primas, energia e alimentos, de outro, como mercado para o parque industrial em termos de bens, máquinas e insumos agrícolas. O sistema de crédito rural criado pelo governo foi vital para este processo.

As transformações ocorridas a partir da segunda metade dos anos 60 contrastam com a realidade anterior. Até 1960 o número de estabelecimentos vinha crescendo mais que a população ativa agrícola:

"Em nosso país, o número de estabelecimentos agropecuários cresceu à razão de cerca de 10.000 por ano no decênio 1940-50, e de cerca de 127.000 por ano, do decênio 1950-60. (...) Durante o intervalo dos dois últimos censos agrícolas, quando o pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários aumentou de 4.637.151 pessoas, elevando-se seu total de 10.996.834, em 1950, para 15.633.985, em 1960 (ou mais 42,1%), surgiram 1.273.127 novos estabelecimentos,

o que representa um incremento relativo, sobre o total anterior, de 61,8%, ou aproximadamente 6% ao ano" (Guimarães, 1981, pp. 231 e 232).

Neste período o número de propriedades cresceu 44% e o de posseiros cresceu 71 por cento. Até 1970, havia um processo de "minifundização" da agricultura brasileira que implicava num declínio na participação dos estabelecimentos gigantescos. Em 1940, os estabelecimentos com menos de 10 ha representavam 34,4% dos estabelecimentos e 1,5% da área total. Em 1970, eles representavam 51,3% dos estabelecimentos e 3,1% da área. A partir daí, entretanto, começou um processo de redução da participação destes pequenos estabelecimentos na área total que chegou a 2,4% em 1980 (Martine e Garcia, 1987).

A concentração fundiária que já era enorme se acentuou a partir das mudanças da economia brasileira pós-64. A terra se tornou objeto de especulação e a pressão sobre os pequenos proprietários se tornou insuportável. A emigração e a redução da fecundidade fazem parte das respostas (multifásicas) da população rural a esta nova realidade. Na década de 70, pela primeira vez, houve uma redução absoluta da população rural e se generalizou o controle da fecundidade em todas as regiões rurais do país.

Estas respostas demográficas não se deram apenas em função do assalariamento dos trabalhadores agrícolas (proletarização, estrito senso). O número de assalariados permanentes sempre foi, e continua sendo, muito baixo na agricultura brasileira.

O importante seria estudar a transformação do pequeno produtor e da produção familiar na nova realidade estrutural-institucional. A penetração do capitalismo no campo não significa, necessariamente, a supressão da produção familiar, mas sim a sua subordinação à nova dinâmica econômica.

O processo de proletarização no sentido mais amplo inclui, além da subordinação direta do trabalhador ao capital no processo de produção, a subordinação indireta através do capital comercial e usurário, mas fora da esfera imediata da produção. O antagonismo não se dá apenas entre os detentores e não detentores de meios de produção (no caso a terra). Evidentemente, esta concepção mais ampla do processo de proletarização dificulta a pesquisa demográfica.

Segundo Lacerda (1985), o camponês puro, não subordinado ao capital, foi deixando de existir e foi substituído pelo "Produtor Simples de Mercadorias" e pelo "Capitalista". A produção não-especificamente capitalista baseada no primeiro, tem as seguintes características: grau variável de mercantilização; unidade familiar como núcleo de produção e consumo; produção voltada para a necessidade de sustentação da unidade familiar; Exemplos: Parceiro, Meeiro, Arrendatário, Posseiro e Produtor familiar tecnificado.

Já a empresa capitalista tem as seguintes características: inteiramente integrada ao mercado; pleno assalariamento da força de trabalho e plena expropriação dos seus meios de produção; produção

determinada pela taxa de lucro; antagonismo de classes entre detentores dos meios de produção e trabalhadores assalariados.

Com o avanço do processo de industrialização o setor agrícola vai perdendo, gradativamente, sua autonomia, e passa a se integrar ao complexo agroindustrial que passa a ditar a dinâmica econômica:

"Com o avanço da industrialização em uma economia capitalista, há uma contínua transformação dos vínculos que interligam o setor agrícola ao restante do sistema. Estreitam-se as suas relações com a indústria, com o comércio e com o capital financeiro, ocorrendo uma gradativa perda de sua autonomia. Estreitam-se, também, as relações com o Estado, que intensifica sua intervenção no sentido de regular o funcionamento e a rentabilidade do setor agrícola em face das necessidades conjunturais da economia" (Lacerda, 1985, p.51).

O avanço do complexo agroindustrial e a perda da autonomia do setor agrícola levam à uma alteração do processo de trabalho, com uma especialização na produção e no produto, uma maior mecanização e utilização de insumos modernos. Estas transformações estão intimamente associadas à persistência e transformação das unidades familiares de produção, com grandes efeitos demográficos.

Este processo de modernização do campo destrói a economia de subsistência de base familiar e modifica a estrutura da família, modificando o padrão demográfico. Neste sentido, para se entender a transição da fecundidade no meio rural não basta pesquisar os diferenciais de fecundidade entre camponeses, trabalhadores assalariados permanentes e eventuais (bóias frias), pois também a

produção familiar sofreu uma transformação estrutural com o processo de modernização conservadora do campo no Brasil.

Estas transformações fazem com que a fecundidade caia também nas áreas rurais e apresente uma tendência a reproduzir o mesmo processo verificado nas áreas urbanas.

7.12. À guisa de conclusão

As transformações estruturais e institucionais de longo prazo, revistas neste capítulo, estão por trás dos determinantes da transição da fecundidade brasileira. Pelo exposto, procuramos mostrar, em sintonia com o arcabouço teórico apresentado no capítulo quinto, que estas mudanças, ao nível da infraestrutura ou da superestrutura social, contribuem para a redução da demanda por filhos na medida em que provocam a reversão do fluxo intergeracional de riquezas e alterações nas relações de gênero.

O quadro demográfico e sócio-econômico do Brasil, apresentado aqui e no capítulo anterior, por si só, parece confirmar os nossos pressupostos teóricos. Entretanto, vamos considerar os diversos ítems resenhados como vetores que contribuíram para a queda da fecundidade, ou seja, como hipóteses sujeitas às seguintes relações:

URBANIZAÇÃO ----->	(-) FECUNDIDADE
INDUSTRIALIZAÇÃO ----->	(-) FECUNDIDADE
MONETARIZAÇÃO ----->	(-) FECUNDIDADE
MAIORES NÍVEIS EDUCACIONAIS ----->	(-) FECUNDIDADE
PARTICIPAÇÃO FEMININA NO M. DE TRABALHO ----->	(-) FECUNDIDADE
SANEAMENTO BÁSICO ----->	(-) FECUNDIDADE
AUMENTO DO CONSUMO DE BENS DURÁVEIS ----->	(-) FECUNDIDADE
TELECOMUNICAÇÕES E MÍDIA ----->	(-) FECUNDIDADE
AUMENTO DA COBERTURA PREVIDENCIÁRIA ----->	(-) FECUNDIDADE
AUMENTO DA COBERTURA DO SISTEMA DE SAÚDE ----->	(-) FECUNDIDADE
MAIOR RENDA ----->	(-) FECUNDIDADE
MODERNIZAÇÃO DO CAMPO ----->	(-) FECUNDIDADE

No próximo capítulo vamos testar estas hipóteses, utilizando uma série de técnicas estatísticas, tanto em relação à fecundidade acumulada (parturição), quanto à fecundidade corrente.

8. ANÁLISE DOS DADOS

8.1. Introdução

O objetivo deste capítulo é medir o efeito de uma série de variáveis sobre a fecundidade, variáveis estas que representam as hipóteses sugeridas no capítulo anterior e, por sua vez, afetam o fluxo intergeracional e as relações de gênero.

A análise empírica apresentada aqui requer, entretanto, duas importantes considerações iniciais: primeira, não se trata de medir o "fluxo intergeracional de riquezas", nem tampouco as "relações de gênero", pois isto seria impossível com a base de dados de que dispomos.

Segunda, trata-se de uma análise de diferenciais de fecundidade. Como visto no plano teórico, a análise de diferenciais, no processo de transição da fecundidade, não tem muito significado nem no começo - quando prevalecem altas taxas - nem no fim - quando prevalecem baixas taxas. No período de transição, entretanto, se supõe que os diferenciais são importantes, pois a adoção de um novo padrão reprodutivo, normalmente, não se dá de forma homogênea, sendo adotado primeiro por determinados grupos sociais. O nosso pressuposto é que os grupos sociais que sofreram primeiro e com mais intensidade as mudanças estruturais e institucionais ocorridas nas últimas décadas no Brasil apresentarão as menores taxas de fecundidade.

O ano de 1984 é um ponto importante no processo de transição da fecundidade no Brasil, pois todas as regiões já haviam iniciado o processo de declínio, razão pela qual escolhemos os dados da PNAD/84 como fonte básica de pesquisa.

8.2. Fonte de dados

Os dados utilizados no presente capítulo, provêm da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1984 (PNAD/84) do IBGE. Este tipo de pesquisa tem sido realizada desde 1968 e, ao longo de sua trajetória, as PNADs levantaram uma série de características sócio-econômicas da população, assim como um conjunto de informações imprescindíveis às estimativas e análises demográficas. Foi através das PNADs realizadas na segunda metade da década de 70 que pela primeira vez se comprovou o rápido declínio da fecundidade no país, posteriormente comprovado pelo censo de 1980.

O grande interesse despertado na comunidade científica pela transição da fecundidade no Brasil, gerou uma forte demanda por dados que esclarecesse este processo, durante a primeira metade dos anos 80. Em resposta a esta demanda, o IBGE incluiu na PNAD/84 um suplemento específico que veio confirmar a continuidade do declínio da fecundidade. Os dados desta pesquisa possibilitaram uma visão mais ampla das mudanças demográficas, e seus resultados se mostraram bastante coerentes com pesquisas desenvolvidas por instituições não governamentais (BENFAM, 1986) e com estudos baseados nas estatísticas vitais/registo civil (Fundação SEADE).

A PNAD/84 permite cruzar os dados referentes às características sócio-econômicas dos indivíduos com os dados demográficos fornecidos pelo Suplemento Fecundidade. O questionário deste suplemento investigou, além daqueles quesitos tradicionais que permitem a definição dos níveis de fecundidade, características mais específicas da procriação e nupcialidade e também alguns dos chamados fatores intervenientes na reprodução.

Wong (1988) fez uma avaliação das informações sobre a fecundidade da PNAD/84 buscando aquilatar a qualidade dos dados em relação à parturição e à fecundidade corrente. A avaliação sobre parturição teve por finalidade fazer um acompanhamento aproximado do aumento do número médio de filhos em algumas coortes de mulheres em dois momentos no tempo. Segundo a autora, a avaliação dos dados sobre parturição atestam a qualidade das informações da PNAD e são compatíveis com as tendências apontadas em outras pesquisas.

Quanto à informação sobre os filhos nascidos vivos, a autora compara as informações da PNAD/84 com as informações do Registro Civil relativas ao Estado de São Paulo e à Grande São Paulo, locais onde a cobertura dos eventos é ampla e a qualidade é confiável. Ela considera que a PNAD/84 conseguiu captar os dados sobre fecundidade corrente com suficiente aproximação. Em relação às taxas por idade, ela ressalta que para o grupo etário 20-29 anos - onde praticamente se define o nível de fecundidade - a variação está em torno de 5% apenas.

A qualidade dos dados da PNAD/84 é comprovada, também, por uma série de importantes trabalhos que utilizaram seus dados como fonte de informações: Goldani, 1989; McCraaken, 1990; Lam et al., 1992.

8.3. Variáveis estudadas

A análise desenvolvida neste capítulo contempla a relação entre a fecundidade e uma série de variáveis explicativas (covariáveis) que refletem as mudanças estruturais-institucionais ocorridas no Brasil a partir dos anos 60.

Para a análise da fecundidade corrente utilizamos a variável dicotômica NASULT24 - filhos tidos nos últimos 24 meses. Para a análise da fecundidade acumulada - parturição - utilizamos a variável contínua número médio de filhos tidos - CEB.

As covariáveis - 22 ao todo - foram selecionadas a partir de uma análise univariada com cerca de 50 variáveis da PNAD/84, e são aquelas que satisfaziam os pre-requisitos teóricos e se mostraram significativas pelo teste quiquadrado, tal como sugerido por Becker et al. (1993). Os cinco indicadores foram construídos a partir das covariáveis relacionadas a seguir, visando agrupar características comuns e facilitar, principalmente, a análise multivariada⁵³.

⁵³ O apêndice I apresenta as tabelas de contingência e os testes quiquadrados para as 22 covariáveis segundo a variável resposta NASULT24.

VARIÁVEIS E CATEGORIAS UTILIZADAS

I. COVARIÁVEIS OU VARIÁVEIS EXPLICATIVAS (INDEPENDENTES)

LOCAL DO DOMICÍLIO

A - **REGIÃO**: região do país

1. NO-NE - regiões Norte e Nordeste
2. BR-SUL - demais regiões do Brasil

B - **URB**: situação do domicílio

1. RURAL
2. URBANO

VARIÁVEIS DO DOMICÍLIO

C - **DPISO**: tipo de piso do domicílio

1. OUTROS - outros tipos de piso
2. MADEIR - madeira aparelhada

D - **DCOBERT**: tipo de cobertura do domicílio

1. OUTROS - outros tipos de cobertura do domicílio
2. LAJE - cobertura com laje de concreto

E - **DILUMIEL**: iluminação elétrica

1. NÃO - não tem iluminação elétrica
2. SIM - tem iluminação elétrica

F - **DABAGUA**: abastecimento de água

1. OUTROS - outros tipos de abastecimento de água
2. REDE CCI - rede geral com canalização interna

G - **DESGOTAM**: esgotamento sanitário

1. OUTROS - outros tipos de esgotamento sanitário
2. REDE - rede geral

CARACTERÍSTICAS DA MULHER

H - **IDADFEM**: idade da mulher por grupos etários

I - **IDADCAS**: idade da mulher ao casar

J - **COR**: cor da mulher

1. PTO-PDO - cores preta + parda

2. BRAN-AM - cores branca + amarela

L - **ESTCONJ**: estado conjugal da mulher

1. CASCIVIL: mulheres casadas no civil e civil-religioso

2. UNICONS: mulheres em união consensual e só religioso

EDUCAÇÃO

M - **EDUCFEM**: anos de estudo da mulher

1. - 1 - menos de um ano de estudo (analfabeta)

2. 1-4 - de um a quatro anos de estudo (primário)

3. 5-8 - de cinco a oito anos de estudo (primeiro grau)

4. 9-11 - de nove a onze anos de estudo (secundário)

5. 12-+ - doze ou mais anos de estudo (universitário)

PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

N - **ATIVIDAD**: participação da mulher no mercado de trabalho

1. NÃO PEA - afazeres domésticos, estudantes e outras

2. SIM - participa da população economicamente ativa-PEA O

- **CTPSFEM**: mulher com carteira trabalho assinada (CTPS)

1. NAO - não tem carteira de trabalho assinada

2. TEM - tem carteira de trabalho assinada

P - **POSOCUP**: posição da mulher na ocupação

1. NAO REM - fora da PEA ou trabalhando sem remuneração

2. CTA PROP - mulheres trabalhando por conta própria

3. EMPREG - mulheres empregadas + empregadoras

Q - HORASFEM: horas trabalhadas durante a semana

1. ZERO - zero hora trabalhada

2. 1-39 - de uma a trinta e nove horas trabalhadas

3. 40-+ - quarenta horas trabalhadas ou mais

PREVIDÊNCIA

R - PREVFEEM: mulher contribui para a previdência social

1. NAO - não contribui para a previdência social

2. SIM - contribui para a previdência social

RENDIMENTOS

S- RENDAFEM: renda mensal da mulher em salários mínimos

1. - 1 - menos de um salário mínimo

2. 1-2 - de um a dois salários mínimos

3. 2-3 - de dois a três salários mínimos

4. 3-5 - de três a cinco salários mínimos

5. 5-10 - de cinco a dez salários mínimos

6. 10-+ - dez salários mínimos ou mais

VARIÁVEIS DO CÔNJUGE

T - RENDAMAR: renda mensal do marido em salários mínimos

U - PREVMAR: se o marido contribui para previdência social

V - EDUCMAR: anos de estudo do marido

VARIÁVEL DO CASAL

X - RENDACAS: renda mensal do casal em salários mínimos

II. VARIÁVEIS RESPOSTAS (DEPENDENTES)

1. CEB - número médio de filhos tidos (contínua)

2. NASULT24 - nascidos nos últimos 24 meses (dicotômica)

III. INDICADORES

- **INFRADOM:** infra-estrutura do domicílio

variáveis: DPISO e DCOBERT

1. NENHUM - inclui os itens n° 1 das variáveis
2. SO UM - inclui um item n° 2 das variáveis
3. OS DOIS - inclui dois itens n° 2 das variáveis

- **SANEAMTO:** acesso ao saneamento básico (DABAGUA e DESGOTAM)

1. NENHUM - inclui os itens n° 1 das variáveis
2. SO UM - inclui um item n° 1 e um n° 2 das variáveis
3. OS DOIS - inclui os dois itens n° 2 das variáveis

- **PREVDCIA:** contribuição à previdência (PREVFEM e PREVMAR)

1. NENHUM - inclui os itens n° 1 das variáveis
2. SO UM - inclui um item n° 1 e um n° 2 das variáveis
3. OS DOIS - inclui os dois itens n° 2 das variáveis

- **PFPT:** participação feminina no mercado de trabalho

variáveis: ATIVIDAD, CTPSFEM, POSOCUP e HORASFEM

1. NAO PEA - mulheres fora da PEA (item 1 da 1ª variável)
 2. CTA PROP - conta própria e sem remun. (itens 2, 2 e 1)
 3. SEMCTPS - empregadas sem carteira (itens 2, 1 e 3)
 4. COMCTPS - empregadas com carteira (itens 2, 2 e 3)
- * obs. trabalhando acima de 40 horas, item 3 de HORASFEM

- **REGIONAL:** região do país e urbanização (REGIÃO e URB)

1. NERUR - Nordeste rural (itens 1 e 1)
2. NONEURB - Norte e Nordeste urbano (itens 1 e 2)
3. BRSULRUR - Brasil Sul rural (itens 2 e 1)
4. BRSULURB - Brasil Sul urbano (itens 2 e 2)

8.4. Relação entre as variáveis e as hipóteses teóricas

No capítulo sétimo apresentamos, tendo como base as abordagens teóricas revistas anteriormente, uma série de mudanças estruturais e institucionais ocorridas nas últimas décadas - mas aprofundadas a partir de meados dos anos 60 - e que, por pressuposto, tiveram algum efeito sobre as taxas de fecundidade no Brasil. Estas mudanças teriam funcionado como vetores estruturais e institucionais que contribuíram para a adoção de um número menor de filhos. A discussão crítica dessas abordagens, desenvolvida ao longo dos capítulos precedentes, permite resumir as seguintes hipóteses:

Educação: quanto mais alto o nível educacional do casal menores deverão ser as taxas de fecundidade encontradas. Este tipo de afirmação é compartilhado pelas diferentes abordagens teóricas, mesmo que existam divergências quanto à forma em que se dá este processo. Espera-se, entretanto, que o efeito de níveis mais elevados de educação da mulher sobre o comportamento reprodutivo seja maior do que a do marido;

Urbanização: espera-se menor fecundidade no meio urbano, em contraposição ao meio rural, na medida que exista maior grau de desenvolvimento sócio-econômico, de monetarização e predominância das relações de mercado, de assalariamento e de consumo;

Região: pelos mesmos motivos acima espera-se menor fecundidade nas regiões do Centro-Sul do país - BR-SUL - em relação às regiões Norte e Nordeste - NO-NE. Neste sentido, esta variável pode ser considerada como proxy de industrialização e do grau de monetarização da economia;

Iluminação elétrica: utilizamos esta variável como proxy do padrão de consumo de bens duráveis - eletrodomésticos - e mídia - televisão - e esperamos um efeito negativo sobre a fecundidade. Este procedimento já utilizado por outros autores (Rios-Neto, 1987) justifica-se na medida em que não podemos contar com variáveis mais adequadas;

Renda: a hipótese utilizada aqui é que níveis mais elevados de renda levam a uma menor fecundidade, quer seja porque os casais mais ricos tendem a investir mais na qualidade de seus filhos, quer seja porque eles tem acesso a mais informações e aos meios de regulação da fecundidade ou porque eles dependem menos dos benefícios dos filhos diante de situações de dificuldade econômica;

Estado conjugal: espera-se uma menor fecundidade entre as mulheres casadas no civil do que entre as mulheres em união consensual ou só casadas no religioso. Isto porque a mulher casada no civil possui uma série de direitos legais que fazem com que ela seja menos dependente de uma alta fecundidade;

Infraestrutura do domicílio: este é um indicador de riqueza similar à variável renda. Ou seja, maior infraestrutura do domicílio - representada pelas condições de piso e cobertura - está associada a uma menor fecundidade.

Saneamento básico: o acesso a água e a rede de esgoto sanitário contribue para a redução da fecundidade, em primeiro lugar, através da queda da mortalidade infantil e, em segundo lugar, facilitando o trabalho feminino do dia-a-dia. A mulher que pode contar com canalização interna de água fica mais liberada para outras atividades produtivas;

Previdência e saúde: a contribuição à previdência está relacionada com menor fecundidade via diminuição dos benefícios dos filhos, pois, a cobertura previdenciária desloca do âmbito familiar e comunitário para o âmbito estatal e público a responsabilidade por proporcionar os meios de se enfrentar os riscos de um desastre econômico, problemas de saúde ou uma repentina viuvez. A contribuição à previdência social no Brasil passou a ser, também, condição para o acesso aos serviços do sistema de saúde, que se constitui em mecanismo para a obtenção de meios para a regulação da fecundidade.

Participação da mulher no mercado de trabalho: o assalariamento ou a simples participação em atividades extradomésticas é amplamente reconhecido como um fator que reduz a

fecundidade. Além de levarmos em conta este efeito, estamos considerando que não basta participar do mercado de trabalho, pois a demanda por filhos será tanto menor quanto maior for o grau de formalização do emprego da mulher.

Modernização do campo: o avanço do complexo agroindustrial, representado pelo estreitamento dos laços da produção agrícola com a indústria, o comércio e o capital financeiro, leva a uma alteração no processo de trabalho e a destruição da economia de subsistência de base familiar. Espera-se, pois, que este processo de avanço do capitalismo no campo leve a uma redução da demanda por filhos e reduza, com o tempo, os diferenciais de fecundidade rural-urbano.

Observação: a variável idade da mulher - IDADFEM - é utilizada como uma variável demográfica de controle e possui uma relação direta com a parturição; a variável idade ao casar - IDADCAS - também é utilizada como uma variável demográfica de controle, mas possui uma relação inversa com a parturição; a variável cor da mulher - COR - não está, necessariamente, relacionada com as hipóteses anteriores, mas será utilizada como ilustração e elemento para futuras análises.

O quadro 1 apresenta um resumo do que representam as variáveis e indicadores acima relacionados. O quadro dois mostra o efeito destes determinantes sobre as relações de gênero e o fluxo intergeracional.

QUADRO 1

VARIÁVEIS UTILIZADAS COMO PROXY DOS DETERMINANTES DA FECUNDIDADE

VARIÁVEIS		PROXY DE
EDUCFEM	EDUCMAR	EDUCAÇÃO
URB		URBANIZAÇÃO
REGIÃO		INDUSTRIALIZAÇÃO MODERNIZAÇÃO DO CAMPO MONETARIZAÇÃO
DILUMIEL		CONSUMO DE BENS DURÁVEIS TELECOMUNICAÇÕES E MÍDIA
RENDACAS	RENDAFEM RENDAMAR	PODER AQUISITIVO (FLUXO)
ESTCONJ		DIREITOS LEGAIS DA MULHER CASADA
INFRADOM	DPISO DCOBERT	INDICADOR DE RIQUEZA (ESTOQUE)
SANEAMTO	DABAGUA DESGOTAM	SANEAMENTO BÁSICO
PREVDCIA	PREVFEM PREVMAR	AUMENTO DA COBERTURA PREVIDECIÁRIA AUMENTO DA COB. DO SISTEMA DE SAÚDE
PFFT	POSOCUP ATIVIDAD CTPSFEM HORASFEM	PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO E GRAU DE FORMALIZAÇÃO DO EMPREGO

QUADRO 2

RESUMO ESQUEMÁTICO DO EFEITO DOS DETERMINANTES DA FECUNDIDADE SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O FLUXO INTERGERACIONAL

Variáveis/ Indicadores	Relações de Gênero	Fluxo Intergeracional
EDUCAÇÃO EDUCFEM EDUCMAR	A maior educação feminina contribui para maior autonomia da mulher, independente da diferença entre os anos de estudo esposa-marido. A própria educação do marido, secular e ocidentalizada, ajuda na mudança das relações de gênero. Maior educação do casal contribui para a nuclearização da família e um partilhamento mais igualitário entre os cônjuges.	Aumenta o custo dos filhos Aumenta os custos de oportunidade Reduz os benefícios dos filhos
REGIONAL REGIAO URB	As zonas urbanas e as regiões sul do Brasil (BRSUL) são aquelas que foram mais influenciadas pelas mudanças estruturais e institucionais e que se mostram mais sensíveis às mudanças nas relações de gênero	Aumento dos custos e redução dos benefícios dos filhos
DILUMIEL	Como proxy de bens de consumo, a iluminação elétrica facilita o trabalho doméstico da mulher, liberando-a para outras atividades. Como proxy de televisão, significa que a mulher está ligada ao mundo moderno e a novas fontes de informação e a novos valores que reiteram a separação entre atividade sexual e reprodutiva, e difundem o ideal de família pequena	Aumenta o custo dos filhos Contribui para o processo de nuclearização da família
RENDACAS RENDFEM RENDMAR	Maior renda significa maior independência e segurança para o casal. Mesmo que existam diferenças de rendimento entre os cônjuges, os direitos legais permitem que a mulher seja amparada pelo marido e tenha acesso à propriedade acumulada do casal em caso de separação	Aumento dos custos e redução dos benefícios dos filhos

QUADRO 2

RESUMO ESQUEMÁTICO DO EFEITO DOS DETERMINANTES DA FECUNDIDADE
SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O FLUXO INTERGERACIONAL

(continuação)

Variáveis/ indicadores	Relações de Gênero	Fluxo Intergeracional
ESTCONJ	A mulher casada no civil tem direitos legais que lhe dão acesso a uma série de benefícios obtidos pelo marido	O casamento no civil reduz o benefício dos filhos
INFRADOM DPISO DCOBERT	Quanto pior a condição de habitação no domicílio, mais a mulher fica presa às tarefas domésticas e ao "mundo privado". Como indicador de riqueza significa que a mulher depende menos dos filhos	Aumenta os custos dos filhos
SANEAMTO DABAGUA DESGOTM	A falta de água, dentro de casa, para beber, lavar, cozinhar e higiene pessoal significa uma sobrecarga de trabalho para a mulher. A falta de água e esgoto significa, também, maior mortalidade infantil. A ausência de saneamento básico tem o efeito de prender a mulher ao mundo doméstico, reduzindo sua autonomia	Aumenta os custos dos filhos
PREVDCIA PREVFEM PREVMAR	A cobertura previdenciária dá à mulher apoio durante seu ciclo de vida e, principalmente, segurança na velhice, contribuindo para maior autonomia feminina	Reduz o benefício dos filhos
PFFT ATVIDAD POSOCUP CTPSFEM HORAFEM	As atividades de produção tendem a ter mais poder e prestígio do que as atividades de reprodução. O acesso da mulher às atividades produtivas contribui para maior poder e autonomia, que crescem com o maior grau de formalização no mercado de trabalho	Aumenta os custos de oportunidade Reduz os benefícios dos filhos

8.5. Análise univariada

A análise desenvolvida nesta seção tem por finalidade uma exploração inicial dos dados visando avaliar sua compatibilidade com as hipóteses anteriores e servir de base para uma posterior análise multivariada.

A tabela 28 apresenta uma visão sumária dos dados que estamos trabalhando. De um total de cerca de 140 mil mulheres entrevistadas pela PNAD/84, 79.188 são mulheres casadas⁵⁴ entre 15 e 54 anos, e 73.308 são mulheres casadas entre 15 e 49 anos. As estatísticas deste capítulo se referem a este último grupo de mulheres.

As duas primeiras colunas da tabela 28 se referem à frequência absoluta e relativa de cada covariável, as duas colunas do meio se referem à variável CEB - número de filhos tidos (parturição) - e as duas colunas finais se referem à variável NASULT24 - filhos tidos nos últimos 24 meses (fecundidade corrente). Por exemplo, para a covariável REGIÃO: 35,3% são mulheres das regiões Norte e Nordeste (NO-NE), que tiveram uma média simples⁵⁵ de 3,89 filhos e, do total de mulheres casadas, 35,9% tiveram filhos nos últimos 24 meses.

⁵⁴ A PNAD apresenta quatro categorias para as mulheres casadas: casadas no civil, civil e religioso, só religioso e união consensual.

⁵⁵ Não confundir com a taxa de fecundidade total (TFT).

TABELA 28
FREQUÊNCIAS E CARACTERÍSTICAS DAS VARIÁVEIS RESPOSTAS
SEGUNDO TODAS AS COVARIÁVEIS

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	FREQ	%	CEB		NASULT24	
			MEDIA	DES. PAD.	SIM	%
TOTAL 15-54	79188	100,0	3,42	2,90	22060	27,9
15-49	73308	100,0	3,24	2,73	22022	30,0
REGIÃO						
NO-NE	25854	35,3	3,89	3,17	9284	35,9
BR-SUL	47454	64,7	2,89	2,38	12738	26,8
URB						
RURAL	15717	21,4	4,12	3,25	5927	37,7
URBANO	57591	78,6	3,00	2,51	16095	27,9
DPISO						
OUTROS	45601	62,2	3,58	2,94	14857	32,6
MADEIR	27707	37,8	2,69	2,22	7165	25,9
DCOBERT						
OUTROS	61913	84,5	3,39	2,81	19163	31,0
LAJE	11395	15,5	2,48	2,07	2859	25,1
DILUMIEL						
NÃO	13885	18,9	4,29	3,34	5530	39,8
TEM	59423	81,1	3,00	2,50	16492	27,8
DABAGUA						
OUTROS	31146	42,5	3,89	3,11	11102	35,6
REDE CCI	42162	57,5	2,76	2,29	10920	25,9
DESGOTAM						
OUTROS	54212	74,0	3,51	2,89	17411	32,1
REDE	19096	26,0	2,49	2,00	4611	24,1
COR						
PTO-PDO	33125	45,2	3,76	3,02	11199	33,8
BRAN-AM	40183	54,8	2,82	2,37	10823	26,9
ESTCONJ						
CASCIVIL	57247	78,1	3,21	2,64	16179	28,3
UNICONS	16061	21,9	3,38	3,00	5843	36,4
EDUCFEM						
- 1	13047	17,8	5,04	3,48	4169	31,9
1-4	30504	41,6	3,54	2,67	8950	29,3
5-8	16081	21,9	2,44	1,93	4916	30,6
9-11	9306	12,7	1,87	1,44	2745	29,5
12-+	4370	6,0	1,72	1,24	1242	28,4
ATIVIDAD						
NÃO PEA	47725	65,1	3,31	2,72	16060	33,7
SIM	25583	34,9	3,13	2,74	5962	23,3
POSOCUP						
NAO REM	51409	70,1	3,33	2,75	17075	33,2
CTA PROP	6582	9,0	3,88	2,93	1470	22,3
EMPREG	15317	20,9	2,67	2,44	3477	22,7
(empregada)	(14925)	(20,4)	(2,68)	(2,46)	(3405)	(22,8)
(empregadora)	(392)	(0,5)	(2,29)	(1,58)	(72)	(18,4)

(continuação da tabela 28)

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	FREQ	%	CEB		NASULT24	
			MEDIA	DES. PAD.	SIM	%
HORASFEM						
ZERO	48424	66,1	3,29	2,72	16273	33,6
1-39	10928	14,9	3,42	2,82	2826	25,9
40+	13956	19,0	2,93	2,66	2923	20,9
CTPSFEM						
NAO	64663	88,2	3,37	2,76	20037	31,0
TEM	8645	11,8	2,32	2,25	1985	23,0
PREVFEM						
NAO	61287	83,6	3,41	2,79	19390	31,6
SIM	12021	16,4	2,39	2,15	2632	21,9
RENDAFEM						
- 1	59623	81,3	3,41	2,81	19170	32,2
1-2	5883	8,0	3,03	2,58	1207	20,5
2-3	2660	3,6	2,35	2,07	524	19,7
3-5	2372	3,2	2,07	1,69	498	21,0
5-10	1908	2,6	1,89	1,47	443	23,2
10+	862	1,2	1,87	1,28	180	20,9
RENDAMAR						
- 1	12204	16,6	3,82	3,22	4481	36,7
1-2	19022	25,9	3,65	3,02	6732	35,4
2-3	12149	16,6	3,28	2,70	3670	30,2
3-5	12537	17,1	3,00	2,46	3296	26,3
5-10	10241	14,0	2,67	2,11	2372	23,2
10+	7155	9,8	2,37	1,61	1471	20,6
EDUCMAR						
- 1	14096	19,2	4,84	3,45	4753	33,7
1-4	29897	40,9	3,51	2,69	8710	29,1
5-8	15190	20,7	2,47	2,00	4615	30,3
9-11	8311	11,3	1,93	1,50	2475	29,8
12+	5814	7,9	1,91	1,33	1469	25,3
RENDACAS						
- 1	9850	13,4	3,80	3,20	3912	39,7
1-2	17436	23,8	3,76	3,09	6429	36,9
2-3	12197	16,6	3,43	2,78	3763	30,9
3-5	13413	18,3	3,12	2,55	3477	25,9
5-10	11569	15,8	2,69	2,14	2591	22,4
10+	8843	12,1	2,27	1,59	1850	20,9
IDADFEM						
15-19	3448	4,7	0,82	0,85	1771	51,4
20-24	11534	15,7	1,56	1,21	6243	54,1
25-29	14925	20,4	2,32	1,62	6271	42,0
30-34	14352	19,6	3,18	2,05	4369	30,4
35-39	11884	16,2	4,07	2,71	2225	19,0
40-44	9525	13,0	4,89	3,25	925	9,7
45-49	7640	10,4	5,49	3,64	188	2,5

(Continuação da tabela 28)

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	FREQ	%	CEB		NASULT24	
			MEDIA	DES. PAD.	SIM	%
PREVMAR						
NAO	30629	41,8	3,92	3,14	10054	32,8
SIM	42679	58,2	2,76	2,26	11968	28,0
IDADCAS						
15-19	32295	46,8	3,69	2,92	10357	47,2
20-24	25715	37,2	2,93	2,41	7336	39,9
25-29	8125	11,8	2,32	1,98	2267	38,7
30-34	2119	3,1	1,80	1,75	489	30,0
35-39	603	,9	1,32	1,78	94	18,5
40-44	163	,2	,99	2,04	24	17,3
45-49	32	,0	,38	,87	1	3,2
INDICADORES						
INFRADOM						
NENHUM	40915	55,8	3,66	2,99	13571	49,6
SO UM	25684	35,0	2,86	2,32	6878	36,6
OS DOIS	6709	9,2	2,18	1,80	1573	30,6
SANEAMTO						
NENHUM	30882	42,1	3,90	3,11	11017	35,7
SO UM	23594	32,2	2,99	2,48	6479	27,5
OS DOIS	18832	25,7	2,48	1,99	4526	24,0
PREVDCIA						
NENHUM	27745	37,8	4,01	3,18	9442	34,0
SO UM	36426	49,7	2,93	2,35	10560	29,0
OS DOIS	9137	12,5	2,17	1,92	2020	22,1
PFFT						
NAO PEA	47725	65,1	3,31	2,72	16060	33,7
CTA PROP	10266	14,0	3,81	2,99	2485	24,2
(1-39 horas)	(5745)	(7,8)	(4,00)	(3,07)	(1515)	(26,4)
(40-+ horas)	(3822)	(5,2)	(3,80)	(2,92)	(757)	(19,8)
SEMCTPS	6676	9,1	3,11	2,60	1493	22,4
(1-39 horas)	(2945)	(4,0)	(2,98)	(2,41)	(712)	(24,2)
(40-+ horas)	(3731)	(5,1)	(3,21)	(2,74)	(781)	(20,9)
COMCTPS	8641	11,8	2,32	2,25	1984	23,0
(1-39 horas)	(2238)	(3,1)	(2,52)	(2,26)	(599)	(26,8)
(40-+ horas)	(6403)	(8,7)	(2,26)	(2,25)	(1385)	(21,6)
REGIONAL						
NERUR	7033	9,6	4,71	3,55	3152	44,8
NONEURB	18821	25,7	3,58	2,96	6132	32,6
BRULRUR	8684	11,8	3,64	2,90	2775	32,0
BRULURB	38770	52,9	2,73	2,21	9963	25,7

Fonte: PNAD/84

* a última coluna representa a percentagem de mulheres, em cada categoria, que tiveram filhos nos 24 meses anteriores à pesquisa.

Todas as covariáveis confirmam as hipóteses anteriores. Por exemplo, maior educação, maior renda, acesso à previdência e saúde, ao saneamento básico e outros serviços estão relacionados com menor parturição e menor fecundidade corrente.

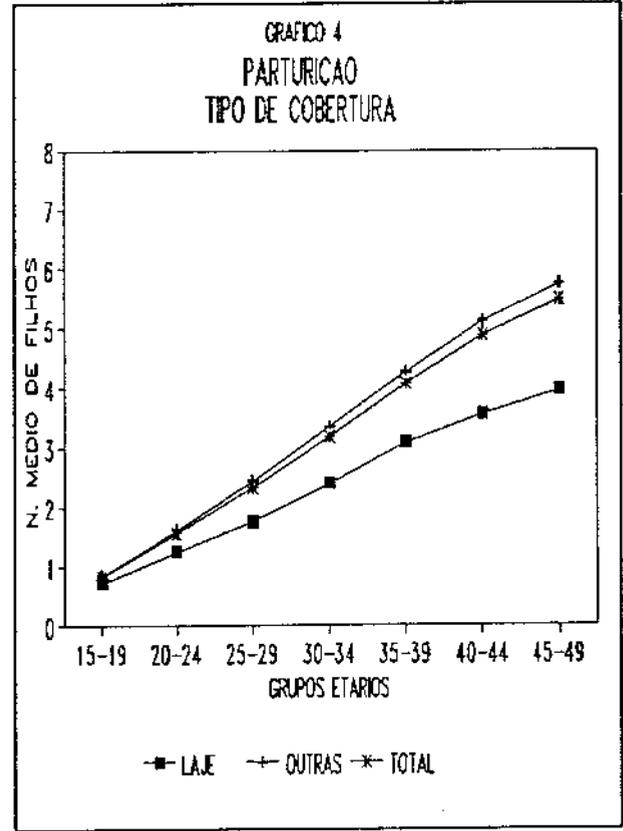
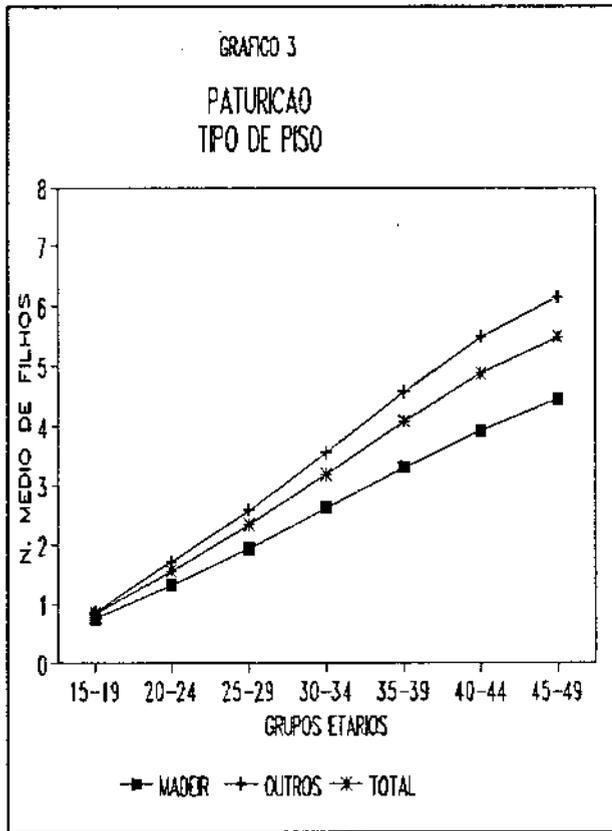
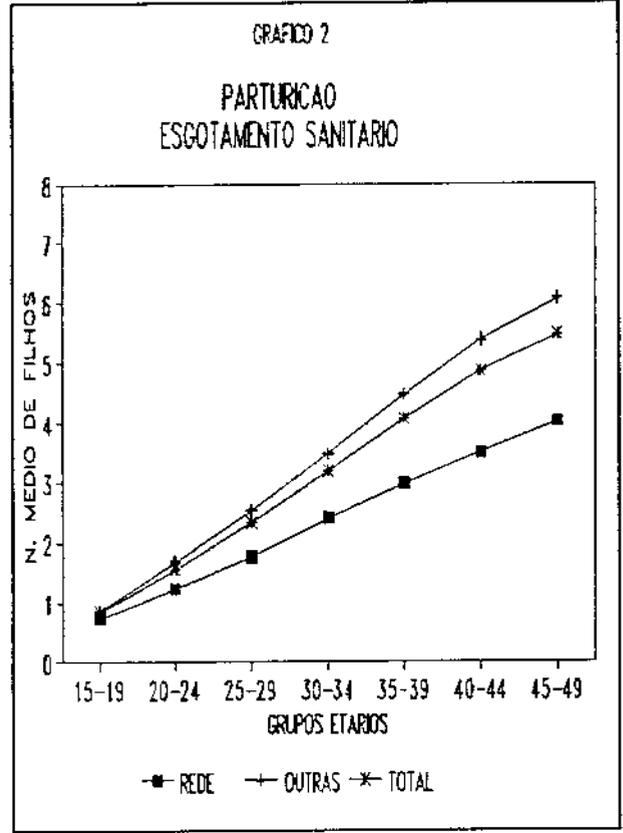
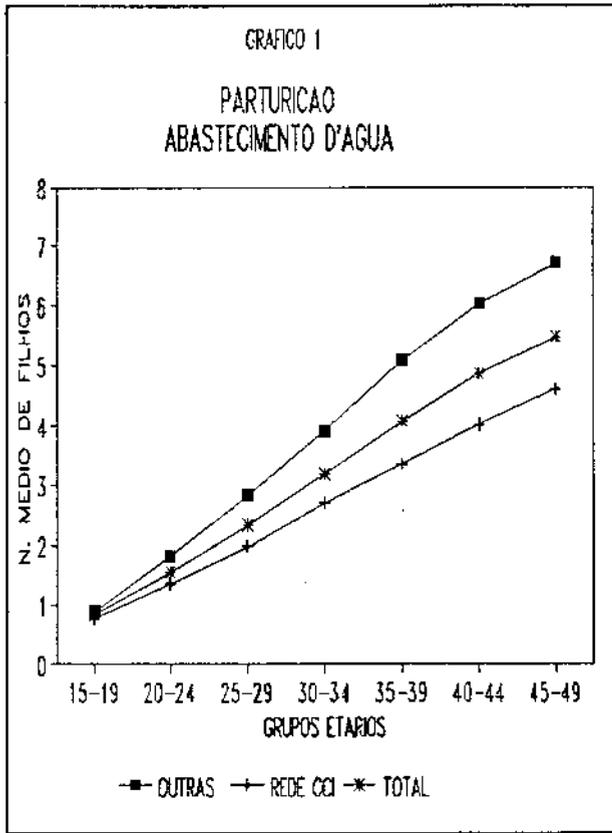
A única exceção está em uma das categorias da covariável POSOCUP, pois as mulheres que trabalham por conta própria - CTA PROP - apresentam uma parturição maior que as mulheres não remuneradas - NÃO REM - que em sua grande maioria são mulheres fora da PEA. Este resultado não era esperado e será melhor analisado mais a frente. Cabe realçar, entretanto, que este dado se refere apenas à parturição, pois para a variável NASULT24 a tabela 28 mostra que 24,2% das mulheres classificadas como CTAPROP tiveram filhos nos últimos 24 meses anteriores à pesquisa, contra 33,7% das mulheres fora da PEA, ou seja, apresentaram menor fecundidade corrente.

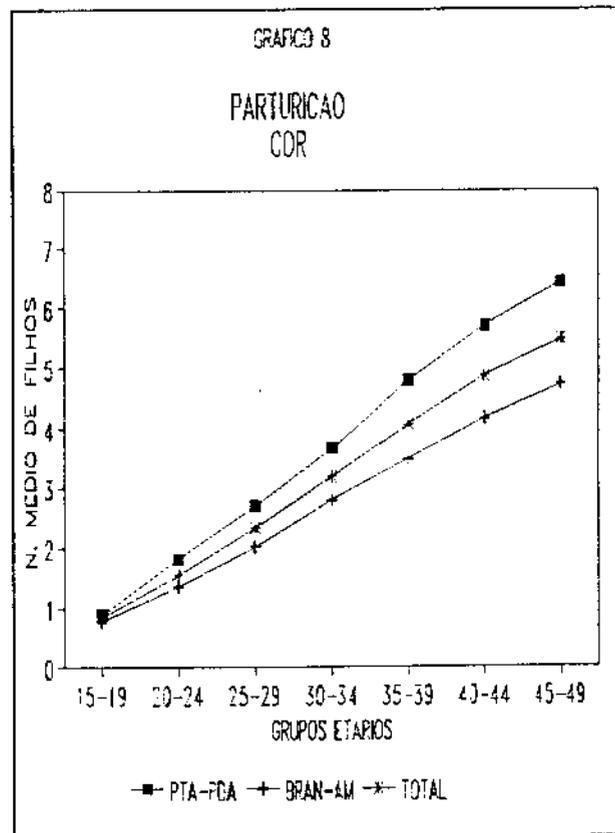
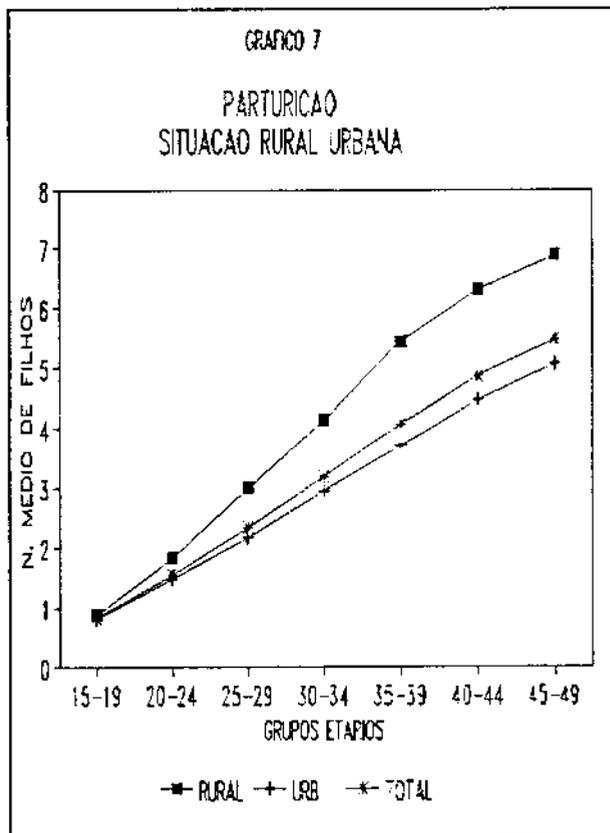
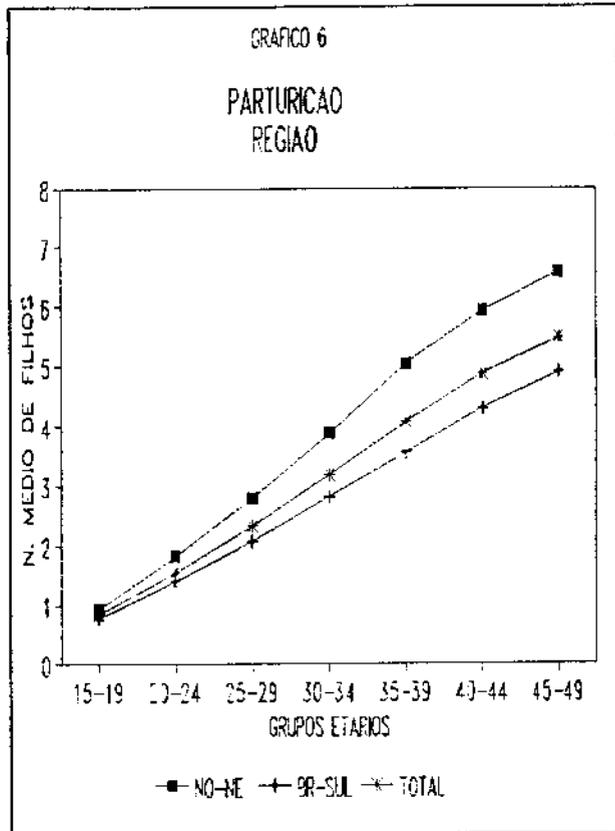
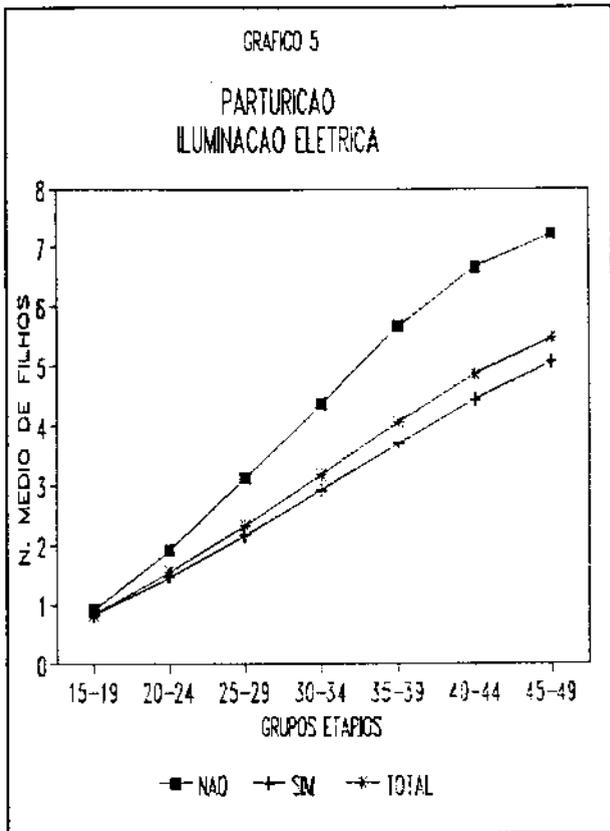
Os 25 gráficos a seguir mostram com maior clareza a relação entre as covariáveis e a parturição, representada pela variável resposta CEB - número médio de filhos tidos - por grupos etários. Por exemplo, no gráfico 1, variável DABAGUA, para o total de mulheres (73.308 casos) o número de filhos passa de 0,83 entre aquelas do grupo etário 15-19 anos para 5,49 filhos entre aquelas do grupo etário 45-49 anos. Para a categoria REDE CCI, mulheres que moram em domicílios com acesso a rede geral de água com canalização interna (um total de 42.162 casos segundo a tabela 28), o número médio de filhos é de 0,77 para o grupo etário 15-19 anos e de 4,62

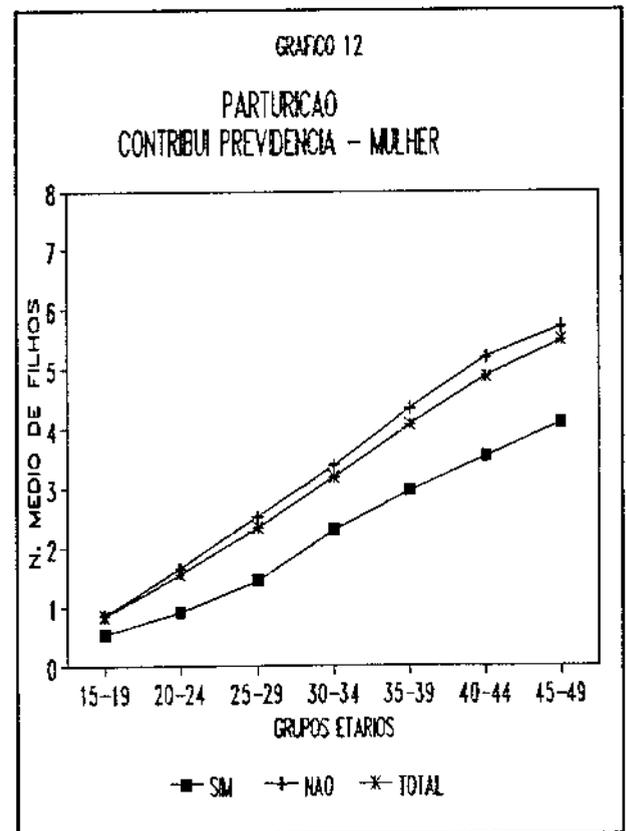
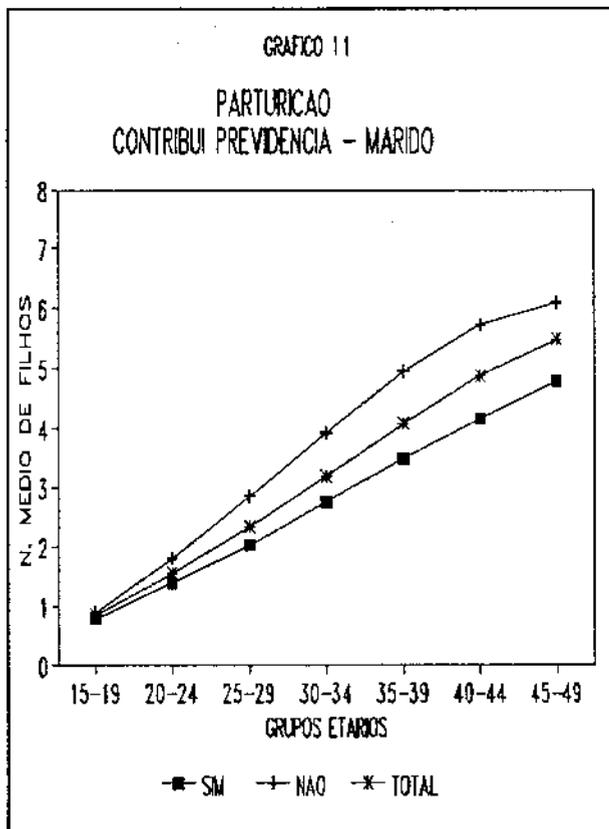
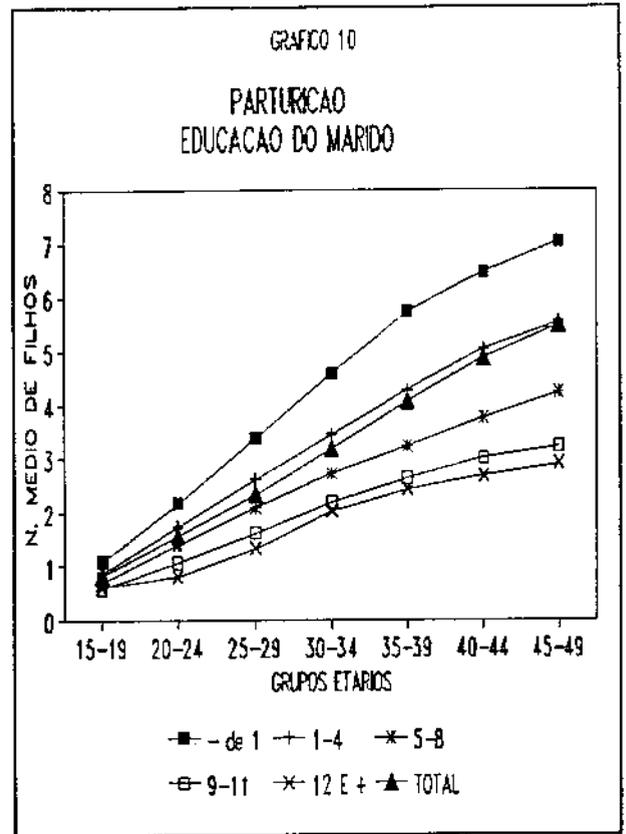
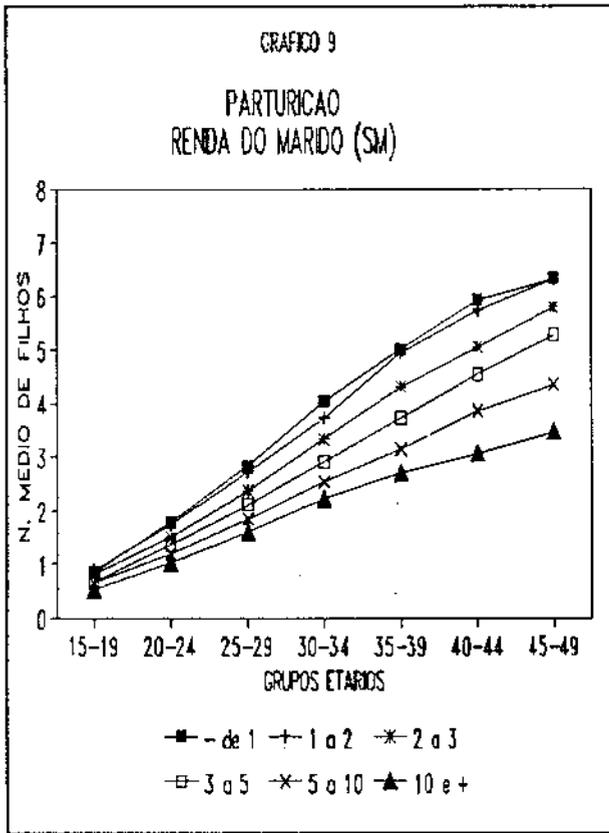
filhos para o grupo etário 45-49 anos. Para as 31.146 mulheres restantes, categoria OUTROS, o número médio de filhos é de 0,87 no grupo etário 15-19 anos e de 6,72 no grupo etário 45-49 anos. Nota-se, claramente, que o acesso à água encanada dentro de casa está relacionado com menor parturição.

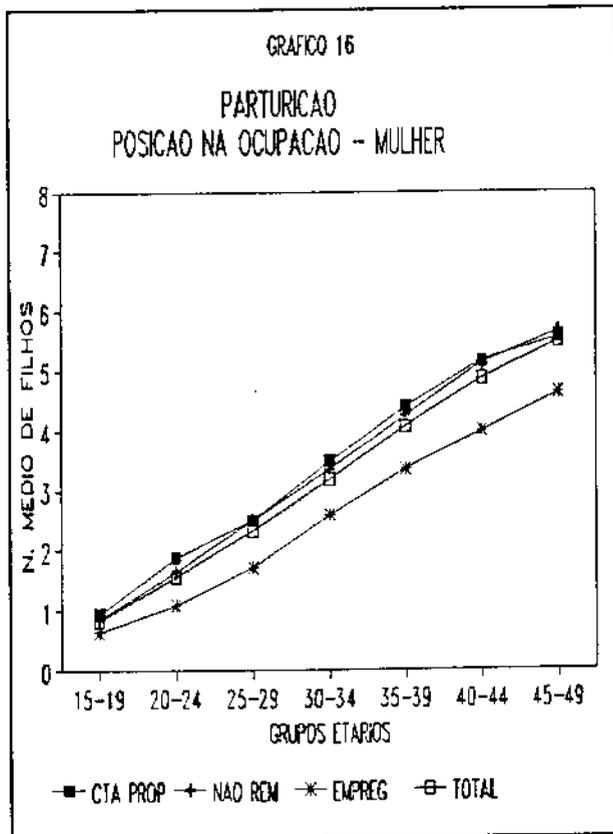
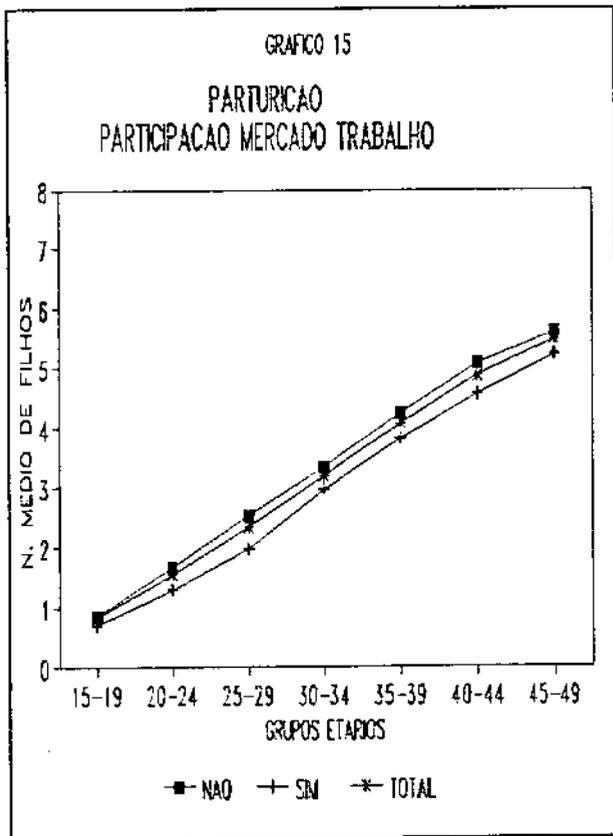
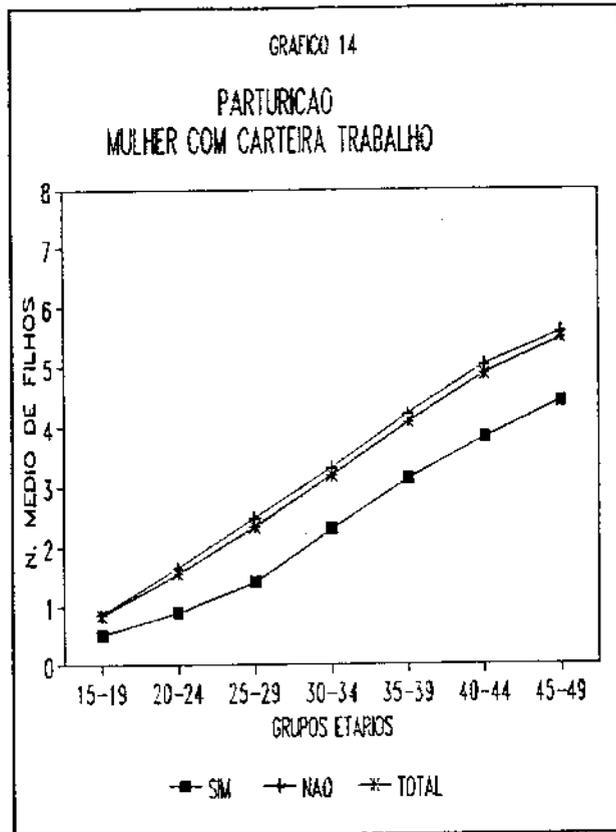
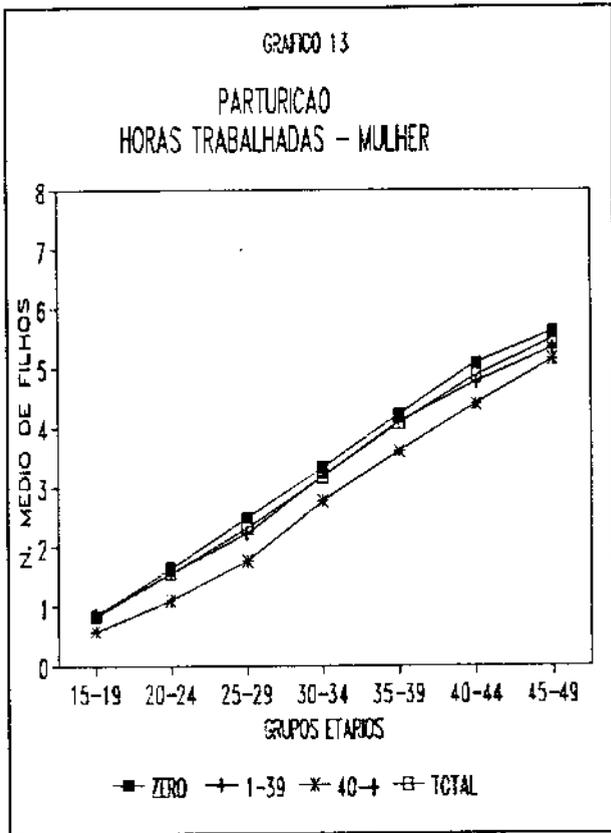
De modo geral todos os gráficos confirmam as hipóteses anteriores, reforçando os dados apresentados na tabela 28. A comparação entre os gráficos mostra, também, que o efeito dos determinantes da fecundidade é maior quando medido através da esposa. Por exemplo, os gráficos 9, 10 e 11 mostram como varia a parturição segundo a renda, a educação e a contribuição à previdência do marido. Os gráficos 17, 18 e 12 mostram que estas mesmas variáveis têm um efeito maior sobre a parturição quando medidas através das esposas. Isto reforça o argumento desenvolvido ao longo desta tese de que o efeito dos determinantes da fecundidade é diferenciado por gênero.

Quanto à confirmação das hipóteses apresentadas na seção anterior, a única exceção está no gráfico 16, covariável POSOCUP, onde a categoria conta própria - CTA PROP - apresenta uma parturição ligeiramente superior à categoria não remunerada - NAO REM. A categoria EMPREG, mulheres empregadas, entretanto, confirma a hipótese de que a mulher que participa do mercado de trabalho tem menor fecundidade. O gráfico 25, que apresenta o indicador de participação no mercado de trabalho, possibilita melhor visualização desta questão.









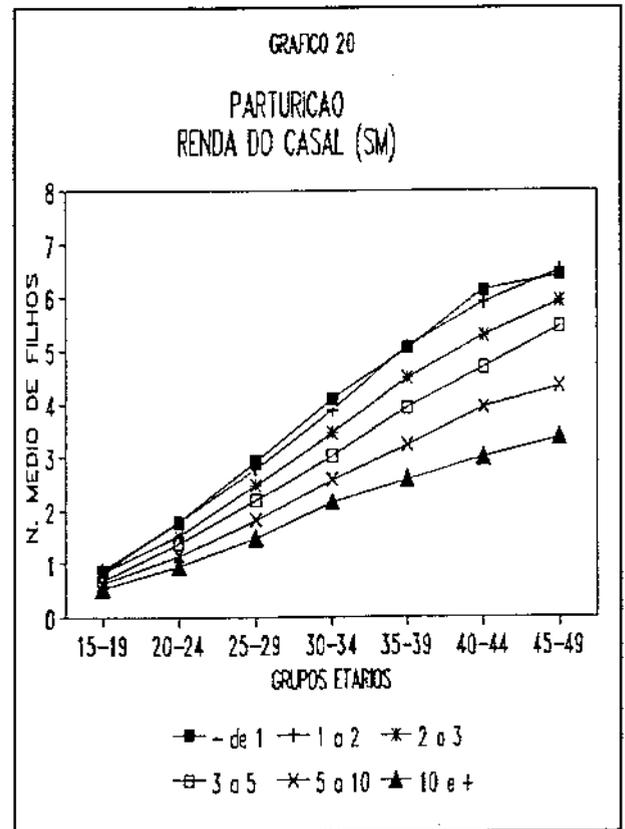
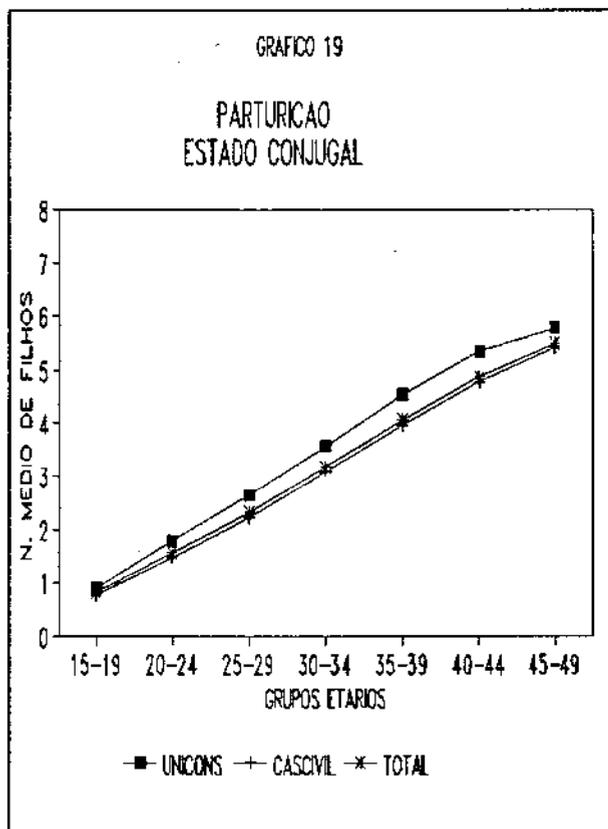
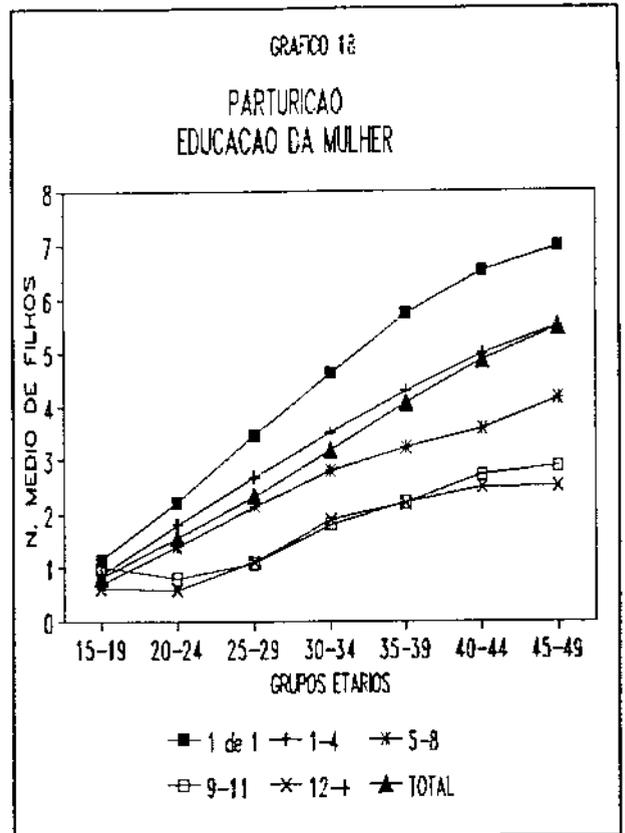
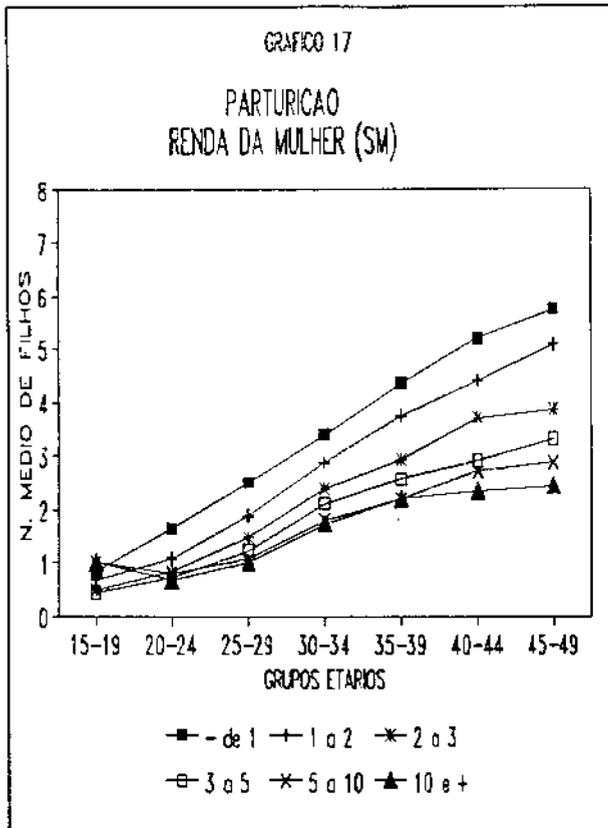


GRAFICO 21
PARTURICAO
INDICADOR REGIONAL

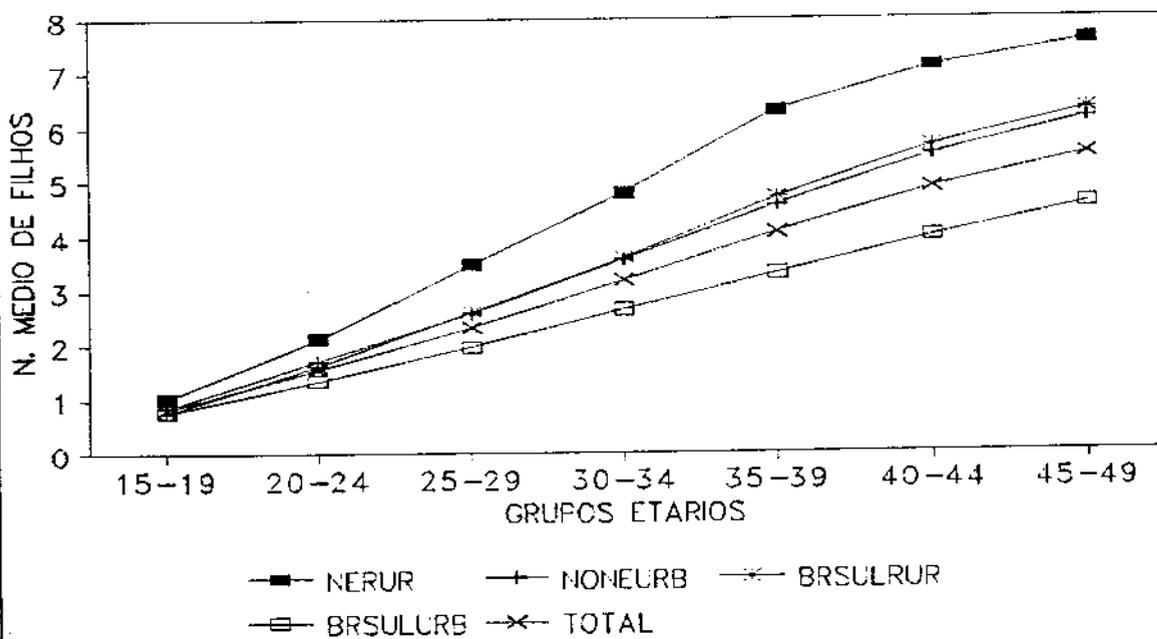


GRAFICO 22
PARTURICAO
INDICADOR INFRA DO DOMICILIO

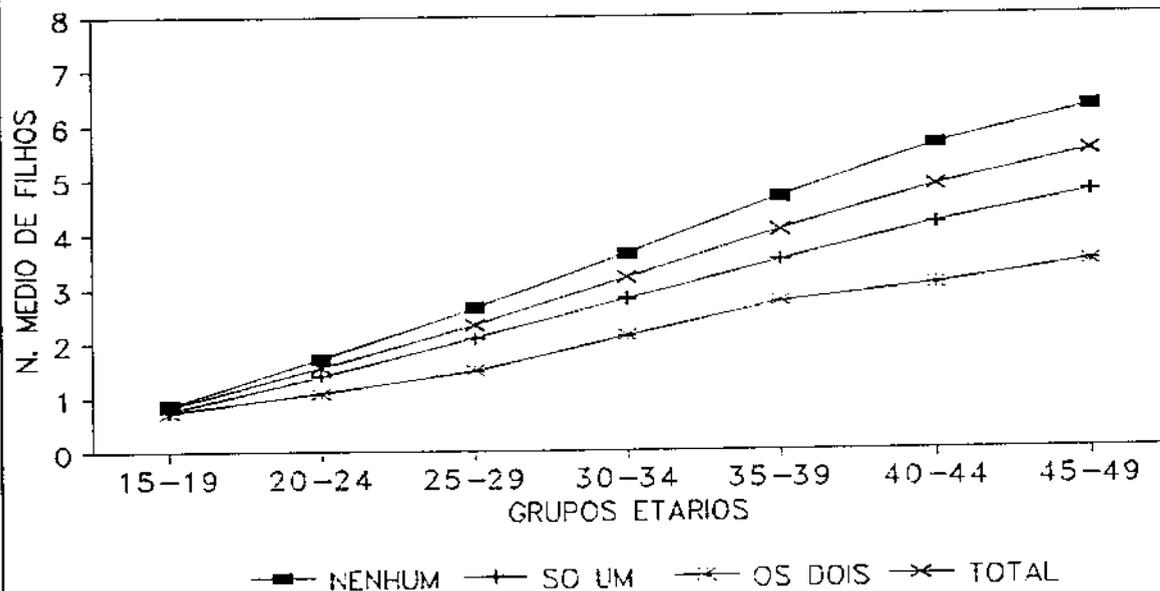


GRAFICO 23
PARTURICAO
INDICADOR SANEAMENTO BASICO

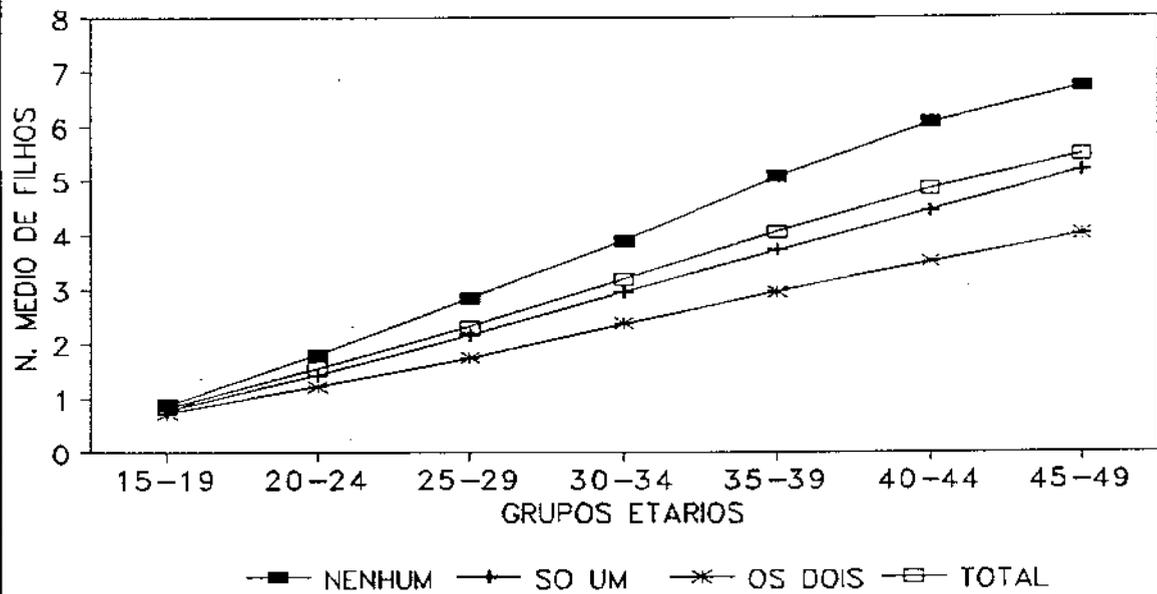


GRAFICO 24
PARTURICAO
INDICADOR PREVIDENCIA

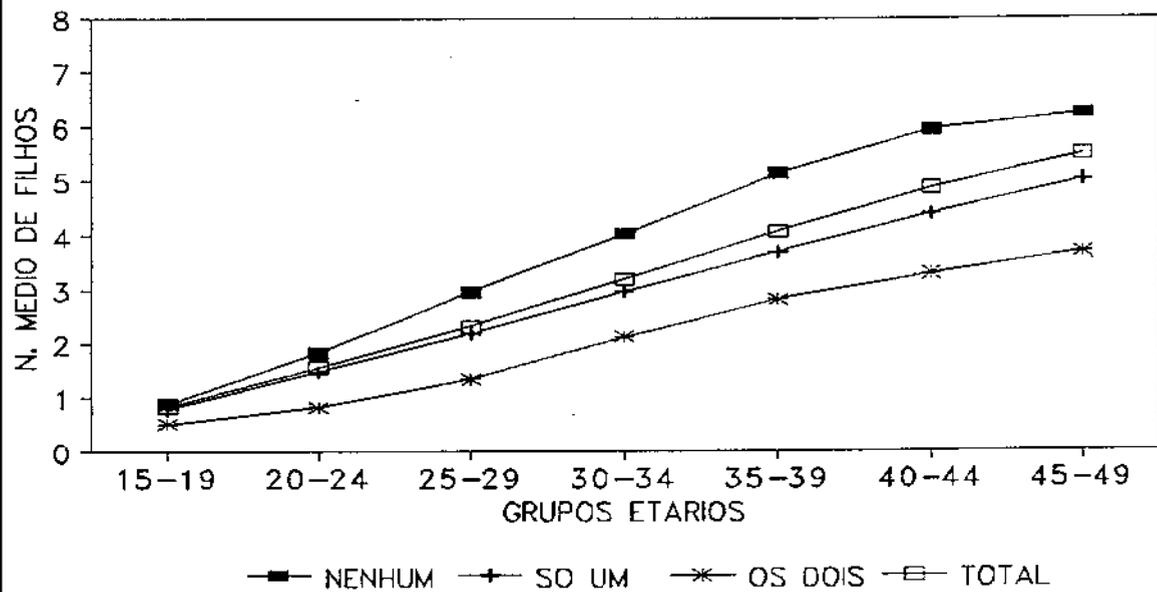
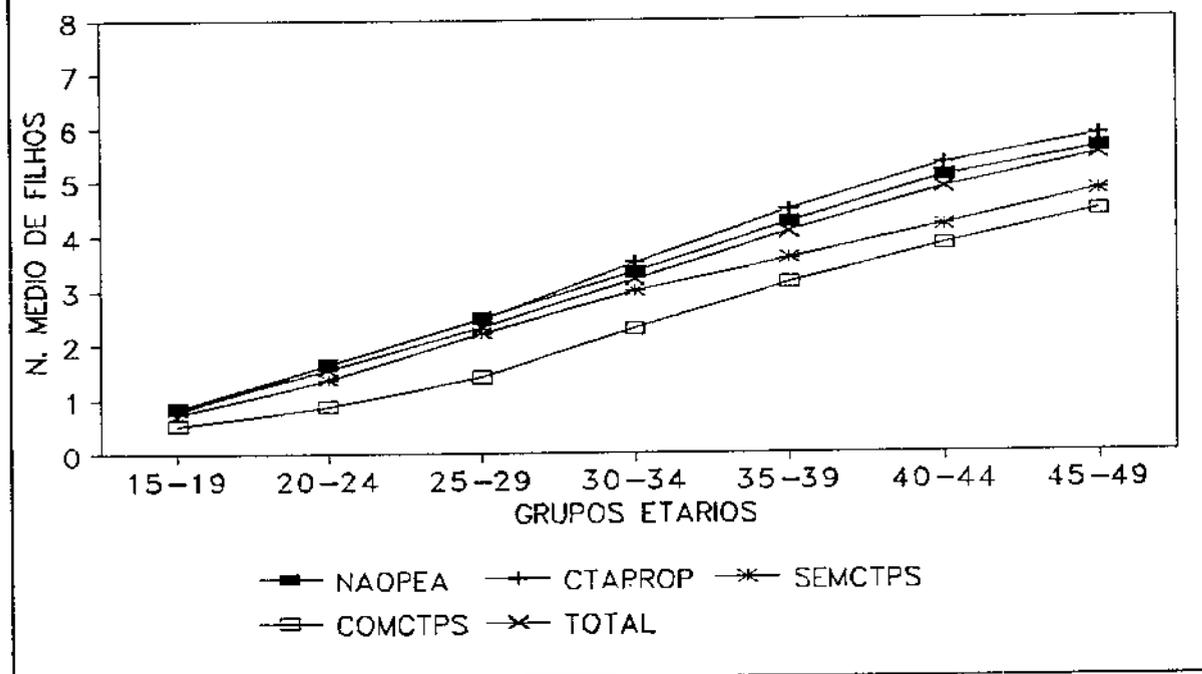


GRAFICO 25
PARTURICAO
INDICADOR PARTIC MERC TRABALHO



O gráfico 25 - PFFT - mostra que as mulheres que trabalham por conta própria e/ou sem remuneração - classificadas como CTA PROP - têm uma parturição maior que as mulheres fora da PEA - classificadas como NÃO PEA. Este resultado é contrário, pelo menos aparentemente, à hipótese que relaciona a participação feminina em atividades extradomésticas com menor fecundidade⁵⁶.

Mas este gráfico mostra, também, que as mulheres empregadas possuem menor fecundidade que aquelas que trabalham por conta

⁵⁶ Devemos lembrar, entretanto, que se trata de uma análise univariada relativa à parturição e não à fecundidade corrente.

própria, sendo que as mulheres empregadas com carteira de trabalho assinada - COMCTPS - possuem menor parturição que aquelas empregadas sem carteira de trabalho assinada - SEMCTPS. Isto reforça a hipótese de que o efeito da participação feminina no mercado de trabalho sobre a fecundidade depende do grau de formalização do emprego.

Como estamos fazendo uma análise univariada, devemos considerar como provisórios estes resultados, pois necessitamos avaliar o efeito simultâneo de outras variáveis, o que será feito na análise multivariada da seção 8.7.

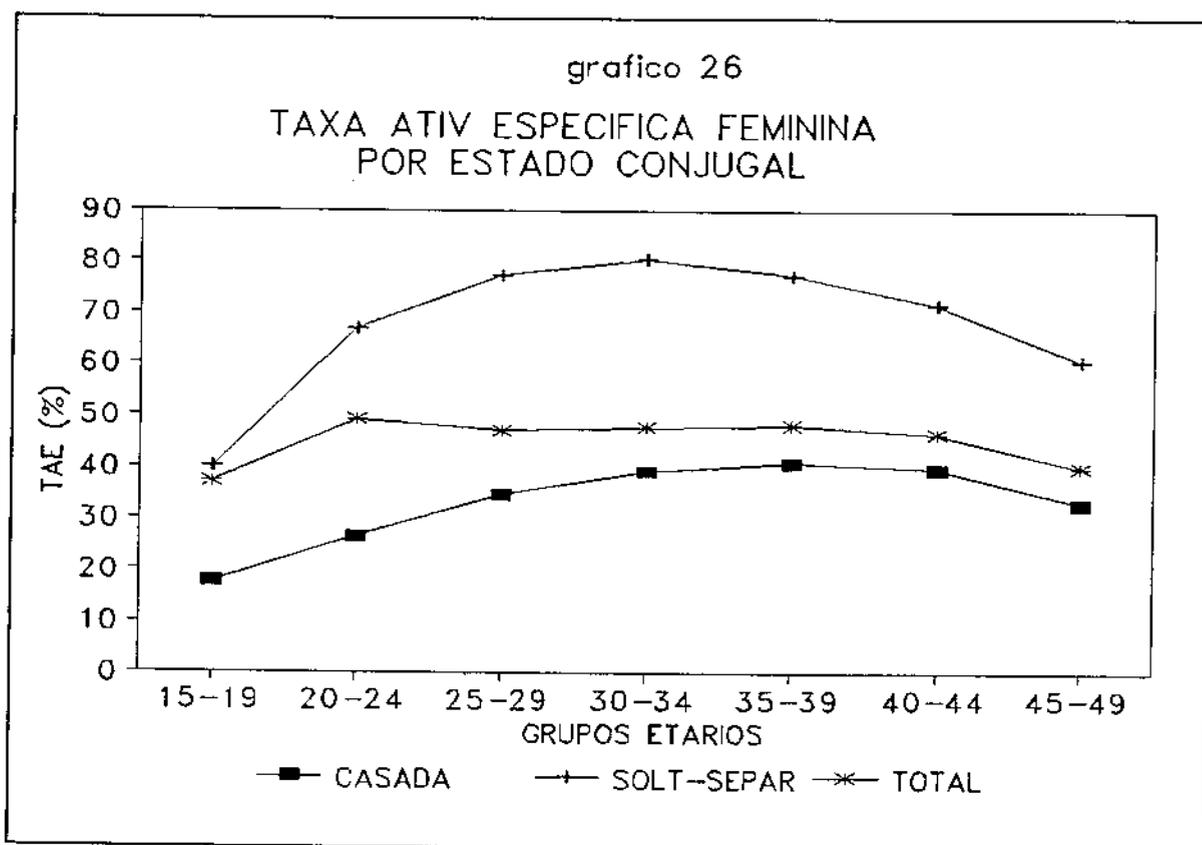
Antes, porém, é preciso ressaltar que o resultado acima parece ir parcialmente de encontro à maioria das abordagens revistas que associam a queda da fecundidade no Brasil ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Além disto, existem abordagens que buscam explicar a queda da fecundidade no Brasil devido, principalmente, à entrada das mulheres das classes de baixa renda no mercado de trabalho (Macedo, 1985; Moreira, 1993). Com o intuito de clarear um pouco mais esta questão, vamos examinar, na seção 8.6., as taxas de atividade feminina segundo alguns componentes.

8.6. Participação feminina no mercado de trabalho

Como vimos no capítulo sétimo, houve grande crescimento da participação feminina no mercado de trabalho a partir da década de 60, e o maior crescimento ocorreu, principalmente, entre as mulheres casadas em idade fértil. Entretanto a participação da mulher em atividades extradomésticas ainda é bem inferior à participação masculina, especialmente entre as mulheres casadas.

Isto se deve em parte a fatores de oferta, tais como qualificação da força de trabalho feminina e compatibilidade entre as atividades extradomésticas e as propriamente domésticas; e em parte a fatores de demanda, tais como a segregação e discriminação da mulher no mercado de trabalho e insuficiente demanda por mão-de-obra típica da economia brasileira, fatos que atingem principalmente as mulheres de baixa renda, menos preparadas para disputar um posto de trabalho.

O gráfico 26 mostra as taxas de atividade feminina para o total de mulheres e segundo o estado conjugal, sendo de um lado, as casadas e, de outro, as solteiras, separadas ou viúvas - SOLT-SEPAR. A maior contribuição deste gráfico é mostrar que tanto as mulheres solteiras-separadas, quanto as mulheres casadas, estão aumentando suas taxas de participação no mercado de trabalho, até o grupo etário 30-34 anos para as primeiras e até 35-39 anos para as segundas.



Se para o total de mulheres a curva apresenta um declínio após os 24 anos, isto se deve ao efeito de composição, pois o número de mulheres solteiras decresce com a idade enquanto ocorre exatamente o contrário com o número de mulheres casadas. Neste sentido não parece correto dizer que "o mercado de trabalho é mais favorável às jovens e solteiras" (Bruschini, 1989, p.20). O gráfico sugere que o mercado de trabalho é mais favorável às mulheres "solteiras" ou, então, que as mulheres "solteiras" estejam mais

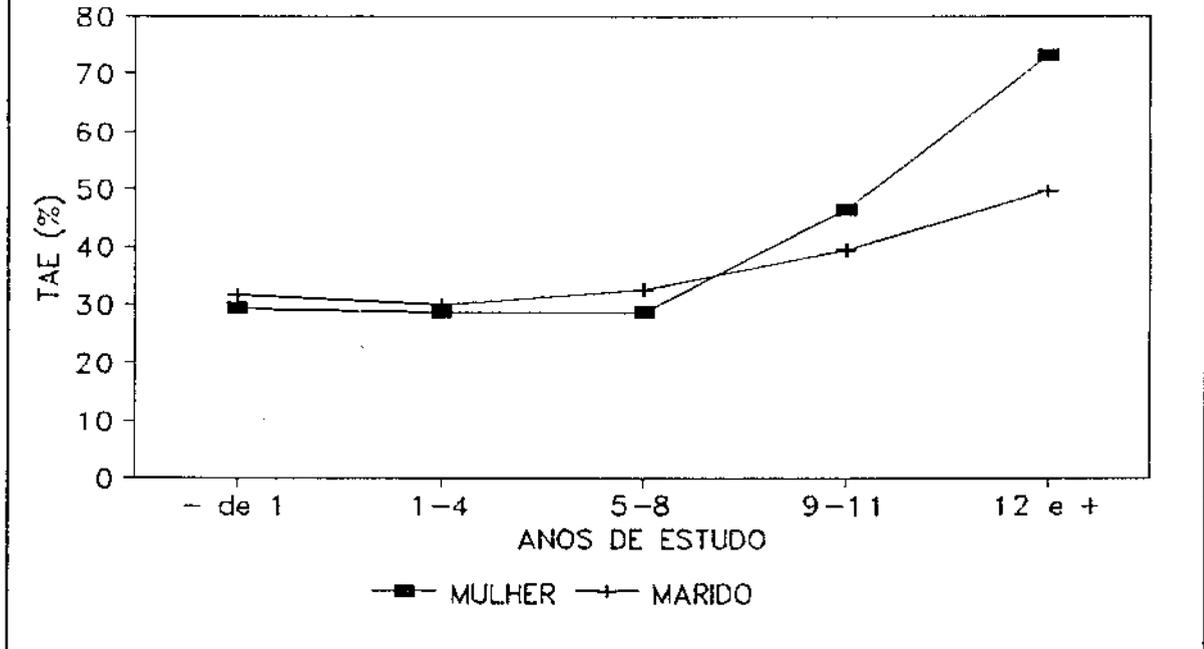
disponíveis para o trabalho extradoméstico. Quanto à idade, entretanto, o gráfico mostra que as taxas de atividade feminina crescem após os 24 anos, tanto para as mulheres casadas, quanto para as solteiras-separadas, apesar deste fato ficar obscurecido quando não decompos as taxas de atividade feminina por estado conjugal.

Este resultado é importante do ponto de vista demográfico pois parece compatível com a análise feita nos capítulos anteriores de que as mulheres casadas estão limitando o tamanho da família, através do controle da fecundidade por terminação. Atingido um número determinados de filhos, e estes atingindo determinada idade, a mulher entra, ou volta, ao mercado de trabalho.

O gráfico 27 mostra que a taxa de atividade específica (TAE) feminina cresce com o nível de instrução tanto da mulher quanto do marido. Para as mulheres com menos de 1 ano de estudo 29,5% trabalhavam segundo a PNAD/84, caindo esta taxa para cerca de 28,5% para as mulheres entre 1 e 8 anos de estudo, subindo para 46,5% para as mulheres com 9 a 11 anos de estudo e 73,2% para as mulheres com mais de 12 anos de estudo. Para as mulheres cujos maridos tinham menos de 1 ano de estudo esta taxa foi de 31,6% subindo para 39,4% e 49,8% para as mulheres cujos maridos tinham de 9 a 11 anos e 12 anos ou mais de estudo, respectivamente.

grafico 27

TAXA ATIV ESPECIFICA FEMININA
POR ANOS DE ESTUDO

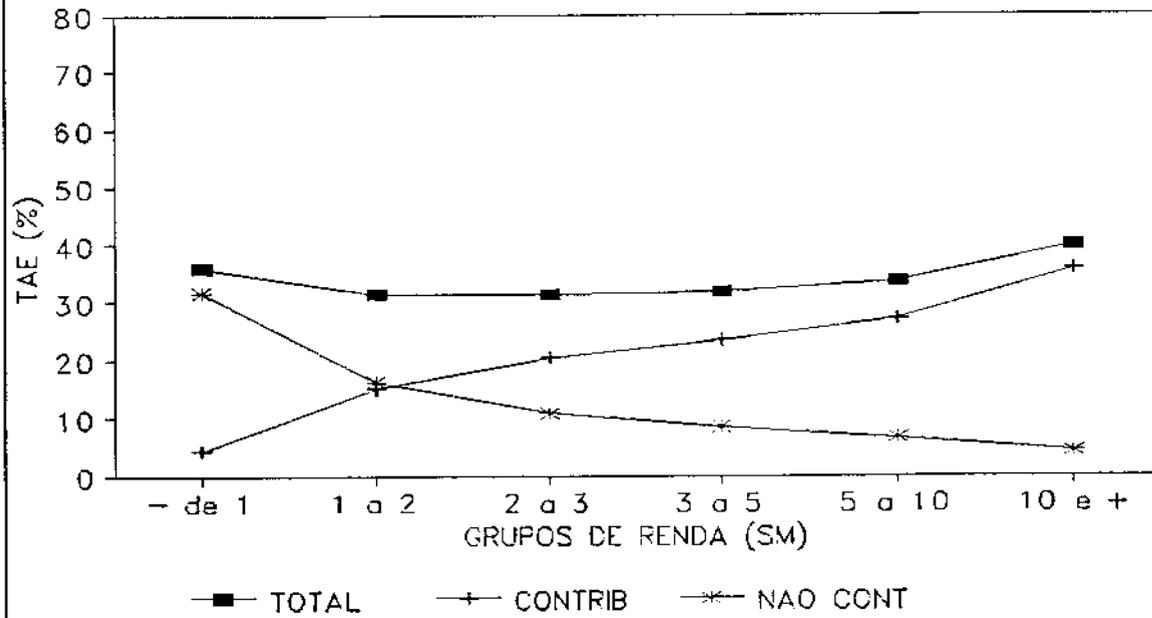


Estes dados mostram que a participação da mulher no mercado de trabalho cresce com o maior nível educacional da mulher ou do marido, mas principalmente da primeira. Isto reforça as abordagens que mostram que um dos efeitos dos maiores níveis educacionais é elevar a participação feminina no mercado de trabalho, e que as duas variáveis em conjunto contribuem para o declínio da fecundidade.

Quanto à variável renda, o gráfico 28 mostra que a taxa de participação da mulher no mercado de trabalho é praticamente constante quando se considera o rendimento do marido.

grafico 28

TAXA ATIV ESPECIFICA FEMININA
POR RENDA E PREVIDENCIA MARIDO



Para as mulheres cujos maridos ganhavam menos de 1 salário mínimo (SM), 35,9% trabalhavam em 1984, esta taxa cai ligeiramente para os grupos seguintes de renda e atinge 39,8% para as mulheres cujos maridos ganhavam mais de 10 salários mínimos.

Este gráfico mostra também que fatores institucionais como a contribuição à previdência afetam a estratégia de inserção da mulher no mercado de trabalho⁵⁷. Para os maridos que não contribuem

⁵⁷ A curva superior do gráfico 28 representa as taxas de atividade feminina por grupos de renda do marido e é formada pela soma das duas curvas inferiores.

com a previdência e recebem menos de um salário mínimo a participação da mulher no mercado de trabalho é bem maior do que a daquelas cujos maridos, da mesma faixa de renda, contribuem com a previdência. Já para os maridos com maior nível de renda a taxa de atividade da mulher cresce quando o marido contribui para a previdência e decresce quando não contribui. Isto sugere que os fatores institucionais, como ter acesso à previdência, afetam a inserção da mulher no mercado de trabalho e fazem parte das estratégias de segurança-mobilidade das famílias⁵⁸.

A contribuição maior deste gráfico é mostrar que não existem grandes diferenças nas taxas de atividade femininas no que diz respeito aos vários estratos de renda - quando medidos pelo rendimento do marido - e que, portanto, não podemos explicar a queda da fecundidade das classes de baixa renda devido a uma possível maior inserção das mulheres destas classes no mercado de trabalho.

⁵⁸ Ver o arcabouço de Greenhalgh (1988).

8.7. Análise multivariada

A análise multivariada é necessária quando estamos tratando com mais de uma variável explicativa X e queremos investigar os efeitos simultâneos destas variáveis sobre a variável resposta Y . Este tipo de análise representa um grande avanço em relação ao que foi feito até aqui. Como acabamos de ver, variáveis como educação da mulher e participação feminina no mercado de trabalho estão mutuamente correlacionadas, assim como urbanização e saneamento básico e tantas outras. Nesta situação, a análise multivariada permite um quadro mais real da influência das diversas covariáveis sobre a variável resposta.

Dentre as técnicas de análise multivariada mais usadas temos a regressão múltipla, que pode ser o modelo de regressão linear ou o modelo de regressão logística. Pretendemos utilizar estes modelos de regressão, que têm se mostrado adequados para estudar a fecundidade acumulada (parturição) e a fecundidade corrente, respectivamente. Os resultados do modelo de regressão linear devem refletir uma realidade mais remota no tempo, pois a parturição representa a fecundidade passada; já os resultados da regressão logística refletem uma realidade mais próxima da data da pesquisa - em nosso caso, os dois anos anteriores à PNAD/84. Por isto mesmo, acreditamos que a utilização conjunta destes modelos pode contribuir para maior esclarecimento da transição da fecundidade no Brasil.

8.7.1. Regressão linear

O modelo de regressão linear será usado para a análise da parturição, pois é o modelo adequado quando estamos trabalhando com uma variável dependente contínua, como é o caso da variável número médio de filhos tidos - que estamos designando - CEB. A análise de regressão baseada na fecundidade acumulada tem como limitação o fato de não levar em conta a mobilidade regional e sócio-econômica existente ao longo do período fértil da mulher. Por exemplo, uma mulher que teve grande número de filhos no meio rural e que morava em um domicílio sem saneamento básico e sem iluminação elétrica pode estar classificada no meio urbano e vivendo em um domicílio com os itens acima, se esta for sua situação na época da pesquisa. O contrário também é verdadeiro. Mas apesar deste viés inerente a este tipo de técnica, acreditamos que o número de casos da PNAD/84 é suficientemente grande para captar o sentido e a dimensão das relações estabelecidas em nossas hipóteses.

De maneira bastante simples o modelo de regressão linear pode ser expresso da seguinte forma:

Uma equação de regressão com duas variáveis independentes pode ser assim escrita:

$$Y_i = b_1 + b_2 X_{i2} + b_3 X_{i3} + u_i$$

ou no caso geral:

$$Y_i = \sum b_k X_{ik} + u_i$$

Onde:

Y é a variável dependente, ou variável resposta;

X_k, para k=2,...,k são as covariáveis ou variáveis independentes;

u é o erro estocástico;

b_k são os parâmetros que devem ser estimados pela equação, através do método dos mínimos quadrados.

A tabela 29 apresenta os coeficientes estimados dos vários modelos de regressão linear múltipla para as mulheres de 15-49 anos⁵⁹. Optamos por não incluir todas as covariáveis utilizadas na análise univariada, pois em alguns casos estas covariáveis podem estar dizendo a mesma coisa, pois estão altamente correlacionadas, como é o caso de educação e renda da mulher. Para testar o efeito da educação, utilizamos a variável que representa os anos de estudo da mulher - EDUCFEM; para testar o efeito da renda, utilizamos a variável que representa a renda mensal do marido - RENDAMAR.

As variáveis ligadas à idade da mulher não estão sujeitas às hipóteses teóricas e foram incluídas como forma de controle demográfico. A variável idade feminina - IDAFEM, como era de se

⁵⁹ O pacote estatístico utilizado para a análise de regressão linear é o SPSS/PC.

TABELA 29

REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA
MULHERES ENTRE 15-49 ANOS
PNAD/84 - BRASIL

MODELOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
VARIÁVEIS	COEFICIENTES									
IDADFEM	,4422	,4483	,4430	,4557	,4422	,4454	,4484	,4592	,4514	,4639
IDADFEM2	-,0037	-,0038	-,0037	-,0039	-,0037	-,0037	-,0038	-,0039	-,0038	-,0040
IDADCAS	-,2373	-,2364	-,2374	-,2386	-,2373	-,2365	-,2365	-,2379	-,2360	-,2373
REGIÃO	-,6359	-,6214	-,6213	-,6290	-,6359	-,6341	-,6094	-,6063	-,6097	-,6067
URB	-,2959	-,2314	-,1654	-,2729	-,2957	-,2913	-,1179	-,1121	-,1198	-,1146
ESTCONJ	,1609	,1815	,1661	,1782	,1609	,1553	,1844	,1958	,1779	,1880
INFRADOM	-,1902	-,1789	-,1779	-,1663	-,1903	-,1893	-,1687	-,1498	-,1675	-,1469
COR	-,3744	-,3696	-,3704	-,3445	-,3744	-,3775	-,3664	-,3407	-,3692	-,3429
EDUCFEM	-,3687	-,3464	-,3612	-,3102	-,3687	-,3551	-,3415	-,2939	-,3319	-,2784
SANEANTO	-,3166	-,2939	-,2589	-,2825	-,3166	-,3146	-,2431	-,2180	-,2431	-,2164
PREVD CIA		-,2156					-,1955	-,1531	-,1823	-,1336
DICUMIEL			-,3131				-,2868	-,2822	-,2888	-,2845
RENDAMAR				-,1835				-,1637		-,1737
PFPT(CTAPROP)					,0027 (***)				-,0356 (**)	-,0522 (*)
PFPT(EMPREG)						-,1310			-,1100	-,1435
CONSTANTE	1,1108	1,1275	1,3951	,8802	1,1109	1,0379	1,3864	1,1732	1,3249	1,0798
R2	,5163	,5173	,5174	,5182	,5163	,5166	,5183	,5198	,5185	,5202

Todos os coeficientes sem asteriscos são significativos a 99%

(*) significativos a 95%

(**) significativos a 90%

(***) não significativos

esperar, apresenta uma relação positiva com a parturição, pois o número de filhos deve crescer com a idade. Também, com o objetivo de controle e teste de consistência dos dados, incluímos a variável idade feminina ao quadrado - IDAFEM2, esperando um sinal negativo dos coeficientes. Outra variável demográfica importante é a idade ao casar - IDADCAS, que naturalmente deve apresentar sinais negativos pois o número de filhos deve ser menor para as mulheres que se casam com maior idade⁶⁰.

Foram testados dez modelos, que diferem pelo número de variáveis incluídas. No modelo número um foram deixadas de fora as variáveis PREVDICIA, DILUMIEL, RENDAMAR, PFFT(CTAPROP) e PFFT (EMPREG), variáveis estas que foram sendo incluídas e testadas nos modelos posteriores, sendo que no modelo número dez foi testado o efeito do conjunto completo.

Das variáveis que visam testar as hipóteses anteriormente relacionadas, todas se mostraram estatisticamente significantes, com exceção das mulheres que trabalham por conta própria - PFFT(CTAPROP)⁶¹ no modelo 5. Confirmando a análise univariada baseada na parturição feita na seção 8.5, as mulheres que trabalham por conta própria não apresentaram um diferencial de fecundidade significativo em relação às mulheres fora da PEA, mesmo no modelo

⁶⁰ Estas variáveis são responsáveis pelo alto valor de R², próximo de 52 por cento.

⁶¹ Esta é uma variável dummy cujo grupo de referência são as mulheres fora da PEA.

completo (número 10) onde todas as outras covariáveis estão incluídas.

Acreditamos que este fato pode ser compreendido à luz da discussão feita na seção 8.6, que mostra que as maiores taxas de atividade das mulheres casadas se encontram nos grupos etários entre 30 e 40 anos. Provavelmente, estas mulheres com maior número de filhos tenham mais dificuldade para se inserir no mercado formal que possui maior rigidez nas relações de trabalho, além de discriminarem as mulheres casadas com muitos filhos. A alternativa para estas mulheres seria, então, a maior flexibilidade do mercado informal e, assim, elas procurariam as atividades de conta própria, onde não existem barreiras à entrada de novas trabalhadoras. Sendo assim, a entrada no mercado de trabalho não afetaria a fecundidade passada destas mulheres pois elas já teriam uma parturição definida. Na próxima seção vamos examinar esta mesma covariável em relação à fecundidade corrente.

Já a covariável mulheres empregadas - PFFT(EMPREG)⁶², apresenta coeficientes negativos nos modelos em que foi incluída, o que mostra que o processo de assalariamento contribui para a redução da parturição.

Todas as demais covariáveis são significativas. Apresentaram, também, coeficientes negativos, com exceção de estado conjugal -

⁶² Esta, também, é uma variável dummy cujo grupo de referência são as mulheres fora da PEA.

ESTCONJ⁶³. Este resultado é contrário ao que havíamos previsto, e talvez se explique pelo fato de se tratar de uma análise de parturição, já que parece ser comum mulheres com muitos filhos, unidas em união consensual ou só no religioso, buscarem legalizar o casamento. Este poderia ser um caso típico de mobilidade entre as categorias da variável.

Das covariáveis que apresentaram coeficientes negativos de maior magnitude, se destacam: em primeiro lugar, REGIÃO⁶⁴, refletindo o fato das regiões ao sul do Brasil terem iniciado com antecedência a transição da fecundidade em relação às regiões Norte e Nordeste; em seguida, contribuíram EDUCFEM, que apresenta coeficientes negativos elevados, principalmente nos primeiros modelos quando foram deixados de fora as variáveis renda do marido e participação feminina no mercado de trabalho; e DILUMIEL⁶⁵, sugerindo que o consumo de bens duráveis e a televisão, tenham tido um grande peso na redução da parturição⁶⁶.

⁶³ Esta é uma variável dummy cujo grupo de referência são as mulheres casadas em união consensual ou só no religioso.

⁶⁴ Esta é uma variável dummy que compara BR-SUL com o grupo de referência NO-NE.

⁶⁵ Esta é uma variável dummy cujo grupo de referência são os domicílios sem iluminação elétrica.

⁶⁶ A utilização de DILUMIEL como proxy de televisão e bens de consumo, naturalmente, deve apresentar um erro, mas acreditamos que este erro deve estar subestimando a verdadeira contribuição destas variáveis para a transição da fecundidade, pois em 1980, 68,5% dos domicílios tinham iluminação elétrica, contra 56,1% e 50,4% que possuíam televisão e geladeira, respectivamente (tabela 25).

É preciso destacar que a covariável renda do marido - RENDAMAR, apesar da contribuição negativa para a parturição apresentou coeficientes de menor magnitude que as anteriores. As demais covariáveis confirmam as hipóteses de que as mudanças estruturais e institucionais funcionam como vetores que contribuem para a redução da parturição.

Não foi objeto de hipótese a variável cor da mulher - COR⁶⁷, entretanto, ela apresentou coeficientes significativos, sugerindo que o processo de transição da fecundidade é diferenciado se considerarmos as raças e as etnias. Este dado é importante, pois, até 1960 as mulheres pretas tinham menor fecundidade que as brancas e as mulheres pardas tinham uma fecundidade ligeiramente superior às brancas. Bercovicch, observando a queda da fecundidade entre 1960 e 1980, observa: "verificamos que as mulheres brancas foram responsáveis por parte importante desta queda, ao diminuir sua fecundidade em 44% neste período, contra 16 e 23% para pretas e pardas, respectivamente" (1991, p. 311).

As tabelas 30, 31 e 32 apresentam a mesma metodologia acima para diferentes coortes femininas, a saber: mulheres de 20-24 anos; mulheres de 25-34 anos e mulheres de 35-49 anos. Cabe realçar as seguintes considerações:

⁶⁷ Variável dummy que compara mulheres brancas e amarelas - BRAN-AM, com as mulheres pretas e pardas - PTO-PDO, no grupo de referência.

TABELA 30

REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA
MULHERES ENTRE 20-24 ANOS
PNAD/84 - BRASIL

MODELOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
VARIÁVEIS	COEFICIENTES									
IDADFEM	,2955	,2965	,2958	,2979	,2961	,2968	,2967	,2986	,2988	,3011
IDADCAS	-,2886	-,2882	-,2887	-,2895	-,2889	-,2861	-,2883	-,2892	-,2863	-,2872
REGIÃO	-,1927	-,1879	-,1894	-,1905	-,1936	-,1901	-,1853	-,1841	-,1848	-,1835
URB	-,0460 (*)	-,0177 (***)	-,0152 (***)	-,0369 (***)	-,0525 (*)	-,0409 (**)	-,0080 (***)	-,0113 (***)	-,0001 (***)	-,0029 (***)
ESTCONJ	,0555	,0633	,0571	,0578	,0543	,0483 (*)	,0643	,0651	,0535	,0541
INFRADOM	-,0506	-,0441 (*)	-,0466 (*)	-,0433 (*)	-,0475 (*)	-,0447 (*)	-,0410 (*)	-,0356 (**)	-,0313 (**)	-,0248 (***)
COR	-,1494	-,1466	-,1486	-,1394	-,1497	-,1496	-,1460	-,1376	-,1473	-,1376
EDUCFEM	-,1391	-,1314	-,1372	-,1199	-,1393	-,1216	-,1301	-,1143	-,1139	-,0951
SANEANTO	-,0830	-,0734	-,0686	-,0721	-,0841	-,0785	-,0611	-,0530 (*)	-,0591	-,0497 (*)
PREVDICIA		-,0862					-,0820	-,0680	-,0632	-,0464 (*)
DILUM1EL			-,0749				-,0658 (*)	-,0655 (*)	-,0715	-,0714 (*)
RENDAMAR				-,0682				-,0607		-,0702
PFPT(CTAPROP)					-,0797				-,1230	-,1272
PFPT(EMPREG)						-,2252			-,2313	-,2389
CONSTANTE	1,2679	1,2868	1,3303	1,2372	1,2753	1,1748	1,3406	1,3101	1,2571	1,2191
R2	,4722	,4730	,4726	,4734	,4725	,4768	,4733	,4743	,4785	,4798

Todos os coeficientes sem asteriscos são significativos a 99%

(*) significativos a 95%

(**) significativos a 90%

(***) não significativos

TABELA 31

REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA
MULHERES ENTRE 25-34 ANOS
PNAD/84 - BRASIL

MODELOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
VARIÁVEIS	COEFICIENTES									
IDADFEM	,2180	,2183	,2179	,2202	,2183	,2186	,2181	,2197	,2194	,2213
IDADCAS	-,2331	-,2317	-,2332	-,2342	-,2333	-,2318	-,2319	-,2328	-,2312	-,2321
REGIÃO	-,5512	-,5324	-,5386	-,5463	-,5517	-,5510	-,5226	-,5208	-,5244	-,5224
URB	-,2310	-,1496	-,1107	-,2108	-,2340	-,2252	-,0498 (**)	-,0434 (***)	-,0545 (*)	-,0476 (**)
ESTCONJ	,0767	,1026	,0780	,0871	,0758	,0703	,1017	,1072	,0926	,0979
INFRADOM	-,1058	-,0940	-,0968	-,0923	-,1046	-,1030	-,0870	-,0781	-,0823	-,0717
COR	-,2488	-,2317	-,2451	-,2309	-,2485	-,2524	-,2423	-,2294	-,2451	-,2306
EDUCFEM	-,2895	-,2636	-,2821	-,2552	-,2898	-,2732	-,2591	-,2360	-,2461	-,2181
SANEAMTO	-,1988	-,1712	-,1441	-,1766	-,1996	-,1962	-,1250	-,1117	-,1256	-,1104
PREVDIA		-,2577					-,2375	-,2151	-,2251	-,1979
DILUMTEL			-,2972				-,2625	-,2586	-,2645	-,2603
RENDAMAR				-,1073				-,0796		-,0911
PFFT(CTAPROP)					-,0436 (**)				-,0995	-,1075
PFFT(EMPREG)						-,1531			-,1401	-,1563
CONSTANTE	3,6520	3,7694	3,9540	3,5970	3,6576	3,6045	4,0270	3,9721	3,9927	3,9254
R2	,4550	,4579	,4570	,4563	,5163	,4560	,4595	,4602	,4604	,4614

Todos os coeficientes sem asteriscos são significativos a 99%

(*) significativos a 95%

(**) significativos a 90%

(***) não significativos

TABELA 32

REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA
MULHERES ENTRE 35-49 ANOS
PNAD/84 - BRASIL

MODELOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
VARIÁVEIS	COEFICIENTES									
IDADFEM	,1353	,1327	,1355	,1351	,1353	,1351	,1332	,1337	,1331	,1334
IDADCAS	-,2336	-,2326	-,2336	-,2351	-,2336	-,2334	-,2327	-,2344	-,2327	-,2321
REGIÃO	-,9947	-,9773	-,9682	-,9848	-,9949	-,9932	-,9547	-,9502	-,9553	-,9510
URB	-,5251	-,4526	-,3122	-,5056	-,5254	-,5227	-,2631	-,2659	-,2640	-,2680
ESTCONJ	,3145	,3402	,3264	,3517	,3145	,3119	,3480	,3756	,3471	,2343
INFRADOM	-,2993	-,2867	-,2772	-,2616	-,2992	-,3001	-,2677	-,2367	-,2674	-,2359
COR	-,5910	-,5850	-,5854	-,5460	-,5910	-,5930	-,5806	-,5410	-,5810	-,4059
EDUCFEM	-,5696	-,5399	-,5587	-,4783	-,5697	-,5639	-,5334	-,4574	-,5325	-,4547
SANEAMTO	-,5473	-,5212	-,4593	-,4990	-,5473	-,5470	-,4424	-,4060	-,4426	-,5431
PREVDICIA		-,2631					-,2307	-,1690	-,2297	-,1576
DILUMIEL			-,4962				-,4625	-,4541	-,4624	-,4486
RENDANAR				-,2655				-,2417		-,2487
PFPT(CTAPROP)					-,0028 (***)				-,0159 (***)	-,0461 (***)
PFPT(EMPREG)						-,0494 (***)			-,0111 (***)	-,0744 (**)
CONSTANTE	9,1051	9,3437	9,5599	9,1364	9,1063	9,1109	9,7383	9,7031	9,7456	9,7232
R2	,3793	,3805	,3813	,3823	,3793	,3793	,3822	,3847	,3822	,3874

Todos os coeficientes sem asteriscos são significativos a 99%

(*) significativos a 95%

(**) significativos a 90%

(***) não significativos

a) a coorte mais jovem (20-24 anos) é aquela que iniciou o seu período reprodutivo após o início da transição da fecundidade e, também, é a coorte onde devemos esperar maior aproximação entre a análise da parturição e a análise da fecundidade corrente. As covariáveis PFFT(CTAPROP) e PFFT(EMPREG), por exemplo, se mostram significativas e contribuem para a redução da parturição, sugerindo que a participação da mulher jovem, tanto no mercado formal quanto no informal, contribui para a redução da parturição em maior magnitude que para as mulheres das demais coortes. A covariável - URB, não apresenta coeficientes significativos, mostrando que, para as mulheres mais jovens, a urbanização já não tem um efeito diferencial sobre a parturição em relação ao meio rural, devido, provavelmente, ao processo de modernização do campo, conforme havíamos sugerido nas hipóteses anteriores;

b) a coorte intermediária (25-34 anos) apresenta resultados parecidos com a coorte mais jovem, sendo que a covariável URB apresenta coeficientes significativos nos primeiros modelos, mas perde significância e apresenta coeficiente bastante baixo no modelo completo. A coorte mais velha (35-49 anos) apresenta resultados parecidos com os da tabela 29 (15-49 anos), onde a variável URB se mostra significativa e com altos coeficientes negativos. As variáveis que medem a participação feminina no mercado de trabalho não são significativas, sugerindo que para as mulheres acima de 35 anos o trabalho extradoméstico não chega a afetar os diferenciais de parturição.

8.7.2. Regressão logística

O modelo de regressão logística é um caso especial dos modelos loglineares, usado quando estamos trabalhando com uma variável dependente dicotômica. Em nosso caso, nascimento nos últimos 24 meses (NASULT24), onde se considera apenas duas alternativas: nasceu ou não nasceu, isto é, a probabilidade de uma mulher ter um filho nos últimos 24 meses anteriores à data da pesquisa. De forma esquemática este modelo pode ser assim expresso:

Se consideramos Y como a probabilidade que tem uma mulher de ter filhos nos 24 meses anteriores à pesquisa e se supõem que esta probabilidade depende de um conjunto de variáveis exógenas, então:

$$\text{Logito } Y = \frac{1}{2} \ln\left(\frac{p}{1-p}\right) = BX$$

sendo que:

$X = (x_1, x_2, \dots, x_k)$, são as covariáveis ou variáveis independentes;

$B = (b_0, b_1, \dots, b_k)$, são os parâmetros que representam os efeitos das variáveis independentes sobre a probabilidade Y (probabilidade de ter filho). Estes coeficientes da regressão logística são estimados pelo método da máxima verossimilhança.

Desta forma, o logito da probabilidade de nascer em função de um conjunto k de variáveis a ele associadas pode ser expresso da seguinte forma:

$$\text{Logito } Y = b_0 + b_1x_1 + b_2x_2 + \dots + b_kx_k$$

Nota-se que não existe o termo erro, pois se supõe que o modelo é determinístico⁶⁸.

O modelo de regressão logística, ao permitir a análise da fecundidade corrente, apresenta uma vantagem em relação ao modelo de regressão linear, pois se trabalha com um espaço de tempo curto - em nosso caso, os últimos dois anos anteriores à pesquisa - evitando-se, desta forma, os problemas de mobilidade inerentes à análise da parturição. Isto implica em dizer que a regressão logística apresenta um retrato mais próximo da situação da fecundidade no início dos anos 80 no Brasil. Outra vantagem é que o modelo logístico nos permite trabalhar com variáveis categorizadas, tornando mais claro o efeito de cada categoria que estejamos interessados sobre a fecundidade.

A tabela 33 mostra os coeficientes dos modelos das regressões logísticas. As covariáveis utilizadas são as mesmas do modelo anterior, com duas exceções: não incluímos a variável de controle idade feminina ao quadrado - IDAFEM2, própria apenas para o modelo

⁶⁸ Ver outras aplicações deste modelo em Ureña, McCracken, 1993 e Moreira, 1993.

linear; incluímos a variável parturição - PARTURI⁶⁹, com o objetivo de controlar o número de filhos anteriores à fecundidade corrente. O modelo completo está restrito a dez covariáveis, devido às limitações impostas pelo pacote estatístico utilizado (EGRET)⁷⁰. Neste sentido, a segunda parte da tabela 33 mostra as covariáveis ESTCONJ, INFRADOM e COR, que foram testadas apenas em relação ao modelo 2.

As três primeiras variáveis da tabela 33 são variáveis demográficas de controle e não estão sujeitas às hipóteses anteriores. A variável idade da mulher - IDADFEM - apresenta coeficientes negativos, mostrando que, em relação ao grupo etário 15-24 anos, as mulheres acima de 25 anos possuem menor fecundidade corrente, o que parece sugerir o controle deliberado do espaçamento dos filhos ou do tamanho da família. Este dado é compatível com a distribuição da fecundidade específica vista no capítulo sexto. A variável idade ao casar - IDADCAS - apresenta coeficientes positivos mostrando que, em relação ao grupo etário 15-19 anos, as mulheres que se casam acima de 20 anos possuem maior fecundidade corrente.

A variável parturição - PARTURI - apresenta coeficiente positivo para as mulheres que já tiveram um filho, e coeficiente negativo para as mulheres que já tiveram acima de 2 filhos. Esta

⁶⁹ A variável PARTURI foi criada deduzindo a fecundidade corrente do número de filhos tidos. O grupo de referência é zero filho, ou seja, a mulher não teve nenhum filho antes dos últimos dois anos, ou dito em outros termos, o filho atual é o primeiro.

⁷⁰ Utilizamos, entretanto, os 5 indicadores que englobam 12 das 22 variáveis originais.

TABELA 33
REGRESSÃO LOGÍSTICA
MULHERES ENTRE 15-49 ANOS
PNAD/84 - BRASIL

MODELOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
VARIÁVEIS	COEFICIENTES										
%GM	1,394	1,744	1,388	1,581	1,766	1,361	1,515	1,797	1,709	1,873	1,774
- IDADFEM (15-24)											
25-29	-,6224	-,6074	-,6102	-,6127	-,6158	-,5854	-,5768	-,6012	-,5756	-,5592	-,5280
30-39	-1,534	-1,506	-1,514	-1,521	-1,525	-1,477	-1,467	-1,503	-1,463	-1,440	-1,392
40-49	-3,248	-3,211	-3,221	-3,244	-3,237	-3,191	-3,198	-3,218	-3,176	-3,170	-3,119
-IDADCAS (15-19)											
20-24	,2001	,2147	,2083	,2069	,2029	,2100	,2136	,2135	,2181	,2246	,2299
25-29	,5904	,5986	,5999	,6010	,5931	,5911	,6264	,6076	,6034	,6390	,6342
30-49	,5555	,5442	,5604	,5606	,5570	,5387	,5896	,5643	,5478	,5943	,5757
-PARTURI (0)											
1	,1895	,1876	,1896	,1909	,1917	,1960	,1595	,1921	,1970	,1633	,1676
2	-,3011	-,3045	-,3044	-,3010	-,2994	-,2871	-,3508	-,3021	-,2903	-,3494	-,3379
3+	-,1975	-,2182	-,2140	-,2041	-,2050	-,1979	-,2387	-,2203	-,2163	-,2575	-,2543
- REGIONAL (NERUR)											
NONEURB	-,5216	-,5183	-,4297	-,4595	-,3223	-,4685	-,5424	-,2646	-,2537	-,3016	-,2895
BRSLURB	-,6077	-,5043	-,6087	-,5912	-,5350	-,5756	-,6366	-,5437	-,5240	-,5764	-,5552
BRSLURB	-,8617	-,7523	-,7018	-,7764	-,6472	-,7734	-,8772	-,5245	-,5048	-,5634	-,5406
- EDUCFEM (- 1)											
1-4	-,2961	-,2529	-,2768	-,2691	-,2703	-,2469	-,2959	-,2429	-,2140	-,2490	-,2148
5+	-,4971	-,4014	-,4363	-,4372	-,4533	-,3497	-,4345	-,3752	-,2815	-,3306	-,2204
- SANEAMENTO (NENBUN)											
SO UM			-,2405					-,1754	-,1517	-,1743	-,1467
OS DOIS			-,2806					-,2116	-,1637	-,2075	-,1525
- PREVDIA (NENBUN)											
ALGUM				-,1820				-,1365	-,0862	-,0934	-,0320
- DILUMIEL (NÃO TEM)											(***)
TEM					-,3211			-,2308	-,2225	-,2309	-,2207
- RENDAMAR (- 2 SM)											
2-5 SM						-,2270			-,1804		-,2193
5+ SM						-,3670			-,3015		-,3460
- PFPT (NAO PEA)											
CTA PROP							-,3916			-,3997	-,4129
EMPREG							-,5078			-,4852	-,5081

TABELA 33

REGRESSÃO LOGÍSTICA
MULHERES ENTRE 15-49 ANOS
PNAD/84 - BRASIL

(continuação)

MODELOS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
VARIÁVEIS	COEFICIENTES										
- ESTCONJ (UNICONS)											
CASCIVIL		-,0991									
- INFRADOM (NENHUM)											
SO UM		-,0884									
DOIS-TRES		-,1973									
- COR (PTO-PDO)											
BRCO-AM		-,1763									

- Todos os coeficientes são significativos a 99% , exceto PREVDCA no modelo 11.
- As categorias entre parenteses são as dos grupos de referência

mudança de sinal é bastante sugestiva e parece indicar uma preferência por uma família de dois filhos.

Todas as demais variáveis, que representam os vetores estruturais e institucionais que atuam sobre o processo de transição da fecundidade, apresentam coeficientes negativos, até mesmo a variável estado conjugal - ESTCONJ - que apresentou coeficientes positivos na regressão linear. Isto confirma, no caso da fecundidade corrente, nossa hipótese anterior de que as mulheres casadas no civil teriam menor fecundidade do que aquelas em união consensual ou casadas só no religioso.

Outro resultado importante é que todos os coeficientes são estatisticamente significativos, com exceção de PREVDCIA no modelo completo (número 11). Isto não quer dizer, entretanto, que este vetor não contribua para o processo de transição da fecundidade. No modelo 4 o indicador de previdência - que mostra se a mulher ou o marido contribuem para algum instituto previdenciário - apresenta um coeficiente de -0,1820 o que significa uma menor fecundidade corrente⁷¹, dado as demais variáveis de controle. O indicador de previdência deixa de ser significativo apenas quando introduzimos o indicador PFPT no modelo completo. Como carteira de trabalho assinada -CTPSFEM - é uma das variáveis que compõe este indicador e também representa uma forma de contribuição à previdência,

⁷¹ O modelo 4 apresenta uma "razão de chance" (odds ratio) de 0,8336, o que significa que os casais em que a mulher ou o marido contribuem para a previdência, controlado pelas demais variáveis do modelo, apresentam uma fecundidade corrente 16,6% menor que os casais que não contribuem para a previdência.

achamos que o vetor previdência continua apresentando um efeito negativo sobre a fecundidade corrente, só que captado através do indicador de participação no mercado de trabalho - PFFT.

Diferentemente dos resultados da regressão linear, o indicador de participação feminina no mercado de trabalho apresenta coeficientes negativos para todas as suas categorias, o que significa que tanto as mulheres que trabalham por conta própria - CTAPROP - quanto as mulheres empregadas - EMPREG - possuem menor fecundidade corrente que as mulheres fora da PEA. Isto sugere que as mulheres que trabalham por conta própria, mesmo apresentando uma parturição próxima das mulheres fora da PEA, passam a controlar a fecundidade corrente ao entrarem no mercado de trabalho.

Também, de forma diferente da regressão linear, o efeito negativo sobre a fecundidade da variável educação é menor que o da variável renda. Uma possível explicação pode advir do fato de que o processo de universalização da educação tenha ocorrido em décadas passadas afetando mais a parturição (fecundidade passada), sendo que o efeito diferencial sobre a fecundidade corrente seja menor. Já o processo de concentração da renda, que se acentuou nas últimas décadas, apresenta um efeito diferencial maior sobre a fecundidade corrente.

O indicador regional - REGIONAL - mais uma vez apresentou o maior efeito negativo sobre a fecundidade, o que mostra o fato das regiões ao sul do Brasil terem iniciado em primeiro lugar o

processo de transição da fecundidade. No que diz respeito ao processo de urbanização, entretanto, este indicador está mostrando que, em relação ao grupo de referência (NERUR), já não existiam diferenças rurais-urbanas nas regiões do Brasil Sul - BRSUL. Nestas regiões o processo de modernização do campo já se fez presente no sentido de reduzir as taxas de fecundidade corrente, o que é compatível com o fato da variável URB não apresentar coeficientes significativos na análise de parturição para as mulheres do grupo etário 20-24 anos.

As demais variáveis apresentaram efeitos semelhantes nas duas técnicas de regressão. A variável cor também apresentou um coeficiente negativo, mostrando que merece ser melhor estudada em futuras pesquisas.

8.8. Á guisa de conclusão

As técnicas estatísticas utilizadas neste capítulo, tendo como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1984, confirmam e reforçam a discussão teórica precedente.

Confirma, em primeiro lugar, que a transição da fecundidade é um fenômeno complexo, multidimensional, multifacetado e, acima de tudo, dinâmico. O caráter dinâmico deste fenômeno é evidenciado

pelo fato da transição da fecundidade se desenvolver ao longo de um processo, no qual algumas variáveis têm peso decisivo no começo, enquanto outras têm um peso maior em momentos posteriores.

A urbanização, por exemplo, é uma variável que teve um peso grande no início da transição, o que ficou evidenciado no gráfico 7 e na análise de regressão linear que mostrou que nas coortes mais velhas - sobretudo a coorte de 35-49 anos - os diferenciais de fecundidade rurais-urbanos são bastante elevados. Por outro lado, o processo de modernização do campo contribuiu para a redução da fecundidade em um momento posterior, razão pela qual as coortes de mulheres mais jovens (20-24 anos) já não apresentam, numa análise multivariada, diferenciais rurais-urbanos no número médio de filhos (tabela 30) e a fecundidade corrente das mulheres rurais das regiões do Sul do país - BRSUL é, praticamente, igual à das mulheres urbanas destas mesmas regiões (tabela 33).

Outra constatação interessante diz respeito à variável participação feminina no mercado de trabalho - PFFT. Os dados relativos à parturição, tanto na análise univariada quanto na regressão linear, mostraram que, com exceção do grupo etário 20-24 anos, as mulheres que trabalham por conta própria não apresentam diferenciais de fecundidade em relação às mulheres fora da PEA. Na análise da fecundidade corrente, entretanto, estes diferenciais são acentuados. Para as mulheres assalariadas, os diferenciais são claros, tanto na regressão linear, quanto na regressão logística.

Isto sugere duas coisas: primeira, o maior efeito negativo da participação feminina no mercado de trabalho sobre a demanda de filhos depende do grau de formalização do emprego, mostrando que os fatores institucionais envolvidos nesta formalização (carteira de trabalho, por exemplo) não podem ser desconsiderados; segunda, as coortes mais jovens possuem uma postura em relação ao mercado de trabalho diferente das coortes mais velhas, e esta diferença parece estar no controle mais precoce da parturição.

A comparação das análises de parturição versus fecundidade corrente mostrou, também, que a variável educação teve um efeito maior no início do processo de transição, pois apresentou altos coeficientes na regressão linear, e um efeito menor em momentos posteriores, pois apresentou coeficientes comparativamente menores na regressão logística. Isto se deve, provavelmente, a um processo de universalização da educação básica ocorrido no Brasil nas últimas décadas. É provável que num futuro próximo os diferenciais de fecundidade por educação, numa análise multivariada, não apresentem diferenças significativas, o que não invalida, entretanto, a importância desta variável no início da transição.

A utilização das técnicas de regressão linear e regressão logística mostrou resultados estimulantes, mesmo aplicadas apenas a uma análise *cross-section*. Reconhecendo as limitações de uma análise baseada em diferenciais de fecundidade, acreditamos que as evidências apresentadas neste capítulo são suficientemente claras para mostrar a validade da perspectiva teórica adotada nesta tese, e que poderá ser mais aperfeiçoada em trabalhos futuros.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida deste trabalho, que agora chega à sua conclusão, foi a constatação de que a transição da fecundidade é um processo intrincado, sujeito a ser visto por vários prismas e que não é fácil de ser compreendido em toda sua complexidade.

A revisão das várias abordagens teóricas colocou em evidência a necessidade de se construir pontes entre os níveis macro e micro, entre os pontos de vista econômico e sociológico, entre os fatores estruturais e institucionais e entre os aspectos materiais e culturais ou ideativos. Além disto, procuramos, desde o início, destacar e realçar o papel específico da mulher no processo de transição da fecundidade no Brasil.

Neste sentido, buscamos construir um arcabouço teórico que não privilegiasse a priori qualquer ponto de vista parcial. No centro deste arcabouço colocamos a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero, fazendo a ligação entre os níveis macro-social e micro-familiar. Esta postura é condizente com a necessidade de tornar a mulher visível no processo de transição, pois a maneira mais corriqueira de se esconder as desigualdades de gênero é ignorar a existência de uma rígida divisão sexual entre as atividades femininas e masculinas tanto na sociedade, quanto na família, ou então, buscar explicar estas desigualdades como fruto das diferenças biológicas entre os sexos.

Ao nível macro-social levamos em consideração os aspectos referentes à infra-estrutura - divisão social do trabalho - e à superestrutura - ambiente institucional. Ao nível micro-familiar levamos em consideração a estrutura da família e as estratégias de segurança-mobilidade. Desta forma, tratamos a família como uma unidade com poder de decisão sobre o comportamento reprodutivo, mas que está inserida em um meio econômico e social dinâmico que emite influências e condiciona suas decisões. Consideramos, ainda, que o fluxo intergeracional, ou a razão custo/benefício dos filhos, é definido através da interação entre os condicionantes macro-social e micro-familiar.

Esta metodologia teórica se mostrou muito útil para a análise concreta da transição da fecundidade brasileira. A revisão das abordagens nacionais mostrou a existência de estudos de grande profundidade analítica, mas sem diálogo entre si. Existe um consenso de que a estrutura familiar prevalecente na economia rural e de subsistência no Brasil favorecia uma alta demanda por filhos, mas existem diversos enfoques para explicar a redução desta demanda, alguns centrados em aspectos estruturais e outros em aspectos institucionais. O arcabouço centrado nas relações de gênero e no fluxo intergeracional que desenvolvemos no capítulo quinto é o elo que permite ligar estes diversos enfoques, pois, se os filhos são resultado da união de um homem e uma mulher, e a este conjunto damos o nome de família, então, não podemos estudar esta instituição sem considerarmos as variáveis geração e gênero.

Baseado nesta perspectiva teórica é que traçamos, no capítulo sétimo, um quadro das transformações estruturais e institucionais ocorridas no Brasil nas últimas décadas. Este quadro reafirma e expande as hipóteses levantadas pelas diversas abordagens teóricas nacionais e sugere que os determinantes econômicos, sociais e culturais reduzem a fecundidade na medida em que afetam as relações de gênero e o fluxo intergeracional.

Os resultados empíricos apresentados no capítulo oitavo confirmam a validade destas hipóteses e mostram que o efeito dos determinantes da fecundidade é diferenciado por gênero. Mostram, também, que a perspectiva teórica baseada na reversão do fluxo intergeracional de riquezas (Caldwell, 1982) é bastante sugestiva e coerente com a experiência brasileira. A transição da fecundidade é uma realidade que veio para ficar e já faz parte da história brasileira recente⁷².

Os dados sugerem, ainda, que a transição da fecundidade não é fruto de fatores cíclicos de curto prazo ou de conjunturas específicas desfavoráveis. Ao contrário, a redução do número de filhos é um comportamento reprodutivo que foi influenciado por transformações estruturais e institucionais de longo prazo⁷³. Estas

⁷² Este fenômeno social só acontece uma vez em cada país (Singer, 1980).

⁷³ Os fatores cíclicos podem ter influência no sentido de acelerar ou reduzir este processo, mas nunca de mudar o seu curso.

transformações, em determinado momento da história, provocaram um ponto de ruptura no antigo regime demográfico, caracterizado por uma fecundidade marital natural, ou dito em outros termos, caracterizado pela ausência de controle generalizado da fecundidade dentro do casamento.

Cronologicamente, este ponto de ruptura se situa na segunda metade da década de 1960. É aí que encontramos o "divisor de águas" entre a economia de subsistência - de base familiar - e uma economia de mercado e monetarizada - com base em relações impessoais - que vinha se desenvolvendo no Brasil desde a República Nova (1930).

A queda da fecundidade começou nas zonas urbanas da região Sudeste, se expandiu para as demais regiões do país no início da década de 1970 e atingiu as zonas rurais das regiões Norte e Nordeste no final dos anos 70. Antes de se iniciar o declínio, as mulheres brasileiras tinham em média 6,3 filhos, passando para 5,8 filhos em 1970, 4,3 filhos em 1980 e já apresentavam uma média de 3,6 filhos em 1984.

Tudo indica que esta queda vai se aprofundar, fazendo parte de um processo irreversível (Carvalho, Wong; 1990). Reconhecer este fato é bastante útil para o exercício de projeções populacionais.

É de se esperar que a fecundidade atinja níveis bastante baixos, dado que existe uma tendência ao aprofundamento das transformações estruturais-institucionais em direção a uma economia cada vez mais monetarizada e regida por relações de mercado. Além

disto já estão presentes as três condições sistematizadas por Coale (1979), quais sejam: o controle da fecundidade deve ser uma opção racional do casal; devem haver mudanças na razão custo/benefício dos filhos; deve haver disponibilidade de meios contraceptivos.

Na perspectiva teórica que estamos trabalhando e que considera a reversão do fluxo intergeracional de riqueza, é de se esperar que, em termos econômicos, as famílias optem por um número bastante baixo de filhos pois estes já não são mais a fonte da riqueza familiar.

Uma questão importante para o futuro populacional brasileiro é saber a intensidade deste processo de declínio e se o seu limite estará abaixo ou acima do nível de reposição⁷⁴.

Os dados do capítulo sexto mostram que nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste a fecundidade já se encontra em níveis muito baixos e que os diferenciais em relação às regiões Norte e Nordeste estavam aumentando até 1980. Entretanto, estes diferenciais começaram a diminuir nos primeiros anos da década de 1980, sugerindo que o padrão de baixa fecundidade está se generalizando por todo o país. Este dado é confirmado pelas taxas específicas de fecundidade que estão se concentrando no grupo etário 20-24 anos, sugerindo um controle da fecundidade por terminação, que é confirmado, ainda, pela alto índice de mulheres utilizando algum

⁷⁴ Considera-se, no longo prazo, que uma taxa próxima de 2,1 filhos por mulher é necessária para a reposição da população.

tipo de meio contracepcional e, principalmente, utilizando a esterilização.

Mais significativo, os dados do capítulo oitavo, tabela 33, mostram que, já em 1984 existia uma preferência pela família de dois filhos. Caso persista esta preferência podemos imaginar que nas primeiras décadas do próximo século a fecundidade se encontre abaixo do nível de reposição, pois, dois filhos numa situação em que existe muitas mulheres nulíparas ou uníparas, levaria a taxas de fecundidade abaixo de 2,1 filhos necessárias para repor a população. Neste caso, a situação brasileira tenderia a seguir o exemplo dos países ibéricos que em 1991 apresentaram taxas de fecundidade de 1,4 filhos em Portugal e de 1,3 filhos na Espanha (World Bank, 1993).

Uma coisa é certa, com a redução do tamanho da família, vai haver modificações significativas na estrutura etária da população brasileira, pois quanto maior for a queda da fecundidade, maiores serão os efeitos sobre a estrutura etária da população, com grandes consequências sobre a vida nacional. Estas mudanças transcendem os aspectos demográficos, afetando as políticas de educação, saúde, previdência, emprego, etc. e têm profundos efeitos sobre o processo de planejamento econômico e sobre as políticas públicas.

Infelizmente, fora da comunidade demográfica, pouco tem sido feito para se divulgar as causas e consequências deste processo que tem profundas implicações sobre a dinâmica econômica e as condições

sociais da população⁷⁵. A citação abaixo continua, por conseguinte, bastante atual:

"O país vem convivendo com esta nova realidade demográfica há vinte anos e suas conseqüências já estão atualmente evidenciadas na distribuição por idades e na taxa de crescimento de sua população. Trata-se de uma das mudanças estruturais mais importantes da sociedade brasileira nas últimas décadas deste século, com profundas conseqüências sócio-econômicas e políticas. (No entanto, apesar dos esforços já desenvolvidos, este fenômeno continua a ser basicamente ignorado pelos meios de comunicação, que não raramente ainda apontam a explosão demográfica como um dos graves problemas do país, e, mais grave ainda, pelos órgãos governamentais de planejamento e definidores de políticas sociais, que na sua quase totalidade, explícita ou implicitamente, continuam a tomar, erroneamente, como parâmetros uma população com 50% de pessoas abaixo de 20 anos e crescendo anualmente a taxas de 2,5%" (Carvalho, 1988, p.2).

Fica evidente, portanto, que o estudo da transição demográfica não tem importância meramente acadêmica, ao contrário, tem grande interesse prático para o dia-a-dia da maior parte da população brasileira. Podemos, ainda, contrapor o processo de transição da fecundidade às ideologias malthusianas que utilizam a justificativa de uma explosão populacional como desculpa para a situação de penúria do país e como forma de escamotear a luta por uma sociedade mais próspera e mais justa, sociedade esta, onde as diferenças de sexo possam existir, paralelamente, à igualdade de gêneros.

⁷⁵ Neste sentido, um dos esforços do presente trabalho foi apresentar, da forma mais didática possível, as abordagens teóricas e os dados empíricos da transição da fecundidade, visando tornar acessível tal discussão para um público mais amplo do que, simplesmente, os pesquisadores da demografia.

APÊNDICE I

TABELAS DE CONTIGÊNCIA E TESTES QUIQUADRADOS

A associação entre duas variáveis A e B pode ser examinada em termos de uma tabela de contingência $r \times c$, onde r corresponde às linhas e c corresponde às colunas.

A probabilidade da observação cair na i -ésima categoria de A, a variável da linha, é dado por:

$$P_i = P(A_i) = n_i/n$$

sendo que:

$$\sum_{i=1}^r P_i = 1,00$$

Da mesma forma, a probabilidade de uma observação cair na j -ésima categoria de B, a variável da coluna, é dado por:

$$P_j = P(B_j) = n_j/n$$

sendo que:

$$\sum_{j=1}^c P_j = 1,00$$

Se desejamos testar a hipótese nula, de que as variáveis são estatisticamente independentes, então teremos:

$$P_{ij} = P_i P_j$$

onde:

$$P_{ij} = P(A_i) P(B_j)$$

Sendo:

$$E_{ij} = n P_{ij}$$

onde E_{ij} é a frequência esperada e sendo O_{ij} os desvios, então o teste de independência quiquadrado é dado por:

$$\chi^2 = \sum \sum \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}}$$

onde os graus de liberdade são:

$$gl = (r-1)(c-1)$$

TABELA 34

NASULT24 NASCIDO VIVO ENTRE SET/82 A AGO/84
SEGUNDO ESTCONJ - ESTADO CONJUGAL

		CASCIVIL 1	UNICONS 2	Total
NASULT24	0	41068	10218	51286 70.0
NAO	1	16179	5843	22022 30.0
NASCEU				
Column		57247	16061	73308
Total		78.1	21.9	100.0

Chi-Square	Value	DF	Significance
Pearson	393.32546	1	.00000
Likelihood Ratio	383.56122	1	.00000

TABELA 35

NASULT24 NASCIDO VIVO ENTRE SET/82 A AGO/84
SEGUNDO RENDAMAR - RENDA MENSAL MARIDO TODAS FONTES

	- 1 SM 1	1-2 SM 2	2-3 SM 3	3-5 SM 4	5-10 SM 5	10-+ SM 6	Total
NASULT24							
NAO	7723	12290	8479	9241	7869	5684	51286 70.0
NASCEU	4481	6732	3670	3296	2372	1471	22022 30.0
Column	12204	19022	12149	12537	10241	7155	73308
Total	16.6	25.9	16.6	17.1	14.0	9.8	100.0

Chi-Square	Value	DF	Significance
Pearson	1138.65681	5	.00000
Likelihood Ratio	1158.32474	5	.00000

TABELA 36

NASULT24 NASCIDO VIVO ENTRE SET/82 A AGO/84
SEGUNDO PREVMAR - SE MARIDO CONTRIBUI PREVIDENCIA

		NAOCONTR 1	CONTRIB 2	Total
NASULT24				
NAO	0	20575	30711	51286 70.0
NASCEU	1	10054	11968	22022 30.0
Column		30629	42679	73308
Total		41.8	58.2	100.0

Chi-Square	Value	DF	Significance
Pearson	194.12489	1	.00000
Likelihood Ratio	193.31888	1	.00000

TABELA 37

NASULT24 NASCIDO VIVO ENTRE SET/82 A AGO/84
SEGUNDO EDUCMAR - ANOS DE ESTUDO DO MARIDO

		- 1	1-4	5-8	9-11	12-+	Total
		1	2	3	4	5	
NASULT24	0	9343	21187	10575	5836	4345	51286 70.0
NAO							
NASULT24	1	4753	8710	4615	2475	1469	22022 30.0
NASCEU							
Column		14096	29897	15190	8311	5814	73308
Total		19.2	40.8	20.7	11.3	7.9	100.0

Chi-Square	Value	DF	Significance
Pearson	166.61238	4	.00000
Likelihood Ratio	166.85493	4	.00000

TABELA 38

NASULT24 NASCIDO VIVO ENTRE SET/82 A AGO/84
SEGUNDO REGIAO - REGIÖES NORTE E NORDESTE versus BRASIL SUL

		NO-NE	BR-SUL	Total
		1	2	
NASULT24	0	16570	34716	51286 70.0
NAO				
NASULT24	1	9284	12738	22022 30.0
NASCEU				
Column		25854	47454	73308
Total		35.3	64.7	100.0

Chi-Square	Value	DF	Significance
Pearson	654.59939	1	.00000
Likelihood Ratio	645.71974	1	.00000

TABELA 39

NASULT24 NASCIDO VIVO ENTRE SET/82 A AGO/84
SEGUNDO URB - SITUACAO DE DOMICILIO

		RURAL 0	URBANO 1	Total
NASULT24	0	9790	41496	51286 70.0
NAO	1	5927	16095	22022 30.0
NASCEU				
	Column	15717	57591	73308
	Total	21.4	78.6	100.0

Chi-Square	Value	DF	Significance
Pearson	560.07673	1	.00000
Likelihood Ratio	543.56918	1	.00000

TABELA 40

NASULT24 NASCIDO VIVO ENTRE SET/82 A AGO/84
SEGUNDO DPISO - TIPO DE PISO

		OUTROS 1	MADEIR 2	Total
NASULT24	0	30744	20542	51286 70.0
NAO	1	14857	7165	22022 30.0
NASCEU				
	Column	45601	27707	73308
	Total	62.2	37.8	100.0

Chi-Square	Value	DF	Significance
Pearson	370.39670	1	.00000
Likelihood Ratio	374.97150	1	.00000

TABELA 41

NASULT24 NASCIDO VIVO ENTRE SET/82 A AGO/84
SEGUNDO DCOBERT - TIPO DE COBERTURA

		OUTROS 1	LAJE 2	Total
NASULT24	0	42750	8536	51286 70.0
NAO				
NASCEU	1	19163	2859	22022 30.0
Column		61913	11395	73308
Total		84.5	15.5	100.0

Chi-Square	Value	DF	Significance
Pearson	157.33173	1	.00000
Likelihood Ratio	161.85846	1	.00000

TABELA 42

NASULT24 NASCIDO VIVO ENTRE SET/82 A AGO/84
SEGUNDO DABAGUA - ABASTECIMENTO DAQUA

		OUTROS 1	REDE CCI 2	Total
NASULT24	0	20044	31242	51286 70.0
NAO				
NASCEU	1	11102	10920	22022 30.0
Column		31146	42162	73308
Total		42.5	57.5	100.0

Chi-Square	Value	DF	Significance
Pearson	809.42445	1	.00000
Likelihood Ratio	804.67047	1	.00000

TABELA 43

NASULT24 NASCIDO VIVO ENTRE SET/82 A AGO/84
SEGUNDO DESGOTAM - ESGOTAMENTO SANITARIO

		OUTROS 1	REDE 2	Total
NASULT24	0	36801	14485	51286 70.0
NAO				
NASULT24	1	17411	4611	22022 30.0
NASCEU				
	Column	54212	19096	73308
	Total	74.0	26.0	100.0

Chi-Square	Value	DF	Significance
Pearson	426.83501	1	.00000
Likelihood Ratio	438.92936	1	.00000

TABELA 44

NASULT24 NASCIDO VIVO ENTRE SET/82 A AGO/84
SEGUNDO DILUMIEL - ILUMINACAO ELETRICA

		NAO 1	TEM ILUM 2	Total
NASULT24	0	8355	42931	51286 70.0
NAO				
NASULT24	1	5530	16492	22022 30.0
NASCEU				
	Column	13885	59423	73308
	Total	18.9	81.1	100.0

Chi-Square	Value	DF	Significance
Pearson	780.67282	1	.00000
Likelihood Ratio	750.96348	1	.00000

TABELA 45

NASULT24 NASCIDO VIVO ENTRE SET/82 A AGO/84
SEGUNDO ATIVIDAD - PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

		NAO PEA	TRABALHA	Total
		1	2	
NASULT24	0	31665	19621	51286 70.0
NAO				
NASULT24	1	16060	5962	22022 30.0
NASCEU				
	Column	47725	25583	73308
	Total	65.1	34.9	100.0

Chi-Square	Value	DF	Significance
Pearson	848.37451	1	.00000
Likelihood Ratio	869.66038	1	.00000

TABELA 46

NASULT24 NASCIDO VIVO ENTRE SET/82 A AGO/84
SEGUNDO HORASFEM - HORAS EM TODOS TRABALHOS

		ZERO	1-39	40-+	Total
		1	2	3	
NASULT24	0	32151	8102	11033	51286 70.0
NAO					
NASULT24	1	16273	2826	2923	22022 30.0
NASCEU					
	Column	48424	10928	13956	73308
	Total	66.1	14.9	19.0	100.0

Chi-Square	Value	DF	Significance
Pearson	933.09987	2	.00000
Likelihood Ratio	968.91880	2	.00000

TABELA 47

NASULT24 NASCIDO VIVO ENTRE SET/82 A AGO/84
SEGUNDO CTPSFEM - CARTEIRA ASSINADA

		NAO TEM	TEM CTPS	Total
		1	2	
NASULT24	0	44626	6660	51286 70.0
NAO	1	20037	1985	22022 30.0
Column		64663	8645	73308
Total		88.2	11.8	100.0

Chi-Square	Value	DF	Significance
Pearson	233.70466	1	.00000
Likelihood Ratio	244.43492	1	.00000

TABELA 48

NASULT24 NASCIDO VIVO ENTRE SET/82 A AGO/84
SEGUNDO RENDAFEM - RENDA MENSAL TODAS FONTES

		- 1 SM	1-2 SM	2-3 SM	3-5 SM	5-10 SM	10-+ SM	Total
		1	2	3	4	5	6	
NASULT24	NAO	40453	4676	2136	1874	1465	682	51286 70.0
NASULT24	NASCEU	19170	1207	524	498	443	180	22022 30.0
Column		59623	5883	2660	2372	1908	862	73308
Total		81.3	8.0	3.6	3.2	2.6	1.2	100.0

Chi-Square	Value	DF	Significance
Pearson	684.75714	5	.00000
Likelihood Ratio	724.91543	5	.00000

TABELA 49

NASULT24 NASCIDO VIVO ENTRE SET/82 A AGO/84
SEGUNDO POSOCUP - POSICAO NA OCUPACAO

		NAO REM	CTA PROP	EMPREG	Total
		1	2	3	
NASULT24	0	34334	5112	11840	51286 70.0
NAO					
NASULT24	1	17075	1470	3477	22022 30.0
NASCEU					
Column		51409	6582	15317	73308
Total		70.1	9.0	20.9	100.0

Chi-Square	Value	DF	Significance
Pearson	825.06233	2	.00000
Likelihood Ratio	852.97626	2	.00000

TABELA 50

NASULT24 NASCIDO VIVO ENTRE SET/82 A AGO/84
SEGUNDO PREVFEEM - SE A MULHER CONTRIBUI PREVIDENCIA

		NAOCONTR	CONTRIB	Total
		1	2	
NASULT24	0	41897	9389	51286 70.0
NAO				
NASULT24	1	19390	2632	22022 30.0
NASCEU				
Column		61287	12021	73308
Total		83.6	16.4	100.0

Chi-Square	Value	DF	Significance
Pearson	453.93250	1	.00000
Likelihood Ratio	476.92429	1	.00000

TABELA 51

NASULT24 NASCIDO VIVO ENTRE SET/82 A AGO/84
 SEGUNDO COR - COR DA MULHER

		PTO-PDO 1	BRAN-AM 2	Total
NASULT24	0	21926	29360	51286 70.0
NAO				
NASULT24	1	11199	10823	22022 30.0
NASCEU				
	Column	33125	40183	73308
	Total	45.2	54.8	100.0

Chi-Square	Value	DF	Significance
Pearson	408.24084	1	.00000
Likelihood Ratio	407.21136	1	.00000

TABELA 52

NASULT24 NASCIDO VIVO ENTRE SET/82 A AGO/84
 SEGUNDO EDUCFEM - ANOS DE ESTUDO

		- 1 1	1-4 2	5-8 3	9-11 4	12 anos 5	Total
NASULT24	0	8878	21554	11165	6561	3128	51286 70.0
NAO							
NASULT24	1	4169	8950	4916	2745	1242	22022 30.0
NASCEU							
	Column	13047	30504	16081	9306	4370	73308
	Total	17.8	41.6	21.9	12.7	6.0	100.0

Chi-Square	Value	DF	Significance
Pearson	38.74580	4	.00000
Likelihood Ratio	38.56838	4	.00000

TABELA 53

NASULT24 NASCIDO VIVO ENTRE SET/82 A AGO/84
 SEGUNDO RENDACAS - RENDA MENSAL DO CASAL

	- 1 SM 1.00	1-2 SM 2.00	2-3 SM 3.00	3-5 SM 4.00	5-10 SM 5.00	10-+ SM 6.00	Total
NASULT24							
NAO	5938	11007	8434	9936	8978	6993	51286 70.0
NASCEU	3912	6429	3763	3477	2591	1850	22022 30.0
Column	9850	17436	12197	13413	11569	8843	73308
Total	13.4	23.8	16.6	18.3	15.8	12.1	100.0

Chi-Square	Value	DF	Significance
Pearson	1609.63608	5	.00000
Likelihood Ratio	1619.99320	5	.00000

TABELA 54

NASULT24 NASCIDO VIVO ENTRE SET/82 A AGO/84
 SEGUNDO IDADFEM - GRUPOS DE IDADE DA MULHER

		15-24 1	25-29 2	30-34 3	35-39 4	40-49 5	Total
NASULT24							
NAO	0	6968	8654	9983	9629	16052	51286 70.0
NASCEU	1	8014	6271	4369	2255	1113	22022 30.0
Column		14982	14925	14352	11884	17165	73308
Total		20.4	20.4	19.6	16.2	23.4	100.0

Chi-Square	Value	DF	Significance
Pearson	10164.53444	4	.00000
Likelihood Ratio	11177.42324	4	.00000

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Marcelo P. crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. In: ABREU, M.P. (Org.) A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- ALDUNATE, Adolfo. Análisis de la práctica de investigación en el campo específico de los estudios de fecundidad. In: GARCIA, B. et al. Revisión crítica de los estudios de fecundidad en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 1974 (Reproducción de la población y desarrollo, 1).
- ALENCAR, José A., ANDRADE, Edgar C. A esterilização feminina no Brasil. In: Encontro Nacional de Economia, 17, 1989, Fortaleza, Anais... [s.l.]: ANPEC, 1989. v.2, p. 1051-1070.
- ALÍCIA, M. Bercovich. Considerações sobre a fecundidade da população negra no Brasil. In: LOVELL, Peggy. Desigualdade racial no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1991.
- ALVES, Branca M., PITANGUY, Jacqueline O que é feminismo. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ALVES, José Eustáquio D. A Mulher no desenvolvimento econômico: a participação feminina no mercado de trabalho em Minas Gerais, 1950-1980. BH, 1983, Dissertação (mestrado), CEDEPLAR.
- ANTONOVSKY, Aaron. Social class, life expectancy and overall mortality. Milbank Memorial Fund Quarterly, New York, v.45, n.2, p. 31-73, 1967.

- ARRUDA, J.M., RUTENBERG, N., MORRIS, L., FERRAZ, E.A. Pesquisa Nacional sobre Saúde Materno Infantil e Planejamento Familiar - Brasil, 1986. Rio de Janeiro: BENFAM/IRD, 1987.
- BECKER, Stan et al. The determinants of use of maternal and child health services in Metro Cebu, the Philippines. Health Transition Review, v. 3, n. 1, 1993.
- BECKER, S. Gary. An economic analysis of fertility. In: _____ Demography and economic change in developed countries. New York, NBER, 1960.
- _____ A treatise on the family. London: Harvard University Press, 1981, pp 93-112.
- BEISSO, S. G. Análise sócio-econômica da fecundidade no Brasil. Rio de Janeiro: BNDE, 1981.
- BERCOVICH, Alícia M. Considerações sobre a fecundidade da população negra no Brasil. In: LOVELL, Peggy (org) Desigualdade racial no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1991.
- BERQUÓ, Elza. A família no século XXI: um enfoque demográfico. Revista Brasileira de Estudos de População. Campinas, v.6, n.2, p. 1-16, jul/dez, 1989.
- _____ Algumas indagações sobre a recente queda da fecundidade no Brasil. 1980. Trabalho apresentado na reunião do grupo de trabalho sobre o processo de reprodução da população, 6, 1980, Teresópolis.
- _____ Uma nova onda para atropelar os direitos reprodutivos. Revista Brasileira de Estudos de População. Campinas, v.7, n.1, p. 87-94, jan/jun, 1990.

- BERQUÓ, E., GOLDANI, A.M. Thinking about fertility in Brazil.
mimeografado, sd.
- BLANCH, J.M. Factores estructurales y ecológicos en la fecundidad de Centroamérica y Panamá. In: CONFERENCIA REGIONAL LATINO AMERICANA DE POBLACION, 1970. México [Actas...], México, IUSSP/CEPAL/CELADE, 1972, session 2: Fecundidad.
- BONGAARTS, John. The proximate determinants of natural fertility. In: BULATAO, R. e LEE, R. (Eds.) Determinantes of fertility in developing countries, Washington, National Academy Press, 1983.
- BRINES, J. Economic dependency, gender, and the division of labor at home. Chicago, University of Chicago (mimeografado), 1993.
- BRUSCHINI, Cristina. Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas considerações regionais. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1989.
- BRUSCHINI, C. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: COSTA, A.O., BRUSCHINI, C. (org). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- CAIN, Mead, KHANAM, Syeda e NAHAR, Shamsun. Class, Patriarchy, and Women's work in Bangladesh. Population and Development Review, New York, v. 5, n. 3, p. 405-438, 1979.
- CAIN, Mead. Risk and insurance: perspectives on fertility and agrarian change in India and Bangladesh. Population and Development Review, New York, v.7, n.3, p. 435-474, 1981.

CALDWELL, J.C. Toward a restatement of demographic transition theory. Population and Development Review. New York, v. 2, n. 3-4, p. 321-366, sept/dec., 1976.

_____ Education as a factor in mortality decline: an examination of Nigerian data. Population Studies. New York, v.33, n.3, p. 395-412, 1979.

----- Theory of fertility decline London: Academic Press Inc, 1982.

CAMARANO, A.A., BELTRÃO, K., NEUPORT, R. Século XXI: a quantas andará e onde andará a população brasileira? Brasília, IPEA, 1988.

CAMARGO, Procópio. Objetivos de las investigaciones sobre fecundidad. In: GARCIA, B. et al. Revisión crítica de los estudios de fecundidad en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 1974 (Reproducción de la población y desarrollo, 1).

CARVALHO, José Alberto M. O tamanho da população brasileira e sua distribuição etária: uma visão prospectiva. (mimeografado). Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1988.

CARVALHO, J.A.M., PAIVA, P.T.A., SAWYER, D.R. A recente queda da fecundidade no Brasil: evidências e interpretação. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1981 (Monografia, 12)

CARVALHO, J.A.M., WONG, L.R. La transición de la fecundidad en el Brasil: Causas y consecuencias. Ginebra: IUSSP, Santiago de Chile: CELADE/CENEP, 1990. Seminario sobre transición de la fecundidad en América Latina, Buenos Aires, 1990.

- CASTRO, Mary G. Family, gender and work: the case of female heads of household in Brazil (states of São Paulo and Bahia), 1950-1980. PhD tesis, University of Florida, 1989.
- CASTRO, M., LAVINAS, L. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, A.O. e BRUSCHINI, C. (org). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- CENSO DEMOGRÁFICO DE 1960: Brasil, Rio de Janeiro: IBGE, s.d. (VII Recenseamento Geral do Brasil: série nacional).
- CENSO DEMOGRÁFICO: BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. (VIII Recenseamento Geral - 1970).
- CENSO DEMOGRÁFICO: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade, Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1983 (IX Recenseamento Geral do Brasil).
- CLELAND, John, WILSON, C. Demand theories of the fertility transition: an iconoclastic view. Population Studies, New York, v. 41, n.1, p. 5-30, march, 1987.
- COALE, Ansley, HOOVER, Edgard. População e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966.
- COALE, A. The demographic transition: a summary, some lessons and some observations, In CHO, Le-Jay and KOBAYASHI, Katumasa (eds.), Fertility transition of east asian populations, Honolulu, University Press of Hawaaii, 1979. cap. 2.
- COCHRANE, Susan. Fertility and education: what do we really know? Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1979.
- _____. Effects of education and urbanization on fertility, pp. 992-1026, In: BULATAO, R. e LEE, R. (Eds.) Determinantes of

- fertility in developing countries, Washington DC, National Academy Press, 1983, p. 992-1026.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil) In: ALMEIDA, M.S.K. et al. Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense 1982.
- DAVIS, Kingsley. The theory of change and response in modern demographic history. In: Population Index, Princeton, v. 29, n.4, 1963, p. 345-366.
- DAVIS, K. e BLAKE, J. Social structure and fertility: an analytic framework. In: Economic Development and Cultural Change, New York, v. 4, n.1, p. 211-235, 1956.
- DIAS, M.O.L.S. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, A.O., BRUSCHINI, C. (org). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- DYSON, Tim e MOORE, Mick. On kinship structure, female autonomy, and demographic behavior in India. Population and Development Review, New York, v. 9, n.1, p. 35-60, March, 1983.
- EASTERLIN, Richard. The economics and sociology of fertility: a synthesis. In: TILLY, C. (Ed.) Historical studies in changing fertility. Princeton University Press, 1978.
- EASTERLIN, R., CRIMMINS, E. The fertility revolution: a supply-demand analysis. University of Chicago Press, 1985.
- EGRET. Epidemiological Graphics, Estimation, and Testing package. Bloomington, University of Indiana, 1985.

- FARIA, Vilmar E. Políticas de governo e regulação da fecundidade: consequências não antecipadas e efeitos perversos. In: Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, São Paulo, 1989.
- FERGUSON, C.E. Micro-economia, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1986.
- FERNANDEZ, Rogélio E., CARVALHO, José Alberto M. Evolução da fecundidade no Brasil, período 1957-1979. Revista Brasileira de Estudos de População. Campinas, v.3,n.2, p. 67-86, jul/dez 1986.
- FERREIRA, Aurélio B.H. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [s.d.]
- FOLBRE, Nancy. Of patriarchy born: the political economy of fertility decisions. Feminist Studies, College Park, v. 9, N. 2, 1983.
- FONSECA, Cláudia. Honra, humor e relações de gênero: um estudo de caso. In: COSTA, A.O. e BRUSCHINI, C. (org). Uma questão de gênero Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.
- FONSECA SOBRINHO, Délcio F. Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil. Belo Horizonte, Tese (doutorado), CEDEPLAR, 1991.
- GARCÍA, B., OLIVEIRA, O. Trabajo fememino y vida familiar en Mexico, Mexico: El Colegio de Mexico, 1993.
- GIACOMINI, Sonia M. A conversão da mulher em mãe: uma leitura do "A Mãe de Família". Revista Brasileira de Estudos de População. Campinas, v.2, n.2, p.71-98, jul/dez, 1985.

- GOLDANI, Ana Maria, Women's transitions: the intersection of female life course, family and demographic transition in twentieth century Brazil. PhD thesis, The University of Texas at Austin, 1989.
- GOLDANI, Ana Maria. Família, trajetórias individuais e mudanças demográficas. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 7, 1990. São Paulo, Anais... SP: ABEP, 1990: v.1, p. 55-98.
- GREENHALGH, Susan. Fertility as mobility: Sinic transition. Population and Development Review, New York, v.14, n.4, p.629-674, 1988.
- GUIMARÃES, Alberto P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HAJNAL, John. European marriage patterns in perspective. In: GLASS, D.V., EVERSLEY, D.E. (eds), Population in history: essays in historical demography. London, E. A., 1965. PT. 1, cap. 6, p. 101-146, European marriage patterns in perspective.
- HAMMEL, E.A. Preface. In: Caldwell, J.C. Theory of fertility decline, London: Academic Press, 1982.
- HANDWERKER, W.Penn (ed.) Culture and reproduction: antropological critique of demographic transition theory cap.1, pp. 449-466, 1978.
- HEILBORN, M. L. Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In: COSTA, A.O., BRUSCHINI, C. (org). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- HENRY, Louis. Some data on natural fertility. in: Eugenics Quarterly, Madison, v.8, n. 2 p: 81-91, 1961.

- HOLLANDA, H.B. Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação. In: COSTA, A.O., BRUSCHINI, C. (org). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.
- HUBER, Joan. A theory of family, economy, and gender. Journal of Family Issues, Newbury Park, v.9, n.1, p. 9-26, march, 1988.
- HUBER, Joan. Trends in gender stratification, 1970-1985. Sociological Forum, New York, v.1, n.3, p 476-495, 1986.
- JELIN, Elizabeth. Women and the urban labour market. In: ANKER, R. et al (ed.) Women's roles and population trends in the third world, London, Croom Helm, cap. 8, pp.173-202, 1982.
- KITAGAWA, Evelyn. On mortality. Demografy, Washington, v.14 p. 381-389, nov. 1977.
- KISER, Clyde V. Problemas no resueltos en la investigacion sobre fecundidad en America Latina. In: CONFERENCIA REGIONAL LATINO AMERICANA DE POBLACION, 1970. México [Actas...], México, IUSSP/CEPAL/CELADE, 1972, session 2: Fecundidad.
- KNODEL, John, Van De WALLE, Etienne. Lessons from the past: policy implications of historical fertility studies. Population an Development Review, New York, v.5, n.2, p. 217-245, 1979.
- LAM, D., SEDLACEK, G., DURYEA, S. Increases in women's education and fertility decline in Brazil. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, VIII, 1992, Brasília, Anais... São Paulo: ABEP, 1992, v.1, p. 89-118.
- LACERDA, Guilherme N. Capitalismo e produção familiar na agricultura brasileira. São Paulo: IPE, 1985.

- LENNON, John, ONO, Yoko. Woman is the nigger of the world. Shaved fish. EMI records, 1975.
- LESSA, Carlos. 15 Anos de política econômica. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LISBOA, M.A. Ser Mãe. Ouro Preto, 1959. In: Agenda Cultural, Ouro Preto, Prefeitura Municipal, 1993.
- LOBO, E.S. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LOBO, E.S. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, A.O., BRUSCHINI, C. (org). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- MACEDO, Concessa V. O trabalho feminino e suas possíveis implicações sobre o crescimento demográfico. In: COSTA, M. O segundo Brasil. Rio de Janeiro, Centro de Estudos de Política da População e Desenvolvimento - CEPPD, 1985
- MACHADO, L.Z. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, A.O., BRUSCHINI, C. (org). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- MALTHUS, Thomas Ensaio sobre população. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).
- MARTINE, George, GARCIA, Ronaldo C. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo, Ed. Caetés, 1987.
- MARX, Karl O capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MASON, K. The status of women: a review of its interrelationships to fertility and mortality. New York: The Rockefeller Foundation, 1984.

The impact of women's social position on fertility in developing countries. Houghton, Population Studies Center, The University of Michigan, 1988 (Research Reports, n.123).

MASON, K. e TAG, A. Gender differences in reproductive goals in developing countries, Honolulu: East-West, Population Institute, p. 1-23, 1987. (Working Papers, n.47).

MATOS, Ralfo, E.S. Condições institucionais, ideológicas e culturais na transição da fecundidade. In: Conferência Latinoamericana de Población, 4, 1993. México. [Memórias] La transición demográfica en América Latina y el Caribe. México: INEGI-USUNAM, 1993, v.2, p.545-563.

MCCRACKEN, Stephen D. A Multi-level socio-demographic analysis of early childhood mortality in Brazil, Austin, 1990, Dissertation, (PhD), University of Texas at Austin, 1990.

McKEOWN, T., RECORD, R., TURNER, R. An interpretation of the decline of mortality in England and Wales during the twentieth century. Population Studies, London, 29: 391-422, 1975.

MERRICK, T. The effect of piped water on early childhood mortality in urban Brazil, 1970-1976. Washington: World Bank, 1983, 53p.

- MERRICK, Thomas, BERQUÓ, E. The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility. Washington, National Academy Press, 1983. (Committee on Population and Demography, report n. 23).
- MERRICK, Thomas W., GRAHAM, Douglas. População e desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- MIRANDA, Ana. Ser mulher. In: Veja 25 anos: reflexões para o futuro. São Paulo: Editora Abril, 1993.
- MOLYNEUX, Maxine. Mobilização sem emancipação? Os interesses das mulheres, o Estado e a Revolução na Nicarágua. Feminist Studies v.11, n.2, p.227-254, 1985.
- MOREIRA, Morvan, M. A transição demográfica no Nordeste do Brasil. In: Conferência Latinoamericana de Población, 4, 1993. México. [Memórias] La transición demografica en America Latina y el Caribe. México: INEGI-USUNAM, 1993, v.2, p.315-330.
- NOTESTEIN, Frank. Population: the long view, in SCHULTZ, T.W. (ed.) Food for the World. Chicago: University of Chicago Press, 1945.
- OLIVEIRA, Fabrício A. A reforma tributária de 1966 e a acumulação de capital no Brasil. São Paulo: Brasil Debates, 1981
- OLIVEIRA, M. Coleta F.A., MADEIRA, Felícia R. População e força de trabalho: o caso da cafeicultura no Oeste Paulista. Revista Brasileira de Estudos de População. Campinas, v.3, n.1, jan/jun 1986, p.41-62.
- OLIVEIRA, M. Coleta F.A. O casamento e as estratégias de sobrevivência da família operária na agricultura paulista.

- Revista Brasileira de Estudos de População Campinas, v.2, n.1, jan/jun, 1985, p.105-144
- OLIVEIRA, M.C.F.A. Notas acerca da família nos estudos demográficos. In: Miró, C. et al. Transição da fecundidade: análises e perspectivas. São Paulo: CLACSO, 1985 (Reproducción de la población y desarrollo, 5).
- OLIVEIRA, L.A.P., SILVA, N.L.P. Tendências da fecundidade nos primeiros anos da década de 80. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 5, 1986, Águas de São Pedro, Anais... São Paulo, ABEP, 1986, v.1, p. 213-232.
- PAIVA, Paulo T. A. O processo de proletarização como fator de desestabilização dos níveis de fecundidade no Brasil. In: Miró, C. et al. Transição da fecundidade: análises e perspectivas. SP, CLACSO, 1985 (Reproducción de la población y desarrollo, 5).
- PAIVA, P.T.A. Fecundidade e padrão de vida: a experiência brasileira recente. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1983. (Texto para discussão n.14).
- PATARRA, Neide, OLIVEIRA, M.C.F.A. Anotaciones críticas sobre los estudios de fecundidad. In: GARCIA, B. et al. Revisión crítica de los estudios de fecundidad en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 1974. (Reproducción de la población y desarrollo, 1).
- PENA, M.V.J. Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - 1984: Rio de Janeiro: IBGE, 1985, V. 8, T.1. Brasil e Grandes regiões.
- PINTO, C.R.J. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, A.O., BRUSCHINI, C. (org). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- POPPER, K. A lógica da pesquisa científica. São Paulo, Cultrix, 1972.
- POTTER, J.E. Effects of societal and community institutions on fertility, In: BULATAO, R. e LEE, R. (Eds.) Determinantes of fertility in developing countries. Washington: National Academy Press, 1983, p. 1027-1056.
- POURSIN, J.M., DUPUY, G. Malthus. São Paulo: Cultrix, 1975.
- PRADO, Danda. O que é família. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PRESTON, S., NELSON, V. Structure and change in causes of death: an international summary. Population Studies, London, v. 28 n.1, p. 19-51, 1974
- RAMOS, Lauro R.A., Reis, José G.A. Distribuição de renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil. In: CAMARGO, J.M., GIAMBIAGI, F. Distribuição de renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RESENDE, André Lara. Estabilização e reforma: 1964-1967. In: ABREU, M.P. (Org.) A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- RETFERD, R.D., PALMORE, J. Diffusion process affecting fertility regulation. In: BULATAO, R. e LEE, R. (Eds.)

- Determinantes of fertility in developing countries,
Washington DC: National Academy Press, 1983. p. 761-796.
- RIOS-NETO, Eduardo L.G. Class and institutional determinants of rural fertility in Brazil, Dissertation, PhD University of California, Berkeley, 1987.
- RIOS-NETO, E.L.G., McCRAKEN, S.D., RODRIGUES, R.N. Contraceptive use and fertility in Brazil. In: DEMOGRAPHIC AND HEALTH SURVEYS WORLD CONFERENCE, 1991. Washington, Proceedings... Columbia: IRD Macro International, 1991, v.1, p.113-134.
- RODRIGUES, A.M. Lugar e imagem da mulher na industria. In: COSTA, A.O., BRUSCHINI, C. (org). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- ROMÃO, Maurício C. Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil. In: CAMARGO, J.M., GIAMBIAGI, F. Distribuição de renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- ROSALDO, Michelle, LAMPHERE, Louise (Coord.) A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- ROSEMBERG, F. Educação formal e mulher: um balanço parcial da bibliografia. In: COSTA, A.O., BRUSCHINI, C. (org). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo. Recife: S.O.S Corpo, 1993.
- SAMARA, Eni M. As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

- SAFFIOTI, H.I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O., BRUSCHINI, C. (org). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- SCHMINK, Marianne. Dependent development and the division of labor by sex: Venezuela. The University of Texas at Austin, 1976. (mimeografado).
- SCHMINCK, Marianne. Women in the urban economy of Latin America. In: SCHMINCK, M. et al. (Eds) Learning about women and urban services in Latin America and the Caribbean: a report on the women, low-income households and urban services project of the population council. [Washington] The Population Council, 1986.
- SCHULTZ, T.P. Economics of Population, Massachusetts: Addison-Wesley, 1981.
- SERRA, José. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra. In: LESSA, C. et al. Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- SILVA, Léa M. Family size and female labor force participation in Brazil, Dissertation, PhD Duke University, 1976.
- SILVA, J. Graziano da. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982
- SILVA, N.V., HENRIQUES, M.H.F.T. E SOUZA, A. An analysis of reproductive behavior in Brazil. [s.l.]: [s.n.], 1990. 53p. (Demographic and health surveys further analysis series, 6).

- SIMMONS, George. Theories of fertility, in: FAROOQ, Ghazi e
SIMMONS, G. Fertility in developing countries, New York, St.
Martin's Press, 1985.
- SIMÕES, C.C.S. E OLIVEIRA, L.A.P. Perfil estatístico de crianças
e mães no Brasil: A situação da fecundidade; determinantes
gerais e características da transição recente. Rio de Janeiro:
IBGE, 1988.
- SINGER, Paul. Dinâmica populacional e desenvolvimento. São Paulo,
HUCITEC, 1980.
- SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-
modernidade. In: COSTA, A.O., BRUSCHINI, C. (org). Uma questão
de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- SPSS. SPSS user's guide. New York, Mcgraw-hill Book Company, 1983
- STOLCKE, Verena. A família que não é sagrada (sistemas de
trabalho e estrutura familiar: o caso das fazendas de café em
São Paulo). In: ALMEIDA, M.S.K. et al. Colcha de retalhos:
estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense 1982.
- TILLY, Charles, Demographic origins of the European proletariat.
In: LEVINE, D. (Ed.) Proletarianization and family history.
Academic Press, 1984.
- UREÑA, Francisco I.C, McCracken, S.D. Descenso reciente de la
mortalidad infantil en la Republica Dominicana y Colômbia; una
investigacion exploratoria sobre cambios en la estructura y
composicion de los determinantes socio-demograficos durante la
transicion de la mortalidad. In: Conferência Latinoamericana
de Población, 4, 1993. México. [Memórias] La transicion

demografica en America Latina y el Caribe. México: INEGI-USUNAM, 1993, v.2, p.331-360.

VEJA, São Paulo, Editora Abril, 04-08-1993.

VIANNA, Sérgio. Duas tentativas de estabilização: 1951-1954. In:

ABREU, M.P. (Org.) A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

WONG, Laura L.R. Avaliação das informações sobre fecundidade da

PNAD-84, In: SAWYER, Diana (org.) PNADs em Foco: anos 80.

Belo Horizonte: ABEP, 1988. p. 227-250.

WOOD, C. H., CARVALHO, J.A.M. The demography of inequality in

Brazil. New York, Cambridge University, 1988.

YOUSSEF, Nádia H. The interrelationship between the division of

labour in the household, women's roles and their impact on

fertility. In: ANKER, R. et al (ed.) Women's roles and

population trends in the third world, London, Croom Helm, cap.

8, pp.173-202, 1982.